

JOSENI PEREIRA MEIRA REIS

**INSTÂNCIAS FORMATIVAS, MODOS E CONDIÇÕES DE
PARTICIPAÇÃO NAS CULTURAS DO ESCRITO: O CASO DE
JOÃO GUMES (CAETITÉ-BA, 1897-1928).**

Belo Horizonte

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

2010

JOSENI PEREIRA MEIRA REIS

**INSTÂNCIAS FORMATIVAS, MODOS E CONDIÇÕES DE
PARTICIPAÇÃO NAS CULTURAS DO ESCRITO: O CASO DE JOÃO
GUMES (CAETITÉ-BA, 1897-1928).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Oliveira Galvão.

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
2010

R375i

Reis, Joseni Pereira Meira,
Instâncias formativas, modos e condições de participação nas
culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928) /
Joseni Pereira Meira Reis. - UFMG/FaE, 2010.
195 f., enc., il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientadora: Ana Maria de Oliveira Galvão.
Bibliografia: f. 184-192.

1. Educação -- Teses. 2. Cultura -- Escrita. 3. Educação não
formal. I. Título. II. Galvão, Ana Maria de Oliveira. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação

CDD- 370.1960981

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Dissertação intitulada INSTÂNCIAS FORMATIVAS, MODOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NAS CULTURAS DO ESCRITO: O CASO DE JOÃO GUMES (CAETITÉ-BA, 1897-1928), de autoria da mestrande JOSENI PEREIRA MEIRA REIS, analisada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão (FaE/UFMG) – Orientadora

Profª. Dra. Eliane Marta Teixeira Lopes (FaE/UFMG)

Prof. Dr. José Carlos de Araújo Silva (UNEB/ Campus IV)

“Reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos, prestando atenção às respostas, pode se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo o contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo.”

Robert Darnton. *Boemia literária e revolução*, (1987, p.7).

AGRADECIMENTOS

Considero o gesto de agradecer relevante no processo de concretização deste trabalho, pois constitui o momento de reconhecer que foram muitas as pessoas que contribuíram para a sua elaboração, pessoas com as quais tive o prazer de conviver e aprender.

Agradeço à orientadora, Ana Maria de Oliveira Galvão, pela disponibilidade, acompanhamento, coragem e compreensão dispensada nos momentos de orientação tanto individual quanto coletiva. A ela devo a sugestão do tema da pesquisa; e quaisquer qualidades que este estudo possa ter devem lhe ser atribuídas em primeiro lugar.

Aos professores Eliane Marta Teixeira Lopes, José Carlos da Silva Araújo, Isabel Cristina Alves da Silva Frade e Mônica Yumi Jinzeji por aceitarem o convite para participar da banca.

A todos que fizeram parte desse tempo de esforços em torno do estudo do tema Culturas do Escrito, meus sinceros agradecimentos. Entre eles se destacam os colegas do Grupo de Estudo Cultura Escrita, bem como o grupo de orientandas da professora Ana Maria Galvão: Juliana Viegas, Juliana Melo, Gilvanice, Betânia, Mônica, Giane, Carol e Maria José. Agradeço-lhes não só pelas discussões levantadas e inúmeras contribuições dadas ao estudo, mas também pela alegria que representa participar de grupos que me permitiram um maior contato e vivência com os dilemas do mundo da pesquisa.

À Manoela Viana, amiga que gentilmente me acolheu em Belo Horizonte, proporcionando um agradável ambiente de convivência familiar.

À amiga Sônia Maria, pelo estímulo e incentivo durante os estudos, pessoa sempre pronta a compartilhar suas conquistas com os amigos; considero-a uma desbravadora de novos caminhos, que depois são trilhados por outros.

A estes amigos da Bahia, que, por inúmeras vezes, atenderam as minhas solicitações, e são grandes incentivadores deste trabalho: Lenir, Ana Maria, Anna Donato, Paulo Costa, José Alves, Tatiane, André Koehne, Analice, Lielva, Dilma Fernandes, o professor Manoel Raimundo dos Anjos, Salva e Flávia.

Ao pessoal do Arquivo Público Municipal de Caetité pela disponibilidade e ajuda com os documentos, principalmente Rosália, Mayara e o professor Paulo Duque.

Ao Centro Espírita Aristides Spínola em Caetité, principalmente ao Sr. Maurício Gumes, por permitir a consulta ao acervo do centro.

À Maria Belma Gumes Fernandes, amiga e colaboradora incondicional deste trabalho pelas longas conversas que me valeram grande aprendizado. E pelo cuidadoso trabalho de revisão.

A meus pais, João e Castora, que, na sua simplicidade, dedicação e esforço, me têm servido de exemplo. Também a meus irmãos, João, Ane e Joel, por acreditarem e confiarem nas minhas condições e compreenderem a minha ausência nos momentos de confraternização da família.

Ao meu esposo, Pedro, e aos filhos, João Pedro e Guilherme, pela compreensão e apoio necessários na realização dos meus estudos.

Aos meus avós Elita Lélis, Pedro Donato e Florisvaldo Carvalho (Vadim), que partiram antes que este trabalho estivesse concluído.

Aos colegas do colegiado de pedagogia e à direção do Campus XII – UNEB, pela compreensão na dispensa das minhas atividades docentes. E à UNEB pela concessão da bolsa de estudo.

Aos colegas e à direção do Colégio Estadual Luiz Viana Filho, por facilitarem o meu afastamento das atividades docentes.

A todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa, o meu muito obrigado, pois, sem a sua colaboração teria sido mais difícil realizá-la, ou mesmo, impossível fazê-la.

RESUMO

O presente trabalho buscou entender como um sujeito proveniente de uma família que possuía poucos recursos financeiros, conseguiu desenvolver uma participação ativa na cultura escrita nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, na cidade de Caetité-BA. Para responder à questão proposta, investigamos as instâncias primárias (família e escola), além de outras instâncias socializadoras na vida adulta, como o trabalho, as práticas religiosas e a vida urbana, que também funcionaram como formadoras e possibilitaram a sua participação na cultura escrita. Assim, percebemos que a família teve um papel fundamental na sua trajetória, pois o fato de ter parentes mestres-escolas e de viver num ambiente letrado colaborou para que João Gumes construísse uma relação de intimidade com a leitura e a escrita. As diversas funções que exerceu, como mestre-escola, funcionário público, tipógrafo, escritor, tradutor, jornalista, arquiteto, entre outras, também colaboraram para o seu processo de participação nos espaços de socialização do escrito na cidade. Quanto ao tipo de participação que João Gumes desenvolveu na cultura escrita, verificou-se que ele foi um leitor assíduo que frequentou vários espaços de leituras existentes em Caetité. Entre as leituras que realizou, sobressaíram as espíritas, seguidas das jurídicas, de história do mundo, literatura nacional e estrangeira, entre outras. Como escritor, sua produção deu ênfase às questões regionalistas, voltadas para a paisagem do Sertão e os problemas sociais da sua população. Entre as ideias que defendeu, a educação escolarizada teve uma atenção especial; defendia também o maior acesso da população ao material escrito. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se os fundamentos do campo da História Cultural. O jornal *A Penna* e os romances do autor constituíram as fontes principais da pesquisa, seguidas de cartas, livro de matrícula, atas e outros documentos. Nesse sentido, investigar a trajetória de João Gumes tornou-se fundamental para perceber que ele se apropriou da herança cultural obtida na família e tratou de ampliá-la e legitimá-la, bem como disponibilizá-la ao acesso de outras pessoas. A análise das fontes disponíveis tornou possível entrever instâncias que não só foram significativas para a formação desse sujeito, nas relações que mantinha com a elite econômica local e regional, mas também contribuíram com o estabelecimento de uma cultura escrita na região do Alto Sertão baiano.

Palavras-chave: Cultura escrita, trajetória de indivíduos, educação não formal.

RÉSUMÉ

Ce travail a cherché à comprendre comment un sujet issu d'une famille qui possédait de faibles recours financiers mais qui, ayant des connaissances avec l'élite économique locale et régionale, a réussi à développer une participation active dans la culture écrite pendant les dernières décennies du XIXe siècle jusqu'aux premières du XXe au village de Caetité-Bahia. Pour répondre à la question proposée nous avons fait des investigations sur les instances primaires (la famille et l'école) et sur d'autres instances qui lui ont permis la socialisation dans la vie adulte, comme le travail, les pratiques religieuses et la vie urbaine et qui ont aussi fonctionné comme lieux de formation tout en rendant possible de cette façon sa participation à la culture écrite. Ainsi, nous nous sommes rendu compte que la famille a eu un rôle fondamental dans son parcours. João Gumes avait des instituteurs dans sa famille et il a vécu dans une ambiance lettrée, ce qui a collaboré pour qu'il construisait une relation d'intimité avec la lecture et l'écriture. Les différentes fonctions qu'il a exercées, telles que instituteur, fonctionnaire, typographe, écrivain, traducteur, journaliste, architecte, parmi d'autres, ont aussi collaboré pour son processus de participation dans les espaces de socialisation de l'écrit dans le village. En ce qui concerne la participation que João Gumes a développée dans la culture écrite, on a vérifié qu'il a été un lecteur habitué de plusieurs espaces de lecture de Caetité. Parmi les lectures qu'il a réalisées on peut mettre en évidence les spiritistes, suivies par les juridiques, celles d'histoire du monde, de la littérature nationale et étrangère, et d'autres. Comme écrivain, sa production a mis l'accent sur les questions régionalistes, tournées vers le paysage du "Sertão" et les problèmes sociaux de la population. Parmi les idées qu'il a défendues, l'éducation scolarisée a eu une attention spéciale; il se battait aussi pour un plus grand accès de la population à la production écrite. Pour la réalisation de la recherche on s'est basé sur les orientations théoriques du domaine de l'Histoire Culturelle. Le journal *A Penna* et les romans de João Gumes ont constitué les sources principales, suivies par des lettres, un livre d'inscription scolaire, des actes, et d'autres documents. Finalement, faire des investigations sur le parcours de João Gumes s'est montré fondamental pour se rendre compte qu'il s'est approprié de l'héritage culturel obtenu dans la famille. Et il se donnait à augmenter cet héritage, à le légitimer, tout en rendant possible son accès à d'autres personnes. L'analyse des sources disponibles a permis d'entrevoir des instances qui ont été significatives à la formation de ce sujet et qui ont contribué à l'établissement d'une culture écrite dans la région du haut "Sertão" de l'état de Bahia.

Mots-clé: culture écrite, parcours d'individus, éducation non-formelle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura n.1	- Partituras compostas por João Gumes	39
Figura n.2	- Manuscrito do livro <i>Le Brésil</i> , de Ferdinand Denis, traduzido por João Gumes.....	51
Figura n.3	- Jornal <i>A Penna</i> , em 1897 e 1898.....	55
Figura n.4	- Pintura de Allan Kardec, feita por João Gumes.....	63
Figura n.5	- Mapa da Bahia, Caminhos do Sertão	68
Figura n.6	- Mercado público de Caetité	73
Figura n.7	- Teatro Centenário de Caetité	77

LISTA DE TABELAS

Tabela n.1 - Alunos matriculados na Escola Particular de Primeiras Letras de João Gumes (pai).....	45
Tabela n.2 - Periódicos editados na tipografia do jornal <i>A Penna</i>	60
Tabela n.3 - Livros espíritas que formavam o acervo da biblioteca do Centro Espírita....	107
Tabela n.4 - Livros jurídicos que pertenceram a João Gumes.....	114
Tabela n.5 - Presença de expressões em latim nos escritos de João Gumes	137
Tabela n.6 - Origem das expressões não portuguesas utilizadas por João Gumes.....	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 Construindo o objeto de pesquisa.....	13
2 Perspectivas metodológicas e fontes de pesquisa.....	18
CAPÍTULO 1 - INSTÂNCIAS FORMADORAS QUE INFLUENCIARAM A PARTICIPAÇÃO DE JOÃO GUMES NA CULTURA ESCRITA.....	33
1 Reconstruindo a linhagem familiar de João Gumes e as relações que estabeleceu com a cultura escrita.....	34
1.1 Reconstituindo a dimensão da instância escolar na vida de João Gumes.....	42
1.2 Instâncias profissionais que colaboraram para a participação de João Gumes na cultura escrita	49
1.3 Caetité: espaço de circulação do escrito.....	67
1.4 As viagens e o contato com os viajantes como uma instância formativa.....	82
1.5 A religião como instância formadora.....	84
1.6 As redes de sociabilidades: instância de formação e participação.....	88
CAPÍTULO 2 – MODOS DE PARTICIPAÇÃO NA CULTURA ESCRITA: O LEITOR E ESCRITOR JOÃO GUMES.....	97
2.1 João Gumes leitor.....	98
2.1.1 Espaços frequentados por João Gumes como leitor	98
2.1.2 Re-criando a biblioteca de João Gumes, a partir dos indícios das suas leituras.....	105
2.1.3 Tipos de leituras e autores.....	108
2.2 João Gumes escritor.....	124
2.2.1 Os temas abordados nos escritos de João Gumes.....	124
2.2.2 Aspectos da produção escrita de Gumes.....	133
2.2.3 Os possíveis leitores de Gumes e a publicação de seus romances.....	140
CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO, LEITURA E ESCRITA NA PRODUÇÃO DE JOÃO GUMES.....	144
3 João Gumes, a escolarização no Brasil e as campanhas de alfabetização.....	145
3.1 Educação, leitura e escrita no romance Os analfabetos.....	158
3.2 A construção do antagonismo entre alfabetizados e analfabetos por meio dos personagens do romance.....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
FONTES.....	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	186
SITES CONSULTADOS.....	195

INTRODUÇÃO

A leitura não põe fogo à panela mas traz perturbações à alma humana - João Gumes.

1 Construindo o objeto de pesquisa

A pesquisa que deu origem a esta dissertação de mestrado teve como principal objetivo descrever e analisar os modos de participação de João Gumes (1858-1930) nas culturas do escrito¹. Esse objetivo mais geral se desdobra em três questões específicas: 1) que instâncias – família, escola, trabalho, cidade, religião, redes de sociabilidade – colaboraram no processo de sua participação nas culturas do escrito; 2) que possíveis usos João Gumes fez da leitura e da escrita; 3) que ideias o sujeito investigado produziu e divulgou sobre a leitura, a escrita e a educação escolarizada.

João Antônio dos Santos Gumes nasceu e teve seu processo de formação na cidade de Caetité, região do Alto Sertão Sul da Bahia², em maio de 1858. Seus pais foram João Antônio dos Santos Gumes e Anna Luísa das Neves Gumes. No relato da memorialista Helena Santos³ (1997, p.144), João Gumes aparece como um homem de poucos recursos financeiros; portanto não pertencia à elite⁴ econômica local, que estava vinculada,

¹ Utilizamos o conceito cultura escrita na perspectiva proposta por Ana Maria Galvão (2009, p.1). A autora considera polêmico e complexo conceituar cultura escrita, já que o termo implica pensar algumas consequências, como o fato de a cultura escrita não ser homogênea. Assim, a autora afirma ser relevante pensar em “culturas do escrito”, pois não se trata de conceber o mundo da escrita, as práticas letradas apenas como aquisição da “habilidade de escrever”. O conceito deve ser extensivo a “todo evento ou prática que tenha como mediação a palavra escrita”. Visando dar inteligibilidade ao conceito, Galvão opta pela utilização dos fundamentos da antropologia cultural. Logo, considera a cultura escrita como “lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade”. Nesse sentido, entendemos que não existe uma cultura escrita dada *a priori*, mas podemos pensar que existe uma diversidade de culturas escritas que se alternam a “dependem das necessidades e funções do contexto de uso e de aprendizagem” (GALVÃO, 2009). Um aprofundamento na discussão em torno do conceito de “culturas do escrito” pode ser encontrado também em: Chartier (2001, 2002); Galvão *et al.* (2007). Neste estudo, também compartilhamos do conceito “culturas do escrito”, pois acreditamos que, em função de sua amplitude e polissemia, a expressão possibilita entender e abarcar as diversidades de práticas e usos que envolvem o fazer cotidiano, bem como perceber os usos das culturas do escrito presentes em uma comunidade, sem, contudo, priorizar ou eleger uma prática em detrimento de outras.

² Essa era a denominação dada à região na qual se localiza Caetité. Com a nova regionalização do estado da Bahia, feita pelo IBGE, na década de 1980, a região passou a ser denominada de Sudoeste da Bahia. Vale ressaltar que embora a região esteja localizada na área denominada de polígono da seca, a cidade de Caetité em função da altitude de 826 metros, possuem algumas peculiaridades climáticas, a exemplo do clima ameno com estações definidas que a diferencia das demais cidades da região.

³ Era natural de Livramento de Nossa Senhora (1904-2000). Tornou-se professora da Escola Normal de Caetité-BA. Como memorialista, escreveu dois livros sobre a cidade: *Município de Caetité* (1954) e *Caetité-pequenina e ilustre* (segunda edição em 1997), em que rememora aspectos históricos, culturais, políticos, econômicos e educacionais da cidade e da sua população, em uma perspectiva laudatória.

⁴ Morel (2005, p.171) destaca o cuidado que se deve ter com a utilização do termo elite, já que, “se usado de forma abusiva historicamente, torna-se impreciso, pode elidir nuances, complexidades e até contradições”. Discutiremos a seguir as implicações do termo *elite*. Sobre o tema, ver Melo (2008, p.94-97).

principalmente, à posse de terras. Reconhecendo a complexidade que permeia a definição do conceito de *elite*, acreditamos que João Gumes pode ser considerado membro da elite intelectual, alfabetizada e letrada, que exercia, naquele contexto específico do século XIX, no interior da Bahia, alguma forma de poder. Vale ressaltar que pensar *elites* não significa generalizar as práticas como se todos os que pertencessem a esses grupos agissem ou pensassem da mesma forma. Além disso, embora tenha alcançado um nível de escolarização superior ao da maior parte da população brasileira – e caetiteense⁵ – na época, pois concluiu a escola de primeiras letras, João Gumes não chegou a cursar o ensino secundário nem o superior. Esse dado parece também evidenciar as limitações financeiras da família, que não dispunha de recursos suficientes para enviá-lo à capital a fim de dar continuidade aos estudos, cursando, possivelmente, a faculdade de Direito, destino “natural” das elites na época⁶. Mesmo com essas restrições econômicas e de capital cultural⁷ institucionalizado, participou ativamente, ao longo de sua trajetória, da vida pública e cultural de sua terra natal. Atuou como mestre-escola, arquiteto, músico, tipógrafo, desenhista, dramaturgo, tradutor, escritor, jornalista e advogado provisionado⁸. Desempenhou também diversas funções públicas, tais como escrivão da Coletoria Geral, tesoureiro, secretário da Intendência (atual Prefeitura)⁹ e secretário da Câmara Municipal.

O pai de João Gumes¹⁰ também havia desempenhado várias funções vinculadas às culturas do escrito, tendo sido, inclusive, vereador, secretário da Intendência, mestre-escola e proprietário de uma escola de primeiras letras. Anna Luísa, a mãe, também parece ter atuado como mestre-escola, como será aprofundado adiante. Portanto, o sujeito investigado, embora

⁵ Em 1872, segundo dados do Censo, a população de Sant’Anna de Caetité era composta por 16.778 homens livres, dos quais 2.843 sabiam ler e escrever.

⁶ Ver estudos de Sérgio Buarque de Holanda (1982).

⁷ Para Pierre Bourdieu, existem três formas de capital cultural: *no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, *no estado institucionalizado*, “forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais” (1998, p.74).

⁸ Segundo o Novo Dicionário Aurélio (1986, p.1409), “provisionado - Adj. Bras. Diz-se daquele que, não sendo bacharel em direito, recebeu provisão para advogar em juízo de primeira instância (...)”. Não foi possível identificar se Gumes recebeu de alguma instância jurídica o título precário para advogar, sabemos apenas que desempenhava a função de advogado provisionado.

⁹ Era uma das designações atribuídas ao edifício onde o intendente tinha a sua secretaria. Segundo Victor Nunes Leal (1997, p.113), durante a vigência da Constituição de 1891, não se chegou a uniformizar a denominação do órgão deliberativo da administração municipal, matéria da competência estadual, portanto as denominações variavam de estado para estado: Intendência, Conselho e Câmara. Após a reforma de 1920, passou a se chamar prefeitura.

¹⁰ Neste trabalho utilizamos a denominação João Gumes para nos referirmos ao sujeito da pesquisa e João Gumes (pai) para designar o pai do sujeito em estudo.

não fosse de família provida de capital econômico, pertencia a um grupo familiar que dispunha de um certo capital cultural. A família dispunha também de capital social¹¹, pois tinha relações de proximidade com as elites políticas e religiosas tanto locais como regionais.

Espera-se, com este estudo, em primeiro lugar, contribuir para complexificar as relações entre pertencimento social e econômico e participação nas culturas do escrito. Tradicionalmente, estudos como o de (LAJOLO; ZILBERMAN, 2003) tendem a associar diretamente práticas de leitura e escrita às elites econômicas, ao longo da história. A pesquisa sobre o caso de João Gumes soma-se a outros trabalhos que vêm mostrando, nas últimas décadas, que não existe uma relação direta entre pertencer à elite econômica e participar ativamente das culturas do escrito. Jean Hébrard (2007), por exemplo, investigou o caso de um indivíduo dos meios populares - Moïse - e observou que o processo de inserção dele na cultura escrita ocorreu de forma bastante conflituosa. O autor constatou que a rede de sociabilidades, mais do que a escola ou a presença do impresso no cotidiano de Moïse, parece ter levado o sujeito da pesquisa em direção a uma maior familiaridade com o escrito. Ginzburg (1987), em estudo já clássico, mostra como um sujeito proveniente dos meios populares conseguiu ter acesso a leituras diversificadas sobre religião e filosofia. Ficou evidente que Menochio tinha acesso a livros que circulavam no meio em que vivia. Galvão e Oliveira (2007), investigando também as formas de participação na cultura escrita de um sujeito não herdeiro de capital econômico e cultural, concluiu que o trabalho e as redes de relações em torno do escrito foram responsáveis pela participação do sujeito investigado na cultura letrada. Portanto, tais pesquisas integram uma série de estudos mais atuais que mostram como sujeitos comuns, que não eram abastados economicamente, construíram de alguma forma sua participação na cultura escrita.

Espera-se, também, que este estudo contribua para dar maior visibilidade ao papel desempenhado por outras instâncias formativas – além da escola – no processo de participação dos sujeitos nas culturas do escrito. Tradicionalmente, como mostra Galvão

¹¹ Ainda segundo Pierre Bourdieu (1998, p.67), capital cultural diz respeito ao “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”. A intensidade do capital social que o indivíduo possui está vinculada à “extensão das relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital, econômico, cultural e social [...]” pertencente a cada pessoa com quem ele se relaciona.

(2007), os estudos tendem a analisar a escola como o principal – e às vezes – único espaço de mediação entre os sujeitos, a leitura e a escrita. Recentemente, no entanto, diversos trabalhos têm sido realizados na perspectiva de evidenciar o papel de outras instâncias nesse processo. Juliana Melo (2007) investigou como um sujeito proveniente de uma família das elites se apropriou das culturas do escrito. Ficou evidente que as práticas letradas da instância familiar foram decisivas na participação desse sujeito, assim como as relações sociais estabelecidas no espaço urbano. Galvão (2000), em pesquisa sobre os leitores/ouvintes da literatura de cordel, demonstrou como a socialização do escrito aproximou da leitura e da escrita um grupo de sujeitos proveniente dos meios populares. Antônio Gomes Batista (2007) pesquisou o processo de participação de um sujeito das classes populares na cultura escrita e concluiu que o trabalho no escritório funcionou como um espaço de formação e participação desse sujeito na cultura letrada. Contemporaneamente, pode-se fazer referência a pesquisas que investigaram a participação de grupos nas culturas do escrito, a exemplo do trabalho de Patrícia Resende (2008), que estudou a relação do trabalho de empregadas domésticas com baixo nível de escolaridade e a cultura escrita existente no ambiente em que elas desenvolviam suas funções. A autora concluiu que a atuação das domésticas em espaços letrados colaborou para aproximá-las do mundo da escrita. Maria José de Souza (2007), investigando grupos na área rural, observou que a utilização e circulação dos folhetos impressos nas celebrações religiosas contribuíram para aproximar as rezadeiras e benzedadeiras da cultura letrada. Sandra Batista Silva e Ana Maria Galvão (2007) demonstraram, em um estudo, como algumas práticas religiosas do pentecostalismo foram fundamentais para aproximar certos fiéis da leitura e da escrita. Portanto, pode-se afirmar que existem outras formas e modos que aproximam as pessoas ou grupos da cultura letrada. Vale ressaltar que pensar a cultura escrita significa, também, englobar outros processos que são os modos de inserção não escolares, os manuscritos e a oralidade como dimensões constitutivas da cultura escrita no Brasil (GALVÃO, 2007, p.9).

Além disso, espera-se que este trabalho contribua para dar maior visibilidade aos processos de produção e difusão do impresso no Alto Sertão da Bahia. Foi localizado um único estudo nessa perspectiva, que enfatiza a escrita epistolar: Marcos Profeta Ribeiro (2009) investigou as práticas da escrita de Celsina Teixeira (Caetitê-BA) e pôde reconstituir, através da diversidade da documentação pesquisada, as diversas funções desempenhadas pelas mulheres da elite; observou também como o aspecto político era ressaltado nas correspondências, bem como as relações de poder que perpassavam as ações cotidianas de

mulheres do Alto Sertão baiano. A maior parte dos estudos localizados sobre essa região, entretanto, enfatizam outros aspectos de sua história. No aspecto econômico, Fátima Pires (2007) analisou o tráfico interprovincial de escravos, a partir de 1860, de Rio de Contas e de Caetité para as províncias do Centro-Sul do Brasil, concluindo que, após a abolição, o tráfico funcionou como uma relevante atividade econômica para a região. O processo da migração foi estudado por Ely Estrela (2003), buscando compreender os deslocamentos geográficos desse conjunto de indivíduos denominados sampauleiros¹². A pesquisa revelou a complexidade do processo migratório, trazendo à tona uma grande variedade de fatores que levavam esses sujeitos a buscarem o “el dorado” no Centro-Sul do Brasil. A formação territorial e a ocupação das terras que formam a região denominada Alto Sertão da Bahia foram tema dos estudos de Erivaldo Neves (1998). Prosseguindo com as pesquisas sobre a estrutura agrária regional, Neves (2003) pesquisou a dinâmica que permeia as comunidades sertanejas na luta contra as adversidades climáticas. A exploração da terra aparece como o principal fator das relações sociais historicamente construídas. Jeremias Oliveira (2005), no seu livro, mostra a relação entre a política e a imprensa, destacando como a imprensa esteve submetida ao poder dos coronéis¹³, o que impossibilitava os jornalistas de desempenharem com liberdade a sua função.

Finalmente, espera-se que esta dissertação contribua para a abordagem de elementos não explorados em outras pesquisas, sobre o próprio João Gumes. A produção literária do autor foi objeto da tese de Reis (2004), que mostrou a representatividade da obra de Gumes, situando-o no regionalismo nacional e no panorama dos romancistas da literatura baiana. Expôs a estrutura da edição crítica do romance *O sampauleiro*, bem como os critérios que foram adotados na sua edição.

Acreditamos, assim, que este estudo pode contribuir com o campo de pesquisas sobre cultura escrita, e, particularmente, para a estruturação de uma história da cultura escrita do Alto Sertão da Bahia, considerando que as práticas e formas da cultura letrada que João Gumes criou e fez circular foram decisivas no processo de produção e difusão do escrito,

¹² Sampauleiros eram os emigrantes que deixavam o sertão nordestino no período das estiagens e partiam para São Paulo, em busca de trabalhos provisórios. Esses sujeitos sociais se caracterizavam pelo constante ir e vir, tornando-se um elo entre o Centro-Sul e as comunidades sertanejas, conforme Estrela (2003, p.24).

¹³ Coronéis era o nome que designava os poderosos locais, assim chamados porque muitos deles tinham a patente de coronel da Guarda Nacional, instituição fundada no Império, mas que perdurou na República até 1918. A patente de oficial da Guarda Nacional confirmava o poder local, ao conferir a chancela do Estado ao mando pessoal que exerciam (LEAL, 1997).

com o objetivo de aproximar a cultura letrada dos sujeitos comuns e principalmente dos que tinham pouco domínio das letras.

O estudo insere-se no campo da História da Educação¹⁴ e teve como referência os aportes teórico-metodológicos da História Cultural¹⁵. Deve-se ressaltar que o tema *percursos de indivíduos*, apesar de tratar da análise da trajetória de um sujeito específico, não leva em consideração apenas o indivíduo, mas se debruça sobre as redes de relações nas quais ele esteve inserido e as posições que ocupou em determinadas instâncias para entender como cada instância influenciou e colaborou na sua formação.

A opção pela delimitação do período de estudo de 1897 a 1928 se deve ao fato de que se buscou identificar as ideias de Gumes no início da sua trajetória na cultura escrita, priorizando a fase de constituição do jornal que criou e editou, ou seja, os dois anos iniciais da circulação de *A Penna*, ainda no século XIX. Depois, estudamos João Gumes numa outra fase de sua trajetória na cultura escrita, em 1928, numa fase mais próxima do final da sua vida, quando ele escreveu o romance *Os analphabetos*. Vale esclarecer que os limites para uma pesquisa são necessários, na medida em que se torna inviável abarcar, no curto espaço do curso de mestrado, um período de estudo mais longo. Vale destacar ainda que a delimitação desse período não nos manteve nele engessados. A depender da necessidade, posta no contexto em discussão, recuamos ou avançamos no tempo.

2 Perspectivas metodológicas e fontes de pesquisa

Segundo Michel de Certeau (1982, p.81), “a pesquisa inicia com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira”. Essa

¹⁴ As mudanças historiográficas que ocorreram na História também repercutiram na História da Educação, principalmente a partir de 1990, com a ampliação da área de pesquisa e com a incorporação dos novos sujeitos, objetos e problemas. Isso contribuiu para alargar o campo de pesquisa e tornar a história da educação um promissor espaço de pesquisa. Fonseca e Veiga (2003) afirmam ser inegável a influência que a História Cultural tem exercido no perfil das pesquisas em História da Educação no Brasil. A esse respeito, ver: Lopes e Galvão (2001); Araújo e Gatti Júnior (2002); Fonseca e Veiga (2003); Vidal e Faria Filho (2005); Morais, Portes e Arruda (2006), Bencostta (2007), Nepomuceno e Tiballi (2007).

¹⁵ A Nova História Cultural, herdeira dos *Annales*, representa uma revolução historiográfica na medida em que não se restringe apenas ao estudo dos aspectos políticos da sociedade, mas incorpora também seus aspectos econômicos, sociais e culturais, valorizando os sujeitos, temáticas, como festas, morte, representações, entre outros, que até então eram colocados à margem do processo histórico. Peter Burke (1991, p.126) considera como a mais importante contribuição dos *Annales* a expansão do campo da História por diversas áreas, incorporando desde áreas do comportamento humano até campos em que se investiga o percurso de grupos sociais, em geral omitidos pelos historiadores tradicionais. Esse processo de extensão do território das investigações históricas se deve à descoberta de novas fontes e novos métodos para as pesquisas, bem como a seu caráter interdisciplinar. A esse respeito, ver: Chartier (1990), Lopes e Galvão (2001), Pesavento (2005).

nova redistribuição do material é o primeiro requisito no processo de investigação, estando, portanto, permeado por escolhas, visões, posturas que são as do pesquisador. Tendo isso em vista, o autor descreve a maneira pela qual se dá a produção dos documentos.

Na realidade, ela [a História] consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em isolar um corpo, como se faz em física, e em desfigurar as coisas para construí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto inicialmente (CERTEAU, 1982, p.82).

Vê-se que a relação do pesquisador com o documento é marcada pela intencionalidade. De certo modo, o pesquisador reelabora-o quando separa o que é significativo para a sua pesquisa, suprimindo dados, recortando da documentação o que lhe interessa segundo seu objeto de estudo, fotografando os documentos a que tem acesso, ou atualizando as palavras desse material. Essa ação do pesquisador sobre o documento pode não constituir, de certa forma, uma ação arbitrária, mas também não é uma seleção desprovida de intenções; visa atender a objetivos propostos. Logo, devemos pensar que a escolha que o historiador faz do documento, extraíndo-o de um conjunto de dados do passado, atribuindo-lhe um valor de testemunho, não é “neutra”. Nesse sentido, no desenvolvimento desta pesquisa, recorreremos à noção de documento-monumento. Como ressalta Le Goff,

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente (1994, p.547-548).

O documento, para Le Goff, é, pois, resultado de um conjunto de interesses de uma época e das pessoas que o produziram, assim como dos interesses do presente, já que questionamos o passado a partir dos interesses e questões que movem o tempo presente. Portanto, entende-se que o documento não fala por si mesmo; ele precisa ser problematizado, questionado e responder às perguntas propostas pelo pesquisador. Le Goff ressalta, ainda, que o pesquisador não deve prescindir do seu dever principal: “a crítica do documento” – qualquer

que seja ele – como monumento. Entende-se que o documento não é qualquer coisa produzida pelo passado, mas, antes de tudo, é um “produto da sociedade que o fabricou” segundo os interesses e as relações de forças dos que detinham o poder. O autor entende que “só a análise do documento como monumento permite à memória coletiva recuperá-lo, assim como ao historiador utilizá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 1994, p.545). O autor destaca, ainda, na análise do documento como monumento, que “não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira” (LE GOFF, 1994, p.548).

Assim, no desenvolvimento de nossa pesquisa, os documentos não são vistos como fontes verdadeiras e fidedignas do passado, mas como uma das possibilidades de interpretação desse passado. Dessa maneira, o estudo sobre João Gumes e o seu percurso na cultura escrita foi desenvolvido por meio da abordagem e de procedimentos característicos da micro-história, entendida como uma forma de abordar a história cultural e social¹⁶; os pesquisadores que a exploram buscam trazer à tona a vida cotidiana dos indivíduos comuns, pois, até a década de 1960, esses indivíduos ainda permaneciam anônimos, colocados à margem do processo histórico. A micro-história contribuiu para reverter esse quadro, à medida que os pesquisadores que trabalham nessa perspectiva teórica e metodológica focam as questões da vivência cotidiana de sujeitos comuns, suscitando, assim, o estudo de um caso particular. Desse modo, esses historiadores ressaltam as especificidades da vida desses sujeitos sociais, possibilitando pensar as inter-relações entre suas singularidades e uma perspectiva global. Nesse sentido, diversas problemáticas são estudadas, tais como: religiosidade, sexualidade, sentimentos coletivos, processos inquisitoriais, entre outros¹⁷.

A pesquisa micro-histórica é uma prática essencialmente baseada na redução da escala de observação¹⁸. Nesse tipo de pesquisa, realiza-se uma análise microscópica e um estudo

¹⁶ A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica cujas referências teóricas são variadas e ecléticas. O método está relacionado aos procedimentos que constituem o trabalho do historiador (BURKE, 1992). Sendo assim, tanto pode estar vinculada à História Cultural quanto à História Social, pois cada uma dessas tendências possui um corpo teórico-metodológico específico.

¹⁷ Podemos citar o clássico estudo de Carlo Ginzburg (1987) sobre o moleiro Menocchio, que, no século XVI, foi denunciado ao Santo Ofício. O julgamento gerou um vasto e rico processo inquisitorial constituído de documentos judiciais manuscritos, compostos por sentenças, interrogatórios, cartas. Esse acervo documental nos revela quem foi Menocchio, pois permite perceber as suas relações familiares, sociais, sentimentos, valores e regras, que norteavam a sua vida. Esses dados possibilitaram ao pesquisador, também, reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, da cultura da classe subalterna, bem como da classe dominante, destacando o contexto social no qual elas se moldaram sem perder de vista o contexto geral da Europa pré-industrial, marcado pela difusão da imprensa e a reforma protestante (GINZBURG, 1987).

¹⁸ Segundo Levi (1992, p.137), a redução da escala de observação é um procedimento analítico que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado. O autor afirma ainda que

intensivo do material documental. Esse tipo de estudo é pertinente para a realização de um trabalho monográfico. Os autores que compartilham as abordagens analíticas do local “adotam procedimentos historiográficos que privilegiam as diferentes escalas de observação” (REVEL, 1998, p.14); comungam também da ideia de que a aplicação desse método possibilita a complexificação do social. Jacques Revel comenta que o princípio da variação da escala de observação constitui um “recurso de excepcional fecundidade”, porque possibilita que se construam objetos complexos, portanto que se considere a estrutura folheada do social. Revel afirma, ao mesmo tempo, que nenhuma escala tem privilégio sobre outra, já que é o seu cotejo que traz maior benefício analítico (1998, p.14).

Nessa perspectiva, ao aplicarmos o princípio de redução de escala de observação ao estudo sobre a participação de João Gumes na cultura escrita, visamos perceber o sujeito em várias perspectivas de análise. Inicialmente, procuramos ver o sujeito social no seu meio, observando as redes de relações que ele vai tecendo no seu espaço de experiências próximas, bem como as relações que o sujeito estabelece com outros âmbitos de circulação e vivência social. Acerca dessas tessituras que ocorrem no seu espaço de vivência, no qual se desenrola a trama das relações cotidianas, Revel esclarece que:

O espaço monográfico é concebido como um espaço prático, aquele no qual se reúnem dados e se constroem provas. A opção pela abordagem individual não é vista como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente desse, ao acompanhar o fio de um destino particular de um homem, percebendo a multiplicidade de espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (1998, p.20).

Assim, as fontes documentais são essenciais na investigação dos espaços e das relações nas quais João Gumes se inscreveu durante a sua trajetória pela cultura escrita. Como já discutimos anteriormente, as fontes são a matéria-prima de que dispõe o pesquisador na elaboração da sua pesquisa. Esparsas, densas, explícitas, ocultas ou silenciadas, constituem a base para responder às questões postas pela pesquisa. Desse modo, é necessário saber interrogá-las, problematizá-las, observando as suas especificidades, procurando relacionar, na sua análise, teoria e metodologia.

“o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (p.139).

É importante destacar que a facilidade do acesso à documentação sobre João Gumes é um ganho recente. Antes de 1999, a obra de Gumes encontrava-se dispersa ou em adiantado processo de decomposição. Parte do acervo estava guardada no porão da casa onde nasceu e residiu, e outra, em mãos de particulares. A partir de um projeto para se instalar na cidade o APMC (Arquivo Público Municipal de Caetité), numa parceria entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI, Caetité e a Prefeitura Municipal, iniciou-se o processo de recolhimento, higienização desse material para posterior microfilmagem do acervo, principalmente dos exemplares do jornal *A Penna*¹⁹. Vale ressaltar que, atualmente, o APMC se encontra bem estruturado e organizado, o que facilita a busca e o manuseio das fontes, além de contar com funcionários bem preparados para executar o trabalho. Aliada a essas condições, a localização do arquivo (prédio da antiga Câmara Municipal e cadeia) é propícia para o trabalho, pois lá existe um agradável ambiente de pesquisa que nos permite retroceder no tempo.

O *corpus* documental com o qual trabalhamos na realização da nossa investigação pode ser sistematizado em alguns conjuntos de fontes que se encontram no APMC, no Arquivo Eclesiástico Diocesano (Catedral Nossa Senhora Santana) e Arquivos particulares (a exemplo do Centro Espírita Aristides Spínola). Todos esses espaços estão localizados em Caetité. Classifiquei o conjunto das fontes consultadas em dois grupos: as principais e as complementares.

Fontes principais

Elegemos o jornal *A Penna* e o romance *Os analphabetos*²⁰ como principais fontes da pesquisa.

Editado pela tipografia A Penna, o jornal *A Penna* foi fundado por João Gumes em Caetité e circulou de 1897 a 1946. Cada exemplar era composto por quatro páginas. O periódico tratava de questões sociais, econômicas, políticas e culturais da cidade, bem como de problemas de ordem estadual, nacional e internacional. Nesta dissertação, a pesquisa com o

¹⁹ Maria da Conceição Reis (2004) participou ativamente desse processo e relata, na sua tese, as dificuldades que a equipe encontrou para recuperar esse acervo. Segundo a pesquisadora, Gumes tinha o cuidado de arquivar cada número editado do jornal *A Penna*. Entretanto, devido aos empréstimos sem devolução, alguns exemplares se perderam e outros, como já foi mencionado, em função do adiantado processo de decomposição, não puderam ser recuperados na íntegra.

²⁰ Optou-se por manter a grafia das citações de acordo com o texto original.

jornal *A Penna* restringiu-se aos anos de 1897 e 1898. A escolha dos dois anos iniciais de circulação do periódico teve como objetivo conhecer as ideias de João Gumes na fase inicial da sua trajetória pelo universo da cultura escrita. Tivemos acesso tanto às edições microfilmadas do jornal *A Penna* no APMC, como a exemplares originais desse período por meio de particulares. Com referência à utilização do jornal como fonte de pesquisa, Tânia de Luca (2008, p.111) nos informa que, na década de 1970, ainda era reduzido o número de pesquisas que utilizavam os jornais como fontes para o conhecimento da História do Brasil, talvez pelas próprias limitações do campo em lidar com as fontes históricas. O pesquisador deveria buscar fontes que se pautassem pela “objetividade”, “neutralidade”, “fidedignidade” e “credibilidade”. A autora destaca a riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagem. Tomando por guias essas referências, buscamos caracterizar e reconstruir alguns aspectos da materialidade do impresso, condições de produção, áreas de circulação, público leitor, função social, conteúdo, crônicas, notícias, entre outros aspectos.

Assim, os jornais conservados pelos sujeitos são, sobremaneira, ricas fontes documentais, pois nos permitem conhecer e perceber as tramas que os sujeitos tecem no cotidiano do espaço no qual estão inseridos, fornecendo uma variedade de discussões que perpassam todos os aspectos da vida em sociedade. Nessa direção, é possível, por exemplo, identificar a relação do modo de João Gumes pensar o papel desempenhado pelo jornal na região e o ideário iluminista europeu do século XVIII. Percebe-se a função do jornal como meio de educação não formal, como afirma Pallares-Burke (1998). Segundo a autora, existe “a crença no poder das ideias de aprimorar a sociedade e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando ideias, tinha grande potencial para educar o público”²¹. Pallares-Burke ressalta ainda que “o projeto iluminista de transformar mentalidades arcaicas em ilustradas não só se revela presente como é até reforçado no jornalismo latino-americano do século XIX” (p.147). Destaca também que parte dos periódicos que circulavam no Brasil nesse período tiveram vida efêmera. Mas, “reveladores” eram os títulos que identificavam esses jornais e se repetiam em diversas localidades do Brasil, como: *Lanternas*, *Despertadores*, *Pharol*, *Monitores* e outros. Assim, verifica-se que a escolha de Gumes pelo título do jornal *A Penna* e de um outro editado por ele, *O Pharol*, inscreve-se nesse contexto de influências de ideias iluministas, já que os nomes citados se reportam à ideia de objetos que refletem luz

²¹ Ver a esse respeito os estudos de Marco Morel (2005) e de Goodwin Júnior (2007).

ou servem para clarear, iluminar. Pode-se, ainda, pensar a dimensão educativa do jornal, assim como um meio de progresso e uma forma de civilizar e educar a população²².

O nome do jornal *A Penna* faz uma alusão à utilização do instrumento de escrita. Esse indício também nos permite supor que Gumes tinha uma relação de proximidade com a cultura letrada. Retomando a epígrafe inicial deste texto, João Gumes sabia que a leitura, muitas vezes, não oferecia o alimento material às pessoas, mas ele acreditava que a leitura pudesse provocar “perturbações à alma humana” no sentido de gerar inquietações. Daí, provavelmente, seus desejos de enveredar, cada vez mais, pelo caminho da leitura e da escrita, na busca da transformação da sua realidade.

Os analphabetos, romance do autor, constitui outra fonte elencada como principal. Foi escrito em 1927 e editado em 1928. Optamos pela análise mais detalhada desse romance, pois nele Gumes expressa a sua maneira de pensar a leitura, a escrita e a educação escolarizada, entre outros aspectos referentes ao processo educativo tanto formal, quanto não formal. Vale ressaltar que, apesar de outros romances de João Gumes não estarem listados como fontes principais da pesquisa, isso não nos impede de fazer referência a eles. Além da ênfase do romance *Os analphabetos* nas ideias citadas, consideramos que nele é possível, também, apreender as ideias de Gumes que correspondem à fase final da sua trajetória pelas culturas do escrito.

A utilização da literatura como fonte histórica é um ganho recente na historiografia, uma vez que, na história positivista, a compreensão de fonte se restringia aos documentos oficiais que eram tidos como foros de “verdades”, portanto diziam retratar a realidade tal qual ela aconteceu. Esses documentos considerados oficiais tratavam apenas de temas e sujeitos que tiveram determinado destaque na sociedade da época, omitindo outros fatos e pessoas que também foram relevantes no processo histórico. Assim, o uso da literatura na pesquisa histórica ocorreu somente com a ampliação do conceito de fonte, proporcionada pelo movimento dos Annales, prosseguindo com a História Nova. Essa revolução documental permitiu a “descoberta de mundos completamente diferentes daqueles exibidos por outro tipo de texto escrito” (LOPES; GALVÃO, 2001, p.85). A literatura tornou-se uma fonte potencialmente rica, pois permite entrever outras possibilidades de leitura e compreensão da realidade. Nessa perspectiva, Galvão (1996, p.106) demonstrou as diversas possibilidades e

²² No terceiro capítulo, demonstraremos como João Gumes utiliza o jornal *A Penna* numa perspectiva educativa.

a “potencialidade da utilização de fontes não convencionais, como a literatura, articuladas a outros tipos de documentos”. Acreditamos, também, que o uso da literatura neste estudo colaborou para dar inteligibilidade às formas de estruturação das culturas do escrito, principalmente sobre a produção e circulação de material escrito numa região determinada. Assim, a literatura local nos revelou aspectos que, de outra forma, passariam despercebidos em pesquisas que fizessem uso apenas das fontes consideradas oficiais.

Fontes complementares

Como fontes complementares, recorremos, em primeiro lugar, à própria produção escrita de João Gumes, composta por nove romances. Utilizamos, também, como descrevemos a seguir, documentos do arquivo, cartas, fotografias, livro de assinantes do jornal, contrato da constituição da sociedade da tipografia de *A Penna*, livro de batismo, atas do Poder Legislativo municipal, atas do Centro Espírita, entre outros.

Com o objetivo de identificar parte da produção escrita de João Gumes, principalmente os romances que serão citados ao longo deste estudo, e na perspectiva de pensar a relação das temáticas por ele abordadas com aquilo que o inquietava, propõe-se um breve levantamento dos seus escritos. Vale reafirmar que a referência a essas obras não significa considerá-las fontes integrais da pesquisa, até porque esse trabalho demandaria um tempo maior, não sendo possível desenvolvê-lo no prazo determinado pelo mestrado. Na perspectiva de melhor situar a produção escrita de João Gumes, elaboramos uma breve síntese dessa produção.

Uma insurreição de negros: pequeno esboço da escravidão no Brasil, 1874. Oferecido pelo autor aos protetores da liberdade. Esse manuscrito narra, em forma de romance, uma rebelião de escravos que ocorreu numa fazenda de um português, no interior da Bahia. Os cativos, revoltados com os severos castigos e os maus-tratos a que eram submetidos, planejaram e executaram, sob a liderança do negro José, um ataque à casa grande, matando seu proprietário e familiares, conservando apenas a vida da filha do senhor, que era defensora dos cativos. Em seguida, os negros declaram-se livres.

A abolição, 1889, segundo o próprio autor, é uma “comédia-drama”. Texto inédito que trata da permanência da escravidão na região das Serras Gerais após a assinatura da Lei Áurea. O drama denuncia as práticas do comércio interprovincial de escravos, relatando as formas de

resistência empreendidas pelos negros, que não aceitam deixar a família e seguir para outras províncias do Sul do país.

Seraphina, (188?). A narrativa acontece no Sertão da Bahia; é um projeto de romance moralizador e filosófico, como afirmou o autor. Gumes apenas escreveu os cinco primeiros capítulos, a saber: “A velha Margarida”, “O aprisco e o pastor”, “A recém-chegada”, “Contrariedades” e “Nunca estaremos isolados”. Do sexto capítulo, Gumes deixou apenas o título: “O club”. Serafina, personagem principal do romance, é uma jovem senhora, adepta da doutrina espírita, estudiosa e detentora de vastas coleções de livros sobre o espiritismo. O texto aborda os preconceitos que a “nova ciência” enfrentava por parte de uma parcela da população brasileira que resistia em aceitar a doutrina. O autor argumenta, mostrando as ideias dos teóricos que sustentavam a doutrina. Afirmou que naquele momento a doutrina estava em gestação na Europa.

Pelo Sertão: narrativa de costumes rurais do Sertão baiano é um texto que circulou somente no jornal *A Penna*, no período de 04 de julho de 1913 a 27 de março de 1914. O romance descreve os costumes da zona alto-sertaneja, as práticas culturais, as festas, crenças religiosas, os estilos das moradias, características fisiográficas, economia e política da região. Descreve o homem sertanejo como “um espécimen digno de estudo em seus princípios e hábitos patriarcais [...]” (1927, p.2).

Vida campestre: narrativa dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia, 1926. Trata dos costumes do homem sertanejo, das formas de exploração a que muitas vezes se viam submetidos os habitantes do campo pelos fazendeiros locais; enfoca também as práticas culturais da região. O autor esclarece que o objetivo desse romance é tornar conhecidos os sertões para que se possam desconstruir preconceitos contra o campo e seus habitantes, bem como chamar a atenção dos governantes para o fato de que, se a região fosse “melhor servida por estradas e melhor fiscalizada”, prestaria “valioso auxílio à grandeza e prosperidade da Bahia” (Prefácio).

Mourama, texto inédito, é uma peça teatral. O manuscrito narra um acontecimento envolvendo um rei cristão, a princesa, sua filha, e um sultão mouro. A cópia manuscrita *Mourama* (s/d) encontra-se incompleta no APMC.

Sorte grande e A vida doméstica são citadas na contracapa do romance *O sampauleiro*, no rol das obras do mesmo autor, somente com a indicação de serem comédias. Sobre *Sorte grande e A vida doméstica* (s/d) não se têm informações. Não se tem conhecimento das obras; portanto não se pode fazer inferência do seu conteúdo.

O sampauleiro, volumes I (1922) e II (1932), romance editado pela tipografia de A Penna. Nele, o autor descreve os sofrimentos do homem do campo com as frequentes e duradouras secas que o obrigam a deixar sua terra em busca de soldo que lhe garanta a sobrevivência. Esses sertanejos partiam na perspectiva de encontrar trabalho e prosperidade no “Sul” do país, principalmente nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A situação passou a ser tão intensa e constante no interior da Bahia, que João Gumes denominou esses emigrantes de *sampauleiros*. O romance apresenta quatro personagens principais: o protetor e amigo, Professor Serafim, o herói, João Lopes, a heroína, Maria da Conceição; o vilão, Abílio.

O caso Gumes é um livreto que foi editado pela tipografia de A Penna, em 1923, em que o autor informa à comunidade o episódio de ter sido acusado de desviar recursos do Tesouro Público. Na defesa, faz uma retrospectiva da sua vida, demonstrando que os seus atos sempre se pautaram pela ética, responsabilidade e compromisso. O referido fato ocorreu quando ocupava o cargo de coletor estadual e remetia a um encarregado na capital o dinheiro a ser depositado no órgão competente.

O segundo conjunto de fontes complementares utilizado na pesquisa, como já referido, é formado por diversos tipos de documentos.

O livro de matrículas dos alunos da escola particular de primeiras letras de João Antônio Gumes (pai), de 1853 a 1868, constitui uma fonte riquíssima de informações sobre os alunos que frequentavam a escola particular. Foi-nos possível levantar o número de alunos, idades, tempo de frequência à escola, famílias a que pertenciam os alunos, objetos consumidos pela escola, material de leitura utilizado, entre outras informações. Após trazer a relação nominal dos alunos em 1866, o livro passa a ter a função de *livro-caixa*, com anotações referentes ao pagamento individualizado de cada família pela matrícula do filho. Cada pagamento efetivado era registrado; também registrados eram os nomes dos pais em dívida ou em atraso. Carlos Bacelar (2008, p.31), estudando livros de matrículas referentes a escolas localizadas na área rural, comentou que esses livros de matrícula existem principalmente a partir das décadas finais do Segundo Império; o autor chama a atenção para algo entrevisto

nesses documentos: a irregularidade da frequência dos filhos de uma população majoritariamente rural. Informa também que a maior parte das crianças abandonavam os bancos escolares para se dedicarem às atividades agrícolas. Bacelar esclareceu ainda que esses livros permitem, além de outros aspectos, “acompanhar a possibilidade de acesso das crianças negras e imigrantes ao ensino” (p.31), bem como o tempo de permanência na escola.

Documentos do Poder Legislativo: A consulta às atas da Câmara da Cidade de Caetité referentes a meados do século XIX e algumas do final desse século permitiu descobrir outras funções desenvolvidas por João Gumes (pai) junto ao poder municipal, na condição de vereador, depois como secretário da Câmara, função que foi exercida, posteriormente, por João Gumes. A consulta às atas permitiu, também, mapear e acompanhar as discussões de professores públicos de primeiras letras em 1848, solicitando mensalmente à Câmara Municipal atestado de residência; assim também os debates entre os vereadores rejeitando a lei que suprimia a cadeira de latim na província, entre outras discussões locais. Quanto a esse aspecto, Bacelar (2008, p.34) considera que o mais “interessante, nesse sentido, é consultar as atas das sessões, em que se podem acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos, como dos vereadores, deputados e senadores [...]”. Vale ressaltar que parte desse acervo documental do Poder Legislativo em Caetité foi redigida pelo secretário da Câmara, João Gumes (pai), e posteriormente por João Gumes.

Documentos eclesiásticos: A documentação mantida na cúria diocesana da Catedral de Nossa Senhora de Santana em Caetité é variada. É composta de livros de batismos, casamentos e funerais. No livro de batismos (1856-1868) do vigário Policarpo de Brito Gondim, encontram-se os batizados dos irmãos de João Gumes; entretanto faltam no acervo alguns livros referentes a determinados anos que interessavam a este estudo, possivelmente estão em poder de particulares. Como a Igreja Católica no Brasil foi, durante séculos, a responsável pelos registros de batismo, casamento, falecimento considerados documentos legais até a instituição da República, essa prática permitiu que a igreja acumulasse um vasto arquivo documental. Esse material possui grande relevância para o desenvolvimento de estudos, pois trata de aspectos variados da vida em sociedade. Como informou Bacelar (2008, p.39), os arquivos religiosos no Brasil, principalmente, da Igreja Católica, são detentores de grandes conjuntos documentais, porém nem sempre esses arquivos são facilmente acessíveis.

Documentos do Centro Espírita Aristides Spínola. Compõem o acervo as atas do início do século XX referentes à fundação e às sessões realizadas, assim como livros que fizeram parte de uma antiga biblioteca mantida pelo centro. Encontramos também livros que pertenceram a João Gumes, como o dicionário doado por sua madrinha, diversos livros espíritas que foram adquiridos por ele, revistas espíritas de vários lugares do Brasil e um exemplar de uma revista espírita de Portugal. Esse material faz parte do acervo que pertenceu a Gumes, como também da antiga biblioteca do centro, em Caetité.

Fontes de memorialistas. Neste estudo foram significativas as contribuições dos relatos das memórias de Helena Lima Santos, *Caetité: pequenina e ilustre* (1997). No livro a autora produz uma história laudatória de forma a exaltar as grandezas da cidade de Caetité e do seu povo, priorizando alguns políticos, clérigos, enfim, sujeitos considerados ilustres que se destacaram na construção dessa história. Nas memórias de Flávio Neves, *Rescaldo de saudades* (1986), o autor rememora as fases da infância e início da juventude vividas em Caetité, ressaltando os aspectos políticos, culturais, econômicos, educacionais que marcaram a cidade durante esse período. Entre estes memorialistas, Marieta Lobão Gumes, a única que se encontra viva e centenária, é autora das memórias tratadas em Caetité e o *Clã dos Neves* (1975), que, embora seja uma obra dedicada à história da família Neves, também não perde de vista aspectos mais amplos que caracterizaram Caetité no período retratado. Sabe-se que o trabalho do memorialista não segue o rigor acadêmico nem as normas da produção científica. No entanto, essa condição não lhe tira o mérito, nem desqualifica o trabalho. Constituem, portanto, relevantes fontes históricas, na medida em que nos fornecem dados das práticas cotidianas que, por vezes, são omitidas pelas fontes consideradas oficiais. A utilização do relato do memorialista fica enriquecida, quando se faz o cruzamento com outras fontes, não na perspectiva de validar ou não a informação, mas com o intuito de vislumbrar outras realidades. Melo (2008) utilizou como fonte de sua pesquisa as memórias de Pedro Nava, formadas por um conjunto de sete livros em que o sujeito narra a sua história e a da família. Segundo Melo, o memorialista Pedro Nava esclarece aos leitores que, para a elaboração dos seus livros, realizou pesquisa em arquivos, utilizando fontes diversas; em seguida ele convida os leitores a fazerem um “pacto”: que, “para entrar no texto memorialístico, é preciso acreditar, seja no talento do escritor para transmitir uma ‘verdade’ dos fatos narrados, seja no poder criativo do memorialista para escrever o passado” (2008, p.51). Segundo a pesquisadora, a ‘verdade’ encontra-se no decorrer do texto de forma meio “diluída” por entre os acontecimentos narrados. Assim, na trama tecida pelo memorialista,

no seu relato autobiográfico, ao descrever acontecimentos marcantes da vida pessoal e social, fica difícil buscar um critério de verdade, quando se trata de fatos que estão permeados pela emoção e subjetividade que fluem com intensidade no processo da narrativa.

Documentos iconográficos. Foram utilizadas fotos de espaços públicos da cidade como: a foto do Mercado Público, do Teatro Centenário e outras referentes ao tema estudado. Ressalte-se que o trabalho com a imagem como fonte histórica requer alguns cuidados metodológicos, devendo-se a princípio entender que ela não é a única versão possível do fato; portanto não a consideramos integralmente “verdadeira” ou, ainda, uma “certidão visual”, tal como afirmou Pierre Sorlin (1994, p.95), referindo-se à imagem. Sorlin considera a imagem não “digna de crédito”, porque seria “enganosa” e “mentirosa”, no sentido de que a fotografia é produzida com uma determinada intenção, podendo também ser alterada, a depender da intenção e dos interesses de quem faz a leitura. Mas, diante dos percalços, o próprio autor reconhece que a imagem é “indispensável”, uma vez que não é mais possível, “hoje em dia, fazer, escrever, tentar pôr em cena a história sem passar pela imagem”. No entanto, os pesquisadores envolvidos pela perspectiva do fazer historiográfico, não devem negligenciar a crítica, tanto interna, quanto externa, da fonte iconográfica. Sabe-se que a imagem é uma das representações possíveis da realidade; é certo que, tal qual a história, a fotografia é sempre uma “reconstrução do presente e que as fontes, sejam elas quais forem, também, elas são sempre forjadas, lidas e exploradas no presente e por meio de filtros do presente” (PAIVA, 2006, p.20). Nesse sentido, tendo ciência das possibilidades e limites da fonte iconográfica, devemos esclarecer que, infelizmente, nesta dissertação não vamos explorar devidamente as potencialidades das fotos e imagens como fontes históricas, vamos apresentá-las predominantemente como ilustração.

Documentos particulares que também se encontram no APMC e foram utilizados nesta pesquisa: A documentação da família Gumes, constituída de manuscritos de romances e comédias, o manuscrito que contém a tradução de Gumes do livro *Le Brésil*, de Ferdinand Denis (1878), livros, revistas diversas, fotografias, cartas, partituras de músicas que foram compostas por Gumes, mapa da vila de Caetitê elaborado por ele, Abecedário dos assinantes do jornal *A Penna* (1924-1927), Contrato da sociedade do jornal *A Penna* formada por Gumes & Filhos (1921), entre outros. Essa documentação nos possibilitou reconstruir, através dos indícios, as várias atuações profissionais de Gumes.

Documentos da família do dr. Deocleciano Pires Teixeira. As correspondências que João Gumes mantinha com o líder político evidenciam os laços de sociabilidade que Gumes cultivava com a elite econômica e política local e nacional, bem como as trocas de favores. As cartas constituem, também, fonte histórica rica em informações; além do teor político dessas correspondências, elas abordam fatos e acontecimentos variados que marcaram o cotidiano nos quais os sujeitos estavam inseridos. Entre as referências a estudos que tratam de acervos familiares, são significativas as contribuições de Lopes (2007), Batista (2007) e Galvão e Oliveira (2007), que utilizaram o acervo pessoal do sujeito, formado por sua biblioteca, um caderno de recortes de jornais e escritos autobiográficos, entre outros. Os referidos autores ressaltam as potencialidades dos arquivos particulares, bem como as limitações e dificuldades em tratar com algumas fontes que, em determinados momentos da pesquisa, se tornam, às vezes, pouco confiáveis, a exemplo do trabalho com as memórias, quer sejam orais ou escritas. Alguns dos autores apontaram que confrontar ou fazer o cruzamento das fontes permite ampliar a compreensão dos fatos. Como se vê, os arquivos pessoais são relevantes fontes documentais e as pesquisas realizadas a partir deles podem contemplar temas diferenciados, já que eles não dizem respeito apenas ao seu proprietário, mas também à localidade em que o sujeito viveu, às suas práticas de vida e de trabalho, enfim, referem-se a aspectos que marcaram de certa forma o Brasil.

O trabalho do professor e escritor Pedro Celestino da Silva, “Notícias históricas e geográficas do município de Caetité”, publicado na Revista do *Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, em 1932, é uma extensa pesquisa, conforme o próprio autor afirmou, pautada em documentos oficiais e relatos de pessoas da comunidade. O autor fez um inventário histórico da cidade desde o processo de colonização até a década de 1930, ressaltando os seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Silva esteve em Caetité por duas vezes, em 1889 e de 1926 a 1927.

Tendo esclarecido os leitores quanto aos interesses que nos moveram nesta investigação, bem como quanto ao sujeito nela estudado, a seguir, relacionamos os capítulos que compõem nosso trabalho. A presente dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, buscou-se entender quais as instâncias que contribuíram no processo de participação de João Gumes nas culturas do escrito. Assim, procuramos reconstruir, a partir de indícios, a sua linhagem familiar, para perceber quais eram as relações que seus

anteriores praticaram com a leitura e a escrita e de que forma a possível familiaridade com a cultura letrada influenciou a sua trajetória nas culturas do escrito. A seguir, procuramos ver outras instâncias que possibilitaram a continuidade da sua formação, tais como: escola formal, trabalho, religiosidade, a cidade e as redes de sociabilidades construídas em torno do escrito.

No segundo capítulo, procuramos, por meio de indícios, identificar que tipo de participação João Gumes construiu em sua trajetória na cultura escrita. Inicialmente, procuramos conhecer que tipo de leitor ele se tornou. Para responder a essa pergunta, reconstruímos os espaços que frequentou como leitor para saber: Onde lia? O que lia? Como lia? Que tipo de leitor era Gumes? Reconstituímos também a sua biblioteca e a biblioteca do Centro Espírita, com as quais ele teve intensa relação. Quais eram os autores que João Gumes lia? Que tipos de leituras fazia? Qual a influência que esses autores exerceram sobre a sua escrita? Quais os livros mais citados? No segundo momento, procuramos mapear a condição de Gumes como escritor. Quais os meios utilizados por ele para divulgar e propagar os seus escritos? Quais foram os tipos de produções que ele escreveu? Quais as suas características e funções? Essas são algumas perguntas que norteiam o segundo capítulo deste estudo.

No terceiro e último capítulo, analisamos as ideias de João Gumes sobre a leitura, a escrita, bem como discutimos o seu posicionamento sobre educação escolarizada apresentado no jornal *A Penna* e nos romances, procurando identificar, inicialmente, como ele conceitua educação, a que tipos de educação faz referência, bem como às suas implicações. Buscamos entender o contexto da produção do romance *Os analfabetos* e a relação que se pode estabelecer entre ele e o processo de implantação da escolarização no Brasil com as campanhas de alfabetização. Procuramos ver, também, como são descritas as práticas de leitura e escrita nos romances de João Gumes. Quem são os sujeitos que estão envolvidos com essas práticas? Para Gumes existe uma diferenciação entre os sujeitos que se dedicam à leitura e à escrita e os que não se dedicam? Existe circulação de material escrito nos romances de Gumes? E como se dá o manuseio pelos personagens? Que usos sociais Gumes propõe a partir dessas práticas? Sem pretender responder a todas essas perguntas de modo cabal e completo no espaço desta pesquisa, tentaremos responder a alguns aspectos propostos.

CAPÍTULO 1
INSTÂNCIAS FORMADORAS QUE
INFLUENCIARAM A PARTICIPAÇÃO
DE JOÃO GUMES NA CULTURA ESCRITA

Neste capítulo, propõe-se entender que instâncias formativas foram significativas na trajetória de um indivíduo proveniente de uma família que já possuía algum nível de participação na cultura escrita entre o século XIX e o início do século XX, permitindo-lhe construir certa intimidade com essa cultura e ampliar essa participação. Ressalte-se que essa família não era detentora de capital econômico, mas construiu e manteve boas redes de relações sociais na cidade. A proposta é, portanto, perceber como cada instância formativa e socializadora (família, escola, trabalho, as redes de sociabilidades, a religião, a cidade, entre outras) contribuiu e possibilitou a ampliação da participação de Gumes no mundo da escrita.

1 Reconstruindo a linhagem familiar de João Gumes e as relações que estabeleceu com a cultura escrita

Na reconstrução da linhagem familiar de João Gumes, encontramos sobre a família uma árvore genealógica elaborada por um neto já falecido, revelando que Anna Luísa, mãe de João Gumes, era filha de Marcelino José das Neves, natural de São Félix do Paraguaçu (BA), filho do português Marcelino José das Neves e de Ana Clara. Vindo para Caetité, o Marcelino José nascido em São Félix do Paraguaçu casou-se com Maria Teodolina de Azevedo Veiga, em 06 de maio de 1826. Do casamento de Marcelino Neves e Maria Teodolina nasceram cinco filhos, entre eles Anna Luísa (1831-1870) - mãe de João Gumes, e Marcelino Neves (1841-1918). Em 1854, Anna Luísa Neves casou-se com João Antônio dos Santos Gumes (pai) e tiveram cinco filhos, dos quais João Gumes era o terceiro. Consta que Marcelino transferiu para o sobrinho João Gumes a admiração que tinha pela mãe deste, Anna Luísa, “mulher dotada de inteligência” e detentora de um “espírito altivo, vivacidade e extrema bondade” (LOBÃO GUMES, 1975, p.29). Endossando essa ideia, consta na árvore genealógica que Marcelino Neves “nutria especial afeição por sua irmã Anna Luísa (mãe de João Gumes), a ponto de chamar-lhe de mãe. E à sua mãe verdadeira (Maria Teodolina) chamava Iaiá”. Este indício demonstra que a mãe de João Gumes era uma mulher que exercia, junto à família e, talvez, junto ao círculo de convivência, relações que foram capazes de reforçar seu poder individual. Ressaltando a influência e o destaque que as mulheres exerciam nas suas esferas de sociabilidades, Mary Del Priore esclarece que, mesmo durante o sistema patriarcal instalado no Brasil colonial, as mulheres conseguiram, “tanto na vida familiar, quanto no mundo do trabalho, estabelecer formas de sociabilidade e de solidariedade [...], como uma rede de conexões capazes de reforçar seu poder individual

ou de grupo, pessoal ou comunitário” (2000, p.9-10). Pelos indícios coletados nos documentos, a mãe de Gumes se aproximava do perfil descrito pela autora; ela soube estabelecer redes de sociabilidades tanto em torno da família, como nas atividades que desenvolvia. Segundo informações colhidas junto à memória familiar dos seus descendentes, Anna Luísa era uma mulher letrada, que sabia francês e que atuou como mestre-escola para meninas na escola particular de primeiras letras do seu marido. Afirmam também que ela teria gosto pela música e sabia tocar instrumentos musicais, entre outras características. Conforme relatos dos memorialistas, o seu irmão Marcelino Neves tinha grande admiração por ela, como já foi dito, ressaltando as suas características pessoais. Logo, deveria tratar-se de uma mulher que, certamente, tinha uma formação na cultura letrada. Sabe-se que seu irmão Marcelino José da Neves²³ também manteve escola particular que recebia alunos provenientes da região; submeteu-se ao concurso público para professor, na Bahia (capital do estado), em que logrou sucesso, sendo nomeado professor de pedagogia da Escola Normal de Caetité²⁴. Em discurso proferido pela conclusão do curso de formação de professoras da primeira turma da Escola Normal, em 1904, Marcelino José das Neves comentou sobre a sua própria formação: “Sem protetores, sem mestres, sem livros, entregue indefeso à corrente arrebatada das necessidades da vida; desde menino sem mais guia que as próprias inspirações, senti-me, bem cedo, atraído fatalmente, por um ideal [...]” (*apud* LOBÃO GUMES, 1975, p.153). Esse fragmento do discurso proferido por Marcelino Neves, relatando como ocorreu a sua formação, “sem protetores, sem mestres, sem livros [...]”, leva-nos a questionar que a sua formação não se processou de forma tão isolada e solitária, desprovida de todos os recursos, como afirmou, uma vez que ele também foi aluno da escola de primeiras letras de João Gumes (pai). Para entender a construção discursiva deste documento, recorreremos a Le Goff, quando diz que o “documento-monumento” é um “produto da sociedade que o fabricou” (1994, p.545). Entende-se que essa foi a versão conservada pela história, para que chegasse até o presente. Deve-se ressaltar que não estamos atribuindo conceitos de “verdade” ou “mentira” ao documento, mas questionando as possíveis brechas que ele nos oferece. No entanto, é correto afirmar que Marcelino Neves não teve uma formação institucionalizada para o exercício da profissão docente, já que, na época, a cidade de Caetité não possuía, ainda, escola normal.

²³ Marcelino José das Neves foi aluno de João Gumes (pai). Em 1896, depois de exercer o magistério em lugares próximos na região, transferiu-se para Caetité, a fim de ocupar o cargo de Delegado escolar residente.

²⁴ *A Penna*, 05/08/1897, p.3.

Sobre a atuação de João Gumes (pai), coletamos, junto às atas da Câmara Municipal de Caetité, informações de que ele desempenhou atividades como vereador, secretário da Intendência, aposentando-se como funcionário do Correio. Desenvolver funções vinculadas à área urbana parece ter sido um aspecto comum aos antecedentes de João Gumes. Por meio da análise de documentos, pode-se afirmar que os antepassados de Gumes vieram de Portugal para a região das Minas e o seu pai se estabeleceu em Caetité, dedicando-se a atividades no setor público.

O pai desempenhou as funções de fiscal e de vereador da Vila do Distrito de Caetité. Em requerimento de 1848, enviado por ele à Câmara Municipal, solicitou sua exoneração do cargo de fiscal²⁵. A solicitação foi deferida em sessão ordinária do dia 13/07/1848. Posteriormente, em 1849, houve uma convocação feita pela Câmara Municipal, solicitando a nomeação de dois vereadores suplentes. Um deles era João Gumes (pai), que compareceu, prestou juramento e ocupou a cadeira de vereador da cidade. A solicitação feita para exoneração do cargo de fiscal da Vila não faz referência a outro vínculo empregatício que ele mantivesse com a Intendência. Contudo, é possível inferir que o desligamento da função de fiscal implicava a assunção de outra função junto à administração municipal, já que, em 1849, ele assumiria, como suplente, uma cadeira, como vereador de Caetité.

João Gumes (pai) ocupou também a função de secretário da Câmara²⁶. Mais tarde, João Gumes, ao denunciar as condições por que passava o serviço do Correio na cidade, rendeu homenagens ao pai. Disse ele: “há anos, em 1889, foi reintegrado no lugar de Agente do Correio o velho Santos Gumes, que já servira 20 anos tendo sido nomeado em 1865, na administração do Pimentel, e exonerado em 1885 pela política conservadora”²⁷ (*A Penna*, 5/9/1897, p.1). Assim, pode-se inferir que João Gumes (pai) desempenhou, em vários mandatos, a função de servidor público. No entanto, as condições de trabalho e a forma de

²⁵ Conforme consta no APMC: Fundo: Câmara Municipal, Grupo: Secretaria da Câmara, Série - Ata de Sessões, data-limite: 1847-1849, maço: 2 (p.239).

²⁶ Fundo: Câmara Municipal. Grupo: Secretaria da Câmara. Série: Atas de Sessões, data-Limite: 1881, maço: 4.

²⁷ Segundo Ilmar Mattos (2004, p.115-121), o fracasso das revoltas liberais de 1842, no período monárquico, influenciou a estruturação dos partidos políticos em dois grupos: os liberais (formado pelos profissionais liberais: advogados, médicos...), sob a denominação de *Luzia*, e o outro grupo, os conservadores (formado pela oligarquia agrária), os *squarema*, nome que, de início, denominava os conservadores da província do Rio de Janeiro, passando, depois, a designar os conservadores de todo o Império. Em Caetité, essa prática política não foi diferente. Conforme relata Erivaldo Neves (1998, p.33- 34), na passagem do Império para a República, o partido monárquico deixou de existir, surgindo os grupos regionais, que reuniam “bacharéis urbanos e coronéis rurais”. Para o autor, em “cada Estado surgiu um partido regional, agrupamentos de meia dúzia de líderes sem programa ou linha política”.

tratamento dispensada ao servidor poderiam alterar-se, a depender do grupo político que estivesse ocupando o poder na intendência; os funcionários que não compartilhassem dos mesmos ideais do grupo poderiam ser exonerados do cargo, pelo fato de ter um posicionamento diferente, ou seja, apresentar uma postura liberal, tal qual ocorreu com João Gumes (pai). Conforme relata João Gumes, no ensaio *O caso Gumes* (1923), ao assumir ele próprio a postura liberal, acabara provocando os desafetos políticos, sofrendo retaliações e perseguições por parte do grupo oposicionista quando este estava no poder.

Nesse período em que João Gumes (pai) atuou como funcionário público, é possível verificar que também exerceu a função de mestre-escola²⁸, pois manteve, em Caetité, uma escola particular de primeiras letras, que funcionou de 1853 a 1866, segundo o que consta no livro de registro de matrículas²⁹. Na abertura do livro, o autor afirma que ele serviria, no princípio, para registro da matrícula dos alunos existentes e, a partir de determinada página, seria utilizado para outros assuntos referentes à escola e a “cousas diversas”. Declara que o livro possui 138 folhas que por ele foram rubricadas como Stos. Gumes.

Atente-se para esta anotação feita pelo pai de João Gumes no livro de matrículas da Escola Particular de Primeiras Letras: “Nasceu no dia 10 de maio de 1858 (ao meio-dia, 2ª feira) João Marcelino dos Santos Gumes”. Segue-se a identificação dos nomes do pai e da mãe. Trata-se do nome do sujeito da nossa pesquisa. No livro, o nome Marcelino foi rasurado no ato da escrita. Mais à frente, no entanto, o redator colocou entre parênteses: “João Marcelino” (nome que o próprio dono mudou, mais tarde, para João Antônio). Em vários de seus escritos, produções da fase adulta de João Gumes, encontramos muitos deles com a presença do sobrenome Júnior³⁰. Após a morte do pai, em nota no jornal, João Antônio dos Santos Gumes Júnior avisa ao público que, a partir de 15 de fevereiro de 1897, “assigna-se ‘João Antônio dos Santos Gumes’, e adoptou a rubrica de ‘João Gumes’”³¹.

²⁸ Mestre-escola refere-se ao docente que ensinava a instrução primária aos meninos. Os mestres-escolas foram pessoas não especialistas, ou seja, que não tiveram formação profissional, no entanto costumavam ser “dos mais acreditados na cidade”, talvez em função dos conhecimentos que possuíam. Era um tipo de instrutor particular pago pelas famílias para ensinar as primeiras letras (leitura, escrita e aritmética) aos filhos da classe abastada. Para maior aprofundamento do conceito de mestre-escola, ver Heloísa Villela (2000).

²⁹ Fundo: Escola particular de primeiras Letras de João Gumes, Série: Registro de Matrículas de Alunos. Data-limite: 1853-1866, maço: 7, caixa: 3. Esse é o único documento até o momento encontrado sobre a escola.

³⁰ Pressupõe-se que a utilização do sobrenome Júnior era uma forma de distinguir seu nome do nome do pai. Nas atas da Câmara, quando ambos desempenharam a função de secretário em períodos distintos, observam-se as semelhanças na qualidade das caligrafias. A distinção da grafia dos nomes ocorre na abreviação do sobrenome Santos, feita pelo pai, enquanto o filho adotou a escrita completa do nome.

³¹ *A Penna*, 20/04/1897, p.4.

Esse é outro aspecto que torna visível a proximidade que a família tinha com a cultura letrada, já que as alterações escritas dos nomes foi uma prática comum e anterior ao próprio nascimento de João Gumes. Seu pai, com o objetivo de “grafar”, criar algo que o identificasse, diferenciando-o de um homônimo existente na cidade, recorreu à estratégia da escrita, alterando a grafia do nome de “Gomes” para “Gumes”, que o tornaria bastante original e diferente. Dessa forma, os descendentes de João Gumes são identificados como os únicos detentores do sobrenome na região (NEVES, 1986, p.67).

Proveniente de uma família de formação católica, João Gumes recebeu os primeiros sacramentos do batismo ainda criança. Foram seus padrinhos os tios Antônio Veiga e Rita Luísa de Azevedo Brito. Os demais irmãos³² também receberam os sacramentos do batismo.

Infere-se, a partir das relações estabelecidas entre a família e a religião, que, quando criança, Gumes e os irmãos participavam ativamente da igreja, tornando-se ele membro do coro. Acreditamos, também, que a participação na igreja lhe despertou o interesse pela música e lhe permitiu aprender a tocar diversos instrumentos musicais, dedicando-se, mais tarde, ao violoncelo. O aprendizado da música, e possivelmente do latim, pode ter acontecido no âmbito da Igreja Católica. Essa hipótese nos ajuda a compreender as condições que permitiram a João Gumes se tornar um compositor. Entretanto, pode-se fazer outras inferências quanto às formas em que se deu esse aprendizado, considerando que, certamente, deviam existir na cidade pessoas que sabiam tocar instrumentos musicais, como tinham alguma compreensão do latim, tendo em vista que Caetité teve professor régio de latim de fama reconhecida na região. Como parte do seu acervo particular, que se encontra no APMC, existem várias partituras musicais, sobressaindo, entre elas, aquela que se refere à canção que compôs para homenagear o 1º governador eleito da Bahia, Rodrigues Lima³³, e a composição “Marcha para procissões”. Cada partitura é destinada a um instrumento musical

³² Segundo o livro de registro de batismos, “no dia 15 de abril de 1857 batizou solenemente Antônio de 1 ano filho legítimo de João Antônio dos Santos Gumes e sua mulher D. Anna Luísa dos Santos Gumes, P.P. (padrinhos), Marcelino José das Neves e d. Maria Teodolina dos Santos Neves. Vigário Policarpo de B. Gondim. No mesmo dia mês e ano batizei solenemente José de idade de 07 meses, filho legítimo de Antônio dos S. Gumes e P.P. (padrinho), Pe. João Nepomuceno Vilas Boas e D’ Maria Marcelina das Neves. Vigário Policarpo de B. Godim”. Arquivo da Catedral de Caetité. Livro: Freguesia de Senhora Sant’anna de Caetité. Batizados 1856-1868, Vigário: Policarpo de Brito Gondim

³³ Joaquim Manoel Rodrigues Lima, natural de Caetité (1845-1903), eleito governador do estado (1892-1896). APMC - Fundo: Acervo da Família Gumes, série: manuscritos diversos, caixa: 1, maço: 9.

específico: clarineta, flautim, trombone, requinta, ophiclíde³⁴ e outros, conforme nos mostra a figura a seguir.

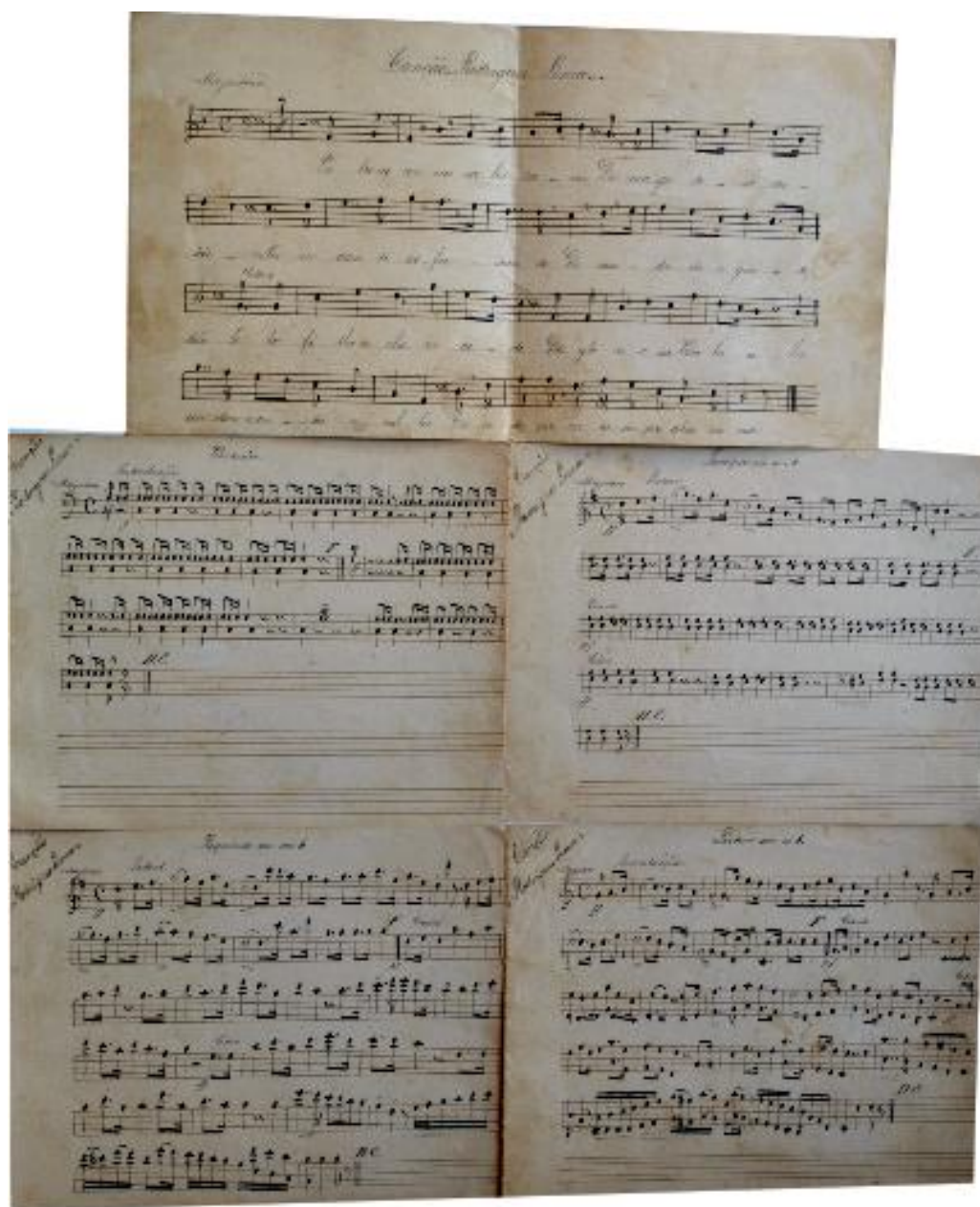


Figura n. 1 – Partituras compostas por João Gumes; não consta a data de produção.

A figura n.1 é resultado de uma montagem feita a partir de algumas das partituras que compõem a canção que João Gumes fez para homenagear Rodrigues Lima. Embora não

³⁴Sobre esse instrumento, Flávio Neves (1986, p.18), ao rememorar a sua juventude em Caetitê, comenta a existência de dois grupos musicais. A respeito de um deles, o “Grupo União”, do qual era membro, o autor ressalta que, nesse grupo, conheceu um instrumento, “um baixo, que se denominava ophiclíde”. Sobre o nome do instrumento, Neves informa: “Esse nome, ao que me disseram, compunha-se de raízes gregas – serpente e chave – pois as chaves múltiplas estendiam-se ao longo do instrumento, em uma forma serpiginosa”. O instrumento ao qual o autor se refere era de propriedade de João Gumes.

tenhamos a data da sua produção, acreditamos que ele compôs essa canção possivelmente no início do século XX, considerando que Rodrigues Lima deixou o governo em 1896.

Para identificar o nível de aproximação que os antecedentes familiares de Gumes tiveram com a cultura letrada, seria interessante mapear essas relações a partir da terceira e quarta gerações, mas, em virtude da falta de documentação referente às gerações que o antecederam, não foi possível ver essa relação. Diante dessas limitações, procuramos (re)construir quais eram as práticas e usos da cultura escrita desenvolvidos apenas pelos parentes mais próximos de Gumes.

Acreditamos ser adequado considerá-lo, de certo modo, um “herdeiro”³⁵ de capital cultural, já que a família possuía participação na cultura escrita. De acordo com Bourdieu (1998, p.42), para dimensionar de forma mais precisa as “vantagens e desvantagens transmitidas pelo meio familiar [dever-se-iam] levar em conta, não somente o nível cultural do pai ou da mãe, mas também os antecedentes de um e outro ramo da família”. Assim, a herança cultural transmitida pela família permite explicar os diferentes êxitos obtidos pelos descendentes quanto à sua participação na cultura escrita. Vale destacar também que a transmissão do capital cultural não ocorre de forma instantânea, por “doação ou transmissão hereditária”. Portanto, não está vinculada direta e unicamente ao capital econômico³⁶, mas às condições de acesso aos bens culturais, além das disposições pessoais do sujeito. O êxito dessa “transmissão e o tempo necessário para a sua realização, dependem do capital incorporado pela família” (BOURDIEU, 1998, p.76). A sua aquisição ocorre de forma “dissimulada e inconsciente”, levando em conta as condições de apropriação de cada sujeito em particular, de acordo com Bourdieu (1998, p.75-76). Podemos inferir que nem todos os que participavam da elite econômica eram letrados, assim como nem todo letrado era membro da elite econômica.

³⁵ O conceito de “herdeiro” é aqui utilizado na perspectiva de Pierre Bourdieu (1998, p.238). Para o autor, herdar é transmitir disposições imanentes, dar continuidade a um “projeto”, aceitar tornar-se instrumento dócil de reprodução. Nesse sentido, pode-se dizer que João Gumes, de certa forma, constitui-se como um “herdeiro”, já que ele “aceitou herdar a herança”, ou seja, ele se dispôs a apropriar-se dela. No entanto, percebe-se que Gumes não foi um herdeiro passivo, ele reelaborou a herança disponibilizada, na medida em que ampliou e expandiu o capital cultural herdado e estabeleceu vínculos de efetivação no campo.

³⁶ Corroborando a teoria do capital cultural de Bourdieu, Maria Alice Nogueira (2004), em estudo baseado na Sociologia, pesquisou a trajetória de jovens provenientes de lares economicamente privilegiados. Com esse seu estudo, a autora desmitificou a ideia de que o favorecimento econômico estaria vinculado à condição da excelência escolar. Pesquisando jovens filhos de empresários, ela constatou que a trajetória escolar desses jovens não está vinculada à situação financeira da família, mas “associada a outros fatores, como as dinâmicas internas das famílias e as características ‘pessoais’ dos sujeitos, ambas apresentando um certo grau de autonomia em relação ao meio social” (p.135).

João Gumes, depois de viver oito anos atuando como mestre-escola na zona rural, como descreveremos a seguir, volta a Caetité³⁷, dedica-se a outras atividades. Casou-se, aos 26 anos de idade, com sua prima Antônia Dulcina Pinto (1869-1922), com quem teve 16 filhos: Maria Sophia, Júlia Adelaide, Laura Luzia, Ana Rufa, Sadi Rútilo, Luís Antônio, Huol, Cármen Dolores, Heloísa, Cândida Stela, Dulce Áurea, Eponina Zita, Célia, Celina, João Kardec e Antônio. Em 1922 ficou viúvo e faleceu em maio de 1930. Alguns nomes dos filhos já eram utilizados por seus antecedentes familiares, como, por exemplo, “Luís Antônio”, “Laura”, “Ana”. Há, ainda, nomes que possuíam uma representação mais forte para os progenitores, como é o caso de “João Kardec”, certamente uma referência ao fundador da doutrina espírita, Allan Kardec³⁸, da qual João Gumes passou a ser adepto, como veremos adiante. Nesse sentido, percebe-se que a escolha desses nomes não foi aleatória, mas, sim, provida de intenções, o que revela, mais uma vez, intimidade de Gumes com as culturas do escrito.

Sabe-se que a família foi uma instância formadora e socializadora relevante no processo de participação de Gumes na cultura escrita. No entanto, necessitaríamos de mais dados que nos permitissem definir melhor o nível de participação dos demais membros da família na cultura letrada. Como referido, em função da pouca documentação, não foi possível verificar a influência que os antecedentes da segunda e terceira geração exerceram sobre Gumes, mas é possível perceber que os progenitores e tios lhe legaram capital cultural, uma vez que a geração que o antecedeu já havia construído relações de proximidade com a cultura escrita, a exemplo de seu pai, que, além de trabalhar na burocracia do Estado, exerceu também a função de mestre-escola, assim como o seu tio materno. Depois, o próprio Gumes também se torna um mestre-escola. Percebe-se que, na vida de Gumes, teve um papel primordial a figura paterna, a quem o filho fez constantes referências no jornal *A Penna*. Podemos inferir que João Gumes (pai) inaugurou uma série a que os filhos deram prosseguimento, principalmente João Gumes. Segundo Bourdieu (1998, p. 232), “o pai é o sujeito e o instrumento de um projeto”. Corroborando a ideia de transmissão de capital cultural feita a

³⁷ Não conseguimos levantar mais dados referentes ao período da juventude de João Gumes ou, mesmo, mais dados sobre os seus irmãos. No entanto, encontramos a participação de um dos irmãos, Antônio Gumes, como presidente da Sociedade Dramática caetiteense (falaremos dele à frente). Talvez esse indício nos permita inferir o peso que teve a formação familiar na transmissão do capital cultural, uma vez que, além de João Gumes, outros filhos também tiveram envolvimento com as culturas do escrito.

³⁸ De acordo com Dora Incontri (2001), Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869) nasceu em Lyon - França - e morreu em Paris. Antes de se dedicar à organização da doutrina espírita, exerceu, na França, durante 30 anos, a função de educador. Tornou-se discípulo de Pestalozzi, de quem adotou o método pedagógico. Bacharel em Letras e em Ciências, Doutor em Medicina, era poliglota. Adotou o pseudônimo de Allan Kardec, ao publicar a primeira edição do *Livro dos espíritos*, em 1857, que foi reeditado em 1858.

Gumes pela família, existe um dicionário de italiano-português³⁹, presente da madrinha Rita Luísa de Azevedo Brito para João Gumes, datado de abril de 1877. De modo semelhante, em período posterior, Gumes também ofertou, como presente de aniversário, à filha Cândida Stella um dicionário⁴⁰ prático ilustrado, em outubro de 1929. Esses indícios nos levam a inferir que a família Gumes apresentava certa intimidade com a cultura escrita, bem como a ideia de valorização da cultura letrada, já que o livro é utilizado como presente por diferentes gerações da família. Pode-se, ainda, pensar a relevância da dimensão simbólica do dicionário que João Gumes oferece à filha, não um livro que seja doutrinário ou de conhecimentos específicos, mas um livro que lhe possibilitava articular com os diversos campos do conhecimento, ou seja, podemos especular que ele oferecia à filha a oportunidade de herdar “todas as letras”, o que nos leva a reafirmar que a herança cultural foi um traço distintivo e marcante na família. Além da relevante influência que a família exerceu na sua vida, a instância escolar também teve presença marcante, na medida em que os pais e tio foram mestres-escolas; em determinados momentos a influência de ambas as instâncias acabavam se confundindo.

1.1 Reconpondo a dimensão da instância escolar na vida de João Gumes

Para pensar qual a contribuição da instância escolar na participação de João Gumes nas culturas do escrito, necessário se faz historicizar como se deu essa relação. Inicialmente, nos inquietou bastante definir qual seria o nível de escolaridade de João Gumes, para entender de que maneira a frequência à escola formal influenciou a sua relação com a cultura escrita.

As fontes documentais disponíveis não ofereceram respostas precisas para essa questão. Numa pequena biografia escrita por seu filho Sadi Gumes, este comenta que João Gumes “desde novo revelou forte pendor para as letras e obteve alguma instrução na escola de seu pai, depois com os próprios esforços”⁴¹. No livro de matrículas da escola de primeiras letras do seu pai, encontramos o registro de matrícula do seu irmão Antônio dos Santos Gumes em janeiro de 1862. Como no livro faltam algumas páginas, presume-se que João Gumes, como afirmou posteriormente seu filho, também estudou na escola regida pelo pai. Por ora,

³⁹ BORDO, Antonio. *Dizionario Porthoguese-Italiano*. Rio de Janeiro: Typoghafia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1854. (Manteve-se aqui a grafia apresentada no dicionário.)

⁴⁰ SÉGUIER, Jayme de. *Diccionario Prático Illustrado*. Novo Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro. 2. ed. Porto: Livraria Chardron, 1928.

⁴¹ APMC - Fundo: Acervo da Família Gumes, Série: manuscritos diversos, caixa: 2, maço: 3.

detalhemos um pouco mais sobre o funcionamento da escola de primeiras letras do pai de João Gumes, supondo que o sujeito investigado tenha realmente nela estudado.

Sobre a Escola Particular de Primeiras Letras criada por João Gumes (pai), conforme explicitado, o único documento a que tivemos acesso foi o livro de matrículas de 1853. Constatamos que era uma escola que tinha uma procura considerável de alunos, o que nos fez indagar: havia, em Caetité, em meados do século XIX, outras escolas de primeiras letras? Segundo registro de atas da Câmara Municipal de 1847, verifica-se que, desde o período anterior à instalação da escola de primeiras letras de João Gumes (pai), a Vila de Caetité já dispunha de três professores públicos de primeiras letras, sendo dois homens e uma mulher, além de um professor público de latim. Nas atas, pode-se ver que, de três em três meses, os professores enviavam requerimento à Câmara Municipal, solicitando atestado que comprovasse sua residência na Vila, explicando que isso se devia ao fato de não existir, na localidade, a Comissão de Instrução Pública⁴². Nos escritos de memorialistas locais, como Lobão Gumes (1975, p.27), Santos (1997, p.47), bem como na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* (1932, p.181), consta que o professor de latim possuía uma vasta erudição; assim, os autores foram unânimes em reconhecer a relevância e o destaque que o trabalho do professor de latim conferia à cidade de Caetité. Vê-se, assim, que, na Villa Nova do Príncipe e Santa Anna do Caetité, na segunda metade do século XIX, existiam aulas públicas de primeiras letras, bem como aulas de latim, o que, conforme foi citado, conferia certo destaque a Caetité. No entanto, com a determinação de uma lei provincial, tornara-se extinta a cadeira de latim. Tal fato provocou insatisfação, levando a Câmara de Vereadores⁴³ a manifestar posição contrária a essa extinção e a solicitar, junto à Assembleia provincial, a sua revogação, por entender que a aula de latim era relevante para a formação dos jovens caetiteenses.

⁴² De acordo com José Carlos Silva (1999), a Comissão de Instrução Pública na Bahia foi criada em 25/05/1842.

⁴³ Assim os vereadores relatam em ata: “Não podendo esta Villa passar sem a cadeira de latim, que há muitos annos,... [ilegível]..., sendo a sua conservação de grande utilidade para este termo que movia muitos alumnos para frequenta-la; e ficando esse Município privado de dar sua pequena instrucção a sua mocidade, pois a Lei de 04/08/1838 extinguiu a cadeira mencionada, logo que vagar proponho que esta Camara dirija huma representação a Assembleia Provincial, pedindo a revogação da Lei citada na parte que extinguiu a Cadeira de latim desta Villa mostrando a necessidade de sua conservação” (Sessão ordinária, de 12/01/1848, p.258). Segundo a reivindicação dos vereadores, registrada em ata, observa-se que eles eram defensores da permanência da cadeira de latim para a “instrução da mocidade” e se organizaram no sentido de solicitar, junto à Assembleia Provincial, a revogação da lei que a extinguiu, já que entendiam a relevância da sua conservação.

Pelo fato de existirem, na cidade de Caetité, nesse período, escolas de primeiras letras públicas e particulares, interessou-nos saber: Quem seriam os alunos que frequentavam a escola particular de primeiras letras de João Gumes (pai)?

No livro de registro da escola, existe a identificação dos nomes dos alunos, com data de ingresso, sua idade, família, as mensalidades pagas e algumas observações. Quanto às famílias, verifica-se que algumas são conhecidas e ocupavam posição de destaque na cidade, como a do dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, primeiro governador eleito da Bahia; a de Antônio Joaquim de Lima, pai de Plínio de Lima, que se formou em Direito pela Faculdade de Recife, voltou à cidade e dedicou-se às causas culturais da cidade e à poesia (falaremos dele em outro momento); a de Marcelino José das Neves⁴⁴. Nota-se a presença dos filhos da elite econômica, política e cultural da cidade, dos sobrinhos do vigário local, dos filhos do próprio mestre-escola, entre outros.

A partir dos indícios, pode-se inferir que os alunos que frequentavam a escola particular do pai de João Gumes eram provenientes de famílias que se dedicavam a diferentes atividades econômicas, pertencentes às classes sociais mais abastadas da sociedade, não só famílias vinculadas a atividades urbanas, como também alunos provenientes de famílias proprietárias de terras.

A partir das informações obtidas no livro de registro da escola, percebe-se que era uma escola que funcionava em forma de internato e externato. Certamente, para os alunos que residiam na cidade, não havia a necessidade de morar na escola. Porém, havia os alunos que eram filhos da elite econômica da região, residiam nas fazendas e nas vilas e deveriam ficar internos na escola.

As idades dos alunos dessa escola são heterogêneas. Matriculavam-se alunos dos cinco aos vinte anos; os últimos, em número bem ínfimo. No geral, pode-se observar que a média de idade com que os meninos entravam na escola era de seis anos. De modo semelhante, as meninas que se matriculavam na escola também eram de idades variadas. Não existem dados que nos permitam afirmar que a escola funcionava com turmas mistas. Por fim, nas observações registradas, encontramos alguns alunos que estavam isentos do pagamento.

⁴⁴ Natural de Caetité, Marcelino José das Neves (1841-1914), como já referido, tornou-se mestre-escola na cidade, exerceu a função em vilas da região e foi nomeado lente de pedagogia da Escola Normal em 1898. Foi, ainda, redator do jornal *A Penna*. Como escritor, é autor do drama: *O designado*, dos romances: *Mulher do xale preto* (publicados em *A Penna* em forma de folhetim), *Lavras diamantinas* (único romance editado, pós-morte) e *Naninha*.

A tabela n. 1, a seguir, nos permite visualizar a demanda de alunos atendida pela escola anualmente. É importante considerar, para a observação da tabela, que a população⁴⁵ da vila de Sant'Anna de Caetité, em 1872, era de 16.778 homens livres e que, deste conjunto, apenas 2.843 indivíduos sabiam ler e escrever. Havia também, na cidade, uma população de 1.058 escravos.

TABELA N. 1

Alunos matriculados na Escola Particular de Primeiras Letras de João Gumes (pai)

ANO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS
1853	01	02	03
1854	01	13	14
1855	01	07	08
1856	02	25	27
1857	04	21	25
1858	01	28	29
1859	01	28	29
1860	10	18	28
1861	08	16	24
1862	02	17	19
1863	03	10	13
1864	0	08	08
1865	0	08	08
1866	02	12	14
1867	0	17	17
1868	0	11	11

Fonte: Livro de Matrícula da Escola Particular de Primeiras Letras de João Antônio dos Santos Gumes. Caixa: 03, maço: 07

Esses dados nos permitem inferir que a escola particular de João Gumes (pai) tinha um número considerável de alunos, sobretudo se atentarmos para o fato de existirem aulas públicas⁴⁶ de primeiras letras na localidade, nas décadas iniciais do século XIX. Houve períodos em que a frequência foi baixa, a exemplo do primeiro ano de funcionamento da escola, 1853, quando constam, na documentação, somente três alunos matriculados. No ano seguinte, houve um aumento significativo, pois foram registrados 14 alunos matriculados. Todavia, em 1855, apenas oito alunos foram matriculados, quantidade que se registrou também nos anos de 1864 e 1865.

⁴⁵ Esses dados se referem ao primeiro censo realizado no Brasil, em 1872, sobre a província da Bahia, e foram obtidos em consulta ao site: <www.ibge.org.br>.

⁴⁶ Conforme o que já foi citado anteriormente, as atas da Câmara Municipal de 1848 informavam a existência de professores públicos de primeiras letras em Caetité.

O número de matrículas das meninas sempre foi inferior ao dos meninos. De uma a três alunas novas ingressavam a cada ano na escola particular do pai de João Gumes. Em alguns anos, não consta a matrícula de meninas. O ano de 1860 registrou a maior procura do sexo feminino pela escola: foram dez meninas para o número de 18 meninos matriculados. Vale ressaltar que, em alguns casos, os alunos cursavam alguns meses e desligavam-se, enquanto outros alunos permaneciam durante anos na escola. O livro não faz referência ao nível de desempenho dos alunos ou ao rendimento apresentado por eles.

A partir dos dados da tabela, pode-se inferir que o número de alunos matriculados foi se restringindo paulatinamente, chegando a escola, em 1868, a ter 11 alunos matriculados, embora não tenha sido o ano com menor número de matrículas. É possível que as dificuldades de manutenção da escola, associadas à diminuição do número de alunos, tenham levado ao seu fechamento. No entanto, deve-se ressaltar que, pelo tempo de seu funcionamento, mesmo com a existência de outras opções do ensino público na Vila, a escola de primeiras letras de João Gumes (pai) obteve o respaldo da comunidade, pois contou com número significativo de alunos provenientes das famílias mais abastadas da cidade.

Sobre o público que frequentava a escola pública brasileira na primeira metade do século XIX, Cynthia Veiga (2007, p.149) afirma que, “apesar de garantida a todos os cidadãos, os filhos das famílias abastadas não costumavam frequentar a escola pública, optando pela educação doméstica, professores particulares e colégios pagos”. No caso de Caetité, os filhos da elite (discutiremos o conceito a seguir), num período específico (1853 – 1868), frequentaram a Escola Particular de Primeiras Letras de João Gumes (pai); constam no livro de Matrículas os nomes dos alunos e suas respectivas famílias. Não foi possível saber se existiam nesse período outras escolas particulares em Caetité; posteriormente, no início do século XX, a cidade contou com a presença do Colégio Americano. No entanto, deve-se ressaltar que a escola pública em Caetité também atendia aos filhos da elite, a exemplo da Escola Normal, o que significa que os filhos das famílias abastadas frequentaram também a escola pública. No caso da Corte, Limeira e Schueler (2008, p.38), estudando a Reforma Couto Ferraz e a regulação das escolas privadas em 1854, informam que o “público alvo do ensino primário e secundário foi delimitado, era franqueado à população livre e vacinada, não portadora de moléstias contagiosas”. Em período posterior, as autoras ressaltam que, em função da situação política que o país atravessava, a saber, a transição da Monarquia para a

República, “emergiram vários projetos que visavam inserir a população livre e pobre nos limites de uma educação formal, oferecida por escolas e instituições públicas e particulares”.

Voltando a falar da escola de João Gumes (pai), no livro de matrículas, constam também as compras feitas no armazém de D. Maria Theodora, lugar em que se adquiriam os mais diversificados gêneros de consumo, como açúcar, arroz, rapadura, dicionário, código criminal, sapatos envernizados e outros. O livro apresenta, ainda, registro de aluguéis de casas, escravas⁴⁷ e os respectivos valores pagos. Vale destacar que, nesse período, possuir escravos ou alugá-los, como era o caso de João Gumes (pai), não significava que o indivíduo fosse provido de boas condições econômicas.

Vê-se que, no armazém de D. Theodora, havia a presença dos mais variados objetos de consumo, alguns vindos de outras regiões, a exemplo do material de leitura, como dicionário e código criminal⁴⁸. Isso aponta para o fato de que havia, em Caetité, na segunda metade do século XIX, uma circulação de livros impressos⁴⁹. Pode-se inferir, também, que os livros utilizados para leitura veiculavam diferentes campos do conhecimento, como os que foram adquiridos pelo pai de Gumes para o trabalho na escola de primeiras letras. Esse indício reforça também a ideia de que ele era um homem provido de capital cultural.

Não nos foi possível acessar um número considerável de trabalhos que tratem de escolas particulares de primeiras letras na segunda metade do século XIX, no interior da Bahia. O único trabalho encontrado foi o de José Carlos Araújo Silva (1999), que desenvolveu uma pesquisa sobre *O Recôncavo Baiano e suas escolas de primeiras letras (1827-1852)*. O autor fez um mapeamento do funcionamento dessas escolas, que foram instituídas a partir do

⁴⁷ Pires (2007, p.311) afirma que “a prática do ‘aluguel’ de escravos foi comum durante a escravidão e constituía-se num dos meios de rentabilidade da mão de obra ociosa”. Nesse sentido, João Gumes (pai), a depender da necessidade de demanda da mão de obra, também se submetia ao aluguel de escravos.

⁴⁸ Sobre o material utilizado para leitura na escola de instrução pública no Brasil, ver o texto de Galvão (2002), “O ensino da leitura, escrita e gramática na instrução primária em Pernambuco (1827-1889)”. A respeito dessa temática, ver também o artigo de Galvão (2005), “A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista”.

⁴⁹ Guardadas as devidas distâncias e devidas proporções, sem tentar generalizar, é possível observar que, no Brasil, desde a colônia já havia certa circulação de material escrito. Como nos informa Márcia Abreu (2003), o senso comum afirmava que o Brasil, no século XVIII, carecia de uma cultura literária; “lamentava-se a ausência de importantes instituições ligadas ao livro” (p.13). Entre 1769 e 1826, registram-se em torno de 700 pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro, outros 700 para a Bahia, 350 para o Maranhão, 200 para o Pará e mais 700 para Pernambuco (os pedidos de envio para outras províncias são em quantidades bastante menores). Em cinquenta e poucos anos, por mais de 2.600 vezes, pessoas manifestaram interesse em remeter livros para o Brasil – número que se torna mais impressionante quando se considera que cada um dos pedidos requer autorização para o envio de dezenas e, às vezes, centenas de obras. No total menciona-se 18.903 obras nos pedidos de licença, contendo sobretudo textos religiosos e profissionais. Assim, os documentos mostram que, ao contrário do que muitas vezes se supõe, a colônia portuguesa na América não desconhecera a utilidade e os encantos dos escritos” (p.27).

decreto de 15/10/1827. Para isso, ele se debruçou sobre uma farta documentação, que inclui relatórios de professores e atos da província no intuito de conhecer quem eram os alunos dessas escolas, professores, o método de ensino utilizado e como funcionava o dia a dia dessas escolas. Silva justificou a escolha da capital e do Recôncavo Baiano como espaços para sua investigação, pelo fato de esses lugares concentrarem as vilas mais importantes e populosas do estado e com o maior número de aulas. Verifica-se que as escolas de primeiras letras da região do Alto Sertão baiano carecem de estudos, fato que merecerá atenção para uma futura análise, já que os indícios que encontramos no APMC apontam a existência de várias escolas públicas em Caetité durante a primeira metade do século XIX.

Apesar de também terem sido restritos os dados sobre a influência que a instância escolar exerceu na formação de Gumes, pode-se inferir que, independentemente do nível de escolarização que ele conseguiu obter, a escola formal teve relevante influência em sua participação na cultura escrita, tendo em vista o fato de Gumes ser oriundo de uma família de, pelo menos, pai e tio mestres-escolas. Além disso, ele também se tornou um mestre-escola.

Além das instâncias formadoras da primeira infância, mapeamos outras instâncias socializadoras da vida adulta que também são consideradas instâncias formativas, pois contribuíram para a formação e participação de Gumes ao longo da sua trajetória na cultura escrita.

Para entender como as outras instâncias sociais colaboraram no processo formativo e socializador de João Gumes, já na fase adulta, recorreremos ao conceito de disposições de Bernard Lahire quando afirma que:

Disposições são propensões, inclinações, hábitos e tendências, persistentes maneiras de ser que se manifestam nas práticas, nos comportamentos, nas opiniões dos indivíduos, podendo variar em função do momento no percurso biográfico e em função do contexto de socialização (2004, p.26-27).

Esse conjunto de características que repercutem no indivíduo é resultado das “disposições que só se revelam por meio da interpretação de múltiplos traços, mais ou menos coerentes ou contraditórios, da atividade do indivíduo estudado [...]” (2004, p.22). Assim, entende-se que, de alguma maneira, cada indivíduo é depositário de disposições resultantes das

múltiplas experiências socializadoras que foram desenvolvidas ao longo do seu percurso. Deve-se ressaltar que essas experiências podem resultar em disposições de cunho homogêneo ou heterogêneo uma vez que os sujeitos vivenciam experiências variadas ao longo da sua trajetória, podendo ocorrer variações tanto diacrônicas, quanto sincrônicas, a depender do contexto ou da situação em que o sujeito se encontra. No primeiro tipo de variação, as disposições se alteram ou mudam, em virtude do momento e da trajetória do indivíduo. Por outro lado, a sincronia ocorre de acordo com a variação do contexto em que o indivíduo se encontra. Enfim, pode-se dizer que as disposições são resultados das múltiplas experiências socializadoras.

1.2 Instâncias profissionais que colaboraram para a participação de João Gumes na cultura escrita

Mestre-escola foi a primeira atividade profissional desempenhada por João Gumes. Com referência a essa função que desempenhou ainda bem jovem, comentou o seu filho Sadi Gumes:

Aos dezoito anos, por recomendação de seu tio Professor Marcelino José das Neves, foi contratado como professor pelo Capitão Bernardo Pereira Pinto para ensinar as primeiras letras aos seus filhos, em sua fazenda Lagoa do Morro, para onde foi em março de 1876 e lá permaneceu quatro anos, tempo em que teve a oportunidade de estudar o francês e traduzir para o português o livro “O Brasil” de Ferdinand Denis. Resignado do encargo assumido naquela fazenda, contratou com o dr. João José de Faria para ensinar aos de sua família. Voltou, assim, para a fazenda Barriguda, no baixio de Monte Alto, lá permanecendo mais quatro anos. Na convivência de um meio civilizado, constituiu um patrimônio de amizades tão vasto que a custo se afastou, no ano de 1883 (Caetité, 17/10/1970)⁵⁰.

Vê-se que a atividade de mestre-escola esteve presente no contexto familiar de João Gumes. Tio Marcelino, como era conhecido, exerceu notável influência na vida de Gumes, foi dele a indicação para que o sobrinho desempenhasse a função de mestre-escola em fazendas localizadas na região dos baixios de Monte Alto⁵¹. Abordaremos à frente as fazendas da região em que Gumes trabalhou.

⁵⁰ Biografia escrita pelo filho de João Gumes. APMC - Sadi Gumes - Fundo: Acervo da Família Gumes. Série: manuscritos diversos, caixa: 2, maço: 3.

⁵¹ Os baixios de Monte Alto distam 80 km de Caetité.

A experiência como mestre-escola foi certamente marcante para João Gumes, que a reelabora em seus romances. Neles, é possível verificar que o sujeito narrador relata de forma explícita fatos, experiências, visões, comportamentos que marcaram de forma significativa a vida do autor. Como se pode observar:

Então é que abri a minha escola primária, porque foi preciso adaptar um dos apartamentos da casa ao fim colimado.

Os meus discípulos de leitura muito aproveitavam nos seus estudos e eu ainda mais porque, ensinando, consegue-se aprender. Além d'isso eu ia pouco a pouco conquistando maior estima e consideração e adquirindo bens semoventes não só por compras de novilhas, potros e outros animais, como por presentes d'essa natureza oferecidos, à porfia, pelos meninos e seus pais (*O sampaleiro* 1922, p.73-74).

Verifica-se, na descrição do narrador, a relevância que assume, naquele contexto da zona rural, a função de mestre-escola. Destacam-se as relações de confiança e as diversas formas de “gratificações” que se estabeleceram entre: o mestre-escola, os alunos e as famílias. Ressalta-se, também, o aproveitamento que os “discípulos”, ou seja, os alunos adquiriram com os estudos, assim como o mestre-escola.

A atividade de *tradutor* foi outra das instâncias profissionais que João Gumes desempenhou ainda no período em que trabalhou como mestre-escola, ao traduzir o livro de Ferdinand Denis⁵² – *Le Brésil*⁵³. O manuscrito é resultado de um trabalho manual bem acabado. No entanto, por conta do tempo e do manuseio, encontra-se em processo de desgaste. É um livro de capa dura com 544 páginas e numeração centralizada na parte superior da folha. No manuscrito, existem algumas ilustrações referentes ao tema abordado na página, num total de 72. São reproduções de pinturas famosas de Rugendas e Debret, retratando cenas cotidianas e lugares variados do Brasil. Essas reproduções foram feitas com lápis preto. Percebe-se que, posteriormente, algumas foram coloridas. Verifica-se que o livro foi

⁵² Ferdinand Denis nasceu e faleceu em Viena (1796-1866). Trabalhou, durante quatro décadas, na biblioteca imperial até ser aposentado compulsoriamente. Dedicou-se ao estudo historiográfico das literaturas da Espanha e de Portugal. O pai esperava que ele se tornasse um diplomata, mas ele embarcou para uma viagem ao Brasil, residindo no país entre os anos de 1816 a 1820. Segundo Antônio Cândido (1981, p.321), “encantado pela natureza escreveu abundantemente sobre nós e os portugueses”, foi de certa forma o responsável pela instituição de um “espírito nacional” na literatura brasileira. Denis considerava que um país com fisionomia geográfica, ética, social e histórica definida deveria ter sua literatura própria, pois essa arte da palavra mantém vínculos estreitos com a natureza e com a sociedade de cada lugar. No Brasil, tornou-se conhecido pelo livro *O Brasil literário*, considerado pela crítica como o primeiro livro sistemático de nossa literatura brasileira, escrito por um estrangeiro.

⁵³ O manuscrito encontra-se no APMC – Fundo: Acervo da Família Gumes. Série: manuscrito, caixa:1. maço:10.

organizado com folhas pautadas e avulsas, depois costuradas e encadernadas. Existem no texto algumas supressões, feitas com grifos e correções em cima da palavra, mas em pouca quantidade, o que não compromete a estética, a qualidade e a organização da obra. A grafia bem definida, legível e de fácil compreensão, proporciona uma harmonia na formatação textual. Após as notas, encontra-se a “taboa das matérias – contidas n’este volume de Brasil”. São palavras variadas que foram destacadas no decorrer do texto, organizadas por ordem alfabética. Na “taboa”, constam palavras apenas até a letra *I*; as demais foram suprimidas. Ao final, têm-se 542 notas, numeradas com a respectiva página do livro, que contribuem para a compreensão do texto. O tradutor assina como: João Antônio dos Santos Gumes Júnior, e situa a produção do seu trabalho em Lagoa do Morro, no dia 5 de abril de 1878.



Figura n. 2 - Manuscrito do livro *Le Brésil* de Ferdinand Denis, traduzido por João Gumes em 1878. Foto feita pela pesquisadora em 01/2009.

Diante da realização dessa obra, questionamos: qual o significado de fazer uma tradução na segunda metade do século XIX? Segundo o *Diccionario Prático Illustrado*, de Jayme Séguier, refere-se à ação de “fazer passar (uma obra) de uma língua para outra; transladar, verter: traduzir um romance do francês [...]” (1928, p.1138). Nesse sentido, pode-se dizer que o processo de tradução exige que o indivíduo tenha pleno domínio da ação a ser realizada, conheça as especificidades que permeiam a língua para a qual o livro será vertido. No que se refere à atividade de tradutor de João Gumes, é possível fazer algumas

inferências. O desempenho dessa atividade pode ter sido uma forma de João Gumes exercitar o seu francês, levando em consideração a disponibilidade de tempo proporcionada pelo ambiente de trabalho como mestre-escola na área rural. Essa disponibilidade de tempo lhe teria permitido a produção de tamanha obra. Pode-se também pensar que, tendo o livro em francês, traduzi-lo num manuscrito em português seria uma forma de viabilizar a leitura para um número mais amplo de pessoas, inclusive seus próprios alunos⁵⁴ e, posteriormente, aos seus familiares, já que no texto se veem várias marcas de escritas, possivelmente feitas por crianças e adultos.

Com efeito, a circulação de obras em manuscrito era bastante comum no Brasil da época, revelando a pouca circulação do impresso em vários locais do país. Antônio Augusto Gomes Batista, por exemplo, em pesquisa desenvolvida sobre manuais escolares, verificou que, no Brasil, mesmo durante o século XX, os manuscritos estavam presentes nas salas de aulas, num momento de expansão da letra de forma. Analisando a questão, o autor relacionou uma série de situações em que se torna “aparentemente compreensível” a presença do manuscrito “nas mais diversas esferas da vida pública e privada”, nas décadas iniciais do século XX. Assim, supõe-se “ter construída uma cultura da escrita que teria no manuscrito um dos seus traços distintivos” (2005, p.106). Certamente, tendo em vista esses aspectos da presença do manuscrito na cultura escrita, era esperada sua ocorrência no contexto cultural de João Gumes, na segunda metade do século XIX. Gumes deixou diversas produções em manuscritos, e algumas se configuram em mais de um exemplar sobre a mesma obra.

Interessante observar que o período em que Gumes viveu na zona rural exerceu notável influência em sua produção escrita; como veremos a seguir, o seu pensamento tende a mostrar uma dicotomia entre o campo e a cidade, talvez reflexo das discussões que se desenvolviam naquele momento no Brasil de modo geral, em que o rural estava associado ao “atraso”, à “exploração”, ao “analfabetismo”, entre outros, e a cidade como lugar do “progresso”, “desenvolvimento”. No entanto, o pensamento de João Gumes é paradoxal, pois, em outros momentos, mostra que no campo não existe apenas atraso, há também pessoas “engenhosas” que sabem explorar as potencialidades do meio. Assim, é possível

⁵⁴ Galvão (2002, p.10), analisando os materiais de ensino utilizados em Pernambuco no período de 1827 a 1889, observa que, até meados do século XIX, eram praticamente inexistentes os livros de leitura na escola. A autora ressalta, ainda, que, em Pernambuco, nesse período, “diversas leis provinciais preveem concessão de prêmios para os professores que compusessem ou traduzissem livros e compêndios para serem utilizados na instrução primária”. Nessa perspectiva, acreditamos que a ação de João Gumes de traduzir o livro de Ferdinand Denis, após a segunda metade do século XIX, guarde semelhança com a situação vivida pelas escolas em Pernambuco: falta de material escrito para leitura.

observar como as experiências e o contato com a cultura do campo repercutiriam no enredo dos seus romances *Pelo Sertão: narrativa de costumes rurais do Sertão baiano* e *Vida campestre: narrativa dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia*. Esse aprendizado deixou marcas na maneira de o escritor ver e perceber a população que habitava a zona rural, observando com atenção seus valores morais, “as raras virtudes”, “a opulência”, sua forma de trabalhar a terra, outras ações e comportamentos, apreendidos e descritos, dos habitantes do campo. Quanto aos conhecimentos adquiridos por ele, em sua vivência na zona rural, Gumes na condição de narrador do romance, comenta que não se restringiam apenas aos conhecimentos intelectuais; ele reconheceu a diversidade e a dimensão desses conhecimentos. Logo, eles estariam até mesmo acima do nível dos conhecimentos de quem recebeu um “diploma científico da Universidade” (*Pelo Sertão*, 1927, p.1), já que seriam mais consistentes do que os saberes daqueles que adquiriram o título de doutor. Assim, o narrador comenta:

Saibam que muito tenho aprendido nas minhas viagens e que me cabe um diploma científico da Universidade Internacional, mais justamente do que a certos que por lá se têm doutorado. Dizem os velhos: “Lido ou corrido”. E eu, que tenho corrido e lido esse grande livro que a natureza física e animada desdobra diante dos nossos olhos! Eu, que tenho perlustrado com grande interesse esse cantinho do globo, onde se ocultam magnificências, opulências e raras virtudes! (*Pelo Sertão*, 1927, p.1).

Percebe-se que as suas ideias conferem um destaque especial à necessidade de conhecer, ver, observar a natureza e as suas potencialidades. Esses valores de alguma forma estão presentes nas discussões científicas que prevaleceram no século XIX. Os defensores desse ideário, “seduzidos pelo progresso contínuo, propunham que os fatos só são conhecidos pela experiência e que a única válida é a dos sentidos” (RIBEIRO, 2001, p.12). No fragmento de *Pelo Sertão*, o sujeito narrador revela também uma explícita manifestação de reconhecimento no esforço empreendido em relatar o que “realmente viu e ouviu” no seu contato com a natureza, portanto, de acordo com os referenciais positivistas da época, a narrativa seria digna de crédito, pois foi capaz de atingir “verdades positivas ou da ordem experimental” (RIBEIRO, 2001, p.16). Vale lembrar que Gumes nasceu e foi criado na cidade, não consta que tenha realizado diretamente trabalhos agrícolas ou da pecuária; era natural de uma família urbana. É necessário ressaltar, ainda, o fato de que vivenciou a experiência da zona rural nas fazendas de grandes coronéis da região, latifundiários que dispunham de recursos para manter um mestre-escola por quatro anos em suas terras. Nesse

período, Gumes conheceu a “opulência” das grandes fazendas que utilizavam o trabalho escravo, bem como os seus impasses de sobrevivência. A compreensão das condições em que se deu sua formação talvez colabore para dar inteligibilidade às ideias que Gumes iria construir sobre o campo e sua população.

Dramaturgo foi outra das atividades desempenhadas por Gumes, que escreveu várias peças teatrais. A mais conhecida e comumente encenada pelas escolas locais foi *A abolição*⁵⁵ (1889). Segundo o autor, é uma comédia-drama; dessa peça existem vários manuscritos feitos pelo próprio autor. Do romance *Uma insurreição de negros: pequeno esboço da escravidão no Brasil* (1874), ficou o original manuscrito. De outras outras produções, contudo, como *A vida doméstica*, não restaram cópias. O registro da existência de *A vida doméstica* encontra-se enumerado na contracapa do romance *O sampaleiro*, junto ao registro das demais produções literárias do autor. Ainda como escritor, produziu alguns romances que foram tratados na introdução deste estudo. Podem existir outras produções escritas de Gumes; infelizmente não conseguimos ter acesso a elas.

A função de *editor* foi outra das diversas atividades desempenhadas por João Gumes ligadas à cultura escrita, já que foi responsável pela implantação da primeira tipografia no Alto Sertão da Bahia. Em 25 de setembro de 1896, editou e fez circular o primeiro periódico⁵⁶ da região. Um ano depois fundou o jornal *A Penna*. Mesmo com poucos recursos financeiros, Gumes conseguiu, com auxílio do governo municipal, um prelo para montar sua tipografia, que, em 5 de março de 1897, fez circular o jornal *A Penna*, publicação quinzenal que, apesar das várias interrupções por questões financeiras, sobreviveu até 1942.

⁵⁵ AMPC - Fundo: Acervo da Família Gumes, Série: manuscritos diversos, caixa: 2, maço: 1. Além da cópia a que tivemos acesso, existem outras que se encontram com familiares.

⁵⁶ *O Caetiteense*, primeiro jornal editado por Gumes, teve vida efêmera: edição única. *O Caetiteense*, Caetité, 25 set. 1896.



Figura n. 3 – Jornal *A Penna*, em 1897 e 1898. Fotomontagem feita pela pesquisadora em julho/2009.

As fotos acima foram feitas a partir da página inicial de duas diferentes edições do jornal *A Penna*. Essa fotomontagem tem como objetivo mostrar as modificações pelas quais passou o jornal; como era a diagramação das primeiras edições do periódico: em 1897 (lado esquerdo), constavam duas colunas verticais; na edição de 1898 (lado direito), verifica-se a presença, desta vez, de três colunas verticais. Pode-se observar também que, com a compra do novo prelo, em 1898, o jornal foi ampliado e passou a dispor de um número maior de ilustrações em suas páginas. No frontispício do jornal, pode-se verificar o enunciado: “Publica-se três vezes por mês”. Essa periodicidade não foi constante. Em alguns períodos, o jornal foi publicado três vezes por mês, mas, regularmente, a sua tiragem era de duas vezes por mês. Havia, ainda, mesmo que esporadicamente, edição especial do jornal em função da realização, na cidade, de algum evento especial de ordem política ou educacional.

Inicialmente, o jornal *A Penna* era uma folha de tamanho compacto medindo 22,5 cm x 16,5 cm, em que constavam apenas duas colunas com quatro páginas. O editorial identifica-o como “órgão dos interesses comerciais, agrícolas e civilizadores do alto sertão”, cujo proprietário-gerente era João Gumes. Foi possível manusear os exemplares originais referentes aos dois anos iniciais de circulação do jornal e observar que estavam encadernados. Porém, dados os constantes manuseios, perderam-se a capa e alguns exemplares. Quanto ao material, é um papel resistente, tipo linho, e o texto apresenta-se bem legível. A partir de 05/06/1898, o jornal *A Penna* teve sua formatação alterada, ampliando-se suas dimensões, que passaram para 31,5 cm. x 20,5 cm, formato in-quarto, assim como seu

número de colunas, agora três (conforme pode ser observado na figura n. 3). Ainda com referência à materialidade do jornal, foi possível observar que nem sempre a tipografia dispunha de material adequado à impressão do periódico. Em determinados momentos havia falta de papel e tinta, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial; nesses momentos de escassez de material, Gumes recorria à utilização de papel de embrulho para imprimir o jornal, bem como à fabricação caseira de tinta. Existem, ainda, alguns exemplares do jornal que foram impressos com esse material alternativo, mas se encontram bem frágeis. No segundo ano, o jornal passou a identificar-se como propriedade de uma associação que tinha como redatores: Deoclecio Silva (professor de Desenho da Escola Normal) e João Gumes. Contava, ainda, com a colaboração do Marcelino José das Neves (professor de Pedagogia).

Conforme Maria da Conceição Reis (2004, p.20), a instalação da imprensa por João Gumes em Caetité fez parte de um projeto pessoal mais amplo, pois, “como ambicionava extinguir o analfabetismo em Caetité e em cidades circunvizinhas, acreditava que a melhor maneira para alcançar esse objetivo era o incentivo à leitura e à propagação de textos” (2004, p.20). Vale ressaltar que a relevância e a abrangência do jornal não se restringiram a Caetité. *A Penna* circulava em toda a região, com a divulgação de notícias tanto de âmbito local, como regional, estadual, nacional e internacional.

O jornal *A Penna* tinha uma diagramação, em grande medida, fixa. O número de páginas podia variar, a depender das notícias e informações a serem divulgadas, mas no geral prevaleciam as quatro páginas. Na primeira coluna, com letras em negrito, informava-se o título da matéria a ser comentada, que poderia ser uma questão local ou de nível nacional; geralmente, era uma notícia mais ampla, ocupando duas colunas. Fatos políticos de repercussão em qualquer uma das esferas da vida social eram informados e discutidos de forma detalhada pelo periódico. A Guerra de Canudos, por exemplo, foi um fato abordado por todos os números do jornal no período em que durou a guerra. Apresentavam-se as notícias recebidas por meio de telegramas e cartas a respeito do desenrolar do movimento. O periódico traz, ainda, uma seção denominada “Intermezzo”, que contém piadas e charadas, cujas respostas aparecem no número seguinte do jornal. Sirva de exemplo esta piada:

Um empresario do teatro, sendo, a instancia dos espectadores forçado a reclamar contra os grandes chapéos enfeitados das senhoras, afixou o cartaz seguinte:

Pede-se às senhoras bonitas o favor de deixarem seus chapéus no guarda roupa. Só às feias é permitido trazel-os.

É escusado dizer qual o resultado (*A Penna*, 05/07/1897).

A seção de “Intermezzo”, além de funcionar como espaço de descontração e entretenimento, permite visualizar as práticas e normas que prevaleciam nessa sociedade, como mostra a piada, destacando os enormes chapéus que as senhoras usavam para ir ao teatro, dificultando a visibilidade dos demais espectadores. A piada demonstra, ainda, que os espetáculos teatrais que aconteciam na cidade contavam também com a frequência das senhoras. Portanto, presume-se que o teatro era uma prática cultural presente na vida dos caetiteenses.

Outra seção era a de “Letras”. Ela apresenta fragmentos de sonetos, poemas, contos, tanto de autores desconhecidos, como de autores de relevância nacional e internacional. Outro espaço era reservado para publicação das notícias referentes ao poder municipal. Em espaço destinado aos comunicados, publicavam-se cartas de leitores, parabenizando aniversariantes, comunicando nascimentos; também eram publicadas notas de falecimentos, casamentos, pessoas que deixavam a cidade ou a ela chegavam:

Antonio Baleeiro Alves, achando-se de muda para Verruga, Municipio da Cidade de Conquista, não pode pessoalmente despedir-se de todos seus amigos de Caculé e S. Sebastião: pelo que vem pela imprensa cumprir esse dever, fazendo-o com a mais viva contrariedade desde que de todos leva indelével saudade, especialmente dos de Caculé, onde apoiado por esses amigos, tem recebido inolvidáveis provas de dedicação; mas em procura de melhor futuro para si e sua família é hoje forçado a separar-se do seio dos seus e terá a maior satisfação se um dia puder cumprir suas ordens, sem excepção alguma no lugar onde projecta sua morada. Caculé 10 de julho de 1897. Antonio Baleeiro Alves (*A Penna*, 05/08/1897).

Nessa coluna, é possível encontrar notícias referentes a diversas cidades da região. Na seção de “Anuncios”, oferecem-se serviços os mais diversos, desde as utilidades e benesses para a saúde, prometidas, por exemplo, pela “Emulsão Scott” e outros medicamentos, até a venda de selas, serviços de relojoeiro, procura de objeto desaparecido e outros. Trata-se de dados indicadores de que o jornal chegava a um público também diverso. O jornal contava, ainda, com um certo número de assinantes e alguns colaboradores, o que, segundo Reis (2004, p.33), “facultou a constituição de um sistema complexo de intercâmbio de ideias e produções literárias, bem como a consolidação de uma cultura com características próprias”. Interessante observar como o redator do jornal utiliza a estratégia de publicar opiniões de

peessoas sobre o periódico, geralmente pessoas que estavam em visita à cidade ou que se encontravam distantes da região. Essa opinião, de certa forma, reforça e amplia a credibilidade que o jornal possui. No exemplo a seguir, o leitor encontra-se na capital do estado.

Tenho constantemente recebido os números que, com tanta pontualidade, me remettes do pequeno periódico ‘A Penna’, tão bem escripto, e nitidamente impresso. Elle muito recommenda o nome de seus redactores e dos que n’elle collaboram. Da por mim parabéns áquelles que não poupam esforços e sacrificios pela diffusão das letras, das sciencias e da moral, alargando as raias de uma boa educação a par de uma instrucção solida e fructificadora (*A Penna*, 05/09/1897, p. 4, grifos nossos).

Esse tipo de manifestação de apoio e congratulação com o trabalho desenvolvido pelo jornal era frequente. Interessante que o leitor ressalta os esforços dos redatores do jornal em “divulgar as letras, as ciências [...]”, contribuindo com uma educação sólida. Essa prática utilizada pelo redator revela uma estratégia de divulgação do jornal, ou seja, uma forma de torná-lo conhecido em lugares mais distantes de Caetité, até mesmo em outros estados, já que remetia a folha a pessoas de vários lugares do Brasil. Vale ressaltar que, no jornal *A Penna*, desde seus primeiros exemplares, se utilizavam recursos ilustrativos, embora em dimensões reduzidas, coerentes com o tamanho da folha. Entretanto, com a compra do novo prelo, ampliou-se o uso das ilustrações.

No que se refere à instalação da tipografia em Caetité, Gumes registrou as dificuldades pelas quais passou, quando, com o intuito de melhorar o jornal, ampliando-o, dando-lhe uma nova feição e caráter de permanência, procurou obter um prelo maior, mais material e maior número de operários. Ele relata os atrasos que teve com o envio do novo prelo adquirido em 1898, que não chegou a tempo de editar o jornal, nesse período, quinzenalmente, como era determinado. Outra dificuldade encontrada refere-se aos aprendizes que, por não conhecerem uma tipografia, deveriam ter seu treino realizado na própria tipografia de *A Penna*. A aquisição do novo prelo demandou uma nova construção com espaço mais amplo para a instalação da oficina. Esses contratempos provocaram certo atraso na edição e publicação da folha. Diante de todas as dificuldades, Gumes reafirmou o compromisso de

que a folha voltaria a circular duas vezes por mês⁵⁷. De fato, ela chegou a circular três vezes por mês, mas temporariamente.

Ainda se tratando da função de João Gumes como tipógrafo, deve-se destacar que a tipografia de *A Penna*, além da impressão do jornal *A Penna*, produzia a impressão de materiais diversos, como outros jornais, revistas, folhetins de instituições as mais diversificadas, entre outros materiais impressos. Foi possível constatar que os serviços oferecidos pela tipografia não se restringiam a Caetité, atendiam também encomendas feitas por municípios vizinhos⁵⁸. Verificamos, ainda, que a tipografia, além de funcionar como espaço de impressão dos materiais, funcionava como uma espécie de livraria que comercializava cartões de visita, livros diversos, destinados a crianças, adolescentes e adultos, bem como livros da doutrina espírita.

A tipografia de *A Penna* passou a pertencer, em primeiro de janeiro de 1921, a uma sociedade formada por João Gumes e dois de seus filhos: Sadi Rútilo dos Santos Gumes e Luiz Antônio dos Santos Gumes. Segundo consta no contrato de associação do jornal⁵⁹, formou-se uma empresa mercantil e comercial, cujo nome era “Empreza Tipophafica d’ A Penna”, utilizando a razão social “Gumes & Filhos”, que continuou a funcionar no mesmo local, na Rua Dois de Julho, n. 17. Pode-se, ainda, observar, no contrato manuscrito por João Gumes, várias cláusulas, entre elas destaca-se a número 7, que estabelece: a gerência, a fiscalização e administração da empresa competem a todos os sócios. No entanto, esclarece que “a gerencia exclusiva d’A Penna, na parte redaccional, compete ao socio João Antônio dos Santos Gumes”. No que se refere aos demais trabalhos de escrita comercial, a caixa e todo o movimento financeiro foram divididos entre os três sócios. Interessante observar, nessa cláusula n. 7, como João Gumes fez questão de ressaltar que a “parte redaccional” do jornal ficaria sob a sua competência. Esse comportamento por parte de um dos sócios evidencia que Gumes exercia certo controle sobre a redação de *A Penna*; talvez, pelo tempo de vivência e experiência que mantinha com a produção escrita, se sentisse com determinada autoridade sobre a palavra escrita. Na décima cláusula do contrato, consta a elaboração de um “regulamento que estabelecerá as regras a seguir-se no movimento interno da Empreza e distribuição do trabalho, admissão de aprendizes e todas as incidencias referentes a esse

⁵⁷ *A Penna* 15/01/1898, p.1.

⁵⁸ Encontramos uma publicação da Tipografia de *A Penna* de 1941 sobre o Orçamento da Prefeitura Municipal de Guanamby. Esse livreto faz parte do acervo particular do Professor Manuel Raimundo Alves.

⁵⁹ Fundo: Família Gumes, contrato da sociedade de Gumes & Filhos, caixa: 1, maço:2, data-limite: 1921-1921.

movimento”. Essas ações por parte de João Gumes ligadas à necessidade de registrar e documentar por escrito as decisões tomadas, quer fossem de ordem pessoal, familiar, cultural ou de trabalho, reforçam e corroboram a ideia por nós defendida da intensa relação que Gumes mantinha com as culturas do escrito.

Conforme Pedro Celestino da Silva (1932, p.182), a Typographia Gumes & Filhos foi a primeira a ser instalada no Sertão da Bahia. No seu espaço, também eram editados outros periódicos; alguns tiveram vida efêmera, como pode ser observado no quadro seguinte.

TABELA N. 2
Periódicos editados na tipografia do jornal *A Penna*

NOME	ANO	LIGADO AO ÓRGÃO / IDEIAS DIVULGADAS	FORMA DE PUBLICAÇÃO/ DURAÇÃO
<i>Boletim Inter-Paroquial</i>	--	Diocese de Caetité/ religiosas	Ano II – mensal/-
<i>Revista de Educação</i>	1927- 1928	Escola Normal de Caetité/educacionais	Ano II – bimensal/-
<i>O Caetiteense</i>	1896	Particular/Homenagem a um ex-governador caetiteense	única
<i>Lápis</i>	1903	Particular/notícias diversas	-/três anos de existência
<i>Lux</i>	1914	Divulgação dos interesses da doutrina espírita	-/provavelmente até a década de 1933.
<i>Correio de Caetité</i>	1916	Órgão católico	Mensal/nove meses
<i>Pharol</i>	1917-1918	Órgão católico/ interesses religiosos	Mensal /dois anos
<i>O Horizonte</i>	1918	-/noticioso, crítico e literário	- /
<i>Tesoura</i>	1927	Particular/humorístico	-/ publicados só dois números
<i>Democrata</i>	1928	-/periódico crítico e noticioso	-

Fonte: SILVA, Pedro Celestino da (1932, p.181-183). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*.

Diante da diversidade de periódicos presentes na tabela, inferimos que a tipografia cumpria função relevante junto à sociedade caetiteense. Tania Regina de Luca (2008, p.120),

analisando a relação entre trabalho, cidade e imprensa no século XX, destaca que “as transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais desse século foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa [...]”. Segundo Luca, a concepção de um tempo veloz expresso por meio dos recursos que caracterizavam a “modernidade” (eletricidade, cinema, automóveis, câmara fotográfica entre outros), a difusão de novos hábitos, valores, comportamentos nos espaços urbanos, promovia a circulação de pessoas das diferentes classes sociais, fato que gerava nas elites a necessidade de impor e “controlar” essas camadas através da sua visão de mundo. Esse projeto de modernidade empreendido pelas elites, no Brasil, tinha na imprensa o meio difusor das suas ideias, e contava com a publicação de periódicos diversificados. Como relata Luca, “o novo cenário citadino do início do século XX abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques; folhetos de casas comerciais e indústrias; jornais de associações recreativas, entre outros [...]” (2008, p.120). Acreditamos que esse projeto de modernidade também esteve presente no âmbito da cidade de Caetité e a imprensa foi um dos aspectos primordiais desse processo, evidenciado por meio da impressão dos diversos periódicos que abordavam temas variados vinculados às instâncias específicas da sociedade, apesar da pouca duração que tiveram alguns desses periódicos.

João Gumes foi, ainda, *funcionário da Intendência* (ou seja, da administração pública do município). Paralelamente ao desenvolvimento da atividade de redator e da função de editor, ele também possuía vínculos empregatícios com a Intendência. João Gumes iniciou sua atuação no setor público por convite de um amigo para ocupar, na coletoria, o cargo que estava vago. Como ele próprio descreve:

[...] o Thesoureiro da Fazenda determinou ao Escrivão José de Souza Lima que assumisse o exercício e nomeasse para o cargo de Escrivão pessoa idônea. Procurou-me este meu amigo espontaneamente, ofereceu-m’o, acceitei-o e entrei em exercício a 3 de julho de 1888, primeiro dia útil do novo exercício financeiro” (*O caso Gumes*, 1923, p.2).

João Gumes exerceu a função de secretário da Intendência, conforme o que ele mesmo relata: “Lugar no qual fui provido definitivamente, por unanimidade do Conselho, em janeiro, na primeira sessão do anno de 1892” (*O caso Gumes*, 1923, p.2). É possível encontrar no APMC uma farta documentação relativa aos poderes executivo e legislativo do período em que João Gumes exercia a função de secretário. Lá estão códigos de posturas

municipais, atas e diversos outros documentos transcritos por ele. No exercício dessas funções, Gumes encontrava resistência de pessoas e grupos que não compartilhavam das suas posições. Como já foi mencionado, tanto o pai, quanto o filho enfrentaram divergências partidárias por assumirem postura liberal com relação as oposições partidárias, tal como relata Gumes:

Já tinha eu um anno na Colletoria, quando meu pae, João Antonio dos Santos Gumes, foi reintegrado nos cargos de Secretario da Camara Municipal e Agente do Correio, este ultimo graças a intervenção do Dr. Deocleciano Teixeira que se achava na Bahia, quando foi organizado o ministério 7 de Junho. Achando-se meu pae em avançada idade (75 annos), não sendo mais que um desagravo do partido liberal a sua nomeação, tomei a mim todo o serviço municipal, embora fosse elle o Secretario, afim de dar-lhe descanso, continuando, porem, como Escrivão da Collectoria e deixando ao pobre velho os proventos da Secretaria, os quaes, sommados com os do Correio, eram muito exíguos (*O caso Gumes*, 1923, p.2).

Os serviços que prestei ao Município então foram taes, que os Vereadores mais de uma vez quizeram nomear-me Secretario effectivo, ao que me oppuz. Proclamada a Republica, os Intendentes provisórios nomeados tiveram-me nas mesmas disposições e boa vontade, embora o trabalho da Secretaria fosse muito maior que o serviço eleitoral [...] (*O caso Gumes*, 1923, p.2).

[...] Dirigi-me, pois, ao Dr. Joaquim Manoel, que tantas vezes me offereceu o lugar de Secretario, – pois meu pai optou pelo Correio, – e consegui ser nomeado interinamente.[...] (*O caso Gumes*, 1923, p.2).

Segundo o relato de João Gumes, é possível perceber que os funcionários públicos ficavam à mercê dos mandos e desmandos dos políticos que detinham o poder no momento. Ele se posicionou como um funcionário que sempre buscou cumprir com as suas obrigações, independentemente do partido que estivesse no poder. Desse modo, foi nomeado, pelo intendente, como secretário. Como se vê, João Gumes possuía aproximação com líderes do partido liberal. As relações que estabeleceu com os dirigentes políticos locais foram, de certo modo, facilitadoras e ampliadoras da sua participação em várias instâncias das culturas do escrito, a exemplo do empréstimo financeiro para a instalação da tipografia. Já em outros momentos, essas relações com membros da elite política conservadora geraram conflitos em função da sua postura liberal. No entanto, parece que não houve empecilho por parte dos demais políticos para que João Gumes pudesse desenvolver outras atividades.

Pintor foi outra das atividades desenvolvidas por Gumes. Segundo dados de Santos (1997, p.144), João Gumes teria produzido várias réplicas de obras famosas, mas, infelizmente, elas

foram destruídas. Restou, apenas, um quadro de Allan Kardec⁶⁰, que se encontra em uma sala de reunião do Centro Espírita Aristides Spínola, em Caetité. Vale destacar aqui um detalhe da obra: o sujeito retratado encontra-se sentado, portando, à mão, um livro aberto como se estivesse lendo (conforme figura n. 4). A referência ao livro no quadro nos remete à doutrina criada por Allan Kardec, bem como nos permite pensar o livro como instrumento que torna possível a divulgação da doutrina, contribuindo para a sua expansão, já que a leitura, o estudo constitui uma prática intrínseca à doutrina espírita de Kardec. É possível inferir também acerca da perspectiva pedagógica da doutrina espírita, já que, antes de se tornar espírita e adotar o pseudônimo de Allan Kardec, Hippolyte Léon Denizard Rivail exerceu, durante 30 anos, o magistério e foi escritor. “Em seus livros didáticos e pedagógicos, quando ainda assinava com o nome de Hippolyte Léon Denizard Rivail, subscrevia-se como discípulo de Pestalozzi” (INCONTRI, 2001, p.23). Ao assumir a doutrina espírita, Allan Kardec torna-se o responsável pela observação dos fenômenos e por sua posterior sistematização, escrevendo vários livros sobre a doutrina; dentre eles destacam-se quatro obras mais importantes: *O livro dos médiuns* (1861), *O Evangelho segundo o espiritismo* (1864), *O céu e o inferno* (1865), *A gênese, os milagres e as predições* (1868), entre outros. Nessa perspectiva, pensamos que a retratação de Kardec portando um livro é bem coerente, haja vista a intensa relação que cultivava com os livros e com leitura.



Figura n. 4 – Pintura de Allan Kardec, feita por João Gumes, s/d. O quadro foi restaurado em 1991 por André Koehne⁶¹ e possui as seguintes medidas: 65 cm x 120 cm. Foto feita pela pesquisadora em 12/05/2009.

⁶⁰ Quanto a esse quadro, não nos foi possível comprovar se ele é de fato uma réplica. Fizemos uma breve consulta na internet, com o título: “imagens de Allan Kardec”. Contudo, não encontramos nenhuma obra igual à pintura produzida por João Gumes.

⁶¹ André Koehne é natural de Caetité, advogado, escritor, pintor e adepto da doutrina espírita.

Podemos pensar que o quadro pintado por João Gumes constitui o que Michel Pollak (1992) e Pierre Nora (1993) denominaram de “lugares de memória”. Monumentos, quadros e outros objetos que expressam a versão consolidada de um passado coletivo. Como afirma Pollak (1992, p.201), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”, já que ela reforça os laços de pertencimento, bem como o “sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Nesse sentido o quadro de Allan Kardec representa um “lugar de memória” tanto individual, quanto coletiva que serve para reafirmar os laços de identidade e pertencimento dos membros da doutrina espírita que participam do Centro Aristides Spínola em Caetité.

Encontramos, também, indícios de que João Gumes atuava como *advogado provisionado*. Ele comenta que se viu envolvido com denúncias de desvio de dinheiro público no período em que desempenhava a função de coletor fiscal. Para se defender das acusações, ele próprio organizou a sua defesa e, posteriormente, editou o livro com o título: *O caso Gumes: histórico da vida de serventuario publico de João Gumes, editado n’A Penna como defesa da honra e integridade do mesmo, escripta por elle e documentada*. Como relata: “De accordo com os meus amigos, prescindi e tomei a deliberação de rabular, não havendo então advogados aqui” (*O caso Gumes*, 1923, p.18). Vale ressaltar que a atuação como advogado em sua própria defesa se restringiu ao nível local, pois, na capital do estado, “[...] constitui meu advogado o jovem e talentoso amigo dr. Anísio Spínola Teixeira e dentro do prazo da lei segurei o Juízo para defender-me. O meu advogado apresentou a defesa arrimada em provas seguras e plenas” (*O caso Gumes*, 1923, p.26). No livro, João Gumes também descreve o texto da defesa elaborado por ele mesmo, bem como a defesa organizada por seu advogado Anísio Teixeira, e ressalta que, se a decisão do juiz não o isentou por completo da responsabilidade sobre o dinheiro que se encontrava sob a sua guarda, “ficou provado que eu não sou um peculatório indigno de confiança e minha honra sahi ilesa”. Rememorando o episódio ocorrido na sua vida de servidor público, João Gumes, ressalta que:

Não posso compreender como um delapidador dos dinheiros do Estado ainda merece a confiança dos administradores deste Município ao ponto de ser-lhe confiado o Thesouro Municipal desde aquella epocha até 1920, quando requeri e obtive a minha aposentadoria (*O caso Gumes*, 1923, p18).

Segundo expressa, apesar de não ter conseguido isentar-se da culpa, ao menos provou que não era um funcionário que desviasse o dinheiro público. Vimos, no desenrolar do “O caso Gumes”, a sua atuação como advogado. Em conversas informais, pessoas da cidade e parentes próximos de João Gumes afirmaram que ele se dedicava ao estudo das leis, possuindo, na sua biblioteca, diversos livros da área do Direito (exploraremos no capítulo seguinte a possível biblioteca de Gumes). Acreditamos serem procedentes essas informações, na medida em que se verifica, nas matérias que escreveu no jornal *A Penna*, referência a termos específicos da área do Direito, bem como a utilização de nomenclaturas desse campo, em latim.

Empresário foi outra atividade desenvolvida por João Gumes. Entre as diversas funções por ele desempenhadas, localizamos também vestígios de que, no final do século XIX, atuou na cidade de Caetité como proprietário de uma fábrica de sabão, segundo notas de propaganda no jornal, tal como podemos verificar no seguinte trecho do impresso: “João Gumes vende sabão [...]”⁶². Infere-se que a venda de sabão, para Gumes, foi uma atividade temporária, uma vez que os anúncios se restringem aos anos iniciais do jornal.

A função de *arquiteto* foi mais uma das atividades possivelmente desenvolvidas por Gumes. Os memorialistas locais, nos seus relatos, afirmam que seria de João Gumes a autoria do projeto arquitetônico do Mercado Público e do Teatro Centenário, tal como destaca Santos (1997, p.144). Outros memorialistas, tais como Neves (1986), Silva (1932) e Marieta Gumes (1975), endossam também o fato. No entanto, não encontramos, nos arquivos, indícios que atribuíssem a Gumes a autoria desses projetos.

Diante do desempenho de profissões diversas que requerem eficiente domínio da leitura e da escrita, pode-se afirmar que a cultura letrada ocupou lugar de destaque na vida desse sujeito. Como vimos afirmando, João Gumes é proveniente de uma família que já possuía certa participação na cultura escrita legítima. No entanto ele ampliou e consolidou essa participação em outros campos do conhecimento.

Entre suas obras, não existe uma específica narrando sua autobiografia, relato que, possivelmente, deixaria conhecer a sua versão sobre como se deu a sua relação com a leitura e escrita. Também em “*O caso Gumes*” ele esclarece o motivo de não tê-la produzido:

⁶² *A Penna*, 20/05/1897, p.5.

[...] No dizer de Musset, “Para escrever a história da própria vida é preciso, em primeiro lugar, que se tenha vivido” e, segundo o pensamento do notável bellettrista francez, eu não vivi. A expansibilidade do espirito ultrapassa as possibilidades humanas e “ter vivido” é ter realizadas as aspirações, por mais modestas que sejam. [...] Há idealistas de todos os feitios e gradações e eu sou considerado um delles, embora de infima escala, que não realisei o que desejo.

Logo, falta-me o requisito primaz de Musset para aqui traçar uma autobiografia. Depois, em que interessa ao leitor a historia de um humilde? Venho apenas historiar perfunctoriamente a minha carreira de serventuario publico, por necessidade, para me defender de accusações que inimigos gratuitos me assacam procurando manchar a minha reputação (1923, p.1, grifos nossos).

Gumes considerava que a sua vida não era digna de se transformar num relato autobiográfico, uma vez que não viveu para realizar as diversas aspirações que possuía como idealista que era. Segundo ele, historicizou sua trajetória de forma superficial e rotineira, apenas para atender a uma necessidade. É interessante observar que, apesar de utilizar essas justificativas para o fato de não ter escrito sobre a sua própria vida, fica explícito o poder que a escrita teve para ele, conforme podemos verificar no trecho: “historiar perfunctoriamente a minha carreira de serventuario publico, por necessidade, para me defender de accusações [...]”. Nesse aspecto, Galvão e Silva (2008, p.3) ressaltam que a leitura e a escrita, ao serem compreendidas não se esgotam em si mesmas. mas devemos atentar para a ideia de que “os valores que a leitura e escrita recebem em determinado espaço e tempo somente podem ser dimensionados quando compreendemos as relações de poder” que permeiam o contexto no qual estão inseridas. Assim, pode-se pensar que Gumes atribuiu um “poder intrínseco ao dispositivo escritural” (HÉBRARD, 2007, p.90), já que ocupava um *locus* de legitimidade que permitiu posteriormente que a sua produção escrita fosse lida, relida, interpretada e confrontada. Nesse sentido, a escrita cumpre a relevante função social de informar às futuras gerações aspectos e características de uma época e de um sujeito. Ratificando a ideia de que Gumes atribuía amplo “valor” e “poder” ao escrito, todas as edições do jornal *A Penna* das primeiras décadas do século XX trazem no seu enunciado a expressão em latim: *Verba volant, scripta manent* (As palavras voam, os escritos ficam).

João Gumes, nos seus escritos, comenta nunca ter saído de Caetité: nasceu e residiu na mesma casa, afastou-se dela somente até os baixios de Monte Alto, quando exerceu, por oito anos, a função de mestre-escola. Pode-se afirmar que Caetité, desde décadas anteriores à atuação de Gumes, já apresentava certas características urbanas que foram favoráveis à

circulação do escrito. Para melhor dimensionarmos esse processo e a circulação do escrito na cidade, propomos uma breve incursão nesse espaço, a fim de compreendermos o papel da experiência urbana no processo de participação de João Gumes nas culturas do escrito.

1.3 Caetité: espaço de circulação do escrito

Em Caetité a existência de espaços como o correio, a escola normal, a tipografia, o teatro, estação meteorológica, associações literárias e assistencialista, estava de alguma forma relacionada com a cultura escrita. Portanto, a existência desses espaços, desde as décadas finais do século XIX, colaborou para implementar e ampliar a circulação das culturas do escrito na cidade. Para melhor compreensão das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que João Gumes construiu e desempenhou em Caetité, faz-se necessária uma breve caracterização da cidade no século XIX.

Segundo Pedro Celestino da Silva (1932, p.282), o nome Caetité é de origem tupi, *Caa-ita-eté* = Mata da Pedra Grande. O município está localizado na zona fisiográfica da Serra Geral, situado na encosta da Serra do Espinhaço do Alto Sertão baiano, a 826 metros de altitude acima do nível do mar. Quanto ao tipo de vegetação, divide-se em duas zonas distintas: a da caatinga e a dos gerais. A cidade encontra-se a 757 quilômetros da capital do estado.

No que se refere às atividades econômicas, Silva (1932, p.164 e 165) comenta que na agricultura o algodão era uma das maiores riquezas na época. Em Caetité, a cana também era e é cultivada com sucesso desde os tempos coloniais. Sobressaem a mandioca, cereais, mamona e frutas, em geral. A pecuária podia ser considerada a mais relevante atividade econômica para o município. Quanto à produção industrial, para a época não tinha grande significação econômica. De acordo com Lobão Gumes (1975, p.19), “a extração de amestistas, que já foi uma das maiores fontes de renda, no passado, quando a extração e exploração eram feitas pelos alemães, ficou reduzida a uma pequena produção”.

Quanto à localização geográfica do município, conforme mostra o mapa do estado da Bahia, vê-se que é considerável a distância da cidade de Caetité em relação à capital e ao litoral do estado, porém encontra-se mais próxima da divisa com o Norte de Minas Gerais, fato que permitiu contatos, trocas de informações e um trânsito maior de baianos caetiteenses que

saíam em busca de trabalho em Minas e São Paulo. O mapa nos mostra, ainda, que os trajetos dos boiadeiros, dos mineradores e dos tropeiros foram os caminhos que favoreceram o desbravamento do Sertão baiano nos séculos XVIII e XIX.



Figura n. 5: NEVES & MIGUEL. *Caminhos do Sertão* (2007, p.209).

A instalação da Câmara Municipal na região hoje denominada Caetité ocorreu em 1810. Mas anteriormente à criação da Vila⁶³, o local já funcionava como entreposto, região de

⁶³O arraial de Sant'Anna do Caetité foi elevado a freguesia por Alvará régio de 1754 (SILVA, 1932, p.106).

passagem que se ligava às Lavras Diamantinas, ao Norte de Minas e à região de Rio de Contas⁶⁴. A documentação analisada e estudos recentes⁶⁵ corroboram a ideia de que havia circulação de pessoas, mercadorias, ideias e, também, de material escrito nessa região. Gumes relata, no romance *O sampauleiro*, que Caetité, desde o final do século XVIII, se constituía como um dos mais antigos e importantes locais de comércio da região sertaneja do “centro-sul baiano”. No entanto, era uma região de comércio secundário, visto que a mineração se encontrava no auge da sua produção em Lavras Diamantinas e em Rio de Contas, ambas dedicadas exclusivamente à atividade mineradora⁶⁶. Fátima Pires (2003, p.40) afirma que a exploração de diamantes na Chapada Diamantina, nas décadas iniciais do século XIX, principalmente em Lençóis, fez com que o Sertão ampliasse a policultura para abastecer essa região. Para a autora, a instalação do Consulado Francês em Lençóis, nesse período, é um indício da relevância que a região conquistou com a exploração das pedras preciosas. Como Caetité se encontrava numa via de acesso para as referidas regiões, especializou-se nas atividades da pecuária e da agricultura, dadas as extensões territoriais de que dispunha, que abrangiam desde o Vale do São Francisco, ao Oeste, até as áreas ainda inexploradas, naquele período, da serra de Conquista, ao Sul⁶⁷. Assim, João Gumes descreve como era Caetité nos seus primórdios:

[...] verifiquei que a riqueza e prosperidade de Caetité eram invejáveis. Por esse tempo não havia o costume de se reunirem os lavradores em feiras semanais. Ao redor da villa havia fazendas de criação de gados e culturas de toda a sorte de plantações, as quaes forneciam á população, a preços muito baixos, tudo quanto lhe era necessario.

A villa era como que o quartel general de ricos mercadores mineiros que faziam o trafico de escravos, de joalheiros francezes, de perseguidos politicos de outros lugares, os quaes alli encontravam tranquillidade e segurança. As festas, bailes, representações theatraes e diversões outras, que se realisavam na maior ordem e harmonia, attrahiam á villa muitos visitantes, mesmo da Capital.

N’esse tempo mantinha-se um florescente commercio entre Minas Geraes e as Lavras Diamantinas. Sendo Caetité excellente pouso de ida e volta, muitos lucros auferia desse movimento. Hoje, porem, tudo mudou alli de aspecto. O commercio de Minas voltou-se para o sul, em razão do

⁶⁴ A freguesia de Caetité pertenceu à Vila de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas – atual município de Rio de Contas –, da qual foi separada no ano de 1810. Em homenagem ao príncipe regente, passou a ser denominada Villa Nova do Príncipe e Santa Anna do Caetité (SILVA, 1932, p.106).

⁶⁵ Ver os estudos de Ivo (2008), Nascimento (2007), Neves e Miguel (2007), Neves (1998) e Pires (2003).

⁶⁶ Pires (2003, p.40) assim situa Caetité: “no século XIX, Caetité (grande centro distribuidor), Rio de Contas e Minas Novas tonaram-se polos atrativos, através da cultura de subsistência e do gado. Ocorreu também durante esse século o contrabando de pedras preciosas da Serra Geral da Bahia e Minas Gerais, sobretudo para o Rio de Janeiro”.

⁶⁷ *O sampauleiro*, 1922, p.47, vol.II.

desenvolvimento da rede de estradas de ferro que naquela região tornou mais fáceis os meios de transporte; o preço do diamante caiu; as fazendas agrícolas, já em decadência pela escassez de trabalhadores, em consequência do tráfico de escravos, afinal foram quase todas abandonadas logo após a abolição do trabalho servil (*O sampauzeiro*, 1922, p.60-61).

Observa-se que as condições de localização de Caetité, como ponto de entroncamento, como já mencionamos, favoreciam a circulação de pessoas; propiciavam práticas culturais e econômicas. Essa forma de ver e analisar a vida no Alto Sertão baiano, pautada pelo intercâmbio dinâmico e a invenção de novas práticas culturais que atendessem as especificidades locais, faz parte das novas interpretações historiográficas que vêm contrapor-se à historiografia tradicional. Para esta historiografia, no período colonial, as práticas “civilizatórias” ficaram restritas ao litoral da Bahia e ao Recôncavo, enquanto no Sertão predominariam a “barbárie”, “o selvagem”, “o isolamento” e o “inculto”. Nesse sentido, Isnara Ivo (2008) relata as especificidades da colonização dos sertões:

Os sertões guardavam singularidades múltiplas, trânsitos e mobilidades e, assim como as cidades coloniais, abrigavam movimentos de pessoas e de produtos das mais diferentes partes do império ultramarino português, tal como se verificara nas áreas urbanas. Os moradores dos sertões forjaram situações de interpretação e de reconstrução de variadas formas de trabalho e de vida, ações condicionadas pelas leis, pelas justiça e pelos costumes, constantemente reinventados e, muitas vezes, reinterpretados. As culturas múltiplas, estimuladas pela vivência com o inusitado, criaram novos espaços de vida econômica para além da vocação puramente agropecuária. Abrindo caminhos e conectando-se ao mundo ultramarino. Os sertanistas, ao buscarem riquezas e ao acumularem grandes propriedades rurais, foram os responsáveis pelo ir e vir de práticas culturais, num trânsito intenso, até então desconhecido para os sertões naquele momento (2008, p.1-2).

Vê-se, de acordo com as novas perspectivas historiográficas, que os sertões não estavam tão isolados e perdidos do mundo dito “civilizado”; como diz a autora, “os moradores dos sertões forjaram situações de interpretação e de reconstrução de variadas formas [...]”, a população sertaneja buscava formas variadas de viver e conviver com as intempéries inerentes à região, assim as “culturas múltiplas, estimuladas pela vivência com o inusitado, criaram novos espaços de vida econômica [...]”. Essas novas interpretações nos possibilitam entender que nem todas as famílias que residiam na região, se dedicavam às mesmas atividades econômicas e culturais, havia, certamente, aqueles que, mesmo em menor

proporção, constituíam as exceções, dedicando-se mais às atividades voltadas às práticas letradas, o que poderia ser o caso da família de João Gumes.

De acordo com o mapa anterior, ao se pensar na circulação do escrito na cidade de Caetité no século XIX, vale destacar a função que o correio desempenhou nesse contexto. Mas, anteriormente à criação do Correio (1832) ou concomitantemente com a sua instalação e funcionamento nas décadas iniciais do século XX, foram os tropeiros⁶⁸ os responsáveis pelo trânsito de notícias, encomendas, informações e ideias; conforme o mapa, eles abriam caminhos em meio à vegetação do Sertão que se tornaram trajetos conhecidos, instituíram áreas de pousos para as paradas, geralmente próximas a aguadas para os animais beberem; dessas áreas de pouso surgiram os arraiais e as vilas que mais tarde se transformaram em cidades. A cidade de Caetité contava também, desde 1896, com o telégrafo. Assim, os tropeiros, o correio e o telégrafo eram as formas de contato e comunicação de que dispunha a população. No entanto, atendendo às especificidades próprias de cada via de comunicação, devem-se ressaltar as limitações que dificultavam a agilidade nas correspondências e outros materiais escritos que vinham de outras cidades. Talvez em função da relevância do Correio para a sociedade é que eram feitas constantes reclamações no jornal *A Penna*. Reclamações quanto ao atraso e qualidade dos serviços prestados, à falta de funcionários para a entrega das correspondências e encomendas, gerando prejuízos para a população. O jornal atribuiu o problema ao ínfimo salário pago ao agente do Correio, “provocando um amontoado de malas nas repartições à falta de quem as conduza”⁶⁹. E o prejuízo disso é que “ahi envelhecem privando os assignantes da leitura de suas gazetas, os negociantes da sua correspondência commercial, a família de noticias do parente, a desamparada do recurso pecuniário [...], quantas facturas a pagar [...]”⁷⁰. Vê-se que o correio era uma importante via de comunicação e acesso da população caetiteense a diversas formas de escrito. Como registra o jornal *A Penna*:

[...] Vimos reclamar em nosso próprio interesse.

Em 1897 recebemos carta dos Srs. Scott & Bowne, de New York, na qual acusavam aquelles nossos distinctos amigos terem-nos remetido pelo correio uma porção de chromos e alguns quadros como premio a que tínhamos direito segundo o modo de ver d’aquelles Srs. E, tendo-os

⁶⁸ Sobre a relevância do trabalho desempenhado pelos tropeiros, ver Ribeiro (2009).

⁶⁹ *A Penna* 20/09/1897.

⁷⁰ *A Penna* 20/09/1897.

esperado debalde até o presente, ainda não tivemos o prazer de receber taes objectos, os quaes com certeza desapareceram.
 Pessoa do nosso conhecimento, que corresponde com aquelles Srs. sofreu o mesmo prejuízo que nós em idênticas circunstâncias (*A Penna*, 05/02/1898, p.1).

Em outro relato, pode-se verificar que o Correio também assumia função primordial para outras camadas da população, a exemplo dos sampauleiros.

Um dos pontos da Cidade frequentados pelos sampauleiros ou pelos parentes e credores que aqui deixaram é o Correio, onde vão indagar por cartas que para cá escreveram ou que não foram recebidas, as quaes muita vez traz [sic] algum pecúlio. No dia de sabbado, quando se dá a feira semanal, ha enorme concorrência, n'essa repartição, dos lavradores de redor da Cidade, que aproveitam a occasião para procurarem cartas que esperam de S. Paulo [...] (*Os analphabetos* 1928, p.138, grifos nossos).

Nota-se que a relevância do Correio não se restringia às pessoas que tinham o domínio da cultura escrita, que recebiam suas correspondências, as encomendas de livros, das gazetas e outros materiais escritos. Estendia-se, também, à população que nem sempre tinha o domínio das letras. Esse grupo, formado geralmente pelos sampauleiros ou moradores do campo, recebia através do Correio, além das correspondências dos parentes distantes, que eram lidas por algum amigo que tinha o domínio da escrita, o dinheiro enviado pelos emigrantes para o suprimento das necessidades básicas.

Reafirmando a relevância que o Correio teve em Caetité num período em que os meios de comunicação eram precários, Flávio Neves (1986) em suas memórias destacou a expectativa que gerava na população local a chegada dos malotes do correio. E assim comenta:

O correio chegava duas vezes por semana. Os postilhões faziam-se anunciar à entrada; um deles, 'o correio alegre' como se chamava, denunciava a sua chegada com três foguetes. As pessoas mais apressadas, aguardavam, à porta da agência postal, a abertura das malas recheadas de jornais da capital, que traziam as fresquíssimas notícias das novidades ocorridas, 15 ou mais dias antes (NEVES, 1986, p.6).

O memorialista descreve o momento de chegada das cartas, dos jornais entre outros objetos que eram transportados via correio, como um momento festivo aguardado com alegria e

entusiasmo pela população e que contava inclusive com o estouro de foguetes para avisar à comunidade tão esperada notícia.

Assim, tomando como base pesquisas recentes (já referidas), e a partir dos indícios apontados nos documentos, é possível afirmar que Caetité, desde os primórdios, já apresentava certa disposição para a urbanização, característica que foi mantida e ampliada, pois, no final do século XIX, já dispunha de imprensa (1897), Escola Normal (1896), telégrafo (1896), entre outros órgãos públicos. Nas décadas iniciais do século XX, passou a contar com outras instituições, como a Estação Meteorológica (1908), Bispado (1914), Colégio Jesuíta (1912), Escola Americana (1912), Casa de Caridade (1919), entre outros. De acordo com os memorialistas locais, havia em Caetité uma tendência para a valorização da instrução e da cultura em geral. Entre 1879 e 1880, Theodoro Sampaio, membro da Comissão Hidráulica nomeada por D. Pedro II e encarregado dos estudos da navegação pelo Rio São Francisco, passou pela região e, impressionado, registrou, em seu diário, as atividades econômicas, culturais e sociais da cidade, da seguinte maneira: “Caetité apresenta aos viajantes um aspecto de corte do sertão. Há aqui uma boa e culta sociedade, muita urbanidade e delicadeza na gente do lugar” (SAMPAIO, 2002, p.220). A existência desses espaços nos informa, de alguma maneira, que havia, em Caetité, uma certa valorização da cultura escrita.



Figura n. 6 – Mercado Público de Caetité, foto Studio K, data aproximada: entre final do século XIX e início do XX.

A foto do Mercado⁷¹ de Caetité, possivelmente foi tirada no final do século XIX ou do início do século XX, pode-se visualizar a intensidade do trânsito de pessoas e mercadorias que movimentavam o comércio local e regional na cidade. De certa forma, ela vem corroborar a ideia da cidade como centro de convergência de pessoas e mercadorias da região. Alguns anos antes, o engenheiro Theodoro Sampaio, em passagem por Caetité, em janeiro de 1880, relatou, no seu diário de viagem, que, visitando o mercado da cidade, notou que “parecia uma feira bastante frequentada”. Nessa direção Sampaio destacou também a variedade de gêneros que encontrou: “requeijões, couro e outros produtos da indústria pecuária, abundância de legumes, batatas-inglesas, batatas-doces, inhames, hortaliças, abóboras, melões excelentes, melancias, milho, arroz, feijão, rapadura, açúcar, farinha de mandioca” (2002, p.213-214). Ressaltou, ainda, que, segundo lhe informaram, a produção desses gêneros era avultada; a cidade exportava tais gêneros para outros municípios vizinhos, fato que o fez considerar Caetité como o “celeiro provido destes sertões”.

Essas condições de vida em Caetité preconizam a existência de determinada urbanização. No entanto, não significa afirmar que havia em Caetité, nesse contexto específico, uma cultura urbana já instituída, na medida em que a renda econômica da cidade provinha da agricultura e pecuária. Assim, o urbano e o rural se encontravam, ainda, fortemente imbricados, era marcante a presença do rural no espaço urbano, conforme nos mostra a foto do Mercado. Vê-se a presença de carros puxados a animais, bem como as bruacas levadas pelos tropeiros. Por outro lado, a existência na cidade de várias instituições, assim como a circulação de um jornal local, demonstra que também havia práticas de uma cultura urbana, dentro das possibilidades e limites espacotemporais da região.

Parafraçando o poema de Cecília Meireles, “Romance XXI ou das Idéias” (2005, p.63-68), pode-se pensar que em Caetité, no final do século XIX e início do XX, os grupos de tropeiros, além de transportarem os gêneros alimentícios, cortes de tecidos, aguardentes, fumo, adornos para as mulheres, livros, correspondências, novidades, levavam também ideias. O telégrafo, apesar da objetividade e da restrição ao número de palavras, noticiava os acontecimentos, fatos marcantes da história do mundo, da nação e do estado, levava também as ideias. E, por fim, o Correio, que remetia, além das missivas, jornais, auxílio pecuniário, documentos, objetos, também traziam as ideias. Desse modo, as ideias, quer fossem escritas

⁷¹ Não encontramos referência à autoria dessa foto. Possivelmente, trata-se de uma foto encomendada, que circulou e ainda circula como cartão-postal, retratando um aspecto da cidade considerado um ponto de referência.

ou orais, estavam presentes nos espaços públicos ou privados da cidade. Assim, o trânsito de pessoas e mercadorias influenciou o estabelecimento de uma cultura escrita em Caetité.

Acreditamos que as condições do espaço urbano de Caetité foram profícuas para que Gumes pudesse manter e ampliar o seu contato com a cultura escrita, já que, como ele mesmo diz, “ficou confinado a região próxima”⁷²; não frequentou outras urbes, nunca esteve na capital do estado da Bahia. Entretanto, pode-se perceber que ele não se restringiu às limitações do local; desenvolveu estratégias que visavam criar as condições para que, mesmo sem se ausentar da cidade, pudesse ter acesso às informações e ao conhecimento. Nesse sentido, envidou-se na busca de implementar, na cidade, grupos que viabilizassem o desenvolvimento de atividades culturais. Vale observar que, como já foi mencionado, havia uma elite cultural preocupada com a criação, em Caetité, de espaços de sociabilidade⁷³, diversão, educação e circulação do conhecimento, como é o caso do teatro.

O jornal *A Penna*⁷⁴ nos informa que, antes da segunda metade do século XIX, a sociedade caetiteense já produzia espetáculos teatrais. Existiu, na cidade, uma companhia, do Sr. Bramom, que, possivelmente, teria sido um dos iniciadores da atividade em Caetité. Após a saída da companhia da cidade em 1859, um grupo de “jovens amadores” fundou o Teatro União e conseguiu adquirir um terreno murado na Rua Barão de Caetité, no qual estabeleceu o teatro. Como os proventos recolhidos com as apresentações eram poucos, somando-se à administração incorreta, a construção foi pequena e mal projetada. Apesar das condições inadequadas para o funcionamento do teatro, conta-se que “alli por muitos annos encontrou o publico d’esta cidade boas noites de diversão. O archivo do teatro era farto [...]”⁷⁵. No jornal *A Penna*, há uma relação de produções literárias que seriam apresentadas ao público, a exemplo de trabalhos de autores como Mendes Leal, Herculano, Macedo e outros. Com o envelhecimento do teatro, a fachada foi tomada por uma erva conhecida como *são caetano*, que inspirou um novo nome para a casa de espetáculos: Teatro São Caetano⁷⁶.

⁷² *O caso Gumes* (1923, p.25-26).

⁷³ O conceito de sociabilidade é utilizado na perspectiva de Maurice Agulhon (1989, p.54). Entende-se por “sociabilidade normativa, maneira de ser civilizada, isto é, verbalizada, ritual, pacífica”, que constitui um “sistema de regulação das relações sociais cotidianas”.

⁷⁴ Jornal *A Penna*, 06/09/1912, p.1.

⁷⁵ Jornal *A Penna*, 06/09/1912, p.1.

⁷⁶ A alteração do nome do teatro em Caetité nos remete ao trabalho de Morel (2005, p.233), que, analisando a sala oficial de espetáculos no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX, ressalta as disputas em torno do nome do teatro e afirma que “estas mudanças de nome confirmam a densidade das disputas políticas em torno dessa sala de espetáculos”.

Plínio de Lima⁷⁷, já citado, tentou construir, na cidade, um teatro regular e “digno”, ideia que foi acolhida com entusiasmo pela sociedade. Porém, a sua morte prematura interrompeu o projeto. Em 1884, um grupo de “intelectuais” fundou a Sociedade Dramática⁷⁸, adquiriu o prédio do antigo mercado, lá estabelecendo o Teatro Dois de Julho. Como afirma o jornal, o teatro foi resultado “da boa vontade e iniciativa dos seus fundadores” (*A Penna*, 06/09/1912, p.1). No entanto, nesse texto se esclarece que, nem por isso, esses benfeitores dispunham de amplos recursos financeiros para manter as tradições. Aproveita-se, ainda, a ocasião da publicação do texto em *A Penna* para denunciar as condições em que se encontra a casa de espetáculos, pois João Gumes não a considera um teatro, já que, em suas instalações, faltava luz e, além disso, o espaço era estreito e sem acústica. Para ele, era mais um “arremedo” do que um teatro. João Gumes declarou ser isso uma vergonha, porque, para ele, “o teatro, quer material, quer intelectualmente considerado, é tão necessário como a escola, mesmo porque elle é uma escola [...]”.

Enfatizar a dimensão educativa do teatro, como afirma João Gumes, mostrando que ele é tão necessário quanto a escola, faz parte do contexto do século XIX, época em que parte da elite cultural ou dos “homens de letras”⁷⁹ via esse espaço permeado de conteúdo educativo. Nesse sentido, a dissertação de Carolina Mafra de Sá (2009) traz uma relevante contribuição. Sá, ao analisar o papel do teatro na sociedade brasileira do Segundo Império, buscou entendê-lo como estratégia educativa. Para isso, a pesquisadora se debruçou sobre a legislação do período que regulava a exibição dos espetáculos. Com o foco da pesquisa na atividade teatral em Ouro Preto, na segunda metade do século XIX, ela procurou compreender quais os sentidos e os objetivos atribuídos ao teatro pelas elites ouro-pretanas. A pesquisa revela

⁷⁷ Plínio de Lima, natural de Caetité (1847-1873), iniciou seus estudos na cidade, dando-lhes continuidade na capital do estado, no Ginásio Baiano. Depois, matriculou-se na Faculdade Direito, em Pernambuco. Lima era um ativista cultural; publicava versos, sátiras e folhetins no *Correio Pernambucano*, referentes a fatos da vida social ou acontecimentos políticos da época, sob o pseudônimo de Lucio Luz. Em Caetité colaborou com a aquisição de fundos junto à sociedade para a construção de um teatro. Após a sua morte, João Gumes recolheu seus cadernos de poesias e organizou uma publicação. Esse trabalho foi lançado em São Paulo, com o título: *Pérolas renascidas*, em 1928. A publicação do livro foi efetivada por Afonso Fraga, natural de Caetité, que residia em São Paulo.

⁷⁸ Morel (2005, p.277 e 278), em estudo sobre a dinâmica das associações existentes no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1820 e 1840, fez um mapeamento de vários tipos de associações: filantrópicas, literárias, artísticas, recreativas, pedagógicas, maçônicas, econômicas entre outras. Segundo o autor, a ampliação dessas associações, “não apenas as maçônicas”, mas as públicas que manifestam objetivos claros, foi responsável pelas mudanças nos espaços públicos. Mafra de Sá (2009), que pesquisou a atuação da Sociedade Dramática Ouro-pretana na segunda metade do século XIX, relata que essa associação se pautava em fins culturais e tinha como objetivo promover o teatro em Ouro Preto.

⁷⁹ Segundo João Cezar Rocha (2000, p.215-216), “até meados do século XVIII, o homem de letras foi um autêntico artesão da palavra, uma máquina de produzir textos”. Já no século XIX, ele se especializa nas belas-letras. “O homem de letras deixa de cuidar de todos os discursos, concentrando na produção de textos criativos, ele não trata mais de todas as áreas do conhecimento ou da experiência”.

que os posicionamentos sobre a arte dramática na capital mineira eram divergentes e contraditórios; havia os que “pareciam mais interessados no divertimento num espaço digno e menos no conteúdo desses divertimentos” e outros “acreditavam no seu potencial educativo [...] num reconhecimento público de sua civilidade, educação, ilustração [...]” (2009, p.75).

Para os homens de letras, como João Gumes, o teatro simbolizava um aspecto do processo de civilidade da população. Frequentar esse espaço exigia do público compartilhar de determinadas normas, práticas e rituais que eram inerentes ao ambiente do teatro; essas práticas educativas implicavam o reconhecimento de uma sociedade civilizada.



Figura n. 7 – Teatro Centenário de Caetité, foto Studio K, 1922.

O Teatro Centenário foi inaugurado em 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações pela passagem do centenário da independência política do Brasil. De acordo com Santos (1997), para a construção desse teatro, formou-se em Caetité a “Sociedade Evolutiva da Lavoura”, grupo de homens em que a maioria tinha suas atividades voltadas para a agricultura, tendo como presidente Durval Públio de Castro. O movimento em prol da construção do teatro congregou os partidos políticos locais, que se uniram em torno de um objetivo comum: prover a cidade de um teatro. Para isso era necessária a colaboração de todos, “pois a obra seria inteiramente particular, não se contava com verbas

governamentais”. (SANTOS, 1997, p.39-40). A autora informa, ainda, que a construção foi iniciada em 1917, tendo sido gasta uma soma de 43.000\$000 (quarenta e três contos de réis), resultado dos fundos angariados através de donativos, rendas de espetáculos e quermesses. Assim a autora se referiu ao teatro:

O projeto foi de autoria de João Gumes; a imaginação não teve limites; pensando no acanhamento e pequenez das casas anteriores, foi projetado um teatro imenso, de altura descomunal, ao jeito dos teatros clássicos; teria duas ordens de camarotes, palco, camarins, tudo amplo (SANTOS, 1997, p.40).

Segundo os relatos, é possível inferir que a construção do Teatro Centenário atendia, de certa forma, aos anseios da comunidade caetiteense, que desejava desfrutar de um espaço cultural que pudesse congrega o entretenimento, a diversão e a educação, tomando como modelo os teatros das grandes cidades, ou, como afirmou a autora, “ao jeito dos teatros clássicos”. Santos comenta também que, “embora inacabado, era o local de representações; enfeitava a praça com suas elevadas dimensões” (1997, p.40).

Na falta de companhias de teatro atuando em Caetité, os professores da escola normal⁸⁰ se encarregavam de ensaiar os seus alunos (rapazes), para atuarem em peças a serem exibidas, no teatro, ao público. Essa parece ser uma prática recorrente que acontecia tanto no final do século XIX, como nas décadas iniciais do século XX. Morel (2005, p.234), referindo-se à sociedade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, afirma que “essa instituição sozinha era capaz de atrair os brasileiros independentemente de estar apresentando boa música e dança”. A partir de indicações documentais, pode-se considerar que o teatro sozinho era capaz de atrair caetiteenses, independentemente de estar apresentando boa peça. Como foi evidenciado, no início, o teatro não possuía condições físicas adequadas, e os espetáculos eram, na sua maioria, encenados por principiantes.

Pode-se dizer, assim, que, em fins do século XIX, existia, em Caetité, uma elite cultural disposta a investir em eventos culturais diferenciados. Somando-se a isso, alguns de seus membros também faziam parte da elite econômica. Esses homens ligados às letras buscavam formas de criar espaços para que suas discussões fossem legitimadas, ao mesmo tempo em que pretendiam ampliar esses espaços com a incorporação de novos membros. Acreditamos

⁸⁰ Jornal *A Penna*, 20/05/1898.

ser esse fato o que motivou a criação do Grêmio Literário Plínio de Lima. Em nota divulgada no jornal⁸¹, com o título “Convite”, os membros da comissão⁸² responsável por instituir na cidade o Grêmio Literário, justificando a impossibilidade de se dirigirem particularmente a cada um dos interessados, vinham a público convidá-los para participar do processo de instituição do grêmio na cidade. A reunião tinha como objetivo discutir as bases em que deveria assentar a associação. No convite divulgado pelo jornal, está escrito: “A comissão pede o comparecimento de todas as pessoas que se interessam pelo progresso desta terra”⁸³. Pode-se pensar que, ao associar o grêmio à perspectiva de progresso, a comissão lançasse mão de uma estratégia que visava atrair um número maior de pessoas para a formação do Grêmio Literário, além de provocar o entendimento de que a existência de uma associação literária representava uma forma de progresso para a cidade.

No decorrer do ano de 1898 foram constantes os convites e comunicados feitos por meio do jornal *A Penna* informando a população sobre as decisões para o processo de instalação da referida associação na cidade. Plínio de Lima foi o nome escolhido para o grêmio. Após todo o processo de discussão e sistematização da associação com aprovação do estatuto, aconteceu, enfim, a sua instalação em sessão solene no Paço Municipal. Estiveram presentes as autoridades representantes da Vila, tais como: membros do Conselho Municipal, professores e funcionários administrativos da Escola Normal, Juiz de Direito, Promotor Público, representante do clero, empregados municipais, estaduais e federais, bem como diversas outras autoridades, “delegados de todas as classes sociaes, inclusive a redacção desta folha” (*A Penna*). Essa sessão contou com a adesão de novos sócios que, como pode ser observado, eram pessoas de *boa* posição social e econômica na cidade (*A Penna*, 05/06/1898, p.2).

Vê-se, através dos insistentes convites divulgados por meio da imprensa, que a comissão buscava contar com a participação da comunidade na recém-criada associação. A elaboração do estatuto demandou intensa discussão até a sua aprovação. Os membros da associação, que se encontravam, tendo em vista seus interesses por leituras e pela discussão de textos, reuniam-se também em datas significativas para a comunidade, a exemplo do 13 de Maio e o 2 de Julho (Independência da Bahia). Nessas ocasiões, aconteciam sessões solenes de

⁸¹ *A Penna*, 05/04/1898, p.7.

⁸² A comissão era formada por Aristides Borba, Deoclecio Silva, J. Gonçalves Cruz, João Gumes e Marcelino Neves.

⁸³ *A Penna*, 05/04/1898, p.7.

comemoração, que contavam com a participação ampliada da comunidade. Vale observar a composição do grupo. Os fundadores da associação eram, em sua maioria, professores da Escola Normal, com exceção de João Gumes, o que talvez explique o uso que faziam do espaço da escola para a realização das reuniões, destacando-se o fato de a instituição dispor de um auditório.

Maurice Agulhon (1989, p.54) observa que a “sociedade civil tem a sua vitalidade própria”. O autor destaca que as transformações provocadas pelo Iluminismo na França colaboraram com a ampliação dos espaços de sociabilidade, que incluem desde os cafés até os clubes literários. Diante dessa ampliação, Agulhon questiona: o que são essas sociedades literárias? E assim responde: “senão, desde já, uma associação voluntária de homens que se conhecem, se escolhem e se organizam para terem juntos um lugar onde possam comentar e ler publicações, dividindo as despesas [...]”. Esses espaços se tornavam, portanto, para o autor, “associações voluntárias da sociedade civil cada vez mais complexas”.

A estruturação desses espaços de sociabilidades no âmbito urbano nos informa acerca da atuação de diferentes sujeitos sociais⁸⁴, já que todos possuíam a mesma formação política, cultural, mas se articulavam na trama histórica, para pensar a modernidade política em Caetité. Como afirma Marco Morel (2005, p.165), “a cidade condicionava o enredo político e cultural e, ao mesmo tempo, ia sendo transformada pelas interferências dos diferentes atores sociais e políticos”.

Não temos indicações de quanto tempo o Grêmio Literário teria funcionado em Caetité, mas podemos visualizar a sua importância na formação e na constituição das redes de sociabilidades construídas por João Gumes. Ele teve participação ativa como membro ou sócio, em Caetité, das mais diversificadas entidades, tais como: literárias, educacionais, filantrópicas, operária, Sociedade Dramática⁸⁵, Club Caetiteense, Associação Baiana de Educação⁸⁶, entre outras. Encontramos, também, informações de Gumes como membro de

⁸⁴ Agulhon (1989, p.56), referindo-se aos sujeitos “polidos, cultivados”, que frequentavam essas associações, afirma que nem todos eram revolucionários, mas quanto à “nova sociabilidade que se instituiu”, ressalta que “pode ser considerada liberal, porque veiculava, entre outras, as ideias das luzes e sua existência tinha um princípio liberal”.

⁸⁵ A Sociedade Dramática, fundada, em 1884, por um grupo de “intelectuais”, tendo como presidente Antônio Gumes (irmão de João Gumes), recolhia fundos para manter o teatro da cidade funcionando. Essa sociedade adquiriu o prédio do antigo mercado e o transformou no Teatro Dois de Julho.

⁸⁶ A Associação Baiana de Educação estava vinculada à Associação Brasileira de Educação (ABE), que foi fundada no Rio de Janeiro, em 1924, por um grupo de intelectuais carioca. Segundo Marta Carvalho (1998, p.54), “foi do malogro da Acção Nacional que nasceu a ABE”. Com o fracasso do partido político, os intelectuais enfatizaram a ABE, que objetivava “promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da

entidades literárias em cidades da região e até em outros estados do Brasil. Em nota, o jornal *A Penna*⁸⁷ comunicou a sua filiação, como sócio honorário, ao *Club Euterpe Litterario*, que fica em Lençóis do Rio Verde, em Minas Gerais, certamente, na qualidade de sócio-correspondente, prática comum à época. Além da participação de João Gumes nas sociedades literárias, encontramos diversas notas no jornal *A Penna* tratando da sua condição de membro da Associação Baiana de Educação (como dito acima), departamento de Caetité⁸⁸. Vê-se que Gumes manteve intensa rede de relações com as associações.

Pensando Caetité como um espaço urbano que contribuiu para a circulação do escrito, ainda no século XIX, eram enfáticas as notas no jornal⁸⁹ comunicando à população que a tipografia de *A Penna* disponibilizava a venda de diversos livros, como se pode observar na nota a seguir:

IMPORTANTE

Livros! Livros! Livros!

Livros novos, romances de afamados escriptores, interessantes livros de lindas historias especiaes para crianças, acaba de receber a typografia de A Penna (*A Penna*, 13/01/1927, p.3).

Interessante observar a forma como a nota comunica aos leitores do jornal a venda dos livros e o realce dado à relevância da comunicação, quando o enunciado adverte, em letras maiúsculas, que é “Importante”. A grafia da palavra seguida dos pontos de exclamação traz implícita a ideia de que há uma abundância de livros e que estes despertam uma intensa euforia e prazer em quem os ler. Vê-se que a intenção da nota do jornal é criar, nos leitores do jornal *A Penna*, a vontade de tornarem-se leitores dos livros. As notas trazem, também, a relação dos livros adquiridos pela tipografia. Entre os autores destacam-se: Afrânio Peixoto, Vítor Hugo, Júlio Verne [...]. Entre os romancistas franceses, Júlio Verne era considerado “o mais rentável de todos” (HALLEWELL, 2005, p.217-218). O anúncio no jornal comunicava também que a tipografia dispunha de “livros indispensáveis aos que estudam o francez

educação em todos os ramos [...]”. A autora realizou um trabalho de investigação com farta documentação, bem como a análise dos discursos produzidos pela associação. Carvalho desconstruiu a visão romântica que se elaborou sobre a ABE e demonstrou os interesses que por ela passavam. A associação defendia que a constituição dos departamentos estaduais era “fundamental para a promoção de um grande movimento de caráter nacional” (p.62). O discurso utilizado pela ABE era autoritário, já que impunha que todas as classes deveriam assumir as mesmas posturas e comportamentos. Na ABE, um grupo de “intelectuais” se “autorrepresentou como elite que se autoincumbiu de organizar o país”, e o povo era geralmente depreciado como “inculto”, “degenerado”. Nesse contexto, a educação era vista como a via de “salvação” do Brasil.

⁸⁷ Jornal *A Penna*, 05/04/1898, p.1.

⁸⁸ *A Penna* 10/05/1930, p.4.

⁸⁹ As notas citadas foram retiradas, respectivamente, de *A Penna* 01/01/1927, p.2; *A Penna* de 13/01/1927, p.4 e *A Penna*, 27/01/1927, p.3.

[...]”⁹⁰, seguindo a lista com os nomes dos respectivos autores. Essas informações permitem inferir que a leitura em francês era bastante disseminada na cidade de Caetité. Com relação a essa prática de divulgação nos periódicos das listas de livros à venda, Alessandra El Far, num estudo sobre o comércio livreiro no Rio de Janeiro, no século XIX, mostrou que o livreiro Pedro da Silva Quaresma, ao abrir seu próprio negócio, “publicava na Gazeta de Notícias extensas listas que divulgavam a enorme variedade do seu estoque” (EL FAR 2005, p.336). Ressalta, ainda, que nas notas o livreiro recorria também ao uso de palavras de impacto, permeadas por um certo “exagero”, que funcionavam como estratégias para atrair a atenção do leitor. Pode-se verificar que João Gumes, de certa forma, também era adepto dessas estratégias para vender os seus livros.

Além das contribuições do espaço urbano da cidade de Caetité na trajetória de João Gumes, que funcionou como uma instância formativa e socializadora, podemos, também, elencar as viagens e o contato com os viajantes como outra instância que contribuiu para sua participação nas culturas do escrito. Assim, mais uma pergunta nos inquieta, a saber: em que as viagens próximas a Caetité, os contatos com viajantes e as leituras que Gumes realizava subsidiaram a formulação de suas ideias, veiculadas por meio do escrito?

1.4 As viagens e o contato com viajantes como uma instância formativa

As viagens, o contato com os viajantes e as leituras realizadas por João Gumes também podem ser considerados uma instância formativa e socializadora da sua participação nas culturas do escrito. Como já foi mencionado, o fato de não ter viajado para regiões distantes da Bahia, a exemplo da capital do estado, ou do Brasil, levou Gumes a construir, por outros meios, conhecimentos sobre essas regiões. Além de ser um ávido leitor, mantinha um contato regular com viajantes que conheciam os caminhos de Minas Gerais e de São Paulo, os sampauleiros⁹¹. Nas palavras de Gumes, o sampauleiro era:

[...] typico e não deve confundir-se com o emigrante em geral, nem tão pouco com aquelles bahianos que, dispondo de recursos ou por qualquer outra circumstancia, fazem uma excursão pelo grande Estado ou alli vão estabelecer o seu domicilio (*O sampauleiro*, 1922, Prefácio).

⁹⁰ A Penna, 27/01/1927, p.3.

⁹¹ O próprio João Gumes esclarece que não se trata da utilização de um termo pejorativo; havia a necessidade e a urgência da criação desse termo. Ele ressalta que esses emigrantes se diferenciavam em relação a outros emigrantes, porque iam em busca de riqueza e da prosperidade em São Paulo.

Esses viajantes eram, na sua maioria, analfabetos que possuíam conhecimento empírico das áreas pelas quais passavam. Em longas conversas, mantidas com esses trabalhadores emigrantes, Gumes se inteirava de detalhes inerentes à vivência desses grupos, bem como de informações sobre a fauna, a flora, a geografia física das regiões percorridas. A par dos relatos colhidos oralmente, acreditamos que Gumes os confrontava com os conhecimentos adquiridos através da leitura, o que lhe possibilitava redigir, com propriedade, os temas em questão. Esses indícios nos mostram que Gumes mantinha intercâmbio com a cultura de tradição oral, incorporando vários elementos dessa cultura na sua produção escrita. Nesse sentido, é adequada a utilização do conceito de circularidade cultural proposto por Carlo Ginzburg (1987), pois verificamos, no caso da participação de João Gumes nas culturas do escrito, um contato e uma influência recíproca entre as culturas oral⁹² e escrita no âmbito de Caetitê, no século XIX. Essa evidência nos remete à proposição de Eric Havelock (1995, p.18). Segundo o autor, não se deve colocar a cultura oral e a escrita em polos diferentes e separados, como se fossem antagônicas. Havelock considera que ambas mantêm uma relação de tensão mútua e criativa, perpassada por uma dimensão histórica. Ele ainda afirma que “as sociedades com cultura escrita surgiram a partir de grupos sociais com cultura oral”. Essa circularidade entre o oral e o escrito também é retratada no romance *Os analphabetos* (1928), de João Gumes. Um dos personagens, conhecido como Bonifácio, na longa jornada a caminho da região Sul do Brasil, durante as paradas à noite, aproveitava para informar aos novos companheiros as características da região e as respectivas denominações do relevo. Assim:

Bonifacio, que conhecia toda aquella região, à noite, no pouso como era seu habito, explicava a configuração do seu solo eriçado de serranias que tomavam grande extensão e, ramificando-se por todos os lados, tinham denominações diversas [...]. O systema orographico de Minas Geraes não é mais que uma farta e enorme ramificação da grande Serra do Espinhaço, assim chamada porque se estende por muitos Estados do Brazil. Em Minas esses esgalhos se distribuem em maior profusão que nos demais Estados. Por isso este grande Estado é tão montanhoso, ao ponto de darem-lhe o epíteto de “as alterosas”, é tão cortado de valles por onde defluem muitos e importantes caudaes e possui tantas e tão preciosas jazidas de minérios que lhe valeram a denominação do Estado.

A Bahia, dizia Bonifacio, também é em grande parte montanhosa e possui minas riquíssimas, entre as quaes destaca-se a região das Lavras Diamantinas, considerada a jazida mais opulenta de diamantes conhecida; [...] (*Os analphabetos*, 1928, p.57-58).

⁹² A respeito da relação entre cultura oral e cultura escrita, são importantes os estudos de Galvão (2000), Batista e Galvão (2006).

Nas leituras dos romances, é possível verificar que situações como a acima referida são constantes. Os personagens que viviam em uma cultura de forte tradição oral descrevem, com riqueza de detalhes, as características dessas regiões. O romance caracteriza Bonifácio como um homem que tinha os rudimentos básicos da leitura e escrita, mas as informações e os conhecimentos transmitidos por ele evidenciam que era um homem letrado. Pode-se inferir ainda que o autor confere determinada “autoridade” às narrativas empreendidas por sujeitos com essas características. Acreditamos ser essa estratégia uma forma de Gumes demonstrar que os trabalhadores, mesmo desprovidos de habilidades e saberes relacionados à cultura letrada, são portadores de outros conhecimentos, também relevantes.

As práticas religiosas constituíram outra instância que contribuiu para a participação de Gumes nas culturas do escrito. Ao abordá-la como instância formativa na trajetória de Gumes, algumas questões se colocam, quais sejam: Em que medida a prática da religião contribuiu para ampliar a participação de Gumes na cultura escrita? Qual a relação que o espiritismo estabelece com a educação?

1.5 A religião como instância formadora

João Gumes nasceu em uma família de formação católica; como vimos anteriormente, desde criança, aprendeu e desenvolveu atividades culturais no âmbito da igreja, tais como: tocar instrumentos musicais, entender latim, entre outras. Já adulto, motivado por novas leituras, desde as décadas finais do século XIX, possivelmente, Gumes deve ter-se tornado espírita no início do século XX, haja vista ter ocorrido o último batismo de sua prole depois de 13 de janeiro de 1906, data do nascimento de sua filha Eponina Zita. A partir de 1907, seus filhos deixaram de ser levados à pia batismal⁹³. passa a dedicar-se ao estudo do espiritismo. No Brasil, o contato com as ideias e os primeiros livros sobre o espiritismo chegaram exatamente no momento em que a doutrina estava se iniciando na França. Na segunda metade do século XIX, já se têm notícias de livros espíritas circulando do outro lado do Atlântico, não tardando também a chegar a Caetité⁹⁴. As leituras da doutrina chegaram à

⁹³ GUMES, Silvio. Árvore genealógica da Família Gumes.

⁹⁴ Segundo estudos de Incontri (2001, p.203), a doutrina chegou ao Brasil na década de 1860, atraindo a atenção das elites da Corte, enquanto, na Europa, despertava o interesse de “intelectuais, da alta burguesia e até de cabeças coroadas, embora também a classe operária tenha integrado o quadro dos discípulos de Kardec”. Em Caetité, também ocorreu fato semelhante. Grande parte do grupo que se organizou para fundar o centro

cidade praticamente no período em que o espiritismo estava se estabelecendo no Brasil, despertando a atenção de políticos, intelectuais e pessoas comuns. Fato significativo na vida de Gumes foi a sua participação como um dos membros fundadores, em 1905, do Centro Espírita na cidade. De acordo com o primeiro livro de ata, a fundação do Centro Espírita de Caetité ocorreu em 25/12/1905, em sessão no Paço Municipal, às 13 horas, sob a presidência de Aristides de Souza Spínola⁹⁵, vice-presidente da Federação Espírita Brasileira, e contou com a presença de nove iniciantes na doutrina. Discutiu-se o nome que se daria ao centro, ficando acordado que, provisoriamente, seria ele designado de Centro Psychico de Caetité. Após definido o nome do centro, cogitou-se o local para a realização das reuniões, sendo oferecida, por João Gumes, uma sala de sua propriedade. Mas as sessões seguintes continuaram acontecendo no Paço Municipal, às 19h:30. Somente em meados de janeiro, as sessões passaram a acontecer na sala destinada para tal finalidade. Encerrando a primeira sessão, Aristides ofereceu ao centro livros e material de escrita necessários ao seu funcionamento. A primeira manifestação de um espírito ocorreu na segunda sessão do Centro, em 26/12/1905. Segundo o que consta na ata, foram psicografadas apenas três folhas. No primeiro livro de atas do Centro Psychico de Caetité tem-se o registro até a vigésima sessão. A partir da vigésima primeira sessão, passou-se a utilizar um novo livro de atas.

A dedicação à doutrina foi um traço distintivo na vida de João Gumes, bem como na vida de parte dos seus descendentes, já que, ainda hoje, o centro é dirigido por um neto. Os preceitos que norteiam a doutrina espírita passaram a ser tema recorrente nas suas produções escritas, a exemplo do romance *Serafina*. Ele procurou mostrar como a nova doutrina se encontrava

fazia parte da elite política e econômica da cidade, como veremos a seguir. De acordo com Bigheto (2006, p.48), na Bahia, o primeiro grupo de estudos espíritas se reuniu a partir de 1865, sob orientação do literato e jornalista Luís Olympio Telles de Menezes. O grupo lançou, em 1869, “o primeiro jornal espírita brasileiro, na Bahia, com o título de “O Eco de Além-Tumulo” (p.48). Posteriormente, no Brasil, nas décadas de 1870 e 1880, os centros espíritas surgiram em diversas localidades. No Rio de Janeiro, o centro foi fundado em 1873, com o nome de “Sociedade de Estudos Espíritas Confucius”. Acerca da estruturação e da organização da entidade, Bigheto nos informa que “o principal grupo foi o Sayão, que depois daria origem à Federação Espírita Brasileira. Em seu início no Brasil, os grupos espíritas possuíam organizações bastante independentes umas das outras e muitos coordenadores desses grupos viam a necessidade de uma melhor organização da estrutura”. Reuniram-se, então, e fundaram a FEB (Federação Espírita Brasileira) (2006, p.50).

⁹⁵ Aristides Spínola (1850-1925) diplomou-se em Direito, entrou para a política, exercendo os cargos de deputado provincial, deputado federal no Império e República. Foi, também, presidente do estado de Goiás. Adepto da doutrina espírita, tornou-se presidente da Federação Espírita Brasileira e um dos fundadores do Centro Espírita de Caetité.

pautada pelos referenciais científico-religiosos⁹⁶, como podemos observar no trecho a seguir:

Na epocha em que se davam os factos d'esta nossa narração, o espiritismo, ainda quasi incipiente, não tinha conseguido alcançar os foros de cidade que só depois William Crookes e seus pares da Sociedade Dialectica de Londres, entre os quaes era elle figura de relevo, lhe concedeu com a sua autoridade de cientista de grande mérito cujo nome já vinha sendo consagrado pelas suas notáveis descobertas no dominio das sciencias. Só depois d'elle uma pleiade brilhante de sabios, como Olivier Lodge, Russel Wallace, Meyer, Fitch, Zolnner, du Prel, Flamarion, Richet, Lombroso [...] e um numero incalculavel de sumidades scientificas que seria enfadonho senão impossivel enumerar, depois de serias e perseverantes experiencias, cederam o passo á nova doutrina scientifico-religiosa (*Serafina*, s/d, p.30/frente).

Vê-se que o autor procura mostrar que o espiritismo, na época a que ele se refere, ainda não tinha repercussão na Europa, por estar em processo de elaboração de maneira científica, pautada pela racionalidade filosófica numa sociedade específica, em Londres. Só depois, com as descobertas de um número considerável de notáveis “cientistas”, é que a “nova doutrina científico-religiosa” passou a ser divulgada. No entanto, Dora Incontri (2001, p.19) destaca o “silenciamento”, principalmente nos meios acadêmicos, que envolve esses numerosos homens de ciência, os quais se dedicaram a estudar os chamados “fenômenos espíritas ou psíquicos”. Nessa perspectiva, a tese de doutorado da autora (INCONTRI, 2001) e outros estudos posteriores, como o de Bigheto (2006) são relevantes, na medida em que tiram do ostracismo e tornam públicos nomes de sujeitos que tiveram uma atuação significava na doutrina espírita. Esses estudos também contribuem para que se verifique como é marcante a presença da dimensão educacional na doutrina espírita, influenciando a participação das pessoas na cultura escrita, a exemplo do que ocorreu com João Gumes.

⁹⁶ Quanto à estruturação e organização dos interesses dos grupos espíritas no Brasil, Bigheto (2006, p.53) afirma que “um grupo liderado por Bezerra de Menezes queria o espiritismo à moda de Kardec. Esses espíritas tiveram um papel principal na luta por manter um movimento espírita ligado aos debates filosóficos, científicos e com características de uma religião sem dogmas, engajado nas lutas sociais e políticas. Tendo em vista o desenvolvimento do espiritismo no Brasil no período republicano, pode-se dizer que houve uma linha mais institucional e uma linha mais crítica. Esta, sobretudo, se desenvolveu em duas frentes: na medicina e na educação. Com intenção de propagar esses ideais podemos citar Bezerra de Menezes, Anália Franco e Eurípedes Barsanulfo, que foram os pioneiros dessas duas frentes espíritas no início da República. Apesar dos obstáculos, por causa de tantos conflitos, os primeiros tempos republicanos foram importantes para o desenvolvimento do espiritismo. No contexto republicano, tivemos uma estruturação organizacional do espiritismo, uma popularização de suas ideias, o desenvolvimento das suas ligações com a medicina e o nascimento de sua proposta pedagógica”.

É possível inferir que a escolha do nome de “Centro Psychico de Caetité” tenha refletido as discussões que ainda ocupavam os seguidores da doutrina espírita no início do século XX, a busca da legitimidade pautada nos referenciais científicos. Essa preocupação repercutiu também nas produções escritas, a exemplo, da designação da Revista Espírita de Kardec, “Jornal de Estudos Psicológicos”, fundada em 1868, na França.

Diante desses dados, questiona-se: em que o vínculo com a doutrina espírita colaborou para intensificar a participação de João Gumes na cultura escrita? A presença da cultura escrita constitui uma marca fundamental do espiritismo; afinal, uma das manifestações dos espíritos se objetiva por meio dos escritos. Numa sessão, podiam-se psicografar de 25 a 30 folhas ou mais, conforme o que consta na ata da vigésima quarta sessão do centro: “[...] depois revelou-se o espírito de Paulo que escreveu vinte e seis páginas de doutrina muito proveitosa” (30/03/1906). Em todas as reuniões, lavra-se uma ata que geralmente é lida e aprovada na sessão seguinte, conforme os registros de atas do centro, prática ainda desenvolvida ali. A abertura da ata ocorre com o registro dos nomes de todos os presentes, geralmente os sócios e visitantes. João Gumes, além de secretariar as sessões, fazia exposição do conteúdo da doutrina, como consta em ata: “o secretario fez uma conferência explicativa do que é o espírito segundo Allan Kardec”⁹⁷.

Algumas das práticas que aconteciam (e ainda, acontecem, em certa medida) no Centro Espírita possuem intensa vinculação com as culturas do escrito; na sala em que aconteciam as sessões, sobre uma ampla mesa, ao centro, encontravam-se um pote com vários lápis e muitos papéis em branco; no decorrer da sessão tinha-se a presença tanto da oralidade quanto da escrita. Observa-se que, para cada uma das sessões, fazia-se um registro escrito. Na parte prática⁹⁸ surgia o momento mais intenso e relevante da sessão. Trata-se do momento em que ocorria a manifestação dos espíritos, a qual podia acontecer não só por meio da escrita, mas também pela oralidade.

Vê-se que a cultura escrita está presente em vários momentos da vida do centro. Fato que nos chamou a atenção relaciona-se à maneira de se justificar a ausência na reunião. É comum encontrar, nas atas, o registro de uma carta enviada por um dos confrades, esclarecendo o motivo da sua falta à sessão. Conforme consta em ata da décima terceira

⁹⁷ Sessão de 04/04/1906.

⁹⁸ Conforme consta em ata, a parte prática designa o momento de manifestação dos espíritos, quando ocorre, entre outros fenômenos, a psicografia.

sessão do Centro, em 13/02/1906, o vice-diretor comunicava que deixaria de comparecer às sessões temporariamente por motivos particulares. Da mesma maneira, o secretário, João Gumes, informava o motivo da sua ausência. Assim, a carta, além de ser socializada oralmente, era também registrada em ata.

Nas atas, é possível observar que as pessoas que se reuniram para formar o Centro Espírita em Caetité eram membros das famílias tradicionais da cidade, ligadas ao poder político e com certo nível de formação escolar. Já que a doutrina tem como pressuposto básico a leitura e o estudo dos textos, conforme estabelece o próprio *Livro dos espíritos*, de Allan Kardec, “demanda estudo assíduo e por vezes muito prolongado” (1997, p.38). No entanto, deve-se ressaltar que essa condição não impede que pessoas sem o domínio da cultura letrada integrem o centro. Portanto, a compreensão da doutrina espírita, como de toda ciência, não é tarefa fácil, exige dos adeptos dedicação e perseverança. Ainda nas atas do centro, pode-se verificar a manifestação, durante uma reunião, de um espírito informando a função pedagógica⁹⁹, na qual deveriam se pautar os adeptos nesses momentos iniciais de instalação do centro, dedicando-se à leitura e ao estudo da doutrina para melhor aprofundamento. Nesse sentido, conforme afirmou Bigheto (2006, p.72), “para o espiritismo a essência da própria vida é pedagógica, a evolução do ser humano é um processo de educação”. Talvez esse preceito da doutrina ajude em parte a explicar a presença constante da dimensão educativa nos escritos de João Gumes, bem como no jornal *A Penna*.

A partir dos indícios, acreditamos ser possível afirmar que o fato de João Gumes não dispor de considerável capital econômico não dificultou o seu trânsito entre a elite econômica. Assim, acreditamos que ele mantinha intensa rede de sociabilidades em todos os níveis sociais. Mas, qual a colaboração dessas redes de sociabilidade na sua participação nas culturas do escrito?

1.6 As redes de sociabilidade como instância de formação e participação nas culturas do escrito

Consideramos também que as redes de sociabilidade funcionaram como uma das instâncias facilitadoras que contribuíram para a participação de Gumes nas culturas do escrito, tendo

⁹⁹ Dora Incontri (2001, p.193) afirma que a “essência do espiritismo é a educação”. De acordo com Incontri, diferente de outras “correntes religiosas, que têm caráter salvacionista, a doutrina espírita, com seu tríplice aspecto – científico, filosófico e religioso – pretende promover a evolução do homem, que é um processo pedagógico”.

em vista que ele estabeleceu relações de proximidade, em Caetité, principalmente com a elite econômica, política e cultural da cidade. Essas redes de relações lhe possibilitavam ter um trânsito livre em espaços de circulação do escrito. Para melhor compreensão do que estamos denominando de elite, façamos uma breve incursão ao conceito.

Segundo Flávio Heinz (2006, p.8), não há nas pesquisas históricas um “consenso” quanto à forma de entender o conceito de elite, no que se refere à formação e composição do grupo. Segundo o autor, o termo é utilizado de maneira ampla e num sentido “descritivo”, aplicando-se a categorias que ocupam de certa forma lugar de destaque, ou seja, pessoas ou grupos que assumem o posto de direção e representam a autoridade. Podem, também, ser considerados os “abastados”, “influentes” ou “privilegiados”. O autor ressalta que o conceito é pouco esclarecedor, é impreciso e diz respeito “à percepção que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas ao indivíduo no desempenho de seus papéis sociais e políticos”. Comenta, ainda, que muitos pesquisadores são conscientes da imprecisão na utilização do termo, fato que acaba tornando-se, de certa forma, uma situação cômoda. No entanto, o autor arrisca uma definição de elite que se refere aos:

Grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção (2006, p.8).

Como se vê, fazer parte das elites significa ter uma “posição-chave” e compartilhar de alguns qualitativos, como dispor “de poderes”, “influência” e “privilégios”, que nem sempre estão ao acesso de todos os membros do grupo. O autor comenta, ainda, a apropriação que os historiadores fizeram do termo, uma vez que permite dar conta, por meio da “microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social” (2006, p.8). Assim, Heinz esclarece que esse procedimento não é diferente de outros utilizados por outras ciências; na realidade, objetiva-se compreender, por meio de uma análise mais minuciosa, os sujeitos que ocupam os lugares de destaque social, no entanto, o autor ressalta a complexidade das relações nas quais eles estão envolvidos. Assim, utilizamos o conceito para pensar a condição de João Gumes como parte de uma elite cultural que existia em Caetité, haja vista que ele compartilhava dos valores que marcaram a “geração modernista de 1870”. Sobre a atuação da elite que formava essa geração, Nicolau Sevcenko manifestou que:

Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos (1995, p.79).

Nessa perspectiva, acreditamos ser adequado considerar João Gumes também como parte dessa elite intelectualizada e europeizada, já que ele era um “abolicionista¹⁰⁰, liberal e republicano”, que compartilhava das ideias de mudanças que repercutiram no cenário brasileiro no final do século XIX. Deve-se ressaltar que o emprego do termo “elite” não implica considerar a vinculação desse grupo ou classe à condição econômica, portanto ser membro da elite intelectual não significa necessariamente fazer parte da elite econômica.

É possível inferir, a partir dos indícios fornecidos pelos documentos, que a produção escrita de Gumes tenha constituído a moeda de troca utilizada nas suas relações sociais. O capital cultural de que dispunha facilitava seu trânsito entre a elite econômica, possibilitando-lhe conquistar o respeito e a admiração dos senhores detentores do poder. Essa respeitabilidade se iniciou desde as primeiras atividades profissionais desempenhadas por Gumes, principalmente como secretário da Intendência. Essa função lhe proporcionou evidência, tal como ele mesmo destacou: “Couberam-me a Secretaria da intendencia e o officiato da Secretaria do Conselho então creado, [...] cargos que acceitei porque não desejava que outro colhesse os louros de remodelador da administração local [...]”¹⁰¹. Gumes, nesse comentário, reconhece que existe, da sua parte, uma “modesta” vaidade pelo desempenho da atividade, que teve repercussão junto aos municípios vizinhos, alguns dos quais se empenharam em copiar o trabalho de “remodelação da administração local” elaborado por ele. Acreditamos que essas, ao lado de outras ações por ele desempenhadas, ou ao lado de outras de suas práticas, facilitaram o seu trânsito junto à elite econômica. A instalação da tipografia em Caetité corrobora a ideia de que Gumes possuía facilidade no acesso à elite econômica, podendo contar com a sua colaboração quando necessário.

João Gumes mantinha intensos laços de sociabilidade com a elite econômica local, especificamente com a família do dr. Deocleciano Pires Teixeira¹⁰², fato que pode ser

¹⁰⁰ Abordaremos no terceiro capítulo as ideias abolicionistas de João Gumes.

¹⁰¹ *O caso Gumes*, 1923, p.3.

¹⁰² Segundo dados de Santos (1997, p.231-234), Deocleciano Teixeira (1844-1930), natural de Ituaçu (região da Chapada Diamantina), após a conclusão do curso de Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi nomeado, em 1873, 2º cirurgião do Corpo de Saúde da Marinha. Deocleciano teria exercido a função por três anos. Exonerando-se do cargo, voltou à Bahia até fixar residência em Caetité. Mais tarde, abandonou a Medicina

observado por meio das inúmeras correspondências trocadas entre ambos. No entanto no jornal, Gumes manifesta a sua imparcialidade e a não vinculação a nenhum partido político local, divulgando notícias referentes a ambos os partidos. Por outro lado, assumia publicamente que vinha recebendo inúmeros favores, a respeito dos quais afirma: “gravados indelevelmente em meu coração, levam-me a um reconhecimento que jamais se extinguirá”¹⁰³. Essa vinculação do jornal *A Penna* com alguns dos líderes políticos da cidade se processa desde a sua criação. Apesar de o seu redator, João Gumes, declarar a não vinculação do jornal a nenhum partido político local, ele não se exime de reconhecer a “gratidão que deve esta folha a cada uma das distintas e illustres famílias que ora se enlaçam, famílias que são credoras da nossa mais afervorada dedicação [...]”¹⁰⁴. As famílias às quais o redator de *A Penna* se refere são os Rodrigues Lima e os Spínola Teixeira. Essa declaração permite inferir que existia, de alguma forma, uma ligação do redator com o grupo político local liderado por Deocleciano Pires Teixeira.

Infere-se que esses laços de sociabilidade se intensificaram com o estabelecimento da imprensa no Alto Sertão baiano, pois, para a concretização de tal feito, João Gumes contou com o auxílio da Intendência (administração pública). Acreditamos que a aquisição do primeiro prelo manual, feita pelo intendente em 1897, destinada a Gumes, significava que, de alguma forma, ambos partilhavam das mesmas ideias e que o grupo político do intendente tinha a expectativa de que a imprensa fosse, de certo modo, a precursora dos ideais de “civilização”, “progresso”, “modernidade”. Em torno desse ideal, formou-se uma rede de relações que tornou possível a Gumes alcançar os seus objetivos. Vale lembrar que esse processo não foi isento dos conflitos políticos; houve não só avanços, como também recuos; principalmente enfrentou-se a oposição de pessoas pertencentes ao grupo político conservador.

Para entender as práticas políticas que caracterizaram as relações entre o redator de *A Penna* e os líderes políticos locais, recorreremos ao conceito de coronelismo¹⁰⁵, uma prática política

para se dedicar à política. Tornou-se chefe político regional, exercendo diversos cargos públicos, como deputado provincial e senador estadual. Deocleciano assumiu também alguns mandatos na Intendência. Deocleciano Teixeira foi pai do educador Anísio Spínola Teixeira, amigo e colaborador de João Gumes.

¹⁰³ *O caso Gumes*, 1923, p.18.

¹⁰⁴ *A Penna*, 23/09/1898.

¹⁰⁵ Coronéis- Era o nome que designava os poderosos locais, assim chamados porque muitos deles tinham a patente de coronel da Guarda Nacional, instituição fundada no Império, mas que perdurou na República até 1918. A patente de oficial da guarda nacional confirmava o poder local, ao conferir a chancela do Estado ao mando pessoal que exerciam (LEAL, 1997).

que vigorou durante a Primeira República (1889-1930), proposta pelo presidente Campos Sales (1898-1902), com o objetivo de garantir a estabilidade política até o final da década de 1920. Segundo o clássico estudo de Victor Nunes Leal (1997), o coronelismo é um “compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (1997, p.40). Vê-se que a compreensão do fenômeno do coronelismo está vinculada à questão agrária, que fornece a base de sustentação do poder privado. Do acordo entre o poder privado (os proprietários de terra) e o poder público (governador de Estado), resultam as características que marcam o sistema “coronelistas”; dentre elas, destacam-se: “o mandonismo”, “o filhotismo”, “o falseamento do voto”, “a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1997, p.41).

A liderança é o aspecto de maior destaque na figura do coronel; segundo Leal (1997, p.41), “os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos coronéis”. Afirma que a difusão do ensino superior no Brasil “espalhou por toda a parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia”. Em Caetité, essa elite ilustrada teve a oportunidade de frequentar um curso superior de Direito, em Recife, ou um curso de Medicina no Rio de Janeiro, como no caso de Deocleciano Teixeira. Este parece-nos que não foi reconhecido publicamente com o título de coronel, os sobrinhos o chamavam de “tio doutor”¹⁰⁶, mas exerceu poder político regional e teve notável influência no governo do estado; entre os inúmeros favores recebidos, cita o exemplo da nomeação do seu filho, Anísio Teixeira, para ocupar o cargo de chefe da instrução pública em 1925, na Bahia, no governo de Góes Calmon, bem como a realização de diversas obras em Caetité, principalmente nos períodos em que o governo do estado era ocupado por um membro do partido político ao qual pertencia.

Visando manter o seu prestígio político, o coronel mantinha um “espírito público”, comprometido com o progresso do município, pois lidava com o que era público como se fosse algo que privadamente lhe pertencesse. Assim, observa-se:

Ao seu interesse e à sua insistência que se devam os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o hospital, o clube, o football, a linha de tiro, a luz

¹⁰⁶ Ver, a respeito, estudo de Marcos Profeta Ribeiro (2009).

elétrica, a rede de esgoto, a água encanada, tudo exige o seu esforço [...] É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e de seus amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 1997, p.58).

Estão nesse caso, em Caetité, o telégrafo (1896), a instalação da Escola Normal (1898), a reabertura da Escola Normal (1926), a luz elétrica (1925) entre outras melhorias. Todas essas realizações, em nível local e regional, garantiam também a Deocleciano Teixeira exercer influência como liderança política na região, confirmando aos olhos de todos o seu poder pessoal e sua influência junto ao governo. Com essas realizações, em grande parte, “o chefe municipal constrói ou conserva a sua posição de liderança” (LEAL, 1997, p.58). Essa rede de dependências políticas mantida entre o chefe, em Caetité, e os demais políticos da região, do estado, bem como políticos vinculados ao governo federal, pode ser conhecida e analisada por meio da intensa e constante correspondência mantida entre eles e que se encontra no Arquivo Público Municipal, em Caetité.

Bem elucidativo dessas práticas políticas que vigoravam no Brasil nas primeiras décadas do século XX foram as matérias divulgadas no jornal *A Penna* evidenciando que o periódico assumia explicitamente seu posicionamento político favorável a política seguida pelo Dr. Deocleciano Teixeira, a exemplo das notícias sobre o governo de Góes Calmon em 1927, várias foram as matérias elogiosas sobre a sua administração. Numa das reportagens cujo título “Brilhantes resultados – da administração do Dr. Góes Calmon” – o editor comenta que a edição passada do jornal *A Penna* trouxe um maior número de páginas com o propósito de que o leitor apreciasse todo o trabalho realizado pelo governador em menos de dois anos de gestão. E assim, o redator manifesta:

Em todo o paiz tem causado optima impressão a operosidade do Dr. Calmon, a sua honestidade, o seu tino administrativo e quanto deseja a prosperidade do nosso opulento Estado, até a pouco mais dous annos endividado, desacreditado, com todos os serviços desorganizados, com o prestigio que as suas tradições lhe davam reduzido a uma decadência que tangia pela vergonha e miséria. O Dr. Calmon realizou um verdadeiro millagre, surprehendente; conseguiu o que parecia impossivel. Somos seus admiradores; como bahianos que nos prezamos de ser, somos-lhe grato sem que nos deixemos arrastar por isso que por ahi denominam pollitica¹⁰⁷ [...]

¹⁰⁷ *A Penna* 08/05/1926, n. 375.

A matéria do jornal segue descrevendo a receita do Estado e os investimentos, bem como os gastos realizados pelo governador Góes Calmon em áreas específicas. Fica evidente que o discurso do redator é de exaltação e extrema valorização da figura do governador.

Em outra edição do jornal *A Penna* o posicionamento político partidário continua sendo explicitado. Quando o periódico publica dois telegramas endereçados a Dr. Deocleciano Teixeira, tratando da sucessão governamental. Assim, trazem:

Bahia, 31 – Dr. Deocleciano Teixeira – Caetité – Tenho o prazer de comunicar que ocorreu brilhantíssima a reunião do conselho Geral do Partido Republicano, que proclamou candidato a sucessão do governo o eminente patricio e grande amigo do sertão Dr. Vital Soares. Felicito por seu intermedio os nossos bons amigos sertanejos por essa aceriada candidatura. Cordiais saudações. Anísio Teixeira¹⁰⁸.

Em seguida o jornal publica outra correspondência destinada a Deocleciano Teixeira emitida pelo secretario da polícia Madureira de Pinho, relatando sobre o mesmo fato, a sucessão ao governo da Bahia para o período de (1928-1932). Vital Soares, candidato ao cargo de governador pelo partido republicano que contava com o apoio do governador na época Góes Calmon, de Deocleciano Teixeira e do jornal *A Penna* em Caetité. Conforme já mencionando foi no governo de Góes Calmon que Anísio Teixeira ocupou a função de chefe da instrução e promoveu a reforma da educação na Bahia em 1925.

Quanto à instalação do jornal, apesar de João Gumes ter contado com o apoio e cumplicidade de uma parte relevante da elite econômica e política da sociedade caetiteense, também enfrentou problemas de várias ordens. Gumes relatou as dificuldades que enfrentou e o desejo que o moveu para a criação de *A Penna*. O acúmulo de tarefas com a “direção, redação e edição”, designadas a uma só pessoa, acabou sobrecarregando-o, e, somando-se a isso, existiam outros fatores, talvez de ordem econômica.

Em 1919, quando realizou novas mudanças na tipografia com a aquisição de novo prelo, Gumes contou com o apoio de Deocleciano Pires Teixeira, que possibilitou, através dos contatos no Rio de Janeiro com o irmão, deputado federal Rogaciano Teixeira, a intermediação na compra do equipamento. De acordo com contatos efetivados por

¹⁰⁸ *A Penna* 07/04/1927, n. 413.

telegrama¹⁰⁹, Rogaciano informou a compra de um “prelo Marinoni” para João Gumes. Num segundo telegrama, solicitou o recebimento, em Pirapora (MG), do prelo que deveria ser enviado a João Gumes em Caetité.

Em carta remetida a Deocleciano¹¹⁰, João Gumes solicitava que encaminhasse a Rogaciano Teixeira, no Rio de Janeiro, como amortização da dívida, parte do dinheiro que o deputado prontamente forneceu na aquisição do prelo. Aproveitava, então, para pedir desculpas pelo atraso em enviar o dinheiro. Gumes argumentava que vinha enfrentando dificuldades para a publicação do jornal; apresentava a sua justificativa: procuram “cerceando-me todas as publicações officiaes, ato do foro, como também cercando-me embaraços outros”¹¹¹. Nesse sentido, pode-se afirmar que as relações pessoais construídas por Gumes junto à elite econômica da cidade e de outros locais, como, por exemplo, no Rio de Janeiro, contribuíram de diferentes maneiras para ampliar a sua participação nas culturas do escrito.

Diante dos dados apresentados, pode-se praticamente confirmar a hipótese lançada no início deste trabalho de que João Gumes era considerado, de certo modo, “herdeiro” de capital cultural, pois era proveniente de uma família que possuía participação na cultura escrita legítima, embora não pertencesse à elite econômica. É possível afirmar também que Gumes não se restringiu à herança disponibilizada a ele pela família, mas desenvolveu estratégias que lhe permitiram vincular-se a vários espaços de sociabilidade que contribuíram, de alguma forma, para a construção da intimidade que ele estabeleceu com a cultura escrita. Gumes não apenas se instruiu pelas e nas diversas áreas do conhecimento, como também procurou disponibilizar esse potencial educativo, por meio do jornal e dos romances, para a educação do povo.

Depois de mapearmos as instâncias que foram significativas no processo de formação e socialização de João Gumes nas culturas do escrito, interessa-nos conhecer que tipo de *leitor* e *escritor* ele se tornou. Inicialmente, procuramos reconstruir a sua condição de leitor, investigamos os indícios a partir da sua biblioteca imaginada e da sua produção escrita para ver: Como lia? Onde lia? O que lia? Que autores lia? Na condição de escritor, procuramos ver quais os gêneros que produziu, quais as características da sua produção escrita? Como

¹⁰⁹ Fundo: Acervo particular da família de dr. Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/Remetentes, notação: caixa: 1, maço:1.

¹¹⁰ Acervo Particular da Família do dr. Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Data-limite: 1897-1930, caixa:2. maço:5.

¹¹¹ Acervo Particular da Família do dr. Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Data-limite: 1897-1930, caixa:2. maço:5.

publicou seus romances? Essas são algumas das inquietações que nos movem no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2
MODOS DE PARTICIPAÇÃO NA CULTURA ESCRITA:
O LEITOR E ESCRITOR
JOÃO GUMES

Neste capítulo analisa-se que tipo de participação João Gumes teve na cultura escrita. Essa questão se desdobra em duas outras que serão respondidas em momentos diferentes. Num primeiro momento, procura-se reconstruir a sua condição de leitor, dado que, inicialmente, além de escritor, redator e romancista, ele foi um leitor. Então interessa-nos saber: Onde lia? Ou seja, que espaços lhe serviram de formação e de leitura? O que lia? Que autores influenciaram a sua constituição como leitor? Que gêneros literários lia? Para a elaboração dessa análise, mapeamos os indícios encontrados, de forma dispersa, na produção escrita do sujeito pesquisado, com o intuito de (re)criar a sua suposta biblioteca. Analisamos, ainda, a biblioteca do Centro Espírita Aristides Spínola em Caetité, já que João Gumes foi um dos responsáveis pela formação do acervo. Num segundo momento deste capítulo, tentaremos nos aproximar do escritor que ele se tornou: O que ele escreveu? Quais os gêneros de escrita? Quais os meios utilizados para divulgar os seus escritos? Qual o possível público leitor da produção escrita de João Gumes? Para (re)construir e conseguir dar inteligibilidade a essa trama que envolve algumas questões de ordem pessoal e subjetiva que, na maior parte das vezes, fogem às limitações do registro escrito do sujeito investigado, fizemos uso do cruzamento de fontes. Além da utilização de parte da produção escrita de Gumes, recorreremos também aos relatos fornecidos pela memória familiar com o intuito de construir uma narrativa que mais se aproxime das experiências que João Gumes trilhou no mundo da leitura e da escrita.

2.1 João Gumes leitor

2.1.1 Espaços frequentados por João Gumes como leitor

A *casa e a escola* foram, provavelmente, os primeiros espaços de formação e leitura frequentados por João Gumes. A sua relação com os livros deve ser pensada como algo bem anterior à realização das diversas funções que desempenhou ao longo de sua vida e que exigiam uma certa intimidade com o ler e escrever, possivelmente uma atividade iniciada na infância, que teve os pais como incentivadores, pois, como já se viu, ambos (pai e mãe) eram mestres-escolas. Por certo o ambiente familiar dispunha de material escrito. Conforme cita o livro de matrículas da escola particular do pai de Gumes, ele (o pai) adquiria material de leitura, a ser utilizado na escola, no armazém de uma certa D. Theodora; é provável que esse material também fosse socializado na família. Infelizmente não foi possível obter mais

dados que informassem sobre a atividade leitora de João Gumes na sua infância e juventude. Infere-se que o fato de ter nascido numa família relativamente letrada e detentora de certo capital cultural permitiu que Gumes herdasse o gosto pela leitura¹¹². Para o sociólogo Pierre Bourdieu “gostar de algo significa apropriar-se do objeto” (2007, p.257). Nesse sentido, pode-se inferir que, para Gumes apropriar-se do processo da leitura, deveria ter existido uma intensa identificação dele com o tipo de leitura que realizava, transformando o gesto da leitura num ato de prazer, o que lhe permitiu apropriar-se do objeto; afinal, só nos apropriamos de algo quando temos condições de interagir e dominar aquilo que pretendemos.

Identificamos a *sua biblioteca particular* como outro espaço de leitura. Mas, o que leva a afirmar que a biblioteca de João Gumes de fato existiu? Vários são os indícios que confirmam a existência dessa biblioteca, principalmente porque foi possível localizar alguns poucos volumes que pertenceram a João Gumes (exploraremos melhor essa questão num item específico). Outro aspecto que confirma a sua existência foi a visita à casa em que João Gumes nasceu e residiu durante a sua vida; lá, pode-se observar a sala em que funcionou o seu gabinete de trabalho; segundo informações de uma de suas netas, nesse espaço relativamente amplo, havia dois cômodos separados por uma porta: um menor com móveis que acomodavam os livros, esse era o espaço da biblioteca; e um outro cômodo, maior, era o gabinete de trabalho de Gumes. Após a morte de João Gumes, a casa passou por reformas e, no ambiente citado, a parede com a porta que separava os dois cômodos foi demolida, passando a haver uma sala única e ampla. Existem ainda, nessa sala, três armários de madeira contendo vários livros, algumas coleções, dicionários, romances e muitos livros didáticos e instrucionais que pertenceram aos filhos do proprietário, considerando que Gumes teve 16 filhos, e todos cursaram os níveis de ensino oferecidos na cidade. As filhas mais novas se formaram pela Escola Normal e se tornaram professoras. Esses indícios nos levam a pensar que talvez na residência houvesse certa abundância de material de leitura. Verifica-se que a maioria dos livros que existem atualmente nas estantes pertenceram às

¹¹² Bernard Lahire nos informa que o “gosto pela leitura no caso de uma obra literária específica, não pode ser deduzido de uma disposição cultural e, portanto, de um volume (mais fraco ou mais forte) de capital cultural. Não é muito atribuível a um único critério social de especificação, a saber, a posição no espaço social” (2002, p.96). Para o autor, esse “gosto ou sensibilidade literária” pode ser particularmente mudado a depender do contexto social em que se encontra o leitor, de acordo com a sua condição social no momento da leitura, a sua pertença sexual, as experiências sociais, entre outros aspectos que interferem na formação do gosto pela leitura, portanto não se resume a “um simples efeito de legitimidade”, mas depende das experiências que o indivíduo incorporou ao longo da sua trajetória.

filhas de João Gumes, principalmente as que ficaram residindo na “casa grande,” como é denominada pelos descendentes de Gumes.

Outras bibliotecas particulares também parecem ter sido espaços de leituras de Gumes. Os indícios encontrados permitem inferir que, no século XIX, em Caetité, materiais escritos se faziam presentes nos ambientes familiares. Um dos indicadores que permitem afirmar isso é a existência na cidade, em 1842, de três professores públicos, que certamente deveriam dispor e utilizar-se de livros de leitura. Como foi mencionado neste trabalho, havia uma elite culta e letrada que cultivava o gosto pela leitura, tanto em função das atividades profissionais que realizava, como pela necessidade de se manter informada. Marieta Lobão Gumes¹¹³, lembrando a casa do avô materno, relata que, num salão, ao lado de um corredor que levava à sala de jantar, funcionava o gabinete de Marcelino Neves.

[...] Com boa biblioteca, mesa redonda onde se espalhavam os seus papéis, livros, dicionários, jornais, lápis, tinteiros, canetas, um candeeiro de centro de chama forte, enfim, tudo que o homem intelectual e escritor precisa ter à mão [...] (LOBÃO GUMES 1975, p.22).

Marcelino Neves, como já foi referido, era tio de João Gumes, colaborador do jornal *A Penna* e professor de pedagogia da Escola Normal. Além dessa biblioteca particular, havia ainda outra na cidade, a biblioteca de Deocleciano Teixeira¹¹⁴, que mantinha uma ampla e atualizada coleção composta de diversos títulos, bem como assinatura de diferentes periódicos. Reforçando a ideia da presença de materiais de leitura no cotidiano das famílias caetiteenses durante o século XIX, encontram-se, na residência que pertenceu ao coronel Cazuzinha¹¹⁵, vários livros do final do século XIX e início do século XX, bem como livros franceses; vê-se, também, um móvel que foi especialmente produzido para acomodar os livros. Em período posterior, no início do século XX, a cidade contava também com a biblioteca do professor Alfredo José da Silva com a presença de um maior número de materiais de leitura instrucional e pedagógica. A existência desses espaços de leitura implica pensar que havia uma certa ordenação da leitura no espaço e um espaço destinado à leitura,

¹¹³ Marieta Lobão Gumes (1908), autora do livro de memórias: *Caetité e o clã dos Neves* (1975), foi casada com Huol dos Santos Gumes (filho de João Gumes).

¹¹⁴ Parte do acervo da biblioteca de Deocleciano Pires Teixeira foi doada pelos seus familiares ao Arquivo Público Municipal.

¹¹⁵ Segundo Santos (1997, p.224), José Antônio Rodrigues Lima, conhecido como coronel Cazuzinha era irmão de Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º governador eleito da Bahia, portanto, também “foi chefe político de grande prestígio, até 1919, quando divergiu do governador José Joaquim Seabra, por causa da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Retirou-se da política, já adoentado, vindo a falecer em 1923”.

ou seja, existia de alguma forma uma valorização da leitura nessa sociedade, uma vez que a ela se dedicava um espaço reservado; a existência dessas bibliotecas ou gabinetes particulares de leituras, sem dúvida, expressa algo dos hábitos de leitura e das possíveis práticas de escrita de parte da população caetiteense. De certo modo, a posse de um acervo de livros, no final do século XIX e início do XX, deveria conceder a seu proprietário uma forma de distinção social¹¹⁶, determinado status e reconhecimento perante a comunidade, o que implica, também, a posse de capital cultural. Conforme ressalta Gisele Venâncio:

Colecionar livros era uma etapa importante na formação de um intelectual. Possuir um gabinete de leitura, estantes cobertas de livros, uma quantidade de raridades ou de livros pertencentes aos cânones literários nacionais ou estrangeiros simbolizava para seus pares sua importância intelectual (2006, p.90).

Ainda com relação à relevância de se possuir um gabinete de leitura, a autora destaca que o “tamanho das bibliotecas era frequentemente associado ao refinamento intelectual de seus proprietários” (2006, p.90); o tamanho e a posse de um acervo considerado legítimo eram condições que garantiam ao seu proprietário a oportunidade de ser reconhecido como um “intelectual erudito”, sendo, também, uma forma de “registro das suas atividades intelectuais”. A autora recorre ao estudo realizado por Márcia Delgado, referente a sebos e livros em Minas Gerais, para questionar os motivos que levam um sujeito a formar uma biblioteca pessoal. Segundo Delgado, os motivos “são de ordem arbitrária e variada, indo desde o amor pelos livros de determinado gênero ou assunto até o interesse mercadológico pelo livro como fonte de investimento” (apud VENÂNCIO, 2006, p.90). Nesse sentido, as bibliotecas que existiram em Caetité, em meados do século XIX e início do XX, poderiam de alguma forma estar relacionadas a alguns desses motivos, desde o gosto pelo hábito da leitura, ou talvez fossem uma condição de demonstrar a erudição ou, ainda, uma necessidade de vinculação às atividades profissionais de seu proprietário. No caso, as bibliotecas citadas de Caetité pertenciam a um médico, a um professor e a um coronel que tinham filhos estudantes. Esses indícios nos levam a afirmar que existiam, em Caetité, no interior das

¹¹⁶ A posse dos livros, no final do século XIX e no início do século XX, representava bens simbólicos que conferiam aos sujeitos um *status* social. Márcia Abreu (2002) comenta que era comum os sujeitos, ao posarem para as fotografias, utilizarem livros para compor a cena retratada; tal prática conferia ao sujeito destaque e distinção. Corroborando essa ideia, no Arquivo Público em Caetité, encontram-se fotos datadas de 1911 de sujeitos anônimos que posam para a foto tendo à mão diferentes suportes de leituras. Consulta feita ao www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/Marcia/marcia.htm

residências, espaços destinados à leitura, fato que também reafirma a ideia da circulação do escrito na cidade.

A prática da *circulação ou trocas de materiais escritos* em Caetité foi outra forma de leitura utilizada por Gumes, considerando que foram constantes as notas no jornal *A Penna* agradecendo o recebimento de livros e principalmente de periódicos que vinham dos mais diversos municípios do Brasil. Muitos desses materiais de leitura serviam como suporte para elaboração das matérias e crônicas veiculadas pelo jornal, a exemplo de uma coleção de escritos sobre agricultura que foram remetidos à redação de *A Penna*, cujo redator agradeceu a gentileza de quem os enviou (não identificou os doadores), e se comprometeu a que, a partir daquele momento e “dentro da órbita traçada por nosso programma, enriquecer a nossa folha com uma secção sobre tão importante assumpto”¹¹⁷.

Gisele Venâncio, ao estudar a biblioteca de Oliveira Vianna, verificou que uma das formas utilizadas pelo escritor na atualização do seu acervo era “através da troca de livros com outros intelectuais” (2006, p.99). Venâncio ressalta que a prática de “envio e recebimento” de materiais escritos esteve presente na vida do intelectual e argumenta ainda que, através dessas trocas, “pode-se vislumbrar uma prática epistolar específica”. (2006, p.99). Pode-se afirmar que essa “prática epistolar” também fez parte da dinâmica do jornal *A Penna*; como foi citado, Gumes recebia diversos periódicos que eram devidamente notificados pelo jornal, com agradecimentos pela “visita” recebida. No ano de 1897, foram registradas as “visitas” de 14 jornais, identificados pelos respectivos nomes, locais de produção, bem como os seus respectivos campos de interesses. Verifica-se que eram jornais e revistas destinados aos mais diversificados assuntos, como: literatura, evangelização, humorismo e notícias. Entre os periódicos relacionados, encontra-se um com o nome de *A Penna* editado na cidade de Santos, no estado de São Paulo. Ao final da nota, o redator agradece aos colegas a gentileza e a cordialidade dispensadas e se compromete a visitá-los, desejando “continuar a permutar”¹¹⁸. Essa circulação entre periódicos de diferentes municípios do Brasil indica que o jornal *A Penna* manteve uma intensa rede de sociabilidades. Esses contatos e trocas eram relevantes, já que atendiam a várias funções: serviam como parâmetro de avaliação dos materiais produzidos pelos jornais, assim como representavam, também, uma forma de o jornal se tornar conhecido e reconhecido entre os seus pares. Deve-se ressaltar que esse intercâmbio não ficou restrito à região próxima a Caetité ou ao estado da Bahia, as trocas

¹¹⁷ *A Penna*, 20/06/1897, p.1.

¹¹⁸ *A Penna*, 20/12/1897, p.2-3.

eram mais intensas com as cidades de Minas Gerais principalmente, seguidas de São Paulo e Rio de Janeiro. Corroborando a ideia de circulação de informações entre os periódicos no Brasil, no século XIX, Jinzenji e Galvão (2010, p.6), estudando o jornal *O Mentor das Brasileiras*, nos informam que o periódico “utilizou pelo menos 46 jornais diferentes para compor suas matérias, além de mais de uma dezena de livros”. Esse fato reafirma a intensa circulação dos materiais escritos e as trocas que havia entre os periódicos no Brasil. Acreditamos que essa “prática epistolar”, no caso de Gumes, não esteve vinculada apenas ao jornal *A Penna*, certamente ele também manteve contatos com escritores de outras localidades do Brasil, a exemplo de Anísio Teixeira. Segundo relatos da memória familiar, Gumes também teria mantido correspondência com Afrânio Peixoto, ao qual teria fornecido informações sobre episódios ocorridos numa família da região. Posteriormente esses dados foram utilizados por Afrânio para compor o enredo do romance *Sinhazinha* (1929). Esse fato, no entanto, não foi comprovado, pois, infelizmente, esses registros escritos, que seriam as correspondências trocadas entre os escritores, não foram preservados.

A *biblioteca do Centro Espírita em Caetité* foi outro espaço de leitura de Gumes, que também colaborou na sua formação como leitor. Ao manipular o acervo de livros antigos do Centro Espírita e conhecer suas instalações, pudemos fazer algumas inferências sobre as possíveis relações que se construíram naquele espaço, tendo em vista que o centro se localiza bem perto da casa grande (a residência que pertenceu a João Gumes), numa área que era de propriedade de Gumes, tendo como vizinhos próximos os seus descendentes, ou seja, as residências dos filhos localizavam-se em volta do centro. Percebe-se o quanto esse espaço esteve imbricado na vida de João Gumes. Mesmo sendo apenas um dos membros que compunham a direção do centro, fica evidente que Gumes teve um intenso envolvimento em sua organização, principalmente na sua biblioteca, pois, pelo que verificamos, vários foram os livros adquiridos por ele na constituição do acervo. Visitemos, então, esse espaço de leitura.

Em nota, o jornal *Lux*¹¹⁹ de 25/01/1930 convida a população caetiteense para frequentar a biblioteca do centro, esclarecendo:

¹¹⁹ O jornal espírita *Lux*, fundado em 01/07/1914 em Caetité, possivelmente circulou até março de 1933. Existem, no Arquivo Público Municipal da cidade, 13 edições do periódico microfilmadas e digitalizadas. Dessas edições, verifica-se que até a edição de 02/11/1922, nº 49, o jornal vinha identificando-se no editorial como “Orgam do Centro Psychico de Caetité”; a partir da edição de 03/10/1926 passa a identificar-se como “orgam do Centro Espírita Aristides Spínola”; em 1930 é identificado como “adheso a Federação Espírita

Franqueada ao público todas as noites das 19 às 21 horas, a Biblioteca do Centro Espírita Aristides Spinola, conta já com grande número de obras de valor sobre o Espiritismo, assim como muitos jornaes e revistas espíritas do Brasil e estrangeiro.

Frequentai-a e podereis estudar a consoladora doutrina (*Lux*, 25/01/1930, Anno 17, n. 73).

Como já se viu, os indícios mostram que era comum a existência de bibliotecas em Caetité, quer fossem particulares, quer institucionais, e que havia de algum modo circulação do escrito, através da produção local dos periódicos e da circulação de gazetas que chegavam da capital por meio do Correio, dos viajantes que vinham à cidade ou mesmo de moradores que iam à capital do estado com certa frequência. Nesse contexto, deve-se destacar a relevância que teve em Caetité a biblioteca do Centro Espírita.

A nota retirada do jornal *Lux* datada 1930 faz um convite à comunidade para frequentar a biblioteca do Centro Espírita Aristides Spínola à noite, período em que as pessoas teriam mais disponibilidade para leitura, considerando que, possivelmente, durante o dia, todos estavam envolvidos nos seus afazeres. A nota divulga, também, que o centro contava com um número considerável de livros, que eram tidos como relevantes para a doutrina, assim como jornais e revistas, tanto nacionais como estrangeiros.

Deve-se esclarecer que a nota do jornal *Lux*, de 1930, trata de um período bem posterior à fundação do centro, em 1905, mas desde a sua instalação a instituição já contava com um certo número de obras espíritas, talvez o acervo ainda não fosse tão amplo, mas existia, considerando que era necessário ao estudo da nova doutrina, como foi citado. Logo no início da sua fundação, segundo consta, uma das primeiras manifestações de um espírito orientou o grupo para que se dedicasse ao estudo da nova doutrina. Consta, em ata do dia 25/01/1925, a doação feita ao Centro por Aristides Spínola de material de escrita e leitura, haja vista que o estudo é considerado uma condição primordial e permanente, pois ele é que fornece a base de sustentação da doutrina. Assim estabelece o Livro dos espíritos: “Sede, além do mais, laboriosos e perseverantes nos vossos estudos, sem o que os Espíritos superiores vos abandonarão, como faz um professor com os discípulos negligentes” (1997, p.32). Dessa forma, o centro espírita se tornou, na vida de Gumes, um espaço potencial de leitura, pois,

Brasileira”. O jornal tinha 04 páginas e media 17 cm X 24,5 cm . As matérias do periódico eram escritas por adeptos da doutrina que participavam do Centro, assim como por pessoas da região e de outros estados do Brasil. O jornal mantinha intercâmbio com periódicos similares de diversas partes do Brasil.

além de ler como adepto da doutrina, Gumes lia também para desempenhar as funções administrativas no centro ou, ainda, para ministrar as palestras.

2.1.2 Recriando a biblioteca de João Gumes, a partir dos indícios das suas leituras

Prosseguindo o mapeamento da atividade leitora de Gumes, poderíamos proceder a uma investigação na própria biblioteca do sujeito para saber que livros lia, quais os gêneros literários que se faziam presentes, autores mais lidos, entre outros aspectos. Porém, a biblioteca que pertenceu a João Gumes acabou sendo desfeita após o seu falecimento, em 1930. A ação de distribuir entre os herdeiros o acervo bibliográfico de um sujeito, após a sua morte, costuma ser comum; “o esfacelamento do acervo é um problema com o qual o pesquisador tem de lidar quando estuda as bibliotecas pessoais” (GALVÃO; OLIVEIRA, 2007, p.101), fato que dificulta, em parte, o desenvolvimento do estudo, impedindo ou restringindo o acesso a determinadas informações. Acreditamos que os livros que pertenceram a João Gumes tiveram esse destino, foram divididos entre os filhos, segundo a área de interesse de cada um. Deve-se ficar alerta também para o fato de que “nem sempre a posse de um livro implica sua leitura e o número de livros efetivamente lidos por alguém pode ultrapassar aqueles que constam em sua biblioteca (na medida em que podem ser tomados de empréstimo)” (GALVÃO, 2009, p.3). Essa é, também, uma hipótese plausível que se pode aplicar a João Gumes na medida em que havia uma circulação de livros na cidade que podia ser alimentada pelas redes de sociabilidade às quais os sujeitos estavam ligados. No caso de Gumes, as leituras por meio de empréstimos parecem ter sido uma prática comum, que justifica, por exemplo, ter sido encontrado, juntamente com o acervo do Centro Espírita, o livro *As raças humanas*, de Louis Figuier, que pertencia à biblioteca da Escola Normal¹²⁰. A presença desse livro pertencente a outro espaço de leitura leva a pensar que alguém o tomou de empréstimo, possivelmente João Gumes, já que ele tinha um contato intenso com o acervo da Escola Normal. Esse fato reforça a ideia da circulação dos materiais de leitura em Caetité por meio de uma rede que mantinha as trocas e empréstimos de livros entre os usuários e os proprietários de bibliotecas. Do acervo que pertenceu a João Gumes tivemos acesso a uns poucos exemplares, principalmente da área do Direito e da doutrina espírita.

¹²⁰ Na contracapa do livro encontra-se o carimbo da biblioteca da Escola Normal de Caetité.

Investigando o acervo que existiu na biblioteca do centro no início da sua fundação, foram encontrados alguns livros de doutrina espírita numa estante à parte, já que não são mais utilizados para leitura em função das suas condições materiais e pelo tempo de edição. Manuseando o material, constata-se a existência de outros livros, como manuais didáticos, livros instrucionais, dicionários, publicações locais, entre outros. Esses indícios mostram que na biblioteca existiam outros tipos de literatura, além dos livros espíritas. Verificou-se também que as datas de publicação desses materiais variavam: há livro que foi editado em 1878, assim como livros da década de 1980. Como o objetivo deste trabalho era encontrar livros que teriam pertencido à biblioteca do centro no período em que João Gumes nele atuou, assim priorizamos os livros que foram editados no final do século XIX e início do século XX. Foram selecionados 17 materiais de leitura, mas acredita-se que existiram muito mais livros que pertenceram ao período inicial do centro. Entre os livros encontrados, somente dois não são de doutrina espírita: um dicionário de português-italiano oferecido a João Gumes, em 1874, por sua madrinha, e o outro, um livro já citado de Ciências Sociais, *As raças humanas*, de Louis Figuier, de 1884, que pertencia à biblioteca da Escola Normal. Dos quinze materiais de leitura dedicados exclusivamente à doutrina espírita, quatorze são livros, um é uma revista, *Luz e Caridade*, de 1934, uma publicação mensal do Centro Espírita de Braga, em Portugal, com distribuição gratuita. Deve-se esclarecer que a data de edição da revista constituiu uma exceção no conjunto das obras, mas a escolha foi intencional com o propósito de mostrar que o centro também estabeleceu redes de sociabilidade que iam além dos limites do país, já que manteve contato pelo menos com um centro espírita de país europeu.

Qual a relação que se pode estabelecer entre esse pequeno acervo de livros espíritas com as leituras feitas por João Gumes? É possível afirmar que João Gumes foi um colaborador ativo na formação e constituição desse acervo, assim como seu leitor, conforme foi anunciado. Portanto, fica a suposição de que esse acervo que formava a biblioteca do centro, esteve presente na formação de Gumes como leitor e influenciou a constituição das matrizes intelectuais e discursivas dele como escritor. Pode-se afirmar que as produções escritas de João Gumes tiveram certa influência da doutrina espírita, de que era adepto, haja vista as citações feitas por ele de autores, frases e ideias que expressam princípios e valores do espiritismo. Isso revela o peso que teve a literatura espírita na sua trajetória como leitor e escritor. Esse tipo de literatura religiosa ocupou uma dimensão relevante em sua vida.

Quanto ao centro, João Gumes manteve, durante a sua existência, uma vinculação e atuação constante nesse espaço, conforme foi visto.

Ao destacar a relevância das leituras espíritas na formação de Gumes como leitor, interessa-nos saber quem eram os autores por ele lidos, bem como as suas obras. Então, para fins de estudo e compreensão do acervo antigo que pertenceu à biblioteca do centro espírita, tivemos que estabelecer alguns critérios de análise que, comumente, são exteriores ao ato das pessoas que construíram o acervo; talvez esses critérios nem tivessem significação para os seus organizadores, mas são relevantes para tentarmos dimensionar e compreender a circulação de uma cultura escrita na região, assim como perceber as formas como essa cultura se estabeleceu ali. Quanto aos materiais de leitura encontrados, vê-se que são livros básicos para a compreensão da teoria e filosofia que sustentam a doutrina.

TABELA N. 3

Livros espíritas que formavam o acervo da biblioteca do centro espírita

Autor	Título	Nacionalidade	Data de Publicação
Camille Flammarion	<i>A pluralidade dos mundos habitados</i>	Francesa	1878
Camille Flammarion	<i>Narrações do infinito</i>	Francesa	1910
Léon Denis	<i>Christianismo e spiritismo</i>	Francesa	1901
Léon Denis	<i>Jeanne d'Arc médium</i>	Francesa	1910
Alexander Aksakof	<i>Animismo e espiritismo</i>	Russa	1903
Victor Hugo	<i>Na sombra e na luz</i>	Francesa	1913
Annie Besant	<i>Mort et l' Au-delà</i>	Francesa	1896
Dr. Albert Coste	<i>Phenomenos psychicos e occultos</i>	Francesa	1903
Robert Dale Owen	<i>Este mundo e o outro</i>	Americana	1900
D. José Amigó y Pellicer	<i>Roma e o evangelho</i>	Espanhola	1899
Gabriel Delanne	<i>Phenomeno espírita</i>	Francesa	1900
Fernando de Lacerda	<i>Do paiz da luz comunicações medianimicas</i>	Portuguesa	1908
Johann Carl Friedrich Zöllner	<i>Physica transcendental</i>	Alemã	1908
Revista espírita	<i>Revista luz e caridade</i>	Portuguesa	1934

Fonte: Acervo antigo do Centro Espírita Aristides Spínola em Caetité

Na relação dos autores citados, chama a atenção a origem desses escritores, todos são estrangeiros. O fato de a doutrina espírita ter surgido em meados do século XIX, na França, talvez explique o número maior de autores franceses, num total de seis. Mas a doutrina não ficou restrita ao país de origem, difundiu-se pela Europa, passando a ter livros espíritas editados por escritores de diversas nacionalidades. No quadro acima, cada autor das nacionalidades russa, alemã, espanhola, portuguesa e americana aparece com apenas um livro no acervo do centro. Alguns autores como Léon Denis, Gabriel Delanne, Camille Flammarion, Friedrich Zollner, Charles Richet, Alexandre Aksakof entre outros são considerados clássicos¹²¹ para a doutrina, já que de certo modo foram os precursores nas pesquisas, estudos e sistematização da religião espírita. Entre eles, existem os que tinham em comum a dedicação ao estudo dos fenômenos físicos da natureza, da astrologia, da química, entre outras áreas, a exemplo do escritor francês Camille Flammarion (1842-1925), amigo de Allan Kardec, cujos livros tratam dos “postulados da doutrina espírita e da pluralidade dos mundos habitados”. O astrônomo Flammarion teve grande reconhecimento nas ciências, campo no qual os franceses se destacavam (HALLEWELL, 2005, p.218). Esses estudiosos inicialmente se debruçaram nas pesquisas que defendiam a legitimação da doutrina espírita como ciência. João Gumes fez referência a esses e outros escritores espíritas nos seus romances e no jornal *A Penna*, como já citado noutro ponto deste trabalho.

2.1.3 Tipos de leituras e autores

As *leituras didáticas* possivelmente foram um dos primeiros tipos de leitura realizada por Gumes. Em seus escritos, ele se refere a pelo menos dois livros que eram recomendados para a leitura em escolas de primeiras letras: *A ciência do bom homem Ricardo*, de autoria de Benjamin Franklin, e o Catecismo de Montpellier (*Pelo Sertão*, 1927, p.11). A recomendação dessas leituras pelo sujeito narrador, no romance, se deve ao fato de que, para ele, eram livros que traziam explícitos modelos de comportamentos, formas de conduta, valores religiosos entre outros que eram considerados corretos, portanto deviam ser imitados ou adotados por todos os indivíduos. Segundo informações de José Carlos Silva (1999, p.121-122), essas obras faziam parte de uma lista de materiais de leitura que foram aprovados pela Assembleia Legislativa da Bahia em 1848, que deviam ser distribuídos às escolas de primeiras letras da província. Conforme relatou Silva, as obras, no geral, e

¹²¹ Para maior aprofundamento dos autores considerados clássicos pela religião Espírita, consultar www.autoresespiritasclassicos.com

principalmente o livro *A ciência do bom homem Ricardo*, eram leituras de cunho moralizante e ou religioso, uma vez que o objetivo do ensino era a conformação do sujeito aos moldes de uma educação de caráter doutrinário. Quanto à utilização do catecismo nas escolas de primeiras letras, Evelyn Orlando comentou que o Catecismo de Montpellier foi elaborado em 1702, em 1721 integrou a lista do Index, por ter uma orientação jansenista¹²². Porém, algumas traduções “italianas, espanholas e portuguesas escaparam à condenação” (2008, p.63). A autora nos informa, ainda, que, entre os quarenta e seis títulos de catecismos, numa relação de textos de leitura indicados para as escolas primárias e secundárias do Brasil no século XIX, o Montpellier é o segundo mais mencionado. Vê-se como a religião e a educação estavam vinculadas a um programa de governo, no contexto do regime de padroado vigente no Império, tornando a educação e a religião “processos interdependentes”. Quanto ao conteúdo dos catecismos, Orlando informa que:

[...] Divulgam não só as verdades da fé, mas também os modos de conduta socialmente aceitáveis, como os padrões de moralidade, numa rede de interdependência na qual não era possível dissociar o que era religioso e o que era padrão de comportamento social. Naturalmente, esse contexto inseria o ensino religioso e as sagradas lições do catecismo no centro do currículo escolar (ORLANDO, 2008, p.62-63).

Possivelmente esses livros fizeram parte das leituras realizadas por Gumes, ainda no período em que cursou a escola de primeiras letras, na sua infância ou início da juventude, o que nos permite identificar as marcas deixadas por essas leituras e como elas repercutiram na sua escrita. Nesse sentido, entendemos que as leituras deixam marcas nos leitores, marcas que podem repercutir em etapas posteriores da sua experiência no mundo da escrita.

As *leituras espíritas* constituem outro relevante tipo de leitura realizada por João Gumes. Diante da falta de parte considerável do acervo de João Gumes, foi feito um levantamento a partir das produções escritas para compreender que tipo de leitor foi Gumes, já que interessa ao desenvolvimento deste estudo saber o que lia, ou seja, levantar os tipos de leituras feitas, bem como os seus autores preferidos. Nesse sentido, Venâncio acredita ser possível considerar que a “verdadeira fonte para se conhecer a trajetória de leitura de um escritor é a

¹²² O jansenismo foi um movimento que surgiu no âmbito da Igreja em 1638, baseado nas propostas de Cornelius Jansen (1563-1638). Segundo Evelyn Orlando (2008), a base da reforma era a mudança de sua teologia, do tomismo para o augustinismo, que produziu ensinamentos religiosos muito parecidos com os calvinistas. Jansen declarou que a conversão dependia da vontade de Deus e que a justificação se dava no relacionamento do homem com Deus, independente das boas obras.

sua obra, e que as citações feitas por um determinado autor representam aquilo que sua escrita reteve das leituras que realizou [...]” (2006, p.101). Partindo desse pressuposto, constituíram as nossas fontes de análises, além dos livros que restaram do seu acervo, as citações que Gumes fez nas suas obras.

Embora não tenham sido localizados, no acervo do centro espírita, livros de outros autores espíritas, é possível que Gumes os tenha lido, pois faz referência a eles em seus escritos. Um deles é o físico inglês Oliver Lodge (1851-1940). Considerado também clássico da doutrina espírita, Lodge fez importantes “investigações acerca da força eletromotiva nas células voltaicas, sobre as ondas eletromagnéticas e a telegrafia sem fio”¹²³. Como inventor, contribuiu para o desenvolvimento da eletricidade, mas acabou se desviando do campo acadêmico para o campo do espiritualismo. Cesare Lombroso¹²⁴ (1835-1909) é outro cientista ao qual Gumes também faz referência como sendo um dos responsáveis pela elaboração do espiritismo como campo científico. No romance *O sampauleiro*, Gumes recorre à teoria científica do italiano Lombroso para descrever as características marcantes do personagem Roberto:

Roberto, á proporção que falava, ia exaltando-se. Gesticulava, arrotava valentias, fazia juras e tornava-se feroz, bestial, terrível, mostrando-se tal qual era: um sclerado de marca. Transfigurado, transmudando o rosto em catadura de tigre assanhado, tendo em seu semblante o rictus dos assassinos congeniaes, com os olhos injectados de sangue, em sua figura de energumeno tornou-se horrível ao ponto de causar terror ao seu patrão, a quem, como louco, sem mais acatar como d’antes, tocava com a mão crispada (...). Era o Homo Delinquente de Lombroso, um perigoso nevrotico, producto sem duvida de ascendentes degenerados pelo alcoolismo (*O sampauleiro* 1932, p.149, vol. II).

Ao se reportar à teoria de Lombroso, o sujeito narrador não o faz na perspectiva da doutrina espírita, mas pautado pela perspectiva científicista que influenciou as pesquisas acadêmicas no século XIX. De acordo com essa teoria, alguns indivíduos apresentam incapacidade intelectual, o que os leva a uma tendência degenerativa tanto física como moral. A teoria se

¹²³ Consulta feita a www.folhaespirita.com.br

¹²⁴ Lombroso, médico, professor universitário e criminologista, tornou-se famoso por seus estudos e teorias no campo da caracterologia, ou a relação entre características físicas e mentais. O cientista se converteu ao espiritismo após realizar experiências mediúnicas. A principal ideia de Lombroso foi parcialmente inspirada pelos estudos genéticos e evolutivos no final do século XIX, e propõe que certos criminosos têm evidências físicas de um “atavismo” (reaparição de características que foram apresentadas somente em ascendentes distantes) de tipo hereditário, reminescente de estágios mais primitivos da evolução humana. Essas anomalias, denominadas de estigmas, se manifestavam em formas anormais ou dimensões do crânio e mandíbula, assimetrias na face, etc. Consulta feita a www.epub.org.br/cm

pautava pelo preconceito e discriminação em relação às classes ou grupos menos favorecidos, principalmente os negros. Nesse sentido, a produção escrita de João Gumes também foi influenciada pelo cientificismo em voga no período.

Entre os demais autores de formação espírita citados por Gumes, deve-se destacar, no romance *Seraphina*¹²⁵, a referência ao químico e físico inglês William Crookes¹²⁶ (1832-1919), bem como ao filósofo francês Gonthier Maine de Biran¹²⁷ (1766-1824). Segundo consta na Enciclopédia Simpozio¹²⁸, De Biran escreveu poucas obras, mas ele foi de grande influência no espiritualismo eclético francês do século XX; conforme relatou, o “esforço, como resistência ao mundo exterior, é o fato primitivo do conhecimento humano. Revela o esforço voluntário, ao se opor à passividade sensível e ao inconsciente, a personalidade propriamente humana”¹²⁹.

Vale salientar que é extensa a relação de autores espíritas citados por Gumes. No entanto, selecionamos apenas esses escritores, por considerarmos que as suas contribuições foram relevantes na formação e constituição da doutrina espírita como campo científico e filosófico.

As *leituras da área de saúde* constituem outro tipo de leitura realizada por Gumes. De acordo com informações obtidas através da memória familiar, há a recordação de que existiam, no seu gabinete de trabalho, muitos livros e de diversos tamanhos; sobre o assunto, uma neta relatou que, quando criança, tinha especial curiosidade por um livro grande de capa vermelha que continha várias ilustrações sobre reprodução humana; a gravura que lhe chamava a atenção era a do útero materno com um feto. Esse relato evidencia que, na biblioteca de Gumes, existiam também livros de medicina. Por exemplo, um livro sobre A Prática da homeopatia, de 1905. Corroborando também a ideia da presença de leituras da

¹²⁵ *Seraphina*, s/d. p.30/frente.

¹²⁶ Crookes iniciou com Charles Richet os estudos de metapsíquica, hoje parapsicologia. É considerado um marco inicial do período científico da história da parapsicologia. No campo das pesquisas científicas, Crookes é conhecido como o descobridor do elemento químico de número atômico 81, o tálio; do radiômetro; do espintariscópio; do tubo de raios catódicos, mais conhecido como tubo de Crookes, etc. (ANDRADE, 1997). Ver site: www.espirito.org.br

¹²⁷ De Biran foi o iniciador da reação espiritualista no início do século XIX, esforçou-se para constituir o que seria uma antropologia filosófica, marcando a distinção entre vida animal, vida humana e vida espiritual. Seu pensamento manifestou uma evolução, através de etapas que podem ser caracterizadas como verdadeiras conversões ao platonismo e ao cristianismo. www.cfh.ufsc.br/~simpozio/novo/2216y810

¹²⁸ A Enciclopédia Simpozio em português foi localizada a partir de pesquisa feita no Google. É um site hospedado e patrocinado pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), em convênio com a biblioteca Superior de Cultura Simpozio desde 1998.

¹²⁹ www.cfh.ufsc.br/~simpozio/novo/2216y810

área médica, entre as leituras feitas por Gumes, encontra-se referência, no romance *O sampauleiro*, a um guia prático de medicina de grande circulação no Brasil oitocentista. Assim o sujeito-narrador a ele se referiu:

A molestia de Umbellina n'aquela noite tomou um caracter grave que muito assustou a D. Ursula e Abílio. [...] pelo que tiveram que velar durante toda a noite mãe e filho revezando-se, este lançando mão de todos os recursos de que se lembrava e valendo-se de um formulário de Chernoviz e uma pequena ambulância¹³⁰ que tinha em casa para casos urgentes (*O sampauleiro*, vol. I, 1922, p.248-249, grifos nossos).

O fragmento acima, retirado do romance *O sampauleiro*, refere-se a uma família letrada de alto poder aquisitivo que residia no campo. Diante da impossibilidade de recorrer ao auxílio de outra pessoa na cura da enfermidade de Umbellina, Abílio contou apenas com os esclarecimentos contidos no livro que era um guia prático de medicina, o *Formulário Chernoviz*, como ficou popularmente conhecido, pelo sobrenome do seu autor, Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1882), que era polonês, radicado na França. Chernoviz chegou ao Brasil em meados do século XIX, fazendo parte de uma missão francesa, era médico e escritor científico. Elaborou o Formulário Chernoviz, que se tornou consulta obrigatória, principalmente no interior do Brasil, em função da dificuldade e escassez de médicos. O guia era medicinal e farmacêutico, orientava na solução prática para o tratamento de qualquer doença. De acordo com Maria Regina Guimarães (2005, p.502, muitos autores afirmam que o formulário variava entre “genuína ciência e a credice”. O formulário foi organizado em várias seções e trazia a descrição dos medicamentos, das suas utilidades e as doses adequadas, bem como as doenças contra as quais deviam ser ministrados. Foi uma obra editada inicialmente no Brasil, em 1842, e, posteriormente, na França. Ainda segundo Guimarães (2005, p.502), “os diversos indícios reafirmam a ideia de que os manuais fizeram sucesso, principalmente em função das várias edições que sempre eram reformuladas e atualizadas”. O Formulário ou guia médico (primeira obra de Chernoviz) vendeu trezentos exemplares no primeiro dia e teve 19 edições, num espaço de tempo de quase oitenta anos. A autora ressalta ainda que o formulário era consultado por pessoas dos mais diferentes níveis sociais, desde “donos de boticas”, “líderes políticos e religiosos”; observa também

¹³⁰ A ambulância, no caso, refere-se a uma maleta que continha os medicamentos básicos de primeiros socorros. Guimarães comentou que, no *Dicionário de medicina popular*, Chernoviz “sugere, por exemplo, que as casas possuam uma botica doméstica para que conservem e acomodem adequadamente os medicamentos que considerava imprescindíveis” (GUIMARÃES, 2005, p.509).

que, apesar da abrangência do guia, atendendo a diversos públicos, não era uma obra de valor tão acessível. Em 1846, na divulgação da sua segunda edição, teve uma tiragem surpreendente para a época, em dois volumes, ao custo de seis mil-réis; a título de comparação de valores, a obra *Os Lusíadas*, de Camões, foi vendida no mesmo ano, em dois volumes, por quatro mil-réis.

Identificam-se as *leituras jurídicas* como outro grupo de leituras realizadas por Gumes, que também, acredita-se, podem ser consideradas como leituras interessadas¹³¹, uma vez que faziam parte de uma das funções que Gumes desempenhou, a de advogado provisionado. Conforme foi relatado, após a morte de Gumes, a sua biblioteca teria sido dividida entre os filhos, de acordo com o interesse de cada um. Essa hipótese foi confirmada ao serem localizados quatro livros que pertenceram a João Gumes com uma das netas, formada em Direito, segundo a qual esses livros lhe foram doados pelo seu tio Luiz Antônio dos Santos Gumes, que também exercia a profissão de advogado provisionado. A neta relatou que, para Luiz conseguir o direito de advogar, teve de submeter-se, na capital, a um teste que lhe conferiu a habilitação para o exercício da função. Foi encontrado, dentro de um dos livros, um recorte de um papel timbrado com a identificação do nome de Luiz e a profissão que exercia em Caetité (não constando a data). Interessante observar como esses livros foram preservados e conservados primeiro pelo seu proprietário, depois pelo filho e, posteriormente, pela neta, reforçando a ideia de uma relação de identificação e cumplicidade que alguns membros da família mantêm com a leitura. Essa relação certamente faz parte de uma prática cultural que foi construída na família. Pensamos que a análise descritiva dos materiais de leitura da área jurídica vai contribuir para compreender as relações que se estabeleceram entre Gumes e a leitura. A seguir, veja-se a relação dos livros localizados da área do Direito que pertenceram a João Gumes:

¹³¹ A expressão “leitura interessada” é utilizada com base nos estudos realizados por Galvão (2007, p.114). Neste estudo, nos a tomamos emprestada para designar as leituras que se relacionavam com a escolarização do sujeito, dos seus filhos, as atividades profissionais que realizava, a sua formação geral, a formação religiosa, moral ou emocional, enfim leituras que demonstraram ter uma utilidade prática para João Gumes.

TABELA N. 4

Livros jurídicos que pertenceram a João Gumes

Título	Autor	Ano de publicação	Cidade e editora	Ano de aquisição, valor e local
<i>Manual pratico do advogado (acções cíveis)</i>	José Tito Nabuco de Araújo	1873	Rio de Janeiro, Livraria do Editor, A. A. da Cruz Coutinho	1917 no Rio de Janeiro.
<i>Propriedade</i>	Conselheiro José Martiniano de Alencar	1883	Rio de Janeiro, Editora Garnier	02/08/1910
<i>Doutrina das accões</i>	José Homem Corrêa Telle	1902	Rio de Janeiro, Nova edição melhorada, Garnier.	14/10/1907, 7\$ 000 mil-réis e o frete ficou por \$ 300 réis.
<i>Paginas juridicas: estudos, pareceres e decisões</i>	Lúcio de Mendonça	1903	Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-editor.	S/d, 7 \$ 000 (7 mil réis) no Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo pertencente a Maria Belma Gumes Fernandes, neta de Gumes.

Os quatro livros possuem capa dura, com a lombada em couro e titulo em letras douradas; todos estão em bom estado de conservação e apresentam condições favoráveis de leitura, estando apenas com as folhas amareladas, devido à ação do tempo. Esses livros por certo faziam parte de um acervo maior, possivelmente eram considerados básicos para a área jurídica, dada a maneira como eles abordam os conceitos, ações, pareceres e estudos específicos da área, com muitos modelos (procuração, contrato de compra e venda, entre outros), contemplando ações diversificadas.

É possível observar nesse material práticas de leitura desenvolvidas por João Gumes, pois três dessas obras possuem a sua assinatura na folha de rosto e também no interior do livro. Na parte interna, encontram-se as marginais¹³², ou seja, as marcas, sinalizações de parágrafos feitas nas margens dos textos, o que, segundo parece, também funcionava como uma forma de marcar uma parte interessante ou um assunto específico em que Gumes estivesse trabalhando. No livro *Doutrina das accões*, de José Homem Corrêa Telle, nas páginas iniciais que se encontravam em branco, Gumes fez um pequeno resumo de uma ação demolitória, seguido da conceituação e explicação da ação, alternando com conceitos e frases em latim. Também no livro *A propriedade*, do jurista José de Alencar, existem várias notas nas margens laterais das páginas, sinalizando um conceito ou um resumo do assunto.

¹³² Ver Chartier (2001, p.85).

Outra identificação, encontrada no livro *Paginas jurídicas: estudos, pareceres e decisões*, de Lúcio de Mendonça, é a seguinte: trata-se de um “caso de ampliação [...], julgamento dos crimes de moeda falsa, contrabando [...]” (1903, p.19). Entre os livros relacionados, no *Manual pratico do advogado (acções civeis)*, consta apenas a assinatura do seu proprietário na contracapa; no seu interior não existe qualquer marca ou sinalização de leitura, talvez por se tratar de um livro que aborde os conceitos iniciais para o exercício da profissão, necessários a um principiante. Acreditamos que naquele momento essa não era a condição de João Gumes. Esses indícios demonstram também que João Gumes era um leitor ativo e que interagiu com as leituras que realizava.

Outro aspecto a ser destacado com relação a esse conjunto de livros é quanto ao ano de publicação e à data de aquisição. Vê-se que dois deles foram editados na segunda metade do século XIX, respectivamente em 1873 e 1883, e os outros dois nos anos iniciais da primeira década do século XX, em 1902 e 1903. Considerando que a atuação profissional de João Gumes se iniciou nas décadas finais do século XIX, é bem possível que Gumes tenha adquirido um maior número de exemplares da área jurídica ainda no século XIX, já que os livros constituíam a base necessária para a sua formação em Direito. Quanto à data em que foram adquiridos os livros, observa-se que *Doutrina das Accões*, de José Homem Corrêa Telle, publicado em 1902, foi adquirido por João Gumes em 1907, cinco anos após a publicação. Já o livro *Propriedade*, do conselheiro José Martiniano de Alencar, de 1883, foi comprado por Gumes em 1910, portanto vinte e sete anos após a publicação. O *Manual pratico do advogado*, de José Tito de Araújo, publicado em 1873, foi adquirido em 1917, portanto quarenta e quatro anos depois. Quanto ao quarto, *Paginas juridicas: estudos, pareceres e decisões*, de Lúcio de Mendonça, publicado em 1903, não consta a data de aquisição. Observa-se que houve um intervalo de tempo considerável até que Gumes comprasse os livros.

Quanto aos autores dos livros, todos são nacionais; um deles é José de Alencar¹³³, que ocupava o cargo de ministro de Estado dos Negócios da Justiça e, além de jurisconsulto, era

¹³³ José Martiniano de Alencar (1829-1877), natural do Ceará, formou-se em Direito em São Paulo, passou a advogar no Rio. Colaborou com o *Correio Mercantil*, escreveu folhetins para o *Jornal do Commercio*. Em 1855, torna-se redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Em 1859, tornou-se chefe da Secretaria do Ministério da Justiça, sendo depois consultor desse ministério. Em 1860, ingressou na política, sendo eleito como deputado por vários mandatos pelo seu estado. Em 1868, tornou-se ministro da Justiça e, em 1869, candidatou-se ao senado. Em 1877 viria a ocupar um ministério no governo do Imperador D. Pedro II. Como romancista escreveu vários romances que lhe conferiram notoriedade, como: *Cinco minutos*, 1856; *O Guarani*, 1857; *Lucíola*, 1862; *Iracema* 1865, entre outros. Foi também teatrólogo. Fonte: www.academia.org.br/

também romancista. Nos livros encontrados, percebe-se a ausência dos autores franceses da área jurídica, o que pode ser atribuído ao fato de que é provável que o interesse de Gumes pelo Direito se restringia a uma bibliografia de ordem mais pragmática e utilitária, que lhe fornecesse os suportes necessários ao exercício da advocacia, por isso a presença de autores nacionais. Presume-se que os autores estrangeiros, como no caso os franceses, priorizavam uma discussão mais teórica, de cunho filosófico sobre o Direito; esse tipo de leitura talvez não fosse considerada interessante para Gumes naquele momento, o que não significa que ele não realizasse as leituras de Direito em francês.

Certamente, a leitura dos escritores franceses era bem familiar a João Gumes. Numa matéria publicada no jornal *A Penna*¹³⁴, ele estabeleceu uma comparação entre o escritor e jurista brasileiro Rui Barbosa e o escritor francês Émile Zola, identificando ações que eram comuns aos autores. Considerando ambos “dous gigantes”, comenta que, possivelmente, os dois não deveriam se conhecer. Em seguida, questiona: “Mas, que importa se são irmãos pelo culto à verdade – que é a justiça?”. E, assim, descreve as ações em que se envolveram: Rui Barbosa em solicitação ao governo brasileiro de um *habeas-corpus* para os desterrados de Fernando de Noronha, enquanto Zola, na França, iniciou uma campanha na defesa do capitão Dreyfus, publicando uma carta, “J’accuse”, em 1898, em prol do militar francês de origem judia, acusado de traição ao governo; a defesa pública iniciada por Zola foi um dos fatores que colaboraram para que o presidente concedesse o perdão aos envolvidos. O que nos chama a atenção nessa notícia divulgada em *A Penna* era a sua atualidade naquele momento; o fato teve repercussão na imprensa internacional, desencadeando uma campanha na defesa do capitão, que estava sendo condenado injustamente. Pádua Fernandes (2008, p.211) nos informa que, antes de Zola, Rui Barbosa teria sido um dos primeiros a publicar um artigo, “O processo do capitão Dreyfus”, no jornal do *Commercio*, em 1885, sobre a flagrante injustiça do processo, mas afirma que poucos tiveram acesso a esse artigo. Gumes, na sua matéria em *A Penna*, não informa sobre esse artigo de Rui Barbosa, mas fica evidente que acompanhava os fatos, inclusive fazendo referência a uma matéria em defesa de Dreyfus publicada por um correspondente do jornal *Times*. João Gumes também se posiciona em defesa do capitão, condenando o antissemitismo, que ainda se fazia presente na França, bem como as ações de injustiça que envolviam os grupos menos favorecidos ou os marginalizados. E, assim, a matéria comenta, num tom de exaltação, as ações de justiça

Segundo consta na sua biografia, elaborada pela Academia Brasileira de Letras, José de Alencar tornou-se, no início do século XX, o escritor preferido nacionalmente.

¹³⁴ Jornal *A Penna*, 05/05/1898, p.4.

empreendidas por Rui Barbosa, no Brasil, e por Zola, na França. Esses dados nos mostram que Gumes se mantinha informado, por meio das leituras, sobre as questões do mundo literário. Nas páginas do jornal *A Penna*, Gumes noticia a morte de Zola, ocorrida em setembro de 1902¹³⁵. Nicolau Sevcenko informa que o *caso Dreyfus* foi “todo ele animado por motivações literárias, reproduzindo correntes que se emulavam no campo artístico mais do que no social ou político” (1995, p.226). Destaca também a relevância que a literatura assume nesse contexto, o que permitiu a ela, literatura, gozar de um prestígio ímpar. E assim comenta:

Políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas ou simplesmente funcionários públicos, todos buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definido que só a literatura poderia lhes dar. A Belle Époque¹³⁶ foi sem dúvida a época de ouro da instituição literária no Brasil como na Europa e em todo o mundo marcado pela influência cultural européia (SEVCENKO, 1995, 226).

Percebe-se que João Gumes teve uma relação de intimidade com a leitura em língua francesa, já que foi o tradutor do livro em francês de Ferdinand Denis. Vê-se, também, como foram significativas as referências aos termos em francês tanto nos romances como no jornal (exploraremos melhor esse aspecto num item específico), o que demonstra que o uso da língua francesa, que teve marcante influência no Brasil no século XIX, também era uma prática disseminada no contexto no qual João Gumes estava inserido.

Tânia Maria Ferreira (2007), citando Gilberto Freyre, comenta que o “livro francês no Brasil, na primeira metade do século, era o preferido em detrimento do latino e do inglês” (2007, p.318-319), e a opção era pelos livros de literatura, filosofia e política. Ferreira atribui a marcante influência francesa nas bibliotecas, principalmente do curso de medicina, à presença da “escola francesa na formação dos médicos”, bem como às viagens de estudo que os médicos faziam à França. A autora, estudando bibliotecas de médicos e advogados no Rio de Janeiro no século XIX, comenta que as bibliotecas eram diversificadas, o acervo constava tanto de temas relativos à profissão como dos que atendiam a interesses pessoais de seus proprietários. Ressalta que, com o crescimento da cidade, foi facilitado o acesso às

¹³⁵ Jornal *A Penna* 21/10/1902.

¹³⁶ Expressão francesa que significa “Bela Época”. Refere-se ao período compreendido entre o final do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial. Fase marcada pela “imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia” (SEVCENKO, 1995, p.29). Naquele contexto, o Brasil viveu a euforia do otimismo com forte repercussão na cultura, hábitos e moda vindos da Europa, principalmente da França.

obras estrangeiras e nacionais, houve uma maior concentração de comerciantes de livros de várias nacionalidades no Rio de Janeiro. A autora recorre aos dados fornecidos por Berger, para mostrar a presença de tipógrafos e editores. Afirma que havia “149 tipógrafos em atividade no Rio de Janeiro, no período de 1808 a 1900; entre os que tiveram um comércio mais intenso, destacam-se: Plancher, Villeneuve, Bertrand, Laemmert e Garnier [...]” (2007, p.314). Comenta também que, nos fundos de documentação sobre inventários, recenseamento e leilões de bibliotecas, se destaca a presença significativa de livros em francês, tanto livros voltados para a formação profissional, quanto livros de leitura prazerosa. Nesses documentos, as duas categorias profissionais que sobressaem são os médicos e os advogados.

As *leituras históricas* eram outro tipo de leitura praticada por João Gumes, principalmente as que tratavam do mundo e do Brasil. Possivelmente, na biblioteca de Gumes foi marcante a presença desses livros, como os compêndios sobre a História do Brasil e a História Universal. Mas, afinal, qual a relevância das leituras históricas? Sabe-se que, no século XIX, a literatura histórica era parte integrante e precípua da biblioteca de um erudito, conforme cita Lima Barreto no seu romance autobiográfico *Triste fim de Policarpo Quaresma*; ao tratar da biblioteca existente na residência do sujeito-narrador, afirmou que, em relação à “História do Brasil, era farta a messe: [...] Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, Saint-Hilaire além de outros mais raros ou menos famosos [...]”¹³⁷. Vê-se que, nesse período da História do Brasil, havia uma necessidade preeminente da discussão sobre a ideia de nacionalidade, portanto conhecer e argumentar sobre a História Pátria era a condição primordial para que os eruditos pudessem apontar caminhos para o país seguir rumo ao progresso e ao desenvolvimento.

Entre os tipos de leituras históricas, destacam-se as *leituras dos viajantes e cronistas*, outro tipo de leitura feita por João Gumes; em uma das referências a esse tipo de literatura, ele chega a se contrapor ao pensamento de Saint-Hilaire¹³⁸, quando este apresenta o homem que

¹³⁷ Lima Barreto (2002, p.16).

¹³⁸ Auguste de Saint-Hilaire veio ao Brasil junto com a missão francesa; durante os seis anos que viveu aqui, de 1816-1822, viajou pelo interior do Brasil, desempenhando diversas funções: de botânico, geógrafo, geólogo, etnógrafo, sociólogo, etnólogo, folclorista, ecologista, zoólogo e, acima de tudo, naturalista e humanista. Saint-Hilaire realizou minucioso trabalho de registro das condições culturais e físicas das províncias do Centro e do Centro-Sul do Brasil. Os resultados da produtiva viagem feita ao Brasil renderam parte considerável das suas publicações, assim como “serviram também de argumento na demanda de votos para sua admissão na Academia de Ciências de Paris, para a qual foi eleito em 1830”. (KURY, p.7). www.intellectus.uerj.br

reside nos sertões do Brasil como conservador, resistente às mudanças, que, portanto, não sabe explorar as potencialidades naturais que o meio lhe oferece. João Gumes argumenta:

Não era assim nos antigos tempos, e ainda encontram-se espécimens que desmentem o dito de Saint Hilaire; espíritos conservadores, mas de um conservantismo louvável, que em sua perseverança no trabalho, pela sua inteligência, pela sua honestidade, bem merecem uma séria proteção do governo, para que esses paradigmas não se extingam e sirvam de modelo às novas gerações (*Pelo Sertão*, 1927, p.2).

João Gumes, como leitor da obra de Saint-Hilaire e como conhecedor do meio no qual viveu, estava apto para contestar a concepção que o viajante francês formou sobre o homem que habita o Sertão, a partir das impressões que teve. Num outro momento, analisando o contato entre os europeus e os indígenas, João Gumes se reporta à descrição do Brasil feita por europeus no século XVIII, argumentando que existem fontes documentais em arquivos de Portugal ou mesmo relatos dos viajantes que informam sobre a história do país. Assim se refere: “compulsando as paginas de Varnhagen, Southey, Ferdinand Denis ou os preciosos manuscritos do Tombo, lemos as singelas chronicas portuguezas [...]”¹³⁹. Deve-se esclarecer que, embora fique a ideia de que Gumes manuseou esses documentos em arquivos portugueses, não consta que ele tivesse ido a esses lugares. Referindo-se aos documentos e ao seu conteúdo, João Gumes comenta que os respectivos autores descrevem como se deu o encontro da civilização europeia com os nativos na América. As obras desses autores sobre a História do Brasil são relevantes, porque foram elaboradas a partir de pesquisas em arquivos, consultando documentação referente ao período em estudo. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), historiador brasileiro, pioneiro na investigação histórica, recorreu aos arquivos no Brasil, em Portugal e outras regiões, em busca de documentação referente ao país. Entre as suas obras destacam-se: *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, com base no relato geográfico do Brasil quinhentista feito por Gabriel Soares de Souza; o trabalho teve a sua primeira edição em 1825 pela Academia Real de Ciências de Lisboa como obra apócrifa. Coube a Varnhagen a atualização dos dados históricos e sua posterior reedição pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1851. Outra obra de referência de Varnhagen é *História Geral do Brasil*, editada “pela primeira vez entre 1854 e 1857, por Laemmert. A livraria publicaria ainda pelo menos duas edições da obra, em 1877 e 1907” (HALLEWELL,

¹³⁹ A Penna, 05/05/1897, p.1.

2005, p.238). Quanto a Robert Southey¹⁴⁰ (1744-1843), era um historiador, escritor e poeta inglês, que se especializou em História de Portugal e do Brasil. Apesar de não ter conhecido o país, tomou como base para a escrita da sua obra os relatos dos viajantes estrangeiros Hans Staden e Jean de Léry; lançou em 1810, em Londres, a *História do Brasil*, que foi a primeira publicação contendo a sua história geral e que abrange todo o período colonial até a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, resultando num trabalho extenso e minucioso, pois narra em detalhes os costumes e hábitos da população, sob a visão europeia da época, que tende a enfatizar alguns aspectos da cultura nativa, colaborando para detratar os diferentes povos indígenas como canibais e selvagens. Segundo Laurence Hallewell (2005), a *História do Brasil* de Southey foi editada pela primeira vez, no Brasil, em 1862, pela Livraria Garnier, em seis volumes, com tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro e cuidada pelo cônego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. O autor informa ainda que essa edição levou vinte anos para se esgotar; a demora para a venda pode-se atribuir à “menor familiaridade dos leitores brasileiros com a língua inglesa e, em contrapartida, o maior uso da língua francesa” (JINZENJI; GALVÃO, 2010, p.2). Mais tarde, o livro *História do Brasil*, de Southey, e o de Varnhagen tiveram outras edições, entre as décadas de 1940 e 1960. A Livraria Progresso, de Aguiar e Souza Ltda., de Salvador, editou ambos os livros numa coleção denominada “Estudos Brasileiros”, dirigida por Pinto de Aguiar. Quanto ao escritor francês Ferdinand Denis, já foi visto, no primeiro capítulo deste trabalho, que João Gumes teve uma intensa aproximação com a obra desse autor, traduzindo o livro *Le Brésil*.

A *literatura brasileira* também foi outro tipo de leitura realizada por Gumes. Os indícios levam a crer que essa literatura tinha espaço reservado nas suas leituras, certamente chegando a fazer parte da sua biblioteca; entre as referências, ele identificou a figura de Júlio Ribeiro¹⁴¹, citado no romance *O sampauleiro*, quando o sujeito-narrador comenta que o referido autor influenciou o personagem Abílio: “elle que não cria em outra vida que não

¹⁴⁰ Segundo informações de Jinzenji e Galvão (2010, p.2), o inglês “Southey teve a formação de ministro protestante, sendo conhecido por seus escritos poéticos e ensaios que compunham, em geral, vários volumes. Possuía um profundo interesse por Portugal e pelo Brasil e sua vasta biblioteca, constituída por cerca de 14.000 livros, incluía importantes obras e documentos originais com base nos quais escreveu o *History of Brazil*, publicado em Londres em três volumes *in quarto*. O primeiro volume saiu em 1810, o segundo em 1817 e o terceiro, em 1819, totalizando mais de 2.300 páginas”.

¹⁴¹ Júlio Ribeiro (1845-1890) nasceu em Sabará-MG. Estudou no Rio de Janeiro, mas foi em São Paulo que exerceu as funções de jornalista, filólogo, romancista e professor. Possuía profundo conhecimento em português, grego e latim. Como jornalista envolvia-se em questões polêmicas, principalmente com a publicação do romance *A carne* (1888), que escandalizou a sociedade da época, marcada por rígidos padrões morais. No entanto, o romance obteve grande êxito, ao menos pela polêmica então suscitada, que provocou insatisfações em parte do clero, mas com ele, Júlio Ribeiro ficou incorporado ao grupo dos principais romancistas do seu tempo (NOVA BARSA, 1999, p.337, v. 12).

fosse a presente, elle que em São Paulo ouvira tantas vezes o sabio philologo, communicativo e talentoso Julio Ribeiro provar por a mais b que Deus não existe sinão na mente dos pascácios?”¹⁴². A referência a Júlio Ribeiro é sintomática, na medida em que permite inferir que as leituras de João Gumes não se restringiam apenas aos autores que compartilhassem das suas matrizes filosóficas, o que demonstra que era um leitor eclético, que, portanto, estava aberto ao diálogo com as diferentes formas de pensamento. O fato de não compartilhar do pensamento de Júlio Ribeiro não impediu Gumes de reconhecer os seus méritos, definindo-o como “sabio philologo, communicativo e talentoso”, ou seja, poderíamos especular ainda que, para um homem de letras como Gumes, não era interessante ignorar ou desprezar a existência de um escritor que provocava polêmica no meio literário. Entre os romancistas brasileiros lidos por Gumes, no século XX, destaca-se também Monteiro Lobato, que de alguma forma influenciou a formação do seu pensamento sobre o campo, defendendo a ideia amplamente divulgada na época de que o atraso do Brasil se deve às pessoas que habitavam o campo.

Isso é para nós consolador e irrompe da nossa firme convicção como protesto contra o atroz pessimismo que, estudando de preferência defeitos locais, condições climáticas de um ou outro ponto do Norte, generalizam para o nosso descrédito, esquecendo-se que no próspero Sul também há por onde poderíamos avaliar da mesma maneira a índole e estado de atraso do povo d’ali, que Monteiro Lobato sintetizou no seu Jeca Tatu (*Vida campestre*, 1926, p.16).

Na transcrição acima se observa como o sujeito-narrador se sente aliviado com a proposta apresentada por Monteiro Lobato de que o atraso do Brasil não está vinculado apenas à população do Norte, mas à população que habita o campo indistintamente. Essa perspectiva de análise repercute no romance de João Gumes *Os analfabetos* (1928), identificando os sujeitos do meio rural como resistentes às ideias de progresso e modernidade expressas também por meio da educação escolarizada.

O personagem Jeca Tatu foi apresentado ao público por Monteiro Lobato na obra *Urupês*¹⁴³ (1918). O volume é composto por 12 contos, todos “perpassados pela tragédia”. As histórias

¹⁴² *O sampauleiro*, 1922, p.256.

¹⁴³ Hallewell informa o sucesso de vendas que foi o livro. A primeira edição de *Urupês*, de mil exemplares, foi vendida em um mês; a segunda edição, já com 1.800 exemplares, também esgotou-se rapidamente; em abril do ano seguinte ao seu lançamento, a obra contava com um total de 8.000 exemplares vendidos. “Até 1923 *Urupês* já contava com nove impressões, totalizando 30.000 exemplares” (2005, p. 316).

tragicômicas narradas em Urupês, segundo Enio Passiani (2001, p.138), podem ser visualizadas como um relato das condições socioeconômicas do Vale do Paraíba (região de São Paulo em que nasceu Lobato), que ficou arrasada após a crise do café; reforça-se a ideia de que os contos se referem às fazendas do interior paulista, já que quase todos tinham como cenário o campo. O autor demonstra que “Lobato destila toda sua crítica ao caboclo que não vive mas modorra, apático e indolente, o Jeca Tatu que continua de cócoras e nada faz porque ‘não paga a pena’” (2001, p.145). O Jeca Tatu immortalizou a figura caricaturada do homem do campo como um sujeito preguiçoso, que não gosta de trabalhar, sem criatividade para explorar os recursos da natureza, vive entregue à bebida e servindo como depositário das doenças decorrentes da degradação do meio. Diante da falta de coragem e iniciativa do Jeca Tatu, os habitantes do campo representavam naquele contexto o atraso e a ignorância para o Brasil.

Identifica-se certa contradição no pensamento de Gumes, pois não concordou com Saint-Hilaire quando se referiu a população do campo como conservadora e resistente às mudanças e que não sabe explorar as potencialidades do meio, por outro lado, Gumes concordou com Lobato quando este atribuiu ao homem do campo a culpa pelo atraso do país. Especula-se que motivos teriam levado Gumes a discordar de Saint-Hilaire e a concordar com Lobato em se tratando da mesma questão? Talvez o fato de Lobato ser brasileiro e Saint-Hilaire um estrangeiro.

Quanto às leituras de João Gumes sobre *literatura estrangeira*, pode-se inferir que também ocuparam lugar na sua biblioteca, considerando a quantidade de referências e citações feitas por ele a alguns autores estrangeiros. Entre os autores citados, relacionamos o francês Alfred Louis Charles de Musset (1804-1880), que foi poeta, romancista e dramaturgo. Um dos mais importantes autores do romantismo, o seu estilo é caracterizado por forte melancolia e tristeza. Os indícios nos mostram que Musset era um autor bastante conhecido e lido pelos escritores no Brasil no final do século XIX e início do XX. Machado de Assis, em seu romance *Esau e Jacó* (1908), cita Musset, que também é citado por Afrânio Peixoto no romance *Sinhazinha* (1927). Outro autor que se destacou nas leituras de Gumes foi Alexandre Dumas (1802-1870), dramaturgo francês prolífico, historiador e autor, tornou-se mais conhecido por seus romances.

Vê-se que as leituras desenvolvidas por João Gumes eram múltiplas e variadas, motivadas, sobretudo, por um senso pragmático e utilitário, pois lia para se informar, para desempenhar

suas funções, bem como para adquirir os suportes necessários à produção dos seus materiais escritos. Fica difícil estabelecer uma hierarquia entre os vários tipos de leituras realizadas por Gumes. Mas, acreditamos que as leituras espíritas deviam prevalecer em função do número de livros encontrados, seguidos pelas leituras jurídicas, depois da área da saúde, História do Brasil, do mundo, a literatura brasileira e estrangeira. Vimos também que Gumes cultivou uma leitura erudita; faziam parte das suas leituras os clássicos da literatura tanto nacional como estrangeira. Nesse sentido, acreditamos ser possível considerar João Gumes um leitor legítimo, pois as suas “leituras parecem estar de acordo com os princípios de qualidade intelectual da época” (VENÂNCIO, 2006, p.97).

Por outro lado, a maior parte dos tipos de leituras feitas por João Gumes, referentes às mais diversas áreas do conhecimento, podem também ser consideradas como leituras interessadas, já que as leituras se referiam a assuntos que eram discutidos e abordados com frequência pelo jornal *A Penna*, principalmente as questões sobre higiene e saúde, a prática do curandeirismo e do charlatanismo, temas que foram exaustivamente debatidos pela imprensa nacional e regional, como veremos no capítulo seguinte. Assim, podemos pensar que João Gumes foi um leitor que esteve, no seu tempo, em “construção e desconstrução constante, dialética entre vanguardas e permanências [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2003, p.57), uma vez que não se manteve vinculado a um ou dois tipos de leituras, mas diversificou-as.

Percebe-se que havia uma identificação de João Gumes com as leituras por ele realizadas, haja vista que elas lhe possibilitaram dar inteligibilidade aos problemas do mundo, das pessoas e, principalmente, de questões específicas da região. Considerando a variedade de livros que compunham a sua possível biblioteca, as citações e referências feitas a autores dos diferentes campos do conhecimento, pensamos que esses indícios nos permitem dizer que João Gumes desenvolveu uma leitura extensiva¹⁴⁴ em função da diversidade e amplitude dos interesses das leituras. Mas, nem por isso, essas leituras podem ser consideradas menos interessadas; evidente que, entre a variedade de obras que lia, havia, certamente, algumas, a exemplo das espíritas e jurídicas entre outras, às quais dedicava mais tempo e estudos, considerando que elas foram determinantes na sua formação. Após a tentativa de mapear as

¹⁴⁴ O conceito de leitura extensiva é utilizado na perspectiva de Cavallo e Chartier (1998, p.28), quando afirmam que o leitor extensivo é movido por certa “obsessão de ler”, assim esse leitor possui especificidades próprias, “consome impressos numerosos, diferentes, efêmeros; ele os lê com rapidez e avidez, [...]”. Nesse sentido, pode-se pensar que a relação que o leitor estabelece com o escrito é “livre, desenvolta e irreverente”. Apesar de ler muito e de forma diversificada, isso não significa que o leitor extensivo não se aprofunde nessas leituras.

leituras realizadas por João Gumes, bem como de conhecer os seus autores preferidos, interessa-nos saber que tipo de escritor ele se tornou.

2.2 João Gumes escritor

2.2.1 Os temas abordados nos escritos de João Gumes

Neste segundo momento, conforme explicitado, analisaremos sobre o que Gumes escrevia e quais os gêneros de escrita que produziu, destacando-se os textos jornalísticos, as crônicas, documentos oficiais, os romances, a tradução, textos em versos (poesia), texto jurídico, entre outros. Investigaremos, ainda, aspectos inerentes ao seu estilo de escrita regionalista, assim como o uso de expressões e citações da cultura local, a referência feita nos textos a citações de outros autores, utilização de termos e expressões não portuguesas. Ainda sobre o processo de escrita de Gumes, tentamos analisar quem seriam os seus possíveis leitores e as formas que utilizou para publicar os seus romances.

Como escritor e tipógrafo, João Gumes produziu diversos gêneros de escrita. Em primeiro lugar, podemos destacar os *textos jornalísticos* veiculados pelo jornal *A Penna*; entre eles sobressaem os noticiosos e as crônicas. Estas tinham espaço garantido no periódico e tratavam de temas variados que abrangiam desde a política, economia, cultura até a sociedade. Os textos noticiosos abordavam os problemas da vida cotidiana ou da região, a exemplo das notícias sobre agricultura. Realmente, a agricultura era um dos temas considerados relevantes pelo jornal; quase todos os exemplares consultados traziam notícias referentes à questão agrícola. Ratificando essa relevância, observa-se que a questão agrícola foi um tema bastante discutido no ano 1899, em virtude da grave seca que assolou a região nesse ano. Quanto à importância desse tema, pode-se ainda observar referência a ele no frontispício do periódico e verificar que, nas décadas iniciais do século XX, o jornal *A Penna* era identificado como “órgão dos interesses comerciais, agrícolas e civilizadores do Alto Sertão”¹⁴⁵. Portanto, era coerente que o periódico voltasse a atenção para essa questão; afinal, a agricultura constituía a base da economia regional.

¹⁴⁵ *A Penna*, 23/05/1914, p.1.

Quanto às crônicas, eram produções que relatavam fatos de ordem tanto local quanto regional, nacional ou internacional. Observe-se o conteúdo de cunho político da crônica abaixo:

Chronica

Suicidou-se o anseçada Marcellino Bispo, instrumento vil do attentado de 5 de novembro e mais uma vez abortou o movimento contra a legalidade.

[...]

Quando o infeliz soldado, moço, ardente, audaz, colloca-se a frente do chefe da nação tentando matal-o, via-se um dos mais terríveis symptomas da peste politica que lavrava no paiz, infeccionado pelos mal intencionados. O atentado de 5 de novembro não é um facto, é a manifestação de um terrível mal latente, que tudo tentava destruir (*A Penna*, 23/02/1898, p.2).

Maria da Conceição Reis (2004) listou e transcreveu noventa e nove crônicas que foram publicadas no jornal *A Penna* durante o período de 19 de dezembro de 1911 a 1º de dezembro de 1916. Ressalte-se que esse levantamento considerou apenas os exemplares do jornal que tiveram condições de ser manuseados. Entre os temas relacionados, alguns se destacam em função da constância com que foram abordados, como o êxodo; tratando do processo de emigração ou saída dos sertanejos em busca de melhores oportunidades de trabalho em Minas Gerais e São Paulo, foram dedicadas oito crônicas a essa temática. Como já referido, esse era um dos assuntos que inquietavam bastante Gumes, tanto que a ele dedicou os dois volumes do romance *O sampauleiro* (1922, 1932) para discutir a questão, já que eram constantes as saídas dos baianos em busca dos estados do Sudeste do país à procura de emprego. Outro tema digno de atenção por parte de João Gumes foi o teatro, também com oito crônicas. Em seguida, o Correio, tema que continuou sendo questionado e discutido por Gumes, que a ele dedicou quatro crônicas. Outros temas recorrentes em nível local são os que dizem respeito às secas na região, à ferrovia, à lavoura, às causas do atraso, às festas, ao Dois de Julho. Tratando de temas em nível nacional, destacam-se a queda no preço do café e o Instituto Butantan, entre outros.

Textos vinculados às funções do trabalho, os *documentos oficiais* também estão entre os demais tipos de textos produzidos por João Gumes. Destacam-se principalmente os escritos quando ele ocupou a função de secretário da Intendência; podemos citar: a redação do Código de Postura do Município de Caetité, Os Regulamentos e Normas do Município,

livros de Atas, Atas de exames para seleção de professores¹⁴⁶, enfim, inúmeros outros documentos dos poderes executivo e legislativo que foram redigidos e assinados por Gumes.

As obras de ficção (como já referido na introdução deste estudo) foram outro gênero literário que ele produziu. Citem-se as comédias *Sorte grande e A vida doméstica* – sem exemplares para a nossa consulta; delas se tem conhecimento apenas por serem citadas na contracapa do romance *O sampauleiro*, no rol das obras do mesmo autor; o conteúdo de cada uma provavelmente terá relação com o título. Outras peças teatrais, devem ser referidas: *Mourama* (texto inédito) e *A abolição*. Como já mencionado neste trabalho, a questão abolicionista foi um dos primeiros temas da produção escrita de Gumes. Os romances escritos por Gumes foram: *Uma insurreição de negros: um pequeno esboço da escravidão no Brasil*, em 1874, *Seraphina* (188.), *Pelo Sertão: narrativas de costumes rurais do sertão baiano* (1914), *Vida campestre: narrativas dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia* (1926). *O sampauleiro* volumes I (1922) e II (1932), *Os analphabetos* (1928). Consideramos *O caso Gumes* (1923) como um relato autobiográfico.

Conforme relatou Sadi Gumes, referindo-se a João Gumes: “desde novo revelou forte pendor para as letras”¹⁴⁷. A expressão utilizada pelo filho funciona como um indicativo de que Gumes, na sua mocidade, já se dedicava à atividade literária. Prova disso é o romance *Uma insurreição de negros: um pequeno esboço da escravidão no Brasil*, em 1874. Observa-se que, com apenas 16 anos de idade, ele produziu esse trabalho dedicado aos protetores da liberdade. Esse manuscrito é relevante porque permite pensar a dimensão das implicações das ideias apresentadas por Gumes, e verificar que, ainda muito jovem, ele já manifestava sua postura abolicionista. Talvez esse posicionamento fosse resultado das leituras realizadas. Possivelmente esta deve ter sido uma das primeiras produções de João Gumes. Esse indício revela também que João Gumes, desde a mais tenra idade, cultivava o hábito e o gosto pela leitura e pela escrita.

Quanto ao posicionamento de João Gumes como abolicionista, é interessante conhecer o contexto em que esses ideais foram forjados no Brasil. Na Bahia, no século XIX, o movimento em prol da abolição da escravatura contou com a participação dos homens de

¹⁴⁶ Fundo: Intendência Municipal, Gupo: Ensino Público, Série: Registro de Frequência, Data: 1896-1897, maço:2, caixa:3.

¹⁴⁷ APMC - Fundo: Acervo da Família Gumes, Série: Manuscritos diversos, caixa: 2, maço: 3.

letras, a exemplo dos jovens escritores Rui Barbosa e Lélis Piedade, entre outros; o negro Manoel Querino foi um dos principais representantes que formavam a linha de frente do pelotão. Em Caetité, o movimento também contou com a participação de vários jovens, a exemplo de João Gumes e Plínio de Lima.

Interessante observar a conotação que o tema abolição teve na vida de João Gumes. Como foi visto, a sua primeira produção escrita (conhecida) foi um pequeno romance tratando de uma insurreição de negros, de 1874. Mas, a relevância de tal produção reside na maneira como Gumes aborda os fatos, conferindo aos negros escravos a condição de sujeitos da sua própria experiência histórica, portanto protagonistas do processo. Deve-se ressaltar que, na sua narrativa, os negros não eram vistos como “coisa”, diferentemente do que pensavam alguns segmentos da sociedade, naquele período, que viam os negros como “coisas”, “objetos” ou “mercadorias”. Para explicar como os escravos eram vistos pela sociedade no século XIX, o historiador Sidney Chalhoub (2003) cria a “teoria do escravo-coisa”¹⁴⁸. Nessa linha de raciocínio, os escravos precisavam ser tutelados, eles não tinham como responder por si, portanto não podiam ser responsáveis por nenhum ato que envolvesse a prática da liberdade ou do direito. Outra visão comum à época era atribuir a iniciativa do processo da abolição aos intelectuais e aos homens de imprensa, conhecidos como os “abolicionistas, iluminados ou esclarecidos que sabiam exatamente o que era melhor para os cativos, e que tinham mesmo o mandato da raça negra” (CHALHOUB, 2003, p.173). Nesse sentido, o autor mostra que existiam ações e práticas desses sujeitos, dentro das limitações e condições de vida dos negros no sistema escravista, providas de uma lógica própria.

Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isso ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, este campo de possibilidades (CHALHOUB, 2003, p.252).

O autor é enfático ao defender que os cativos, quando optavam por lutarem pela sua liberdade, o faziam baseando-se em “racionalidades próprias”, recorriam ao uso de práticas

¹⁴⁸ Essa teoria, elaborada por Sidney Chalhoub, mostra que o tratamento dispensado aos escravos se assemelhava ao trato dado ao gado e às bestas; esses sujeitos eram, portanto, destituídos de sua condição humana. A inferioridade em relação ao homem livre era vista como algo natural. Alguns escritores adeptos dessa teoria defendem também que o “escravo age segundo a crença de que é pouco mais do que um irracional” (2003, p.37). Assim, esses intelectuais eram favoráveis ao trato desumano e às péssimas condições de vida a que eram submetidos os escravos, em função dessa suposta condição de inferioridade.

de “experiências históricas” que eram na sua maioria “particulares” e “originais”, movidos pelo objetivo de ampliar os seus direitos e, possivelmente, “transformar” as condições do sistema escravista a que estavam submetidos.

Num artigo do jornal *A Penna* cujo título é “13 de Maio”¹⁴⁹, João Gumes narra as diversas comemorações realizadas em Caetité, no ano de 1927, para festejar a abolição da escravatura. O redator aproveita o espaço para rememorar como a cidade recebeu a notícia, dias após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, pois Caetité nesse período ainda não dispunha de telégrafo e a demora do Correio era comum. Assim descreveu a efervescência da população ao receber a notícia:

Era à noite. Terminava a trezena do mês de Maria quando nos chegou a noticia pelo correio. Caetité, que naquele tempo era o centro sertanejo mais importante de propaganda abolicionista, estava repleto desses pobres parias que aqui vinham procurar a sua liberdade, uns porque se queriam alforriar à custa das suas economias e os senhores lh’o negavam a todo transe; outros porque eram africanos, importados depois de abolido o trafico dos filhos da costa d’Africa, outros por serem descendentes daquelles e, portanto, legalmente livres.

Terminada a cerimônia religiosa, o Vigário de então fez uma predica emocionante sobre o assumpto e, dalli mesmo sahiu o povo victoriando a Regente. O luar era magnífico e a philarmonica “Mariana” caetiteense, executando brilhantes dobrados, os fogos do ar esfuziando a espocar em numero e a massa do povo em acclamações, percorreram as ruas da Cidade realizando a mais imponente e bela manifestação popular que já presenciámos em nossos dias. A elite da nossa sociedade acompanhava aquelle movimento e os ex-escravos, electrizados, não se podiam conter, saltando, dançando e num vozeio insurdecador, loucos de contentamento. Quem escreve estas linhas era moço e também participou daquella geral alacridade. Depois..... (*A Penna*, 19/05/1927, p.1, grifos nossos).

Chama a atenção no relato o fato de Caetité ser considerado “naquele tempo o centro sertanejo mais importante de propaganda abolicionista”. Pode-se inferir que, juntamente com João Gumes, existiam outros abolicionistas, possivelmente jovens, que também defendiam essa causa. Segundo o artigo, havia na cidade um número considerável de cativos. O jornal ressalta que toda a população, inclusive a elite, “acompanhava aquelle movimento”.

¹⁴⁹ *A Penna*, 19/05/1927, p.1.

Verificamos que no geral os romances de João Gumes são caracterizados pelo estilo regionalista, sobressaindo algumas temáticas, como o trabalho com a terra, a exploração do trabalhador do campo, as práticas culturais agrícolas, o descaso do poder público para com o campo, a emigração, as questões climáticas, enfim, abordavam temas e problemas que afligiam a região como um todo. Esta ênfase acontece principalmente nos romances: *Seraphina* (188..), *Vida campestre* (1926), *Pelo Sertão* (1927), *O sampauleiro* volumes I e II (1922, 1932); *Os analphabetos* (1928); em textos publicados no jornal *A Penna*, bem como em outros que permaneceram inéditos.

O sampauleiro: romance de costumes sertanejos, volumes I e II, foi escrito entre os anos de 1917 e 1929. Ambos os volumes foram publicados pela Tipografia de *A Penna*. Com 292 páginas, o volume I foi impresso em 1922. O volume II foi editado em 1932, *pos mortem* de João Gumes, e consta de 392 páginas. Esse é mais um romance de denúncia das condições de vida da população do campo, do descaso das autoridades políticas, que negligenciavam a vida no Sertão, reclama da falta de educação para o povo, bem como da falta de incentivos do governo para a população do campo. Sem saber como lidar com essas condições adversas de vida, os homens, na sua maioria, eram obrigados a deixar sua terra e a família para irem em busca de trabalho nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Gumes denunciava também os aliciadores que saíam pelo campo propagando as vantagens do trabalho na região “Sul” do país, fazendo propaganda negativa do estado econômico e financeiro em que se encontrava a região sertaneja; em contrapartida enalteciam a riqueza e a prosperidade de São Paulo. Assim, o autor descreve a euforia e as falsas promessas produzidas na população.

O povo ignorante dos campos, já predisposto à emigração, fascinado pelas notícias que lhe chegavam da opulência e liberalidade dos fazendeiros paulistas, ainda não se abalanchavam a emigrar por sua própria conta, a vencer *calcante pede*, com os poucos recursos de que dispunha, a tirada de mais de duzentas leguas por lugares desconhecidos onde não podiam contar com segura protecção (*O sampauleiro*, 1922, p.265).

Como já comentamos, durante o processo da escrita dos romances, Gumes publicava partes dos escritos em forma de folhetim no jornal *A Penna*. Essa era uma prática recorrente dos periódicos na França, assim como no Brasil: publicar em cada número do jornal partes de um romance, permitindo ao leitor acompanhar o desenrolar da trama. Pode-se ver, nessa prática, ainda uma estratégia de venda dos periódicos, ou seja, uma forma de prender o interesse do leitor, para que ele pudesse adquirir o número seguinte do jornal, como também

garantir que esse leitor se tornasse um assinante. Essa estratégia de divulgação sequenciada das obras literárias no jornal *A Penna* não se restringia às obras de João Gumes; ela se estendia às obras de escritores locais, como Marcelino Neves, e às de outros de renome internacional, como Victor Hugo, entre outros, conforme foi mencionado anteriormente. É possível perceber nessa prática uma relevante função social do jornal, que, através da circulação e divulgação desses textos escritos, possibilitava o acesso dos leitores a diferentes obras literárias, na medida em que talvez nem sempre fosse possível conseguir realizar a leitura direto na obra original.

Outro fator que se pode, ainda, observar, na edição do romance *O sampaleiro*, é o tamanho e o formato do impresso. A obra apresenta as seguintes medidas: 14,5 cm x 9,5 cm. É possível inferir que o formato e o tamanho dos livros estivessem relacionados com o barateamento do custo de sua produção. Tomando como referência as medidas citadas, acreditamos que os livros podem ser identificados como edições de bolso, fato que nos remete novamente à ideia já discutida de que o objetivo primeiro de João Gumes era a circulação da sua produção escrita, proporcionando ao povo material de leitura. Tendo em vista essa perspectiva de ação, uma obra de tamanho reduzido poderia permitir um melhor aproveitamento do papel e contribuir para a redução dos custos de produção; o valor final do impresso poderia ser mais acessível a um público de condições econômicas diversificadas.

A obra literária de Gumes foi toda ela perpassada por assuntos que diziam respeito à região. Interessante destacar o fato de que esse tipo de literatura “contribuiu para tornar conhecida a região”, como reconheceu o próprio João Gumes. Mas, junto a essa condição, deve-se ressaltar que esse regionalismo não se prende exclusivamente às questões locais. O romance regionalista, visto numa perspectiva ampla, refere-se às “maneiras peculiares da sociedade humana se estabelecer numa determinada região e que a fizeram distinta de qualquer outra” (COUTINHO, 2004, p.235). Afrânio Coutinho mostra como o regionalismo forneceu aos escritores uma gama de assuntos como “sugestões, linguagem nativa, tipos humanos, formas de conflito social e moral”. No desenrolar da trama narrativa, o escritor mantém um intercâmbio entre o local e o nacional; a região assume, assim, uma dimensão dialética que se insere no contexto das questões políticas, econômicas, sociais e culturais do país, como demonstrado no relato a seguir:

Sergio narrou a sua vida: A família constava de seus paes, dous filhos e uma filha. O velho e os dous filhos trabalhavam de parilha com os dous escravos em todos os serviços da lavoura, e tudo corria prosperamente. A secca de 68 a 70 foi terrível e o gado morreu em tal quantidade que uma vacca, que antes custava quinze a vinte mil reis, passou a custar quarenta. Nada disso, porem, abalou a modesta fortuna dos pequenos agricultores, já acostumados a taes inconvenientes temporais. Na secca de 78 a 79, que se seguiu ao celebre inverno de 77, anno de extraordinária abundancia, ainda, passada a crise, não houve prejuízo tal que desanimasse as industrias ruraes, pois os prejuízos d'ella decorrentes foram fartamente compensados, como sempre succede, pela abundancia que vem após os annos críticos.

A secca de 89, da qual resultou a famosa crise de 90, não nos causaria os dannonos que causou, como em 70 e 80, si não fossem, alem dos prejuízos d'ella propriamente derivados, a recente libertação dos escravos e a proclamação da Republica. Esta trouxe aos sertanejos uma tal desorganisação política e social que muitos prejuízos nos causou. Em 1890 a crise foi tremenda porque para ella concorreram em maior conta os dous factores sociaes que sobrevieram da política. Si somente nos viesse a secca, supportal-a íamos como supportamos as anteriores (*Os analphabetos*, 1928, p.94-95).

Esse fragmento é bem sugestivo na medida em que nos permite visualizar a relação que o sujeito-narrador promove entre o local e o contexto nacional, descrevendo as crises que ocorreram na região nas últimas décadas do século XIX. O autor comenta que a crise na década de 1890 foi mais intensa, pois, além da seca prolongada, a situação se agravou em função das mudanças que aconteceram em âmbito nacional com a abolição do trabalho escravo e a Proclamação da República.

Deve-se destacar que Afrânio Coutinho considerou a literatura produzida por João Gumes “sem maiores conseqüências para a configuração literária do regionalismo baiano” (2004, p.264). Para o autor, o ciclo baiano do regionalismo inicia-se a partir da segunda metade do século XIX, com Rosendo Muniz Barreto e Xavier Marques. No entanto, é possível pensar que Afrânio Coutinho não teve acesso a toda a produção literária de Gumes, tendo chegado a essa conclusão a partir de classificação já existente.

As culturas regionais, assim como o romance regionalista, se consolidam no Brasil com o período republicano, principalmente aquelas culturas que já possuíam “estruturas materiais e políticas sólidas ou em expansão” (BOSI, 2004, p.299). Alfredo Bosi informa que o movimento regionalista, que predominou do início da República até a Semana de Arte Moderna de 1922, se caracterizou por ser “muito mais definido que o sertanismo romântico”. Tinha como traços marcantes o fato de ser “intencional, pensado, culto, às vezes

polêmico”. Esse novo regionalismo surge a partir de trabalhos de alguns escritores dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, que assumiram um posicionamento de defesa e valorização das suas culturas locais; assim, os escritores passam a produzir uma literatura voltada para as suas realidades mais próximas.

Pode-se perceber a semelhança nas abordagens das temáticas tratadas por alguns escritores regionalistas como: Euclides da Cunha, Lima Barreto, Hilário Tácito, Graça Aranha; eles se dedicam, nas suas produções literárias, a tratar das oposições entre campo/cidade, homem/natureza, branco/mestiço, rico/pobre, entre outras. Bosi comenta que as incidências dessas tensões variam no tempo e no espaço, “envolvendo ora o poder central, ora a estrutura mesma da sociedade, feita de classes e grupos de status que integram de modo assimétrico e injusto o sistema da nação” (2004, p.304). Nesse sentido, o romance regionalista de João Gumes também contribuiu para divulgar aspectos específicos da cultura da região do Alto Sertão baiano, assim como para denunciar as mazelas que caracterizavam a vida dos habitantes do campo.

Acredita-se, também, poder considerar a literatura produzida por João Gumes como “missionária”, na medida em que o autor esperava que a sua produção escrita cumprisse uma relevante função social, que seria, por exemplo, amenizar o analfabetismo. No contexto de Brasil, os “homens de letras” assumiram esse engajamento como condição ética. Além do regionalismo, podemos verificar que essa dimensão ética também esteve presente nos escritos de João Gumes. Nicolau Sevcenko (1995, p.78) nos informa que, no final do século XIX, parte considerável dos intelectuais brasileiros, comprometidos com a perspectiva de transformação social de grandes proporções para o país, tinham como referência o “fluxo cultural europeu” na perspectiva de romper com um passado obscuro e sem possibilidades, para instalar no Brasil um novo caminho que fosse “liberal, democrático, progressista”. Pautado por esses ideais, esse grupo ficou conhecido como “geração modernista de 1870”, que tinha como objetivo “condenar a sociedade fossilizada do império e pregar as grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a democracia” (1995, p.78-79).

Com referência às demais produções escritas de Gumes, destaca-se a *tradução do livro Le Brésil*, de Ferdinand Denis, do francês (já comentado), um trabalho bem acabado e que demonstra a familiaridade que Gumes tinha com o idioma de Victor Hugo. Ainda podemos citar os textos em versos, *as poesias*, embora sejam em número menor. Gumes aproveitava o espaço do jornal *A Penna* para publicar algumas dessas poesias feitas para homenagear uma

pessoa, um fato histórico, enfim algum acontecimento marcante. Tome-se como exemplo o trocadilho que estabelece entre *Penas e Pennas*.

Penas e Pennas

Si as penas que me envolvem fossem penna
de penas me veria sempre isento;
pois pennas aproximam nosso intento;
das penas os grilhões pulverizando:
as pennas, si na ausencia, consolando,
das penas fazem vir doçuras plenas. (*A Penna*, 05/03/1900, p.2).

Temos, também, como exemplo de um possível texto *autobiográfico* que encerra uma peça jurídica, *O caso Gumes*, de 1923, já citado. Nele o escritor relata, em forma de desabafo, a sua trajetória de vida, esclarecendo sobre as atividades que desenvolvia no setor público. O livro assume uma conotação de defesa pública da vida de um serventuário. Embora não tenhamos conseguido acessar outros textos desse gênero, acreditamos que João Gumes tenha produzido vários textos jurídicos, considerando que atuou como advogado.

2.2.2 Aspectos da produção escrita de Gumes

Na escrita de Gumes, alguns aspectos sobressaíram na sua produção; entre eles destaca-se a figura do herói, figura que constituía um elemento comum à literatura dos escritores que abordavam as temáticas regionalistas. Como afirma Afrânio Coutinho (2004, p.237), na medida em que cada região era vista como um laboratório profícuo do qual surge “toda uma produção literária” com traços característicos, o herói tem um lugar de destaque:

De norte a sul do país, escritores aparecem procurando captar em prosa, com a máxima veracidade, os temas, os costumes, os tipos, a linguagem, das várias regiões de que, geograficamente, se compõe o país. Cria-se inclusive, um tipo de herói – o herói regional – de estatura quase épica em seus aspectos de super-homem, em luta contra um destino fatal, traçado pelas forças superiores do ambiente (COUTINHO, 2004, p.237).

Nos romances de João Gumes, a figura do herói é bem sugestiva, o protagonista do enredo é sempre destacado como um sujeito inventivo e dotado de certo senso empreendedor. Percebe-se que o narrador quer ressaltar que nem todos os moradores daquela região são

ignorantes, existem aquelas “almas iluminadas” capazes de realizar feitos prodigiosos. Sirva de exemplo este relato do escritor-narrador:

[...] O nosso herói, com a ideia fixa de armazenar a maior quantidade d'água que lhe fosse possível em ordem a garantir-se contra futuras eventualidades, tomou a deliberação de obstruir a estreita passagem do ribeirão, do vale superior para o inferior. Para isso rolava pesados blocos de granito encosta abaixo, tendo a precaução de abrir caminhos que os levassem ao ponto preciso onde deviam chegar (*Pelo Sertão*, 1927, p.16).

O feito de um sujeito morador do campo assume uma conotação heróica na medida em que ele utiliza recursos da própria natureza, os blocos de granito, para a construção da barragem, numa ação que requer do herói noções práticas de engenharia, conhecimentos que ele certamente aprendeu por meio da observação e dedução junto à natureza.

Vê-se que a forma como Gumes apresenta a figura do herói torna-se paradoxal. Se, por um lado, há uma preocupação em construir o herói, valorizando os seus atos e ações, por outro lado, esse mesmo herói é tratado como:

O teimoso tabaréu fez o mesmo serviço muitos metros abaixo do primeiro e rasgou a encosta de maneira que as enxurradas pluviais arrastassem a terra maciça e enchessem o espaço compreendido entre os dous amontoados pedroiços (*Pelo Sertão*, 1927, p.16).

Interessante observar como o narrador constrói a figura do herói, ao tempo em que ele também desconstrói essa figura ao denominá-lo de “teimoso”, “tabaréu”. Esse processo de construção e desconstrução do herói evidencia que ele é um sujeito capaz de realizar feitos grandiosos, mas que também comete erros. Portanto, o herói nem sempre é retratado de forma idealizada.

Outro aspecto que destacamos na escrita de João Gumes é quanto às referências feitas aos autores, que nem sempre vinham acompanhadas da identificação da autoria; às vezes ele “citava um trecho de um pensamento”, sem os devidos créditos à obra e ao seu escritor. No entanto, essa era uma prática considerada normal e corriqueira para a época, já que a noção de autoria não era “tão rigidamente estabelecida”, de forma que a “transcrição e circulação de trechos de livros, leis e jornais era prática comum, não sendo considerada falta grave a

ausência de referências aos textos de origem [...]”¹⁵⁰. Está expresso no romance *O sampauleiro*: “ser senhor de engenho é título ao qual muitos aspiram porque traz consigo o privilégio de ser servido, obedecido e respeitado”¹⁵¹. Por se tratar de um fragmento da História do Brasil, costumeiramente citado nos livros didáticos de História, é fácil identificá-lo. A citação foi retirada da obra *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, livro publicado em Lisboa, em 1711, por André João Antonil¹⁵², considerado o mais importante relato sobre a economia do Brasil colonial. O livro faz uma descrição minuciosa das atividades econômicas desenvolvidas na colônia, como o cultivo da cana e a fabricação do açúcar no Nordeste, a extração do ouro nas minas, a exploração da borracha, a expansão do gado para o interior do Brasil; discute também a situação do escravo.

No processo da produção escrita para compor a representação ficcional dos seus personagens, era comum João Gumes atribuir-lhes nomes ou características que se reportavam, na época, a “figuras” de repercussão nacional ou estrangeira. Citemos dois exemplos: a comparação que estabelece entre o personagem Zezinho, do romance *Os analphabetos*, e um afamado pesquisador egípcio, afirmando: “como Champollion sentia-se atraído por aquilo, chegava a sonhar com aquelas signaes exquisitos, com os quaes se identificou e familiarizou [...]”¹⁵³. Com referência ao francês Champollion (1790-1832), sabe-se que foi o responsável por iniciar a ciência de estudo dos assuntos referentes ao Egito, a egiptologia, após conseguir decifrar os hieróglifos da pedra Roseta, datada de 196 a.C. A escrita hieroglífica era um “sistema complexo, podendo ser ao mesmo tempo figurativa, simbólica e fonética, em um mesmo texto, uma mesma frase, pode-se dizer praticamente na mesma palavra”¹⁵⁴. Outra comparação que Gumes estabelece refere-se às personagens do romance *Seraphina*: “Margarida e Maria faziam lembrar, mutatis mutandis, o heróe de la Mancha e seu escudeiro [...]”¹⁵⁵. Ao se reportar à figura de Dom Quixote de La Mancha e à do seu fiel escudeiro Sancho Pança, personagens do romance de Miguel de Cervantes¹⁵⁶, Gumes ressaltou como características comuns a ambas as personagens o fato

¹⁵⁰ Jinzenji e Galvão (2010, p.3).

¹⁵¹ *O sampauleiro*, 1922, p.13.

¹⁵² João Antonio Andreoni ou André João Antonil (1649-1716), como era conhecido, foi um jesuíta ítalo-brasileiro, ingressou na Companhia de Jesus com o padre Antônio Vieira em 1663. Foi professor de retórica e secretário dos provinciais, visitador em Pernambuco, reitor do Colégio da Bahia e provincial (1706-1709). Consulta feita ao www.dec.ufcg.edu.br.

¹⁵³ *Os analphabetos* 1928, p.13.

¹⁵⁴ Consulta feita ao site <http://www.invivo.fiocruz.br/>

¹⁵⁵ *Seraphina* s/d, p.3.

¹⁵⁶ Miguel de Cervantes (1547-1616), escritor, poeta e dramaturgo espanhol, tornou-se um dos autores mais importantes da literatura mundial com a obra *D. Quixote* (1605). A primeira tradução para a língua portuguesa

de não serem mais tão jovens, serem de certo modo obesas e gostarem de se envolver em histórias inverídicas. Mas, na realidade, o que interessa perceber é que, ao se apropriar desses personagens ou de aspectos marcantes dessas figuras da literatura estrangeira, o sujeito-narrador deixa entrever o perfil bastante verossímil do leitor que ele foi, informando-nos o quanto eram diversificadas as suas leituras, assim como as marcas deixadas por essas leituras na produção dos seus diferentes tipos textuais. Considerando que o escritor Miguel de Cervantes é conhecido como um clássico da literatura estrangeira, nesse sentido, os dados nos informam que as leituras realizadas por Gumes estavam de certa forma crivadas pelo critério da legitimidade.

Desse modo, pode-se considerar João Gumes como um escritor de estilo regionalista que teve a sua literatura marcada pelas tensões entre pobreza/exploração, educação/progresso, rural/urbano e outros temas que caracterizam os conflitos cotidianos da população, principalmente a do campo. Vê-se a ênfase que o escritor conferiu à questão do meio físico e às possibilidades dele decorrentes para o desenvolvimento da região. Poderíamos, de certa forma, identificar a literatura produzida por Gumes como uma literatura “missionária”, pois ele acreditava estar contribuindo para o desenvolvimento e progresso da região. Conclui-se provisoriamente que o autor João Gumes buscou formas de escrita que o distinguiam dos demais escritores que possuíam a legitimidade acadêmica.

Sobre aspectos característicos da produção escrita de João Gumes, deve-se destacar, também, a utilização de termos específicos da cultura local e regional como: “borrego”, “abrideira”, “cornimboque”, “rebater”, “beiju”, “matungo”, “terreiro”, entre outros. Pode-se pensar que a referência às expressões seria uma forma de Gumes valorizar o linguajar próprio da região, fato que demonstra a identificação que existia entre o escritor-narrador e a cultura na qual estava inserido; expressa também os laços de identidade que o ligavam à região. Interessante observar que, concomitantemente à utilização de termos da cultura local, Gumes também recorre ao uso de expressões não portuguesas, bem como de palavras que faziam parte de um vocabulário mais erudito, como se pode observar abaixo:

foi impressa em Lisboa (1794). O livro narra a história do personagem D. Quixote de La Mancha, o cavaleiro andante que, movido pela imaginação e fantasia, vive diversas aventuras pelo interior da Espanha. A obra baseou-se na literatura sobre cavalaria da Idade Média. Consulta feita a www.ufrgs.br

O largo vale que fica em frente à casa, guardado por montes e colinas de um e outro lado comunica-se com *o cul de sac*¹⁵⁷ pelo estreito *talweg*¹⁵⁸ do ribeirão, de ásperas e altas ribanceiras. Fiquei surpreso quando, diante dos meus olhos, alargou-se o horizonte do grande vale superior que ficava por trás da casa. Uma barragem ciclópica de terra socada [...] (*Pelo Sertão*, 1927, p.16).

O uso de palavras, expressões, frases e versos não portugueses, constituíam outra peculiaridade da sua escrita. A constante utilização desses termos nos instiga a questionar: Por que Gumes utilizava com frequência expressões não portuguesas na sua produção literária? O público leitor possuía domínio dessas expressões? É possível que essas questões permaneçam como incógnitas, dificilmente se encontrarão respostas claras e objetivas para elas. Com vistas à melhor caracterização e visualização das expressões empregadas por Gumes nas suas produções, procedemos a uma categorização de algumas delas.

TABELA N. 5

Presença de expressões em latim nos escritos de João Gumes

Termo	Origem	Fonte Escrita
<i>Ad hoc</i>	Latim	Romance <i>Vida campestre</i> , 1926
<i>Delenda Carthago</i>	Latim	Drama <i>A abolição</i> , 1889
<i>Et reliqua</i>	Latim	Romance <i>Vida campestre</i> , 1926
<i>Fervet opus</i>	Latim	<i>Romance Pelo Sertão</i> , 1927
<i>Hodie mihi</i>	Latim	<i>O caso Gumes</i> , 1923
<i>Homo speleo</i>	Latim	<i>Os analphabetos</i> , 1928
<i>Justum et tenacem</i>	Latim	<i>O caso Gumes</i> , 1923
<i>Modus faciendi</i>	Latim	<i>Os analphabetos</i> , 1928
<i>Pari passu</i>	Latim	<i>Os analphabetos</i> , 1928
<i>Pax vobis</i>	Latim	<i>Os analphabetos</i> , 1928
<i>Per fas et per nefas</i>	Latim	<i>O sampauleiro</i> , 1932, vol. II.
<i>Primum vivere</i>	Latim	Drama <i>Abolição</i> 1889
<i>Pro domo sua</i>	Latim	<i>A Penna</i> 05/09/1897
<i>Res non verba</i>	Latim	<i>O sampauleiro</i> , 1922, vol. I.
<i>Auri sacra fames</i>	Latim	<i>O sampauleiro</i> , 1922, vol. I.
<i>Sanctum sanctorum</i>	Latim	<i>O sampauleiro</i> , 1922, vol. I.
<i>Testis unus, testis nullus</i>	Latim	<i>O sampauleiro</i> , 1932, vol. II.
<i>Verba volant, scripta manent</i>	Latim	<i>A Penna</i> 05/04/1900
<i>Per ardua surgo</i>	Latim	<i>A Penna</i> 05/09/1897
<i>Calcante pede</i>	Latim	<i>O sampauleiro</i> , 1922, vol. I.
<i>Mutatis mutandis</i>	Latim	<i>Seraphina</i> , s/d

Fonte: Produção escrita de João Gumes

¹⁵⁷ Expressão em francês, que significa uma “rua sem saída, que tem, geralmente, no final, uma área para manobra de veículos” (FERREIRA, 1986, p.507).

¹⁵⁸ Em alemão, significa caminho do vale. Aportuguesado: talvegue – linha sinuosa, no fundo de um vale, pela qual as águas correm e que divide os planos de uma encosta. O canal mais profundo do leito de um curso de água (FERREIRA, 1986, p.1643).

Quanto ao emprego de palavras, expressões ou frases em latim, pode-se inferir que certamente Gumes frequentou aulas de latim; conforme já foi visto, desde as décadas finais da primeira metade do século XIX, já existia em Caetité professor de latim. Corrobora essa ideia o fato de que na cidade a Igreja Católica exerceu, junto à sociedade, uma forte influência que lhe permitia intervir na educação, como, aliás, em todo o país nesse contexto. Desse modo, pode-se pressupor que o latim, de certa forma, fazia parte da vivência das pessoas, haja vista que parte da celebração da missa era proferida em latim, a língua oficial da Igreja. Portanto, possivelmente as pessoas que viviam na cidade lidavam oralmente com alguns termos ou expressões em latim, mas isso não significa que estivessem aptas a ler o latim. Vê-se que, entre os termos listados, alguns são direcionados às práticas do catolicismo. Observa-se, ainda, que algumas expressões são específicas da área de jurisprudência, outras são expressões que foram utilizadas pelos poetas Horácio e Virgílio e pelo filósofo e advogado latino Cícero.

Mas os termos utilizados por Gumes, em sua produção escrita, não se restringem ao latim; ele recorria também a termos das línguas: francesa, italiana, inglesa e alemã, conforme quadro a seguir.

TABELA N. 6

Origem das expressões não portuguesas utilizadas por João Gumes

Francês	Italiano	Inglês	Alemão
<i>Chaussée</i>	<i>Condottiere</i>	<i>Law</i>	<i>Talweg</i>
<i>Cul de sac</i>	<i>Dolce far niente</i>	<i>Lovelace</i>	
<i>Enfant gâté</i>	<i>In petto</i>	<i>Struggle for life</i>	
<i>Gris-perle</i>	<i>Tutti quanti</i>	<i>Water closet</i>	
<i>Malsain</i>			
<i>Mot d'ordre</i>			
<i>Noblesse oblige</i>			
<i>Toilette</i>			
<i>Ménage</i>			

Fonte: Produção escrita de João Gumes

Observa-se, de acordo com as tabelas 5 e 6, que há uma incidência maior, nos escritos de João Gumes, de termos latinos seguidos dos termos em francês. Poderíamos atribuir a grande utilização da língua francesa na produção de Gumes à intensa influência que a França exerceu sobre o Brasil no século XIX e início do século XX. Nicolau Sevcenko (1995, p.36) informa que, com a Proclamação da República, parecia existir, na população do Rio de Janeiro, “um desejo de ser estrangeiros”, haja vista a preocupação por parte das elites em

acompanhar os modismos que vinham do Velho Mundo, principalmente da França. Tal fato se manifestou na cidade com as reformas e propostas de modernização empreendidas pelo prefeito Pereira Passos na administração de 1902-1906, período que ficou conhecido como *belle époque*, fase em que o Brasil, e principalmente o Rio de Janeiro, buscou uma identificação com o mundo dito civilizado. Procurava-se imitar desde os pequenos detalhes da vida cotidiana do Velho Mundo. Esses novos hábitos e costumes chegavam de várias formas, por meio dos navios franceses, que traziam não só os “figurinos, os mobiliários e roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças [...]” (SEVCENKO, 1995, p.36), enfim, práticas, hábitos culturais, ou seja, tudo o que se referisse a uma “sociedade de prestígio”. Nesse contexto, copiar e imitar os modelos franceses, quer nas práticas da vida cotidiana, quer na produção literária, de certa forma, também repercutiu na produção escrita de João Gumes.

Deve-se ressaltar que a utilização dessas expressões não portuguesas não significa que Gumes tivesse pleno domínio dessas línguas, mas certamente algumas dessas expressões faziam parte das suas leituras. O fato de escrever termos em outros idiomas também não significava que ele falasse esses idiomas, a exemplo do francês. Mesmo sendo a língua com que ele tinha maior familiaridade, pois traduziu o livro *Le Brésil*, de Ferninand Denis, não foram encontrados indícios de que Gumes falasse o francês. Conforme foi visto, o francês foi uma língua bastante difundida no Brasil e em Caetité no século XIX. Na maior parte das vezes o aprendizado tornava-se uma prática individual, sem necessariamente contar com o auxílio de um professor, considerando que existia bibliografia específica que atendia a esse objetivo. Ratificando a ideia de que o aprendizado do francês em Caetité podia também acontecer apenas com o auxílio dos livros, encontra-se, na listagem de livros doados à Escola Normal de Caetité, em 1899, o livro *O francez sem mestre*, de Joaquim Gonçalves Pereira; consta também um exemplar desse livro na biblioteca do professor Alfredo José da Silva. Esses fatos corroboram a ideia de que o aprendizado do francês em Caetité, nas décadas finais do século XIX, acontecia sem necessariamente depender de um professor.

Acreditamos que a diversificação na utilização de termos não portugueses, junto com as expressões da cultura local, numa mesma produção literária, era uma estratégia utilizada pelo escritor para buscar atingir públicos diversos, tanto aqueles portadores de maior quanto os de menor capital cultural. Pode-se pensar que, ao fazer referência a termos específicos da

cultura da região, ele buscasse uma maneira de valorização dessa cultura. Podemos inferir, ainda, que a utilização dos termos não portugueses funcionou como uma estratégia que possivelmente servia como forma de distinção em relação aos demais escritores do período, pois colaborou também para demonstrar que Gumes possuía certa erudição. Talvez essa necessidade de evidenciar tamanho domínio da cultura escrita considerada legítima fosse uma forma de ele se afirmar e se distinguir no campo literário, tendo em vista o fato de não possuir a legitimação acadêmica. Nesse sentido, ele se esforça para ser igual aos demais escritores que tiveram formação institucional, e ao mesmo tempo busca se diferenciar, distinguindo-se dos escritores sem formação acadêmica quando demonstra ter conhecimento de outros idiomas.

Após identificar alguns aspectos da produção escrita de João Gumes, interessa-nos conhecer quem eram seus possíveis leitores e quais as formas que Gumes utilizou para publicar seus escritos.

2.2.3 Os possíveis leitores de Gumes e a publicação de seus romances

Sobre os possíveis leitores da produção escrita de João Gumes, acreditamos que a maioria eram leitores locais ou da região próxima a Caetité, tendo em vista que a sua literatura foi praticamente toda editada na tipografia de *A Penna*, com exceção do romance *Os analphabetos*, o único a ser editado em Salvador, na Tipografia Salesiano, que parece não ter sido uma editora de grande repercussão. Portanto, fica a impressão de que os leitores de Gumes se restringiam à região. Mas isso certamente não impediu que os romances também pudessem circular entre leitores de outros estados do Brasil, haja vista a perspectiva de circulação que obteve o jornal *A Penna*; editado por Gumes desde o final do século XIX, o jornal possuía assinantes em alguns estados do país, como São Paulo¹⁵⁹ e Minas Gerais, entre outros. Possivelmente eram leitores que se encontravam distantes da sua terra natal. O contato com o jornal permitia a esses leitores se informar sobre os acontecimentos e fatos da região, assim como rememorar a vida no espaço ao qual se conservavam ligados pelos laços identitários e afetivos.

¹⁵⁹ Segundo dados do livro de Registro de Assinantes do jornal *A Penna* (1924-1927), somente na cidade de São Paulo havia 34 assinantes do periódico caetiteense, além de outras cidades do interior do estado. Fundo: Acervo da família Gumes, Série: Livro de registro, caixa: 1, maço: 2.

Quando se analisa a produção escrita de João Gumes, percebe-se que ele dedica atenção especial ao leitor, estabelecendo com ele uma interlocução constante. Em alguns romances, Gumes dedica uma página inicial “Ao leitor”. Esse é o local de fala do autor em relação à obra. Nesse espaço ele justifica a iniciativa, indica os objetivos do romance, comenta se conseguiu atingi-los, fazendo esclarecimentos que contribuem para a compreensão do livro. No diálogo que estabelece com o leitor, busca-se uma interação entre ambos, o que torna a prática da leitura mais interessante. É o que evidencia o fragmento a seguir:

Esta narrativa foi remodelada em 1922 e de novo revista agora. É certo que alguns senões ainda nela serão encontrados; mas o leitor inteligente, por isso, não deixará de compreender o seu plano geral (*Vida campestre*, Ao leitor, 1926, grifos nossos).

O narrador reconhece as limitações da sua obra literária e solicita que o leitor “inteligente” compreenda a proposta geral do romance. Essa atitude revela, na prática, uma preocupação maior do autor em ser compreendido mais do que a necessidade de demonstrar apenas sua erudição. Esses aspectos são comuns às narrativas de autores do final do século XIX. Lajolo e Zilberman (2003, p.36-37) identificam, em algumas produções literárias da época, que a relação entre escritor e leitor às vezes é permeada por certa cumplicidade, pela busca de convivência com o interlocutor; em outros momentos, a cumplicidade é rompida quando o leitor erra ao interpretar o comportamento do personagem.

Julgamentos equivocados são desmentidos apenas pelo narrador que, ao usar e abusar da onisciência, torna o leitor testemunha privilegiada. Privilégio, no entanto, que depende sempre do gesto tutelar do narrador, já que o leitor, deixado a seu próprio critério, toma inevitavelmente o bonde errado; cabe àquele, pois, corrigi-lo, direcionando-o para a conclusão correta. A desigualdade da interlocução vai, assim, se impondo de uma forma sutil, embora ainda coexista com continuadas, mas cada vez menos convincentes, deferências do narrador que sempre se coloca em posição superior, de intérprete indiscutível da história (LAJOLO; ZILBERMAN, 2003, p.36-37).

Esses aspectos quanto à forma de tratamento dispensado pelo narrador ao leitor também são comuns na literatura de João Gumes. Percebe-se que o narrador estabelece um diálogo com o leitor, buscando envolvê-lo na trama da narrativa. Lajolo e Zilberman (2003, p.40-41), analisando a relação entre o leitor e o protagonista do romance *Triste fim de Policarpo*

Quaresma, de Lima Barreto, destacam que há uma elevação do personagem principal “quando transforma em ideal o conteúdo de suas leituras”. Identifica também que há uma correlação com o leitor, já que este “se eleva junto, porque se solidariza com o herói e acompanha suas desventuras”. Esses aspectos ficam evidentes no romance *Os analphabetos*, de João Gumes, quando o protagonista, Zezinho, faz do desejo de ter domínio da leitura e escrita seu ideal de vida. O leitor compartilha os sofrimentos e dificuldades enfrentadas pelo protagonista na busca dos seus objetivos. E, assim, o narrador espera que os leitores saiam da leitura conscientes e alertas para a necessidade de empreender esforços para amenizar o analfabetismo. João Gumes dedicou atenção especial aos seus leitores, já que, nas suas produções literárias, mantinha um diálogo permanente com eles.

Interessa-nos saber como se deu o processo de publicação dos romances de João Gumes, num momento em que a prática da publicação ainda não estava consolidada no país, o que tornava a publicação um processo difícil e caro, principalmente para um escritor sem repercussão nacional, tanto que somente dois romances de Gumes foram editados em forma de livro, alguns permaneceram inéditos em manuscritos, outros foram publicados em forma de folhetim no jornal *A Penna*. O romance *O sampauleiro* foi a única produção encontrada em três formas diferentes de circulação: manuscrito, folhetim e livro impresso. Somente o romance *Os analphabetos*, como já destacamos, foi impresso na capital do estado da Bahia.

Lajolo e Zilberman (2003, p.64-76) nos informam sobre a difícil política de publicação no Brasil do século XIX e comentam que não era possível à maioria dos escritores viver de sua literatura. Entre os vários fatores que dificultavam a impressão estavam: o número restrito de tipografias, a presença do trabalho escravo no Brasil, o analfabetismo, o preço dos tributos cobrados sobre os livros, bem como a falta de livreiros, o que obrigava a venda direta dos livros. As autoras destacam que, no difícil caminho da profissionalização da literatura, alguns escritores encontraram no serviço público uma forma de conciliar a atividade de escritor com o trabalho, o que lhes proporcionava um público garantido. Relatam também que outros autores, até conseguirem ser reconhecidos no mercado, buscavam caminhos alternativos, dedicando-se ao exercício do magistério. Comentam ainda sobre a existência de um “sistema que incentivava o compadrio e a colaboração mútua, na base do relacionamento com os famosos que podem abrir facilmente as portas das editoras” (2003, p.72). Para demonstrar a prática da intervenção de personalidades influentes na publicação de livros, as autoras utilizaram-se das correspondências trocadas entre Azeredo, diplomata brasileiro que

viveu no exterior, e o escritor Machado de Assis. Nas missivas, Azeredo reconheceu que “um escritor, ao publicar o seu primeiro trabalho, não deve mirar a nenhum lucro [...]”¹⁶⁰. Em outra missiva Azeredo reconheceu, ainda, que o fato de escrever para o jornal contribuiu para que o seu nome tenha “certa publicidade aí, o livro será procurado [...]”¹⁶¹. Acreditamos que essas dificuldades de publicação vigentes no Brasil do século XIX também refletiram na produção de Gumes, tanto que, para conseguir a edição do romance *Os analphabetos* em uma tipografia em Salvador, teve de recorrer à intermediação de Anísio Teixeira. Possivelmente esperava que o fato de desempenhar a função de jornalista talvez colaborasse para torná-lo conhecido, tendo, assim, os romances um público leitor já assegurado.

Afinal, que tipo de leitor e escritor João Gumes se tornou? Teóricos da sociologia da leitura, como Bourdieu (1983), consideram que as leituras realizadas por um leitor legítimo – são aquelas vinculadas à cultura letrada, e as leituras não legítimas estão relacionadas com as práticas e usos da cultura popular, ou seja, leituras de cunho pragmático e utilitário. Nessa perspectiva, Gumes não era considerado um escritor legítimo. Já autores como Lahire (2002) Galvão (2007 e 2000) tentam relativizar a questão, mostrando que essa relação é mais ampla e complexa, devendo levar em conta outros aspectos que influenciam e interagem neste percurso. Lahire (2002), por exemplo, demonstra que um leitor letrado pode, ao longo da sua vida, assumir, em algum momento da sua trajetória, uma opção diferente de leitura. No caso de João Gumes, considerando algumas condições, como as limitações da localidade em que viveu no século XIX, o fato de ter sido um sujeito proveniente dos meios populares que lia e escrevia com fins utilitários, mas que também lia literatura brasileira e estrangeira, além de ter conhecimento de termos não portugueses, entre outros aspectos, acreditamos ser possível afirmar que, apesar de ser considerado um escritor local, conseguiu, de certa forma, uma inserção na cultura escrita legítima.

Após conhecer os modos de participação que João Gumes desenvolveu na cultura escrita, como o tipo de leitor e escritor que ele se tornou, interessa-nos, agora, identificar como Gumes manifestava a relevância das práticas letradas nos seus escritos: Que ideias ele defendia? Quais as discussões que permeavam a abordagem da leitura e da escrita no jornal *A Penna* e no romance *Os analphabetos*, bem como em outros romances? Esse será o tema a ser tratado no capítulo a seguir.

¹⁶⁰ Lajolo e Zilberman, 2003, p.72.

¹⁶¹ Lajolo e Zilberman, 2003, p.73.

CAPÍTULO 3
EDUCAÇÃO, LEITURA E
ESCRITA NA PRODUÇÃO DE JOÃO GUMES

Neste terceiro capítulo, analisamos as ideias de João Gumes sobre leitura, escrita e educação. Para tanto, recorreremos ao jornal *A Penna* e a algumas das produções escritas de Gumes, priorizando o romance *Os analphabetos*, por ser uma das últimas produções do autor. Como afirmamos anteriormente, pretendemos examinar as suas ideias no início e no final de sua trajetória na cultura escrita. Fizemos levantamento e posterior categorização das ideias mais recorrentes nas suas obras, priorizando a relação com o tema proposto: leitura e escrita. Pretendemos, ainda, com relação ao romance *Os analphabetos*, analisá-lo mais detalhadamente já que, como o autor reconhece, o livro vem reforçar uma campanha contra o analfabetismo. Entre os personagens do romance, dois tipos de sujeitos se destacam de forma antagonica: os analfabetos e os alfabetizados. Assim, pretendemos identificar os conflitos e tensões que se estabelecem entre esses sujeitos, sem, no entanto, ver neles um mero antagonismo, sem colocá-los em polos distintos; busca-se perceber que as relações entre ambos os grupos estão perpassadas por relações de poder. Espera-se também analisar a produção discursiva de Gumes sobre esses sujeitos, uma vez que esses discursos foram produzidos num determinado contexto e estão carregados de valores, ideias, práticas, visões, posturas políticas que caracterizaram o Brasil, bem como Caetité, nesse momento histórico.

Buscamos identificar inicialmente as ideias sobre leitura, escrita e educação escolarizada. Como são descritas as práticas de leitura e escrita nos romances de João Gumes? Que usos sociais Gumes propõe a partir dessas práticas? Que sujeitos estão envolvidos com essas práticas? Para o autor, existe uma diferenciação entre os sujeitos que se dedicam à leitura e à escrita e os demais? Essas são algumas das questões que nortearão as discussões neste capítulo.

3 João Gumes, a implantação da escolarização no Brasil e as campanhas de alfabetização

Para melhor compreender os motivos do interesse de João Gumes pela educação, necessário se faz contextualizar o Brasil do final do século XIX e início do século XX, para perceber quais eram as preocupações e ações que mobilizaram o governo e a sociedade em favor da implementação da educação escolarizada.

Sabe-se que o século XVIII ficou caracterizado como o Século das Luzes, do qual surgiram os ideais políticos e sociais vinculados à Revolução Francesa. Vale destacar que esses ideais já vinham sendo gestados desde o século XVII, mas é no período seguinte, o século XVIII, e principalmente no século XIX, que se testemunham os resultados desse processo, na perspectiva das contradições a ele inerentes ou na implementação e amadurecimento das ideias e propostas em vários aspectos da vida social, quer seja no plano educacional, político ou econômico. Segundo Veiga (2007, p.79), na segunda metade do século XVIII e início do XIX, os países do Ocidente realizaram o processo de estatização do ensino, fato que esteve associado aos preceitos da teoria liberal e dos ideais iluministas que orientavam os programas dos governos constitucionalistas, tanto em alguns países da Europa como no Brasil. Ao assumir o controle sobre o ensino, o Estado rompe com o monopólio que a Igreja detinha sobre o processo educacional. Nesse contexto, destacam-se novos referenciais como o “estado de direito”, “igualdade perante a lei e na disposição da força de trabalho”. Essas prerrogativas foram resultado das revoluções liberais que ocorreram na Europa. O século XIX testemunhou, além da hegemonia liberal, o surgimento de outras concepções científico-filosóficas, como Humanismo, Romantismo, Positivismo e Marxismo, que buscavam explicar os indivíduos e a sociedade a partir de novos referenciais de ordem científica, distanciando-se dos valores divinos. Nesse contexto de mudanças e transformações, novos paradigmas se impõem para a sociedade, especialmente no tocante à educação, que se torna responsabilidade do Estado.

É interessante observar que João Gumes acompanhava o processo de implantação dos sistemas nacionais de educação nos países europeus, certamente através de leituras que realizava nas bibliotecas da cidade, o que lhe possibilitou escrever artigos sobre a instrução, um deles com o título: “Instrução: ontem, hoje e amanhã”, no qual comenta que existem as especificidades inerentes a cada sistema de ensino, e assim, solicita aos leitores que comparem os sistemas de educação adotados na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça, nos Estados Unidos, e o que fica evidente, segundo ele, é que “o que convem à França monarchica não pode aplicar-se, sem grandes modificações, à França republicana”¹⁶². Vê-se que Gumes chama a atenção para as especificidades educacionais que são inerentes às formas de governo adotadas pelo país. Nesse sentido, ele afirma que o Brasil também precisa traçar os seus rumos na instrução, obedecendo ao programa definido em 24/02/1891,

¹⁶²A Penna, 20/04/1898, p.1, n. 23, Anno II.

com a promulgação da Constituição republicana, atentando para o contexto do país, como explicita: “[...] collimando mais largos horisontes, sorvendo a largos haustos o ar puro da democracia, deve trilhar mais desempeidamente na senda da instrucção, em busca do trabalho resultante da paz no espírito nacional”¹⁶³. Acreditava, portanto, que, pautado nos princípios democráticos propostos pela nova forma de governo que se estabeleceu no país com a instituição da República, o Brasil poderia vislumbrar amplos horizontes e trilhar o caminho da instrução, que conduziria o país rumo ao progresso¹⁶⁴ e à modernidade, segundo pregavam os discursos em voga no período.

No texto “A escolarização como projeto de civilização”¹⁶⁵, Veiga (2002) analisa como ocorreu a institucionalização das escolas no Brasil, no final do século XIX e início do XX. A autora analisa, também, a forma como o Estado se apropriou dos saberes elementares a fim de fazer com que a escolarização pudesse impor “modelos de comportamentos” característicos de uma “sociedade aristocrático-burguesa” e adotar novas práticas “civilizatórias” extensivas a toda a sociedade, transformando “coerções externas em coerções internas”. Assim, para Veiga:

No contexto do século XIX, por meio da monopolização dos saberes elementares pelo Estado, observa-se, portanto, a reprodução de um dispositivo de inclusão de todos na civilização; nesse sentido, a identidade de escolarizado/não-escolarizado produziu novas relações de interdependência entre os grupos sociais, indicando outra configuração social. Como na monopolização da força física, a monopolização dos saberes pelo Estado diluiu as relações de saber na sociedade, particularmente entre as populações pobres, fazendo desencadear todo um movimento de contenção dos seus saberes e, com isso, tornando possível a delegação da educação dos seus filhos ao Estado (2002, p.98-99).

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Segundo Marcos Lopes e Marcos Martins (2006, p.20), os filósofos franceses foram os precursores da “escalada histórica da ideia de progresso”. Para os autores, o conceito de progresso tornou-se ideia-chave da civilização ocidental apenas no século XVIII. Nas suas palavras, tratava-se da “força desencadeadora de uma trajetória ininterrupta de desenvolvimento para as sociedades humanas. Impregnados desse conceito muitos pensadores imaginaram que a história humana, doravante orientada pela razão, se moveria no sentido de uma trajetória ascendente de desenvolvimento. Misturava-se a essa crença a concepção de que o aperfeiçoamento sem limites da ciência e das técnicas desencadearia efeito semelhante no plano da vida moral”.

¹⁶⁵ Cynthia Veiga (2002, p.101) destaca que o conceito de civilização, ao ser utilizado no Brasil, no século XIX e início do XX, não foi pensado na perspectiva da nação, mas como uma forma que as elites políticas e intelectuais utilizaram para forjar a “sua autoimagem”. Nesse período, não havia o reconhecimento do Brasil como nação civilizada. Uma parcela da sociedade debatia-se com um conflituoso dilema ao pensar as possíveis condições de tornar a sua população civilizada. Deve-se ressaltar, também, que a ideia de “civilizado” tinha como referência os padrões europeus que eram reelaborados a partir da realidade brasileira.

A autora, ao se referir à “reprodução de um dispositivo de inclusão de todos na civilização,” refere-se à campanha fomentada pelo Estado e que teria repercussão nos mais diversos rincões do Brasil. Vários foram os segmentos da sociedade civil que abraçaram esse ideário, a exemplo dos “homens de imprensa”, os escritores e outros, que passaram a reforçar nos seus discursos a relevância que se colocava para o país nesse contexto, em relação à necessidade da escolarização. Nesse sentido, vê-se que o processo de institucionalização e universalização da escola pelo governo, a partir do século XIX, colaborou para disseminar a ideia de “civilização”, determinando a legitimação de alguns saberes em detrimento de outros. Dessa maneira, a escola utilizou alguns mecanismos de escolarização para que se fizesse cumprir os interesses de homogeneização da população. Nessa perspectiva, a educação escolarizada passa a ser vista como uma das poucas propostas de integração da população brasileira, já que é reconhecida como instrumento de coesão e unificação no processo de organização de uma identidade comum de pertencimento nacional.

Inserido nessa perspectiva de pensar o processo de “civilização” para o Brasil, que passava pela determinação da “identidade de escolarizado/não-escolarizado”, é interessante conhecer as proposições apresentadas pela produção escrita de João Gumes, uma vez que o jornal *A Penna* e os romances foram arautos da ideia de civilização que tinha no seu bojo a defesa da alfabetização do povo e do acesso à escola. No romance *Os analphabetos*, o próprio Gumes considerou ser a sua produção uma campanha em prol da alfabetização.

Para Gumes, a *resistência que predominava entre a população rural* seria um dos fatores que contribuíam com a falta de educação escolarizada, que impedia essa população de conhecer as letras. Assim comenta, a partir de referenciais depreciativos, num dos seus romances:

[...] a degenerescência dos nossos costumes, quanto à compreensão dos direitos do homem, na classe numerosíssima e predominante dos nossos meios populares, especialmente dos campos. D`ahi o tão falado analphabetismo, a crassa ignorância que medra entre nós, derivados, não somente da falta de escolas, mas também, e como causa perniciososa que pede um estudo acurado, a aversão que tem a maioria do nosso povo, principalmente rural, ao conhecimento o mais rudimentar das letras (*O sampauleiro*, 1932, p.48-49, vol. II).

O discurso de Gumes atribuía à “numerosa” população do campo e aos “meios populares” a responsabilidade pela “degenerescência dos costumes”, e, como consequência, pelo

“analfabetismo”, a “ignorância”, provocados, segundo o autor, “não somente pela falta de escolas”, mas em função da “aversão” de parte da população, principalmente a rural, pelo conhecimento “das letras”. De certa forma esse era o tom do discurso que circulava entre os homens de imprensa. Nesse contexto, “a educação começa a ser percebida como o principal problema nacional que, uma vez resolvido, conduziria à solução dos demais” (PAIVA, 1987, p.26). A valorização da educação como condição de *status* e diferenciação adotada pelas classes cultas, colabora para gerar o preconceito¹⁶⁶ contra o analfabeto, fazendo vê-lo como “elemento incapaz responsável pelo escasso progresso do país e pela impossibilidade do Brasil participar no conjunto das ‘nações de cultura’” (PAIVA, 1987, p.28).

Em outro romance, *Serafina* (s/d), João Gumes comenta as ações de uma educação praticada num meio visto como “inculto” e aponta alguns caminhos do que considera ser uma educação coerente com os tempos em que se vive:

O defeito da educação antiga, em geral adoptada nos meios incultos ou menos cultos, estava em se adstringir o educador unicamente a certos actos e occasiões, [...] do geral da conducta do educador e aguardar, pode-se assim dizer, que elle praticasse o mal no correr do seu procedimento para castigal-o com um rigor que mais se approximava da vingança que da justiça. A educação deve ser permanente, ininterrupta, ministrada com carinho em todos os actos, em todas as minudencias, pelo exemplo, pelas mais sollicitas recomendações, antes premeando-se as acções boas que castigando as más (*Serafina*, s/d, p.06/frente).

A introdução de padrões culturais urbanos tem como objetivo valorizar e legitimar a cultura cidadina, considerada “civilizada” e “moderna”, adequada ao Brasil, em detrimento da cultura que predominava no campo, que era vista como atrasada, “rude”, “selvagem” e responsável pelo não desenvolvimento do país. Jorge Nagle, em estudo já clássico (1974, p.98), no entanto, aponta que houve também um movimento de “defesa e valorização da civilização agrária”. Essa mudança de perspectiva também pode ser verificada num relato de Gumes:

Quem reside nas cidades, afeito àquelas disposições, costumes e perspectivas, não pode avaliar o encanto e a doce alegria que nos proporciona ao espírito o contacto da vida do campo. É por isso que, já compreendendo as vantagens higiênicas que dela nos vêm ao corpo e à alma, procuraram sempre, entre todos os povos, aqueles que não desejam nem podem deixar as cidades, conjugar as belezas naturais com o que a

¹⁶⁶ Referente ao preconceito com o analfabeto no Brasil, ver Galvão e Di Pierro (2007).

arte pode conseguir, dando às aglomerações urbanas uma feição na qual a natureza seja imitada, quando possível [...] (*Pelo Sertão*, 1927, p.17).

Nesse fragmento é possível observar um certo bucolismo do autor, ao se reportar às condições de vida no campo; ele narra, de forma romântica, os encantos que “proporciona”, tanto ao espírito, quanto ao físico, o viver em contato com a natureza. Ressalta, ainda, as “vantagens higiênicas” proporcionadas pelo campo (abordaremos essa questão a seguir), compara a beleza natural do campo ao que há de melhor nas artes, enquanto às cidades resta apenas “imitar a natureza”.

Ainda sobre a descrição do campo, interessante observar que, paralelamente à ideia de resistência e negação da educação pelos sujeitos que o habitavam, João Gumes, no romance *Pelo Sertão: narrativa de costumes rurais do sertão baiano*, também nos mostra, por outro lado, que nem todos os habitantes do Sertão são céticos ou agem de forma “ignorante” ou, como denominavam, eram “rudes” nas relações com os filhos; havia também famílias que pautavam a educação dos filhos pela sensatez em valorizar o trabalho na agricultura, como afirma o narrador-personagem do romance:

Meus filhos, educados no trabalho, tendo aprendido apenas a ler o bastante para regularem os seus negócios, trabalham para si e para mim de boa vontade sem nunca pensarem em buscar fortuna em São Paulo. Estão rapazes e nunca me deram o menor desgosto; pois nunca os castiguei fisicamente e brutalmente, e sempre os levei com amor e brandura. Quando temos que realizar qualquer trabalho ou negócio, reunimo-nos à noite, ou aos domingos, em conselho de família, de qual a velha faz parte, discutimos o assunto com serenidade, cada qual apresenta a sua ideia e assentamos afinal, em boa harmonia, como devemos levar a fim o projetado (*Pelo Sertão*, 1927, p.13).

Com essa descrição, Gumes nos mostra que, no campo, não prevalece um único modelo de educação, isto é, não se recorre apenas a práticas e valores conservadores. Também não há um único modelo de família. Vê-se que o modelo de educação descrito acima se baseia nos referenciais liberais, como o autor demonstra na relação entre os familiares: “trabalham para si e para mim de boa vontade”. Fica evidente que aos filhos é concedido o direito de escolha, não sendo, portanto, obrigados a trabalhar para o pai por respeito e obrigação. Verifica-se, também, que os progenitores não fazem uso dos castigos físicos na educação dos filhos, prática comum à época. Destaca-se, ainda, uma prática inovadora na educação para o início

do século XX: a utilização do “conselho familiar”, reunião deliberativa que conta com a participação de todos os membros da família; nesse conselho cada sujeito tem o direito de manifestar suas ideias, chegando com “harmonia” a um “fim projetado”. Essa é uma prática comum dos sistemas democráticos.

Afirmamos, no primeiro capítulo, que foi na juventude que Gumes conheceu a experiência da vida no campo; percebe-se que suas representações sobre essa realidade, em alguns momentos, estão permeadas por uma certa nostalgia, valorização e até mesmo exaltação dos aspectos naturais. Na abertura do romance *Vida campestre*, ele explica o que significa para si a vida no campo:

é, pois, um reflexo do que guardo em minh'alma, do que percebi e senti quando ainda se me afigurava a vida um caminho estradado de flores, que eu até o seu termo percorresse despreocupado antevendo n'este plano uma finalidade risonha e feliz (*Vida campestre*, 1926, p.1).

A vida no campo foi narrada na perspectiva idealizada e romântica, quanto às possibilidades de relações que se podem estabelecer com a natureza, bem como aos efeitos positivos dos seus ares. Essas impressões, já referidas, foram vivências da sua fase de juventude. Talvez isso explique, por parte de Gumes, um certo “entusiasmo e otimismo” quanto às perspectivas de mudanças e transformações da realidade, para tanto contribuindo também a instalação da escola. Nagle explica que esse ideário contribuiu para instituir a “crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo” (1974, p.99-100).

Entusiasmo e otimismo pela educação também estavam presentes nas proposições de Gumes, no romance *Os analfabetos*, em que um dos personagens, o coronel, funda uma escola, na sua fazenda, para atender aos filhos dos empregados. A fala do coronel é bem sintomática: “[...] Quero abrir uma lucta contra o analfabetismo que, como disse o padre Murta, é a causa maior dos nossos males”¹⁶⁷. E pouco tempo depois, a escola estava funcionando, “mas provisoriamente, em uma sala das dependencias da casa, emquanto preparava-se um pavilhão mais decente, apropriado e hygienico, e o coronel dava providencias no sentido de obter boa e moderna mobilia escolar”¹⁶⁸. Esse tipo de ação

¹⁶⁷ *Os analfabetos*, 1928, p.115.

¹⁶⁸ *Os analfabetos*, 1928, p.117.

desenvolvida pelo coronel é bem representativa das relações sociais que se estabeleceram na área rural do Brasil. Para viabilizar a instalação da escola na sua propriedade, o coronel contou com o apoio financeiro do Estado. No entanto, a ação se personifica na figura do proprietário das terras, que passa a ser visto como o responsável por um grande ato de benevolência. Dessa forma, o coronel conta com o apoio e a confiança dos moradores da região, pois demonstrou interesse em criar um ambiente escolar que fosse favorável à aprendizagem dos alunos.

Por outro lado, com relação ao “otimismo pedagógico”, Nagle ressalta que ocorreu uma preocupação com o funcionamento e com a qualidade dos sistemas de ensino, vários aspectos do processo ensino-aprendizagem passam a ser considerados, como: administração, preparação de professores, reformulação dos currículos, entre outros aspectos. Enfatiza, ainda, que o “principal problema a resolver não seria expandir a oferta de educação a toda a população, mas sim preparar adequadamente o número de pessoas a que o sistema pudesse atender [...]”. Acreditava-se que “determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicavam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)” (NAGLE, 1974, p.100).

Como partidário da perspectiva do “otimismo pedagógico”, João Gumes entende que não basta criar escolas, é preciso que se observem outras questões:

[...] Não basta que se decrete a obrigatoriedade do ensino, porque é bem sabido o modo por que são observadas e executadas as leis entre nós, maxime n'estes longínquos sertões e, além d'isso, os pobres roceiros que residem em tal distancia dos povoados e pontos onde se acham localizadas as escolas, são isentos dessa obrigatoriedade. É preciso que uma inspecção regular e bem dirigida seja feita nos lugares mais escusos onde serão encontradas crianças de talento e aptidões precoces que devem ser aproveitadas pelos poderes publicos, como gemmas preciosas que estão no caso de serem lapidadas e dirigidas, e que, como semente de valor, colaborarão na obra do progresso intellectual e moral com muito proveito para a nação (*Os analphabetos*, 1928, p.75).

Gumes aponta que não havia como a “obrigatoriedade do ensino” ser cumprida em obediência à lei, obrigatoriedade que já não atingia os roceiros, que, por causa das distâncias nos sertões, tinham dificuldade de chegar aos povoados em que se localizavam as escolas. Mas adverte quanto à necessidade de uma “inspecção regular” nos lugares longínquos, permitindo descobrir crianças de “talento e aptidões precoces” que, bem trabalhadas,

poderiam “colaborar na obra do progresso intelectual e moral da nação”. Essa forma de pensar, demonstrando que algumas crianças apresentam como que uma “predisposição natural” para a educação, era uma prática recorrente na época.

Ao tentar compreender a relevância que o processo de escolarização assume nesse período da História do Brasil, necessário se faz saber quem são os sujeitos que discutem os problemas e o papel da educação no país, observando a importância desses discursos e o lugar que ocupam esses sujeitos na sociedade.

As *práticas higienistas* também estiveram presentes na produção escrita de Gumes, como a descrição dos hábitos culturais da população do campo. Relaciona os cuidados e asseio ao referir-se às residências, bem como aos utensílios domésticos utilizados pelos sujeitos, como se pode observar em alguns fragmentos dos romances: “[...] O cardápio era farto, mas, à primeira vista, parecia-me grosseiro e esquisito para os delicados gastrônomos citadinos [...]. Verifiquei depois o contrário. Sobre alva toalha de algodão da terra figurava, [...] Entretanto, o asseio encantava [...]”¹⁶⁹. Quanto ao cardápio servido, comenta que tinha feijões cozidos, arroz alvíssimo, “quartos de borrego estufados e recamados de rodelas de cebola e limão verde; costelas fritadas e afogadas; frango recheado de miúdos e batatas inglesas”, chuchus recobertos por uma camada de ovos batidos; alface em salada; abóbora picada com quiabos; aipins; ovos estrelados; “molhos picantes e em tudo, estrelejantes, purpurinos tomates miúdos, pimentões escarlates e de cheiro e outros variados enfeites culinários”¹⁷⁰. Em outro fragmento é possível, ainda, observar a atenção de Gumes com as condições de higiene e asseio, segundo relata: “No que diz respeito à ordem e ao asseio, Pedro era de uma exigência que tocava as raias do caturriso. Que o diga a preta Catarina, sua digna consorte [...]”¹⁷¹. As narrativas de Gumes tentam desconstruir a ideia generalizante de ver o campo apenas como lugar de atraso. No entanto, é possível, também, inferir que o olhar do narrador é carregado por valores e visões da cultura urbana, como expressa: “mas, à primeira vista, parecia-me grosseiro e esquisito [...]”; em seguida parece que o narrador se surpreende com o que vê, quando diz: “Verifiquei depois o contrário. Sobre alva toalha de algodão da terra figurava [...]”. E a seguir: “Entretanto, o asseio encantava [...]”. O sujeito narrador faz uma ressalva: “entretanto”, reconhecendo que, apesar das condições adversas, “o asseio

¹⁶⁹ Romance *Pelo Sertão: narrativa de costumes rurais do sertão baiano* (1927, p.4), transcrição.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Romance *Vida campestre* (1926, p.2), transcrição.

encantava”. Vê-se que o seu olhar é carregado de estranhamento, por ser o olhar de alguém que não estava acostumado com as práticas culturais do ambiente rural.

A prática higienista esteve presente não apenas nos discursos com relação à educação escolar; surge no Brasil no século XIX, ligada aos problemas urbanos, em razão do deplorável estado das moradias, falta de saneamento e higiene precária das cidades, condições que contribuíam para a proliferação de doenças contagiosas, além de gerar uma péssima estética ao espaço urbano. Assim, o movimento higienista se iniciou atrelado às transformações e organização espacial dos meios urbanos, devendo as cidades adequar-se às novas necessidades impostas pelo capitalismo industrial, e atender às demandas de “moradia”, “trabalho”, “educação”. Dessa forma, a cidade, para ser considerada moderna, deveria possuir algumas características, como: “a funcionalidade das ruas e parques, a destinação específica de áreas e espaços urbanos” (VEIGA, 2007, p.207). Há uma atenção com o planejamento desses espaços, a geometria tem como objetivo “prevenir o contágio de doenças decorrentes da insalubridade e da aglomeração” (VEIGA, 2007, p.207).

Nessa fase de preocupação com a educação e, ainda, sob a influência das ideias higienistas, a educação era tratada por “homens públicos, intelectuais ligados à educação” e “cientistas sociais”¹⁷² (NAGLE, 1974, p.102). Ressalte-se, por exemplo, a atuação e relevância dos médicos nos debates educacionais. É possível perceber como, nos discursos dos intelectuais, a educação¹⁷³ e a higiene¹⁷⁴ assumiam conotação relevante. E os entusiastas esperavam comemorar o centenário da Independência com um índice menor de analfabetismo no país.

Tentando reverter essa realidade, na primeira década do século XX, organizou-se a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. De acordo com Ana Maria Freire, pode-se considerar essa a campanha inicial sobre o tema, que “estava preocupada com o problema em termos nacionais”, além de envolver pessoas de diversos “segmentos sociais”. Seu lema era: “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro” (1993, p. 201-202).

¹⁷² Denominação conferida por José Gondra (2007, p.525) aos médicos que integraram os conhecimentos específicos da medicina com os conhecimentos das disciplinas escolares, através da proposição de novas práticas, ações e comportamentos de higiene na educação escolar.

¹⁷³ De acordo com Stephanou, o discurso médico do início do século XX considerava “a escola como locus educativo por excelência”, ressalta ainda que a educação de crianças e jovens era vista como aquela que concebe os melhores resultados, portanto propunha “dirigir” a educação a crianças e adolescentes, e aos adultos a “assistência” (2000, p.1).

¹⁷⁴ Embora a educação sanitária devesse ser extensiva a toda a sociedade, entendia-se que teria mais produtividade na escola, já que criaria mais hábitos e práticas de higiene. A escola emergia, então, como espaço irradiador, cumprindo um importante papel social no combate à ignorância e na promoção da saúde (STEPHANOU, 2000, p.1).

O estatuto da liga (Art. 2) tem como objetivo central combater o analfabetismo no Brasil, propondo ainda: “esforçar-se para que, ao comemorar o primeiro centenário da sua Independência política possa a Nação Brasileira proclamar livre do analfabetismo as suas cidades e vilas” (FREIRE, 1993, p.202). Vê-se como era pretensiosa a proposta apresentada pela liga, pleiteando tornar o Brasil “livre do analfabetismo”. Para isso intentava conseguir, da parte do governo central, a “obrigatoriedade do ensino primário” e acreditava que, assim, poderiam chegar ao ano 1922 sem analfabetos.

Pode-se inferir que as possibilidades de êxito eram muito exíguas. Como relata Freire (1993, p.203), os resultados quantitativos obtidos foram mínimos, já que, como informa o censo de 1920, o Brasil tinha 80% da população analfabeta. Todavia a autora ressalta que marcantes foram os resultados qualitativos gerados pela liga, que os identifica como “ideológicos,” já que legaram para a história da educação brasileira uma “compreensão de educação discriminatória e elitista”, isto é, os discursos produzidos no seu interior tendiam a rechaçar os sujeitos considerados analfabetos, reduzindo-os à condição de “inferioridade intrínseca”.

Nesse sentido, é sintomático o discurso do padre Murta, personagem do romance *Os analfabetos*, em defesa de Zezinho, menino que foge do campo, local de residência do pai, Marcolino, já que este não lhe permite aprender a ler e escrever:

O padre Murta pediu e obteve a palavra. Começou lembrando a actual campanha que se levantava em todo o paiz contra o analphabetismo vigente e que tende a augmentar assombrosamente. Demonstrou claramente que o nosso atrazo economico e tantos perigos que ameaçam a nacionalidade têm por causa essa praga terrível e vergonhosa, muitas vezes mais ameaçadora da vitalidade nacional que a lepra, a tuberculose e tantos outros males phisicos, mesmo que estes têm por causa primacial a crassa ignorancia que medra entre nós para nosso vilipendio. Que o analphabeto é um cego de nascença que caminha desencalmado para o abysmo da sua ruína phisica, para o abysmo terrivel que diante d'elle se acha escancarado á sua espera e que elle não vê, não conhece, não procura evitar (*Os analfabetos*, 1928, p.69-70).

A visão *preconceituosa*¹⁷⁵ e *discriminatória sobre o analfabeto* era a tônica do discurso do padre, atribuindo ao analfabetismo a culpa pelo “atraso econômico do país”, chegando a representar risco para a “nacionalidade”, na medida em que o analfabetismo é visto como

¹⁷⁵Ver o já citado livro de Galvão e Di Pierro (2007).

doença, entre as mais graves - “a lepra e a tuberculose” -, para as quais, na época, a cura ainda permanecia uma incógnita. Essa construção discursiva de Gumes e seus demais posicionamentos sobre essa temática fazem parte dos debates empreendidos pelos médicos higienistas que veem a “ignorância” como “uma calamidade pública” que está a “desafiar o governo, como também as classes cultas, que são, nesse momento, chamados a uma ‘cruzada redentora’” (ROCHA, 1995, p.32). Assim o discurso médico retrata, de forma aterrorizadora, a situação educacional do Brasil:

[...] a ignorância é caracterizada como “calamidade pública” equivalente à “guerra”, à “peste”, a “cataclismos”; a falta de educação é comparada ao “câncer que tem a volúpia da tortura ao corroer célula a célula, fibra por fibra, inexoravelmente, o organismo”, levando a nação à subalternidade e à degenerescência” (CARVALHO, 1998, p.145).

Nessa perspectiva, o sujeito analfabeto é considerado o responsável por todos esses males. Como se vê, esse discurso está calcado nos valores “ideológicos”, disseminados, entre outros, pela liga; como apontou anteriormente Freire (1993), é resultado da campanha que se levantou em todo o país contra o analfabetismo.

Como já enfatizamos em diversos momentos neste texto, o romance *Os analfabetos* também pode ser considerado como parte da campanha organizada no Brasil pelos “homens da imprensa”, os “intelectuais ligados à educação” e outros que se colocavam contra o analfabetismo, como afirma o próprio Gumes: “[...] trabalho modesto que offereço ao publico como fraco subsidio á campanha que se levanta em todo o nosso paiz contra o analfabetismo vigente [...]”¹⁷⁶.

Como podemos verificar, as produções discursivas de Gumes assemelham-se aos discursos proferidos pelos “homens de ciência” que, impregnados pelos ideais do regime republicano, se identificavam como os responsáveis por “traçar um projeto civilizatório para o Brasil”, ao tempo em que se autorreconheciam com a função de “conduzir essa marcha rumo ao progresso” (ROCHA, 1995, p.22). Assim, o povo deve ser guiado pelos “homens cultos” já que estes conhecem o caminho rumo à civilização e ao progresso da nação. Percebe-se que o discurso descaracteriza o povo, reduzindo-o a uma massa uniforme, destituída de posicionamentos ou mesmo de direitos.

¹⁷⁶ *Os analfabetos*, 1928, Prefácio.

Diante das assertivas de Gumes, torna-se relevante observar em que medida o romance *Os analfabetos* e o jornal *A Penna* colaboravam com o debate contra o analfabetismo no país. Que autoridade tinha o discurso de João Gumes para mobilizar as pessoas em prol de uma causa? Em que pressupostos poderia se basear a produção discursiva de Gumes sobre a educação para que fosse considerada legítima?

O fato de Gumes ser visto como um “homem de letras” que estava vinculado aos campos literário e da imprensa, significava que detinha certo capital de autoridade, significava também que tinha a condição “de se fazer escutar”. Além de se fazer entender, o jornalista ou escritor pretende também ser “obedecido, acreditado, respeitado e reconhecido” (BOURDIEU, 1983, p.161). Esses aspectos definem a “competência como direito à palavra” (p.161). Desse modo, percebe-se que a língua, além de instrumento de comunicação e conhecimento, torna-se “instrumento de poder” (p.161). Ainda de acordo com Bourdieu (1983), a produção da linguagem entre dois locutores é perpassada pela “força simbólica”, o que implica a relevância do capital de autoridade. A construção simbólica desse capital ocorre no campo ao qual o sujeito está vinculado. Nesse sentido, acreditamos que João Gumes fez uso do seu capital de autoridade, divulgando no jornal ideias a favor da escolarização que eram bem recebidas e acatadas pela população.

Bourdieu (1983, p.163) ressalta que, para um discurso ser considerado legítimo, deve atender a algumas condições básicas de “eficácia”. Em primeiro lugar, ser enunciado por um “locutor legítimo”. No caso de João Gumes, escritor, trata-se de um “homem da imprensa”. Em segundo lugar, conforme Bourdieu, o locutor deve estar inserido em uma “situação legítima”. No caso do nosso estudo, tanto o jornal *A Penna* como o romance *Os analfabetos* devem ter “destinatários legítimos” e ter formas “fonológicas legítimas”. A produção discursiva de João Gumes sobre a campanha a favor da educação escolarizada estava revestida de legitimidade, já que atendia aos “pressupostos tácitos de eficiência”, o que Bourdieu considera legítimo para designar um discurso de autoridade. Levando em consideração o tempo que durou a circulação do jornal, entende-se que o impresso possuía o reconhecimento e legitimidade junto à população.

Analisaremos agora, de maneira mais aprofundada, as ideias de Gumes sobre educação, leitura e escrita apresentadas por ele em seus romances, particularmente em *Os analfabetos*.

3.1 Educação, leitura e escrita no romance *Os analfabetos*

Escrito em 1927 e editado em 1928 pela Editora Salesiano, em Salvador, o romance *Os analfabetos* foi a única produção escrita do autor a ser editada fora da tipografia de *A Penna*. Para o processo de impressão, contou com a colaboração do amigo e conterrâneo Anísio Teixeira, conforme consta nos agradecimentos feitos no livro.

O romance narra uma história ficcional da segunda década do século XX que se inicia em Caetité e prossegue, depois, em Minas Gerais e São Paulo. Os fatos abordados partem dos problemas cotidianos que marcaram a vida de comunidades sertanejas, não só do Alto Sertão baiano, como do Brasil nesse período. Deve-se esclarecer o porquê da escolha específica desse romance, em detrimento dos outros. A escolha de *Os analfabetos* para análise, no desenvolvimento desta dissertação, ocorre em função de dois fatores: primeiro, por ser a produção escrita de João Gumes que dá maior ênfase à discussão sobre a questão da alfabetização, em que o autor expressa suas ideias sobre a importância da leitura e escrita, não apenas para os sujeitos, mas também, a seu ver, como condição precípua para que o Brasil se desenvolvesse economicamente e avançasse nos aspectos políticos, educacionais e nos sociais, rompendo o estigma do “atraso e da ignorância que medra entre nosso povo”¹⁷⁷, problemas que eram atribuídos ao “analfabetismo”; os sujeitos analfabetos eram tidos, de certa forma, como culpados pela condição em que se encontravam. Em segundo lugar, como esclarecemos na introdução da dissertação, em virtude do período em que foi escrito o romance, considera-se uma das últimas produções do autor.

No prefácio do romance, o autor ressalta que esse seu trabalho constitui um “fraco subsidio à campanha que se levanta em todo o paiz contra o analfabetismo vigente”; em seguida, adverte os leitores, como que se desculpando, sobre a qualidade do livro “mal burilado” e argumenta que não pensa que esse livro tenha mérito literário e que “possa figurar entre tantos que lustram e enriquecem a litteratura brasileira, que põem em evidencia o crescente progresso das lettras no nosso paiz, quanto têm ellas se aprimorado e enriquecido n’estes ultimos tempos”¹⁷⁸. Gumes utiliza no discurso algumas estratégias de convencimento, quando reforça a justificativa de que a sua ação de escrever está permeada de “ousadia e temeridade”, já que considerava não possuir a devida “cultura, methodicamente dirigida” que apresentasse com clareza o seu pensamento e teme por não utilizar recursos estilísticos

¹⁷⁷ *A Penna*, 05/03/1897.

¹⁷⁸ *Os analfabetos*, 1928, p.1.

que possam prender a atenção e encantar o público. De certa forma, pode-se inferir que o recurso discursivo utilizado por Gumes busca conquistar a confiança e a credibilidade dos leitores, como já afirmamos. Vale evidenciar, no entanto, que, nos níveis local e regional, João Gumes possuía a confiança e a credibilidade dos seus leitores, considerando o tempo de circulação do jornal *A Penna*. É bom lembrar que, nesse momento, ele escreve um romance que, possivelmente, teria uma circulação mais ampla, pois foi editado na capital do estado, com o aval de Anísio Teixeira, pensador que estava envolvido com a discussão e implantação de reformas na educação, não só na Bahia como em outros estados do Brasil. Deve-se considerar, por outro lado, que Gumes não possuía a legitimidade acadêmica. A partir desses fatos, é possível entender as precauções que ele adota na formulação do seu discurso.

Sobre o processo de escrita no Brasil, João Gumes comenta que “muito se tem enriquecido e aprimorado o escrever no Brasil em geral”¹⁷⁹. No entanto, nos sertões, que ainda são mal conhecidos e onde paira o atraso, poucos são os que se dedicam às letras e mesmo os literatos em geral são raros, a exemplo do “jurisconsulto, professor ou algum membro do clero”, cada qual escreve direcionado ao seu “ministério”¹⁸⁰. Assim, ele questiona: quem se dedica a uma campanha em defesa dos interesses agrícolas do povo sertanejo; em demonstrar as potencialidades da nossa terra, a opulência dos recursos naturais, a índole do homem do campo que é mal visto, caluniado lá fora? Comenta, ainda, que “as secas, o banditismo e a vagabundagem” são os atributos pelos quais nos designam até mesmo na capital do estado da Bahia. E, ainda, em função disso, dizem, resultam o nosso atraso, a pobreza; os sertanejos são reduzidos ao que chamam de “ilotas”¹⁸¹ e na região do Alto Sertão, considerada inóspita, o viajante corre perigo de ser assassinado nas estradas pelos “selvagens sertanejos”. A campanha difamatória descrevendo os sertanejos como “indolentes, preguiçosos e degenerados” deixa Gumes indignado, pelo fato de que essa falsa propaganda muitas vezes parte de pessoas que residiram na região sertaneja e que, quando passaram a conviver em outras cidades, em contato com outras culturas, buscam denegrir e macular o Sertão e os seus habitantes.

¹⁷⁹ *Os analphabetos*, 1928, p.1.

¹⁸⁰ *Os analphabetos*, 1928, p.1.

¹⁸¹ De acordo com o *Dicionário Prático Ilustrado de Séguier* (1928), ilota é o “nome dado aos servos do Estado entre os Espartanos. Fig. Homem, reduzido ao último grau de abjeção. – Vencidos pelos Lacedemônios e reduzidos à escravidão, os ilotas eram tratados pelos seus vencedores com implacável dureza” (p.582).

Acreditamos ser esse o ponto nodal (nó górdio) que perpassa toda a produção discursiva de João Gumes, a crença no poder da escrita em desconstruir essas imagens caricaturadas e depreciativas que foram construídas acerca do Alto Sertão baiano e da sua gente. Acreditamos, ainda, que a proposta de Gumes partia do princípio de que, na medida em que houvesse mais locutores que fizessem uso da palavra escrita, que veiculassem notícias sobre as potencialidades, as riquezas do Sertão, seria possível reverter esse quadro. Quanto ao seu papel nessa campanha e junto ao jornal *A Penna*, esclarece: “N’*A Penna* fiz o que pude e me cabia fazer contrapondo argumentos irrefragáveis à leviana propaganda que fazem contra nós; mas a minha voz clamava no deserto e pouco proveito alcancei”¹⁸². Mas informa que existiam filhos da região que se encontravam residindo em outros espaços e, apesar de raros, “trabalhavam em prol do progresso sertanejo e do desenvolvimento econômico da nossa região”, a exemplo de Anísio Teixeira, realizando a reforma do ensino com ampliação do número de escolas para o acesso da população.

Assim, Gumes considera que a melhor forma de tornar conhecida a região e os seus recursos seria “escrever narrativas de factos verosímeis acompanhados de descrição do nosso territorio e costumes do povo sertanejo”¹⁸³. Nesse sentido, o romance aparece como um gênero literário com ampla aceitação, responsável, até certo ponto, por instituir uma identidade que se quer “verdadeira”. Sobre a relevância do romance para alguns autores, pode-se observar que é considerado um gênero privilegiado de narrativas, uma vez que, nas suas configurações modernas, os autores podem narrar, e assim buscar compreender, a ação dos homens no mundo, abordando, entre outras questões, a ideia de identidade, pertencimentos, formas de ver, sentir, viver de sujeitos individuais e coletivos. Ao justificar a opção pelo romance como gênero literário, Gumes, de certa forma, volta a reforçar a perspectiva da legitimidade acadêmica da escrita, que ele não possuía, quando argumenta que “o melhor meio era escrever narrativas de factos verosímeis”. Gumes comenta que foi o que fez em *Vida campestre*, *O sampauleiro*, *Pelo Sertão* e *Os analfabetos*.

Desde a criação do jornal *A Penna*, Gumes dizia que o seu objetivo era colaborar para extinguir o analfabetismo, o qual, como afirmava, “grassa entre o povo”. Assim, acreditava

¹⁸² *Os analfabetos*, 1928, Prefácio. Essa frase é sintomática no sentido de perceber como Gumes se coloca nesse discurso, como um interlocutor que cumpriu uma função, reconhece as limitações de uma trajetória na campanha em favor da alfabetização e escolarização e na defesa dos interesses do povo sertanejo. O tom do discurso parece entrever que estaria finalizando um percurso, portanto pensamos ser coerente considerar esse romance uma das últimas produções escritas de João Gumes.

¹⁸³ *Os analfabetos*, 1928, p.2.

que, dispondo de material de leitura, com a propagação de textos escritos, estaria contribuindo para “amenizar o analfabetismo”. Essa ideia tornou-se a alavanca propulsora dos seus escritos. Ele atribui, em parte, à falta de educação¹⁸⁴, “de instrução”, a culpa pelo atraso do Brasil. Gumes identificou, como função do jornal, ser “advogado dos interesses do povo”, “trabalhar pela prosperidade e civilização do alto sertão”.

Conforme Pallares-Burke (1995, p.15), “a educação [...] não se confundia com a escola nem os educadores com os mestres de profissão”. Os homens de letras dotados de certa condição intelectual apresentavam-se como mais adequados a desempenharem essa tarefa educativa. Como afirma, “filósofos, jornalistas, romancistas e homens de letras em geral tendiam a se considerar educadores devotados à tarefa de ilustrar o público”.

É importante observar como o jornal tenta desconstruir algumas práticas consideradas errôneas, as quais não seriam adequadas aos tempos em que se vive, a exemplo da figura do “curador”¹⁸⁵, que existia em algumas comunidades, principalmente na zona rural, e contava com a credibilidade de algumas pessoas. Gumes mostrava-se indignado com essa credibilidade. Nas suas palavras, denunciava que até os “homens conceituados que deveriam estar acima de crenças grosseiras [...] dão credito a taes charlatães [...]”. Para ele, essa seria uma das condições que demonstrariam a “falta de educação do nosso povo, ressalta, digno de atenção, pelos resultados perigosíssimos que nos traz à saúde do corpo e do espírito, o de ainda serem rodeados de estima, respeito e admiração, lá pelos mattos, uns indivíduos a quem dão o nome de curadores”¹⁸⁶. Após a publicação dessa matéria de denúncia da ação

¹⁸⁴ Pallares-Burke (1995) investigou a estratégia educacional utilizada pelo jornal *The Spectator*, que circulou diariamente em Londres, no período de 1711-1714. O periódico pautou-se pelos referenciais iluministas de “mudar o modo de pensar dos homens, assumiu funções de mobilizador de opiniões e propagador de idéias” (p.17). Observa-se que o poder do jornal residia no fato de corrigir formas de pensar e de agir que eram consideradas inadequadas, reconduzindo-as na perspectiva da “razão” e da “civilidade”. Guardadas as devidas distâncias e proporções, essa pesquisa sobre o papel educativo do *The Spectator* nos auxilia na compreensão de práticas veiculadas pelo jornal *A Penna* em Caetité, já que também esse periódico se pautou pelos referenciais iluministas. É possível, mesmo que de forma panorâmica, apontar algumas proximidades entre os referidos periódicos. *The Spectator* proclamava utilizar três elementos básicos do seu discurso no jornal: não estar vinculado a partidos políticos, não discriminar os diferentes setores sociais e buscar uma participação ativa dos leitores como colaboradores do jornal. O jornal *A Penna* também assume essa postura, conforme o que se tratou anteriormente. O seu redator, João Gumes, dizia não possuir filiação partidária. Quanto à não discriminação dos setores sociais, o jornal assumia publicamente ser defensor dos menos favorecidos e dos explorados. A participação dos leitores não acontecia dentro da proposta do jornal inglês, que atuava a partir das cartas enviadas pelos leitores, abordando os mais diversificados temas, pedindo conselhos ou sugerindo comentários, ou seja, o leitor do *The Spectator* era um co-protagonista do jornal. Por sua vez, no jornal *A Penna*, a participação dos leitores, em quase todos os exemplares, se restringia a comunicar um acontecimento (aniversário, falecimento) conforme o que já foi comentado.

¹⁸⁵ *Curador*, segundo o *Dicionário Prático Ilustrado* (1928), S. m. “Aquelle que cura, sem título nem conhecimentos médicos. Charlatão” (p.291).

¹⁸⁶ *A Penna*, 20/06/1897, p.1.

dos curadores na região, o número seguinte do jornal *A Penna*¹⁸⁷ trouxe outra matéria, intitulada “Escandalo”, em que se relata um caso de envenenamento, seguido de morte. O fato, ocorrido no distrito de Santa Luzia em Caetitê, foi resultado de uma receita indicada por um curador. A vítima foi uma jovem, e o seu pai, o responsável por ministrar o remédio indicado pelo curador. Esse fato veio, de certo modo, ratificar as palavras anteriormente expressas por Gumes no jornal, no qual alertava o povo sobre os perigos que poderia causar a atuação desses curadores.

O discurso de Gumes em oposição às práticas dos benzedeiros, curandeiros, considerados charlatães, insere-se num contexto mais amplo de discussões que estavam presentes nos cursos de medicina no Brasil do século XIX, conforme aponta José Gondra (2007, p.546): “a discussão sobre o charlatanismo constitui preocupação dos médicos ao longo da sua formação”, fato que pode ser observado por meio do número de teses produzidas sobre essa temática no referido curso. Aponta, ainda, que essa discussão se desdobrava em duas proposições: “Deve haver leis repressivas do charlatanismo médico, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?”. Nesse sentido, o campo médico organizou uma frente para tentar inibir a atuação dos charlatães, já que consideravam ilegítimas as práticas provindas desses sujeitos. Para isso, os médicos utilizavam algumas “armas” que visavam combater os considerados “inimigos externos” da medicina, organizaram, sob os auspícios do governo, uma “sociedade médica” que tinha como pressuposto básico tratar dos “interesses médicos sociais” (GONDRA, 2007, p.522). Outra arma utilizada pela frente de atuação contra os charlatães era investir no processo de formação escolar, condição necessária para o exercício da medicina.

Reportando-se à ação educativa desses homens ligados à imprensa, Morel (2005, p.216) destaca alguns aspectos, os quais orientariam as ações desses homens de letras. Para o autor, “o que se punha na perspectiva destes homens de letras era sobretudo a crença de que estariam imbuídos de uma missão pedagógica esclarecedora e civilizadora” [...] e, assim, identifica por que o público deveria receber as “luzes dos letrados”. De acordo com Morel, “pobreza e falta de instrução seriam, pois, as características marcantes deste público que era visto como passivo, uma vez que cabia a ele receber as *Luzes* vindas dos letrados e *esclarecidos*”. Segundo Morel (2005, p.218), “estes homens de letras apresentavam-se como

¹⁸⁷ *A Penna*, 05/07/1897, p.1.

cidadãos e escritores ativos, como construtores da opinião que almejava levar a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem nacional”.

Outro fato veiculado em *A Penna* e que traz, de maneira explícita, o papel educativo do jornal é quanto à instalação do primeiro hotel na cidade de Caetité, em 1897, assunto que demandou várias notas e matérias por parte do jornal. Inicialmente, o editor comunicou e agradeceu o convite recebido para a inauguração do estabelecimento. No número seguinte do jornal, o impresso trouxe o assunto como primeira matéria, com o título: *O hotel*. Em seu discurso, o redator¹⁸⁸ demonstra a necessidade da instalação do hotel na cidade. Desse modo, estabeleceu uma comparação entre a família e a sociedade. Argumentava ele que a família, sendo uma instituição menor, mais homogênea, teria seu ponto de reunião e referência. Assim também aconteceria com a sociedade; à medida que ela cresce e se desenvolve, existiria a necessidade de criação de “cafés, hotéis e restaurantes”, visando proporcionar aconchego aos indivíduos que formam essa imensa família. A construção narrativa do redator é envolvente e coerente, o que torna quase impossível não acatar o seu ponto de vista. É sintomática a forma como o jornal colabora para esclarecer a comunidade sobre a relevância e a serventia do hotel, que contribuiria para a desconstrução de certos preconceitos morais e resistências da comunidade em aceitar o novo local. Assim, no jornal se esclarece:

Felizmente já dispomos aqui de um estabelecimento d’esse genero, modesto como o nosso meio, porem capaz de trazer-nos grandes vantagens.

Resta, pois, ao povo comprehender a utilidade de tal estabelecimento; resta-lhe lembrar-se que não estamos mais em epocha de vir um individuo alojar-se com toda a sem cerimonia, às vezes à frente de um exercito de mulheres devotas e creanças buliçosas e malcriadas, na casa de um pobre pae de familia, que vê-se obrigado a despezas superiores as suas forças (*A Penna*, 05/08/1897, nº 11, Anno I, p.1, grifos nossos).

O editor, antecipando a reação dos leitores, ressalta que o leitor deve estar admirado com o entusiasmo manifestado pelo jornal com a abertura de um hotel na cidade, mas enfatiza que esse tipo de estabelecimento comercial ainda não fora admitido na região, porque o povo estaria convencido de que se deveria dar hospedagem aos que chegassem à cidade,

¹⁸⁸ Conforme relata Morel (2005, p.167), a imprensa de opinião fez surgir em meados do século XVIII e início do XX, na América portuguesa, a figura do homem público que ficou conhecido como “jornalista ou panfletário, chamado redator ou gazeteiro”. Segundo o autor, esse “homem de letras, em geral visto como portador de missão ao mesmo tempo política e pedagógica é o tipo do escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações”.

independentemente de suas condições econômicas. Interessante observar as perspectivas que vislumbra o redator com a abertura de um hotel na cidade, quando destaca que esse estabelecimento é “capaz de trazer-nos grandes vantagens [...]”. Poderíamos especular, pensando nas ideias tão propaladas e defendidas por João Gumes de “progresso”, “desenvolvimento” e “modernidade”. A instalação de um hotel significa que havia um trânsito de pessoas que recorriam à cidade para terem alguns dos seus interesses satisfeitos; a sua instalação representa também, de alguma forma, a perspectiva de crescimento e progresso para a cidade. O editor relembra, ainda, os vexames a que se submeteria um homem de educação que necessitasse permanecer em Caetité por mais dias, não tendo lugar específico para se hospedar. E, assim, o jornal utilizou-se de muitas estratégias discursivas para dar e trabalhar a informação que, como se vê, está carregada de um potencial educativo, bem como de expectativas positivas que poderão advir com a instalação do hotel na cidade, consequências de um processo civilizatório.

Como instrumento de educação do povo, podem ser enumeradas várias outras notícias, por exemplo, no que se refere à educação feminina. Com a abertura da Escola Normal, em 1898, as famílias tiveram resistência em realizar a matrícula das jovens na escola, fato que levou Gumes a informar, por meio do jornal, as “benesses” a que estariam submetidas essas jovens, frequentando a escola. A recusa em frequentar a escola, para ele, significava a “rejeição ao progresso”. Gumes, nessa direção, comentou, então, os motivos que dificultavam a aceitação da escola por parte das mães:

A principio o retrahimento devido à falta de habito do povo, a idéa de dificuldades puramente imaginarias que surge no cerebro das senhoras pobres, as quaes suppõem indecência e falta de decoro sahir uma menina à rua sem envergar trajos bem acabados e enfeitados, trarão em resultado pequena frequencia; mas depois se convencerão e podemos contar com outro modo de ver e resultados satisfactorios (*A Penna*, 20/08/1897, p.1).

Semelhante aos exemplos citados, vários outros podem ser enumerados que tornam perceptível o papel educativo que o jornal tencionava exercer junto à comunidade regional, com vistas a alterar as suas práticas culturais e a aceitar os novos padrões de civilidade. João Gumes reafirmou acerca do jornal: “*A Penna*, na medida de suas forças, tratará de argumentar de modo a fazer desaparecer esses tolos preconceitos que, unicamente, concorrem para o nosso atrazo” (*A Penna*, 20/08/1897, p.1). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as crenças nas quais se embasava o jornal *A Penna* também perpassavam *The*

Spectator. Conforme destaca Pallares-Burke (1995, p.46), havia “a crença na cultura e na sua disseminação bem como a crença na capacidade didática da imprensa como órgão de racionalidade”.

Deve-se destacar que educação, leitura e escrita são temas que estão sempre presentes nos romances de João Gumes; em alguns, de forma menos intensa, em outros, de maneira mais detalhada e aprofundada. A educação, na perspectiva utilizada pelo autor, não se restringe ao processo de instrução escolar, mas envolve valores, crenças, respeito ao meio em que se vive. As práticas de leitura e escrita também têm espaço nos romances de Gumes. Assim o narrador retrata a intimidade que um dos personagens do romance possui com a cultura escrita:

Pedro não era tão analfabeto como, à primeira vista, parecerá ao leitor; pois soletrava e conseguia decifrar o manuscrito e a letra de imprensa, garatujava a sua correspondência, embora resumidíssima, e fazia os assentamentos das suas contas e negócios. É verdade que a sua caligrafia e ortografia davam tratos à cachimônia de quem as procurasse decifrar, mas o velho lia corretamente o que escrevia. O seu gabinete era uma peça onde se via uma pequenina mesa ordinária arrimada à parede e sobre ela um seixo rolado perfeitamente ovóide, uma intã ou itan, uma caneta ordinária com pena de aço encrustada de resíduos e um pequeno boião de barro com restos de tinta que, em ocasião de usá-la, Pedro diluía com água. Na gaveta estavam guardados a chave a velha cartilha do abade de Salamonde, alguns velhos almanaques de Bristol [...] (*Vida campestre*, 1926, p.2).

A operação discursiva do narrador parece tentar desconstruir a ideia de que toda a população do campo é analfabeta, quando diz: “Pedro não era tão analfabeto como, à primeira vista, parecerá ao leitor”; o argumento apresentado mostra as condições de escrita e leitura de Pedro, cuja correspondência, em garatuja, “embora resumidíssima”, lhe possibilitava resolver seus problemas. O narrador descreve, ainda, os recursos materiais de que Pedro dispõe em seu gabinete. A narrativa permite-nos inferir, ainda, que, apesar de as condições materiais não serem adequadas ou corretas, o sujeito sabia ler e escrever “e fazia os assentamentos das suas contas e negócios”. Possuía, ainda, guardados na gaveta, alguns materiais de leitura, como uma velha cartilha e alguns “almanaques de Bristol”. Como se vê, livretos de ampla circulação popular que não faziam parte da cultura escrita legítima.

Em outro romance, é possível observar a presença da leitura em voz alta, conforme relata:

[...] voltando á habitação, costumava entregar-se á leitura que, ás vezes, quando se tratava de assumpto interessante, fazia em voz alta para ser ouvida por sua mãe que se occupava então de serviços leves que não a impedissem de prestar-lhe attenção. Tomavam parte da reunião á noite, assentadas no pavimento, as outras pessoas da família; a velha Umbelina uma mulata ex-escrava, que servia de cosinheira, sua filha, uma rapariga pubere, e um rapazote de cerca de doze annos, assalariado pela família para desempenhar na casa funcções proprias da sua idade.

N'essa noite João, preocupado, abriu machinalmente um livro e, fitando a página longe de ler, tinha o espirito inteiramente dominado [...] (*O sampauleiro*, 1922, p.184-185).

Tal relato vem somar-se a outros exemplos, mostrando a presença da leitura entre os personagens dos romances de João Gumes. Esse fragmento, por exemplo, refere-se a uma prática desenvolvida por uma família que reside no campo. É possível inferir que a leitura em voz alta era recorrente nessa residência, cumprindo uma função pedagógica, está claro, “quando se tratava de assumpto interessante”, podendo, assim, ser “ouvida por sua mãe [...] e outras pessoas da família [...]” Robert Darnton (1992, p.213), pesquisando a história da leitura, aborda sobre o “onde”, ou seja, espaço em que ela acontece, comenta que esse local é “mais importante do que se poderia pensar, pois a colocação do leitor em seu ambiente pode dar sugestões sobre a natureza de sua experiência”. Desta forma, pode-se perceber que, no fragmento do romance *O sampauleiro*, a leitura em voz alta na família constituía fortes momentos de sociabilidade, já que era extensiva aos empregados, contava com a participação de ex-escravos, agora, trabalhadores assalariados, como o autor faz questão de ressaltar. Segundo o romance, a maior parte desses trabalhadores eram analfabetos, outros tinham conhecimentos “rudimentares” da leitura e escrita. Darnton ressalta, ainda, que, para a “maioria das pessoas através da maior parte da história, os livros tiveram mais ouvintes que leitores. Foram mais ouvidos que lidos” (p.216). Corroborando essa ideia, Galvão (2000) utiliza a expressão “público de auditores” para designar os leitores/ouvintes de cordel nas décadas de 1930 a 1950 em Pernambuco. De acordo com a autora, essa expressão foi utilizada por Antônio Cândido para “designar a elite analfabeta que no Brasil escutava, em saraus e reuniões familiares, a leitura de romances e poemas, o que era muito freqüente até o início deste século” (GALVÃO, 2000, p160). Nessa perspectiva, Roger Chartier afirma que “a leitura em voz alta permite o ingresso dos mal-alfabetizados ou dos analfabetos no mundo da cultura do escrito” (2001, p.86).

Questionamos: Entre os personagens dos romances de João Gumes, qual o nível de participação feminina nas práticas de utilização da leitura e escrita? O que Gumes pensa e publiciza sobre a educação feminina nas décadas finais do século XIX? Considere-se que nesse período a participação da mulher nos espaços sociais ainda era muito restrita, embora lhe fosse dado o direito de frequentar a escola.

Nos romances de Gumes, verifica-se que há um número significativo de mulheres envolvidas com material escrito, usando o livro quer apenas como deleite, quer como instrumento de trabalho, como a professora Mariquinha, no romance *Os analfabetos*, ou ainda a Yayá, do romance *Serafina*, detentora de vasta coleção de livros e por quem os livros eram vistos “como amigos e companheiros leais”¹⁸⁹. Além de considerá-los como relevantes companheiros, a personagem do romance narra, ainda, a relação que mantém com os livros.

Não! não! És que tu não comprehendes, Simão. Os livros falam, ensinam, são amigos fieis que nos consolam e distrahem nas nossas amarguras, que nos levam até aos confins do mundo em viagens deliciosas e instructivas... que sei eu? Se não foram elles, meu velho amigo, eu não teria encontrado forças em minha alma para resistir e vencer as terríveis conjecturas que tenho atravessado. (...) Os livros são os únicos amigos leaes e dedicados que me restam (*Serafina*, s/d, p.16/verso).

Vê-se que, nos romances de João Gumes, a leitura fazia parte do cotidiano dessas mulheres: “Maria uma vez em sua alcova [...], quiz ler, mas não conseguia reter o sentido da leitura, as lettras e as linhas se confundiam e trocavam [...]”¹⁹⁰. Além do domínio da leitura e escrita, também fazia parte da educação feminina o aprendizado da língua francesa, sendo, portanto, mais um dos elementos da educação das meninas, conforme se observa num fragmento do manuscrito *A abolição*:

Comendador – Oh! A menina é preparada! (a Rocha) Olhe, tenente, gastei com essa menina dois contos de réis; mas tive o gosto de possuir uma prenda. A menina sabe até francês!

Rocha –(com cara de lorpa). Até francês!

Comendador – Sim, Senhor. Isso de ler poesias e histórias parece que a Emília não precisa mais olhar: sabe tudo de cor [...] (*A abolição*, 1889, p.18).

¹⁸⁹ *Serafina*, s/d, p.16/verso.

¹⁹⁰ *O sampauleiro*, 1922, p.143.

Acredita-se que a presença da língua francesa não se restringia aos livros, mas também fazia parte da educação das meninas desde as décadas finais do século XIX. Os indícios mostram que a prática da leitura, inclusive em francês ou do francês traduzido, parece ter feito parte do cotidiano da população caetiteense.

De certa forma, pensamos poder considerar que Gumes apresentava para a época um pensamento avançado no sentido de defender maior participação da mulher na sociedade, como, por exemplo, o direito de a mulher ter acesso à educação, ou mesmo, considerá-lo favorável à emancipação feminina. Ele manifestava essas ideias tanto no jornal (conforme visto no capítulo 1), como nos romances. Ele era favorável não só ao acesso da mulher à educação, como também ao exercício da profissão. Principalmente no que se refere ao exercício do magistério, a figura da professora tem lugar de destaque no romance, a exemplo da personagem Mariquinha no romance *Os analphabetos*. No entanto, deve-se ressaltar que o seu pensamento também estava limitado pelos valores impostos pela sociedade da época, como podemos observar em um fragmento de um romance:

A nossa educação em geral encaminha as mulheres para uma dependência e subordinação que as cercam de mil dificuldades e perigos. Somos pela emancipação da mulher, não tal como apregoam e aspiram alguns espíritos inovadores com idéias tendenciosas. Que a mulher seja livre, mas sempre parte integrante do homem, isto é, tenha a sua missão peculiar, de acordo com a sua natureza sensível, recatada, toda dedicação ao lar, aos cuidados internos do *ménage*. À mulher compete a direção econômica do interior, a primeira educação da prole, o sugerir ao seu companheiro as medidas indispensáveis para que nada falte àquilo que se acha sob a sua direção e que é da sua competência e atribuição exclusivas. Do acordo e respeito mútuo entre ambos, ausentes caprichos e surdas vinditas por um lado e tirânicas imposições pelo outro, resultará uma perene tranqüilidade e ventura no lar. Abramos os olhos de nossas filhas diante dos perigos e escabrosidades que as aguardam quando emancipadas do lar; mostremos-lhes quanto é apreciável a virtude e que bons resultados são colhidos de sua prática escrupulosa; demos-lhes exemplos de discrição, harmonia, ordem e boa compostura; façamos-lhes ver que o pudor e a modéstia são os mais preciosos ornatos da mulher, e assim conseguiremos formar boas esposas que, conquistando dia a dia pelo amor o coração daqueles que serão seus companheiros perpétuos, longe de serem escravas, conseguirão predominar sobre eles e influir para a sua regeneração, se porventura trouxerem para a comunhão hábitos que necessitem de correção (*Vida campestre*, 1926, p.8, grifos nossos)¹⁹¹.

¹⁹¹ O romance *Vida campestre* foi datilografado por Maria Belma Gumes Fernandes em 1988, com a atualização da ortografia.

Como se vê, Gumes defendia o direito das mulheres de frequentarem a escola, posicionava-se contra a educação conservadora da época, que regulava e dificultava o livre acesso da mulher em circular nos espaços públicos que levavam à instituição escolar. Mas, em seguida, é bastante enfático em esclarecer que o fato de ser favorável à “emancipação feminina” não é na perspectiva do que ele considera próprio de “espíritos inovadores” e “idéias tendenciosas” que encaminham a liberdade da mulher para a independência em relação ao homem. Deve-se ressaltar que essa emancipação é proposta dentro de certos limites, desde que seja controlável e dirigida. Ele entende que a “mulher seja livre”, mas como parte do homem, de forma que a sua “missão peculiar” deve se restringir à educação da prole. Assim, chama a atenção dos pais no sentido de que uma educação bem orientada trará benefícios para as filhas; no caso, ele refere-se às filhas especificamente em função de a Escola Normal, instalada na cidade em 1897, ser destinada às moças.

3.2 A construção do antagonismo entre alfabetizados e analfabetos por meio dos personagens do romance

No processo de análise de uma produção literária, observa-se que existem alguns tipos de personagens que são construídos para servirem de modelo ideal, enquanto outros são depreciados. Essa construção de determinados papéis que são atribuídos a alguns personagens como forma de valorizá-los e exaltá-los em detrimento de outros personagens não é uma tarefa isenta de contradições; as relações entre esses sujeitos também estão perpassadas pelas relações de poder e interesses. Não se pode perder de vista, desse modo, que essas representações são construções que existiam no imaginário de um grupo e vigoraram numa época específica, o que nos ajuda a compreender os valores e as ideias desse período. De certa forma essa prática pode ser reconhecida no romance *Os analfabetos*. Gumes tomou como referência, na escrita do romance, dois tipos característicos de sujeitos: um é Marcolino, personagem que se apresenta como um “tabaréu mazorrá”; o autor considerava que as opiniões de Marcolino eram tão estreitas quanto o lugar em que ele residia, numa “serra ao pé dos gerais”¹⁹², e assim o descreve:

¹⁹² A expressão “ao pé dos gerais” designa o início da área em que predomina a vegetação de Gerais. De acordo com Capistrano de Abreu (1969, p.253), o termo gerais designa zonas enormes de caatinga uniforme. Quanto à descrição do personagem, é possível, também, relacionar essa proposição com as teorias

Marcolino era um d'esses typos selvagens que a educação de certos dos nossos antigos agricultores, mesmo abastados, de setenta annos para traz, nos legou para nosso atrazo. [...] Esses typos vão tornando-se raros ou rarissimos, à proporção que a população se vae tornando mais densa, que as difficuldades e necessidades crescentes alargaram o commercio, multiplicaram as feiras e levaram os nossos bruaqueiros a descortinarem mais amplos horizontes. Marcolino, entretanto, já dentro da epocha moderna que se abriu com a proclamação da Republica, em geral e, entre nós com a abolição do captiveiro e a fome de 1890 – seu terrível consectario – que deu lugar á emigração; continuava teimoso conservador e, podemos affirmar, mais empedernido no seu misonheimismo (*Os analphabetos*, 1928, p.09).

Assim, o autor explica que a presença de tipos como Marcolino era recorrente, relata quem eram seus antecedentes familiares: o bisavô veio de Portugal para o Brasil nos finais do século XVIII, tornando-se um latifundiário, agricultor prático e analfabeto¹⁹³, transmitiu ao filho e, posteriormente, ao neto os valores e hábitos de uma educação que não permitia que os filhos se envolvessem nas “immoralidades das leituras, que tantos prejuízos e perturbações iam causando na colonia, e, até, que tomasse ogeriza a livros, papel e tinta”¹⁹⁴. O romance ressalta também que os portugueses atribuíam “o saber ler e escrever aos movimentos de revolta que se davam em Minas, que propagava a má semente nesta região sul-bahiana para onde affluíam, corridos das justiças coloniaes muitos espíritos cultos, mesmo famílias importantes, à frente [...]”¹⁹⁵. No entanto, como observa o autor, esses tipos vão se tornando raros, em função das mudanças “comerciais” e do aumento populacional; somem-se a isso as mudanças e transformações pelas quais passava o Brasil no contexto político-econômico nas décadas finais do século XIX, que impuseram novos padrões de comportamentos, formas de pensar que alteraram os ritmos de vida tanto nas cidades, quanto no campo. Mas, Marcolino continuava resistente ao processo de instrução; não acompanhava as transformações que ocorriam no país e em Caetité; entendia que a escrita e

deterministas do século XIX, de acordo com as quais o meio determina a ação dos sujeitos, ou seja, os sujeitos são produtos do meio.

¹⁹³ Segundo Paiva (1987, p.83), no Brasil, até o final do império, o analfabetismo era uma situação usual, constituindo mais uma regra do que uma exceção, como nos mostra o censo de 1872, em que 82,3% da população de cinco anos e mais era analfabeta. Nesse contexto, a autora ressalta que “o não saber ler não afetava o bom senso, a dignidade, o conhecimento, a perspicácia, a inteligência do indivíduo; não o impedia de ganhar dinheiro, ser chefe de família, exercer o pátrio poder, ser tutor”. E ainda enfatiza que, a partir do momento em que a instrução passa a ser “instrumento de identificação da classe dominante”, isso justifica a seleção dos que a ela têm acesso. Assim, o analfabetismo começa a ser associado à “incompetência”, “doença”.

¹⁹⁴ *Os analphabetos*, 1928, p.11.

¹⁹⁵ *Os analphabetos*, 1928, p.10.

a leitura eram “invenções de desocupados”; como dizia, “com leituras não se põe fogo á panella”¹⁹⁶.

Interessante atentar para a construção discursiva que o autor faz do personagem Marcolino: se, por um lado, Gumes o aponta, como vimos anteriormente, como um “tipo selvagem”, “conservador”, “resistente a mudanças”, por outro lado, Marcolino é retratado como “laborioso, trabalhador, que trabalhava incansavelmente, até nos domingos, [...] e em suas terras produzia de um tudo [...]”¹⁹⁷. O autor mostra, ainda, os extremos da personalidade de “nosso heróe”: um homem “irascível e perigoso quando se não o soubesse conduzir, mas que também era homem dos extremos de boa fé, susceptível de ser levado por meios brandos a uma confiança ilimitada [...]”¹⁹⁸. Relata o ódio que incutiram em Marcolino contra a leitura e a escrita, o que o levou a ter horror ao papel escrito. Isso o impedia de ver as vantagens que “resultam de saber-se ler, mesmo para o conhecimento dos reaes perigos que nos podem advir d’essa arma poderosissima quando usada por mal intencionados e que só pode ser combatida com ella propria”¹⁹⁹. O autor atribui à escrita uma espécie de superpoder, como se ela por si só fosse capaz de determinar a ação dos sujeitos.

A descrição depreciativa dos sujeitos considerados analfabetos instiga-nos a questionar: Quais são as práticas que esses sujeitos utilizam na educação de seus filhos? Em que preceitos Marcolino se pauta para educar sua prole?

Quanto á prole, Marcolino seguia os ensinios e exemplos de seu pae que, em sua infância ministrou-lh’os a trouco de brutaes reprimendas, impiedosos castigos phisicos e admoestações em grosseiro e indecente calão ultrajante e destemperado. Uma severa e rigorosa fiscalisação de todos os actos das crianças, e trabalho constante e ininterrupto para que a sua idéa não se desviasse para o máo caminho, taes eram os princípios basilares sobre que repousava o preparo do espírito dos homens e mulheres futuros, a quem era vedado aprender a ler, um luxo dispensável e até pernicioso porque “o papel ensina muitas cousas más” (*Os analphabetos*, 1928, p.21).

De acordo com o romance, esses sujeitos considerados analfabetos pautavam a educação dos filhos pelo lema do “pão e pau”²⁰⁰; essa era a orientação dada pelos “velhos educadores”;

¹⁹⁶ *Os analphabetos*, 1928, p.11.

¹⁹⁷ *Os analphabetos*, 1928, p.11.

¹⁹⁸ *Os analphabetos*, 1928, p.11.

¹⁹⁹ *Os analphabetos*, 1928, p.74.

²⁰⁰ *Os analphabetos*, 1928, p.21.

para o autor, o uso dessas práticas explica o número elevado de analfabetos, contribuindo em muito para “tornarem maus muitos indivíduos que, educados brandamente, seriam homens delicados, compassivos e tratáveis”²⁰¹.

Como contraponto, o romance descreve outro sujeito, apresentando-o como “herói”, “amiguinho”, “espírito de escol”, “espírito de eleição”, denominações que o narrador utiliza para designar o menino Zezinho, um jovem de 14 anos de idade, filho de Marcolino. O menino foi educado pelo pai segundo os mesmos princípios da educação do seu avô. Vivia no campo com a mãe, o pai e mais três irmãos menores e tinham pouco contato com o meio urbano. A narrativa textual apresenta Zezinho como um jovem esperto que manifesta desde cedo o interesse e a vontade de aprender a ler e escrever. No entanto, em função das práticas educativas utilizadas pelo pai, proibindo severamente qualquer contato com a cultura escrita, Zezinho não pôde aprender a ler e escrever até aquela idade, mas conservou “latente” tal desejo.

Como apresentava bom desempenho na lida com a lavoura, o pai começou a levá-lo à feira em Caetité. Durante as idas à feira, Zezinho demonstra ter facilidade para a atividade de vender as sobras da lavoura e criação e comprar os produtos de que necessitavam para o consumo em casa, obtendo melhores resultados do que seu pai. Era camarada e gentil no trato com as pessoas, enquanto o pai mantinha certa aversão ao contato com a cidade; as idas à feira aconteciam somente em casos de necessidade. Numa dessas idas à feira, Zezinho conhece um menino da sua idade com quem estabelece amizade, e que lhe oferta um pequeno livro, que passa a ser o seu “tesouro”; guarda-o com discrição, evitando ser descoberto com tal objeto. E assim, Zezinho manuseava o livro e acalentava o desejo de um dia poder decifrar os enigmas que envolviam os traçados das letras. Inteligente como era, observava, sozinho, as regularidades e notava que se repetiam algumas semelhanças no texto escrito e traçava os caracteres na areia.

A construção narrativa do autor sobre o livro que Zezinho mantém em seu poder confere ao suporte do escrito certa “aura de sagrado”, descreve-o como o objeto mais precioso e valioso: “venceu a idéia da conservação do seu thesouro, que elle achou meio de occultar provisoriamente até que lhe fosse possível estabelecer commoda e definitivamente a sua rudimentar escrivaninha em lugar reservado, no recesso do carrasco”²⁰². Interessante atentar

²⁰¹ *Os analphabetos*, 1928, p.129.

²⁰² *Os analphabetos*, 1928, p.15.

para o fato de que Zezinho não mantinha contato constante e intenso com formas de socialização do material escrito, mas no romance ele identifica as condições materiais necessárias para a realização do processo de escrita, como a presença da “escrivantina”, que lhe permitia ficar reservado, portanto manter os cuidados necessários à conservação do livro, preservando-o longe do conhecimento do pai, que não aceita a presença de material escrito em casa.

Tendo em sua posse o livro, Zezinho entendia que necessitava escrever. Mas como fazê-lo, se não dispunha de recursos tecnológicos que lhe possibilitassem tal façanha? Se não tinha o domínio do traçado dos signos para a sua compreensão? De acordo com o texto, Zezinho é apresentado como um menino irrequieto e inteligente que busca estratégias para atingir seus objetivos. E assim, o texto descreve os passos que o menino utiliza na obtenção do material de escrita:

Não dispondo de penna, lápis, papel ou outro qualquer instrumento tão geralmente usado por quem escreve, tão ardente era o seu desejo de traçar aquelles signaes que via e estudava no livro, que a principio riscava-os no chão em lugares onde a argila, recosida pelo sol, offerecia-lhe um plano uniforme. Depois, com um pedacito de carvão, traçava em negro os caracteres em cascas lisas de paus, no líber do embirussú, nas folhas largas e uniformes de uma certa bromeliácea parasita que se encontra em profusão nos taboleiros.

Uma feita, quando Zezinho cortava um fructo ou madeira com o seu caxerengue, notou que a polpa se tornava negra. É certo que em outras occasiões, como se lembrava nesta, vira isso, mas nenhuma importancia ligou á combinação de ferro com o acido tanico. Agora, porem, que uma idéa fixa lhe preocupava o espirito, tomou interesse pelo phenomeno. O essencial para Zezinho era a tinta preta, por estar convencido de que os caracteres deviam ter de preferencia essa cor. Quanto á penna, nome que ouviu pronunciarem em relação á escripta sem nunca ter visto o instrumento de aço que modernamente é tão usado, sabia elle que era o orgão que reveste as aves (*Os analfabetos*, 1928, p.14).

Nota-se que as construções discursivas sobre Zezinho são as de um menino sagaz e persistente que, de certa forma, traz inato um desejo de aprender a ler e escrever, como se vê no texto: “que lhe despertou n’ alma uma tendencia innata que n’ elle se achava latente”²⁰³. E assim continua a descrição sobre Zezinho:

²⁰³ *Os analfabetos*, 1928, p.13.

Vemos n'esta nossa desprezenciosa narração um espirito de eleição como o de Zezinho, que já traz innato o desejo de conhecer o alphabeto, que é a porta por onde nos encarreamos no dominio do saber mas, alem de que nascem as mais das vezes em meios onde medra completa ignorancia, n'elle encontram a opposição d'aquelles que por elles são responsaveis, e nem todos esses aspirantes congenitos ao saber terão a coragem e deliberação do nosso heróe (*Os analphabetos*, 1928, p.75).

Nota-se que a operação discursiva, de certo modo, considera Zezinho uma exceção no meio em que vive; pressupõe-se que nem todos os moradores da área rural apresentavam condições para o aprendizado da leitura e escrita. Interessante atentar para as relações que Zezinho estabelece entre os recursos disponíveis para conseguir o material necessário à escrita. Dentro das condições apresentadas pela sua realidade, recorre à utilização dos recursos da natureza. E assim, o romance descreve as insistentes tentativas, entre erros e acertos do menino para produzir os materiais de escrita, como se pode observar no trecho abaixo:

[...] por fim considerou que o ferro era pouco e o seu instrumento, alem disso, ficaria inutilizado; mas onde encontrar ferro? Depois de muito matutar, lembrou-se da pedra de ferro, como vulgarmente denominam o minerio desse metal e que, pelo alto da serra há em abundancia; pôde obter algumas esquírolas roladas, triturou-as, fez a mistura e... lançaria aos quatro ventos a celebre exclamação de Archimedes, si conhecesse o engenhoso syracusano e não temesse uma tremenda pisa applicada por Marcolino com todas as regras de pragmatica do seu uso.

A penna mais á mão era a da galinha, mas não sortiu bom resultado por ser pequena, maleável e difficilmente podia ser segura pela mão. Pensou com criterio que a penna devia ser maior e mais resistente e lembrou-se da penna do Perú, que facilmente obteve. Usando-a sem aparal-a, entristeceu-se porque a tinta escorria toda e borrava os traços [...] apesar de sahirem grosseiros e mal esboçados porque o novel escrevinhador fazia todos os traços de cima para baixo não sabendo de onde devia começar o desenho da letra. Zezinho traçava as letras sem ter conhecimento do modo de pegar na penna. Os retalhos de papel que elle tinha obtido exgottaram-se nessas experiencias (*Os analphabetos*, 1928, p.15).

Diante da engenhosidade de Zezinho, percebe-se que ele é criterioso em seguir as etapas determinadas na consecução do seu objetivo. Inicialmente, observa o fenômeno da existência do ferro na natureza, as reações que decorrem do uso desse metal, e, conseqüentemente, testa e, a partir da verificação, extrai um princípio. Esse processo nos remete a pensar no senso de Zezinho como um pesquisador. Será o menino um cientista nato?

Pode-se verificar que Gumes envolve, no enredo dos seus romances, práticas ou princípios que se relacionam com o método científico, que estava no auge da sua estruturação no século XIX, visto que se torna lugar-comum o narrador relatar que esteve presente e dizer “a partir do que viu”, reforçando a ideia da “comprovação do fato”, ou seja, uma forma de afirmar os “efeitos de verdade” do relato.

Deve-se ressaltar que a construção do sujeito alfabetizado, no romance *Os analphabetos*, se insere num conjunto de representações que circulavam em nível nacional criadas para valorizar essas pessoas alfabetizadas, conforme descreve:

[...] Que o conhecimento do alphabeto abrir-lhe-a os olhos, porque o alphabeto, como diz um sábio e popular escriptor, contem nos seus caracteres mais luz do que as estrellas.

Alphabetizado, o homem tem conhecimento da Patria e das suas necessidades; conhece pelas leituras os processos de hygiene physica e moral e, receioso de perder-se, premune-se contra os males possiveis que nos assediam promptos a assaltar-nos logo que um descuido, por mais insignificante que seja, abra-lhes a porta. Logo, disse, a hygiene do corpo como a do espírito depende em primeiro lugar do conhecimento dos perigos que corremos e dos meios de evital-os ou combatel-os (*Os analphabetos*, 1928, p.70).

Segundo o narrador do romance, o conhecimento das letras possibilita ao homem abrir-lhe os olhos já que “o alphabeto, como diz um sabio e popular escriptor, contem nos seus caracteres mais luz do que as estrellas”²⁰⁴. Vê-se, daí, que os conceitos de analfabeto e alfabetizado são tratados de formas antagônicas e divergentes: o primeiro é responsável pelo “atraso”; o segundo, pelo “progresso”. Tal tratamento traz implícita a ideia de que continuar analfabeto é uma opção dos próprios sujeitos, eliminando-se, dessa forma, qualquer reflexão a respeito do contexto e das condições políticas, econômicas, sociais e culturais em que esses sujeitos estão inseridos.

Diante desses dados, é possível inferir, de forma provisória, que João Gumes, como um homem de seu tempo, esteve envolvido nos dilemas e conflitos que marcaram a História da Educação no Brasil em fins do século XIX e início do XX, num contexto em que se objetivava “erradicar o mal do analfabetismo” e educar o povo para que o país se

²⁰⁴ Pode-se pensar que nessa frase o emprego da palavra “luz” reporta aos ideais iluministas do século XVIII, em que os materiais escritos eram “eficientes difusores de luz”, “propagadores de ideias” (PALLARES-BURKE, 1998, p.147).

desenvolvesse rumo à “civilização” e ao “progresso”. Sobre os usos da leitura e da escrita de Gumes, possibilitados pela sua participação na cultura escrita e nas práticas letradas, pode-se inferir que atenderam aos propósitos da educação, tal como era pensada, naquele momento histórico. Na qualidade de “homem de imprensa” e dado o seu perfil na atividade de redator no Sertão da Bahia, isso lhe possibilitava ocupar uma posição de legitimidade, bem como atribuir às suas práticas discursivas um “poder de verdade”. O próprio Gumes, portanto, assume, para si, a “missão” de contribuir para a difusão da leitura e da escrita na região.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Este estudo buscou analisar as instâncias formativas, modos e condições de participação de João Gumes nas culturas do escrito, considerando que esse sujeito nasceu em meados do século XIX, numa cidade do interior da Bahia, e morreu em 1930. Proveniente de uma família de classe popular, sem grandes recursos financeiros, possuía traços semelhantes aos de muitos outros sujeitos de sua geração. Mas como esse sujeito conseguiu construir uma intensa e ativa participação nas culturas do escrito?

Para responder às questões propostas, utilizamos uma variedade de documentos, como cartas, contratos, livros de registro que se encontram no acervo da família Gumes no APMC, assim como documentos do poder legislativo municipal, edições do jornal *A Penna*, além de vários outros documentos.

O estudo permitiu identificar que várias instâncias foram importantes no processo de participação de João Gumes nas culturas do escrito. Entre elas podemos destacar a relevância da instância familiar na trajetória desse sujeito, considerando o fato de ter tido parentes mestres-escolas, principalmente os pais e o tio; conta também o fato de viver num ambiente relativamente letrado em que os pais liam francês e possivelmente tinham a escrita como uma das suas atividades cotidianas. No entanto, apesar da importância que possui a instância familiar, ficou explícito que ela não foi a única a colaborar no seu processo de formação. A instância escolar também contribuiu com a formação e socialização de Gumes, que, tendo cursado o nível de ensino elementar ou equivalente que existia na cidade, conseguiu aprender noções de francês que lhe permitiam ler esse idioma, assim como algumas noções de latim. Outra instância, já na vida adulta, que também funcionou como socializadora e formadora foi o trabalho. Entre as variadas funções que desempenhou, destaca-se a atividade de mestre-escola, em que atuou durante oito anos na zona rural; nesse período ele se dedicou exclusivamente às atividades voltadas para a leitura e escrita, época em que exerceu também a função de tradutor, ao verter a obra *Le Brésil*, de Ferdinand Denis, em 1887, para o português.

Na qualidade de funcionário público, Gumes desenvolveu também as atividades de secretário da intendência, tendo sido responsável pela redação dos documentos oficiais, atividade que exigia conhecimento e domínio das normas cultas da língua escrita. E, no campo da imprensa, as funções de tipógrafo permitiram a Gumes criar e fazer circular o jornal *A Penna*, executando em parte o seu desejo de colaborar para diminuir o

analfabetismo, na medida em que disponibilizava material escrito para o acesso da população, além de contribuir para divulgar, por meio do seu periódico, as ideias de modernidade e progresso presentes na publicação de textos variados.

As redes de sociabilidades, as experiências urbanas, o contato com os viajantes e os espaços públicos que existiam na cidade, no final do século XIX e início do XX, como a Escola Normal, Grêmio Literário, bibliotecas, teatro, enfim, todas essas redes de relações favoreceram para aproximar e ampliar o contato de João Gumes com a cultura escrita. Como ele mesmo diz, a sua convivência se restringiu à região próxima; não frequentou outras urbes, nunca esteve na capital do estado da Bahia. Entretanto, pode-se perceber que ele não se prendeu às limitações do local; desenvolveu estratégias que visavam a criar as condições para que, mesmo sem se ausentar da cidade, pudesse ter acesso às informações e ao conhecimento. Nesse sentido, envidou-se na busca de implementar, na cidade, grupos que viabilizassem o desenvolvimento de atividades culturais. Vale observar que, como foi referido, havia uma elite cultural preocupada com a criação, em Caetité, de espaços de sociabilidade, diversão, educação e circulação do conhecimento, a exemplo da criação do teatro e outros espaços culturais na cidade.

As práticas religiosas também funcionaram como mais uma das instâncias formativas e socializadoras, colaboraram de forma significativa com a participação e ampliação do campo de atuação de João Gumes nas culturas do escrito, quer seja nas leituras sobre a doutrina, quer na sua produção escrita, já que o espiritismo kardecista, do qual era adepto, tem no estudo um dos pressupostos básicos que orientam a sua prática.

O processo de participação de João Gumes nas culturas do escrito foi marcado por certo dinamismo, considerando que ele buscou criar as condições que fossem favoráveis às práticas voltadas à implementação e valorização de uma cultura escrita na região. Portanto, consideramos que Gumes foi, ao mesmo tempo, “criador e criatura desse processo”, ou seja, esses espaços funcionavam na sua vida como instâncias formativas, ao mesmo tempo em que Gumes contribuía para instituí-los. Assim, ele influenciou essas instâncias e por elas foi influenciado. Pode-se afirmar que João Gumes não se restringiu apenas ao capital cultural herdado da família, ele buscou ampliá-lo por outros campos do conhecimento, bem como disponibilizá-lo ao acesso do público em geral.

Quanto aos modos e condições de participação de João Gumes na cultura escrita, vimos que, na sua formação como leitor, ele utilizou diferentes espaços de leitura. Inicialmente, as leituras foram realizadas na sua casa e depois na escola, caracterizavam-se por serem de cunho religioso e moralizante. Concluímos que elas despertaram nele o gosto e o prazer por tal atividade, seguida das leituras realizadas na sua biblioteca particular, como em outras bibliotecas particulares da cidade. Verificou-se, também, que as leituras realizadas por Gumes eram de vários tipos, pertencendo a diferentes campos do conhecimento, como: leituras didáticas, da área de saúde, jurídicas, da história do Brasil e universal, dos cronistas e viajantes, literatura nacional e estrangeira. As leituras interessadas pareciam predominar em sua trajetória como leitor. Conforme visto, a leitura em francês era bastante disseminada na cidade de Caetité, tendo sido esse um dos idiomas de maior afinidade de Gumes, que lhe proporcionou traduzir o livro *Le Brésil*, de Ferdinand Denis. Nesse sentido, entende-se que as leituras desenvolvidas por João Gumes eram múltiplas e variadas, motivadas, sobretudo, por um senso pragmático e utilitário, tendo em vista que lia para se informar, para desempenhar suas funções, bem como para adquirir os suportes necessários à produção dos seus materiais escritos.

Embora a biblioteca do Centro Espírita não tenha sido o foco central deste estudo, não se pode negar a relevância das relações que João Gumes estabeleceu nesse espaço com as leituras espíritas; como já afirmamos, esse tipo de literatura repercutiu nas suas escritas posteriores. Assim, as leituras realizadas na biblioteca do centro espírita foram significativas na trajetória de Gumes, porque ampliaram os seus conhecimentos sobre temas variados, principalmente os espíritas.

Quanto ao tipo de escritor que ele se tornou, vimos que as leituras feitas por João Gumes, ao longo da sua vida, deixaram diversas marcas em sua escrita, fáceis de ser identificadas, pelas referências feitas a autores, obras, personagens específicos e pelas citações. Vimos, também, que Gumes, no processo da escrita, se apropria das leituras realizadas durante a sua vida e as reelabora num outro espaço e tempo, ressignificando-as e atribuindo a elas novos valores. Como escritor, Gumes produziu vários gêneros de escrita, destacando-se os textos jornalísticos, entre os quais as crônicas, que abordavam assuntos diversificados tanto de ordem local, como regional, nacional ou internacional, documentos oficiais, como atas, transcrição de Código de Posturas do município, entre outros. Como textos ficcionais destacam-se os romances e dramas com ênfase nos problemas sociais. Um dos primeiros

temas retratados por Gumes no romance foi a questão abolicionista, prevalecendo no geral as temáticas de cunho regionalista, pois estava comprometido com a ideia de divulgar e tornar conhecida a região, mostrando as belezas dos aspectos naturais, bem como as características da sua população. Deve-se destacar que os seus escritos serviam também como denúncia das insatisfações e das formas variadas de exploração a que estava submetida a população rural.

Na produção escrita de João Gumes, alguns aspectos tornaram-se marcantes, como: a valorização da cultura local, a presença de termos não portugueses, a exemplo de expressões em latim, assim como expressões das línguas francesa, inglesa, italiana e alemã. Acreditamos que essas especificidades da sua obra funcionaram como uma estratégia que possivelmente servia como forma de distinção em relação aos demais escritores do período. Colaboram também para demonstrar que Gumes possuía certa erudição. Talvez essa necessidade de evidenciar tamanho domínio da cultura escrita legítima fosse uma forma de ele se afirmar e se distinguir no campo literário, tendo em vista o fato de não possuir a legitimação acadêmica. Nesse sentido, ele se esforça em ser igual aos demais escritores que tiveram formação institucional, mas ao mesmo tempo busca se diferenciar, distinguindo-se dos escritores sem formação acadêmica quando demonstra ter conhecimento de outros idiomas.

A produção escrita de Gumes, de certa forma foi orientada pelos princípios da Doutrina Espírita, teve uma relevante dimensão educativa que visava a “civilizar”, “instruir” e “educar” o povo com vistas a atingir o progresso pessoal e social.

Quanto à produção e difusão das ideias apresentadas por João Gumes nas suas obras, foram priorizados temas voltados para educação, leitura e escrita. Verificamos que a defesa da escolarização assumiu nas suas proposições lugar de destaque, com a crença no ideal de que as transformações da sociedade aconteceriam com a expansão do processo de escolarização para a população. Esse era o ideário do “entusiasmo e do otimismo pedagógico” que permeava as discussões no Brasil no período e que influenciou as ideias de Gumes. Nesse sentido, ele escreveu o romance *Os analphabetos*, na década de 1920, e denominou-o, como já nos referimos, “uma campanha em favor da educação”. Vê-se que essas ideias eram recorrentes no contexto da época, quando o pensamento vigente considerava a educação escolar como a única via responsável pela transformação do país.

Assim, João Gumes, como um homem de letras, viveu as tensões e dilemas que marcaram o seu tempo; ele se envolveu nas questões da sua época e por elas foi influenciado, movido principalmente pelas proposições do ideário iluminista, defendendo a proposta de que uma das condições viáveis para o país ser considerado civilizado era expandir a escolarização para a população. Nesse sentido, os romances e o jornal *A Penna* tornaram-se arautos da campanha em prol da alfabetização no país. No final do século XIX e início do século XX, a cultura francesa teve grande repercussão no Brasil, chegando a instituir uma fase que ficou conhecida como a *Belle époque*; essa influência repercutiu sobremaneira também na escrita dos textos de Gumes.

Pode-se verificar que as produções discursivas de João Gumes sobre a educação e o analfabetismo estavam revestidas de certa legitimidade, já que se pautavam por referenciais que atendiam aos pressupostos do que poderia ser considerado legítimo. O jornal *A Penna* foi produzido por um homem de letras, que era respeitado pela população; o jornal era bem aceito pelo povo, tendo em vista o tempo que durou a sua circulação; entende-se, então, que o impresso possuía o reconhecimento e a legitimidade junto à população.

João Gumes tinha convicção do poder que possuía a sua produção escritural, tanto que se verificou como essa dimensão esteve presente nas suas produções discursivas. Nessa perspectiva, consideramos a literatura produzida por João Gumes como revestida de certa função “missionária”, uma vez que esteve comprometida com a dimensão “civilizatória”, que buscava imprimir na população novos padrões de comportamento e educação, tendo como base contribuir para a difusão da leitura e da escrita na região.

João Gumes pode ser considerado uma figura relevante no processo de construção de uma história da cultura escrita na região do Alto Sertão baiano. Na condição de homem de letras, foi responsável pela instituição da imprensa na região, e suas práticas foram influenciadas pelos valores ideológicos que motivaram as ações e comportamentos dos homens de letras; foram ações marcadas pelas especificidades do espaço e tempo em que estiveram inseridas. Isso contribuiu de forma significativa para a disseminação de ideias, valores educativos; de certo modo, Gumes toma para si o papel de educador quando publica e comenta, no jornal ou mesmo nos romances, notícias de cunho moralizante, que buscam incutir práticas, modos e formas de conduta que, segundo ele, estavam de acordo com as ideias de progresso e modernidade que deveriam vigorar no país.

Ao finalizar o estudo, reconhecemos que existiram algumas limitações que dificultaram e impossibilitaram aprofundar as pesquisas sobre alguns aspectos, como, por exemplo, a falta de fontes mais sistematizadas sobre a família que nos permitissem traçar um perfil detalhado das gerações que antecederam a João Gumes. Quanto à escola, sentimos falta de dados mais substanciais sobre a existência de outras escolas de primeiras letras na cidade de Caetité. Deve-se ressaltar que isso não significa afirmar que essas fontes não existam, certamente encontram-se dispersas em outros arquivos públicos ou por arquivos particulares. Outra dificuldade encontrada na realização da pesquisa foi o acesso a arquivos pertencentes a instituições, como, por exemplo, o da Igreja Católica, principalmente devido à falta de livros de registros do período que interessava ao nosso estudo.

Neste estudo, analisamos a trajetória de João Gumes nas culturas do escrito, enfatizando os modos de participação que esse sujeito construiu a partir das práticas e dos usos da cultura escrita que ele estabeleceu na cidade. Mas, além dessas práticas da cultura escrita as quais Gumes instituiu e a elas esteve vinculado, teriam existido na cidade de Caetité, no final do século XIX e início do século XX, outras práticas das culturas do escrito ligadas a outros grupos sociais? Poderíamos, ainda, questionar sobre a existência na região de uma cultura escrita escolar, visto que em Caetité havia escolas de primeiras letras desde a primeira metade do século XIX. Como estavam organizadas? Como funcionavam? Estas são algumas das questões que não foram respondidas neste trabalho, podendo despertar interesses para futuras pesquisas nesta área de estudo.

FONTES

DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ

- Abecedário dos assinantes do jornal *A Penna* 1924-1927.
- Atas de Sessões da Câmara Municipal de Caetité (1847-1849), (1881).
- Biografia de João Gumes, escrita pelo filho Sadi Gumes (1970).
- Contrato da constituição da sociedade da tipografia de *A Penna* formada por Gumes & Filhos (1921)
- Correspondências da Família Gumes.
- Correspondências da Família de Deocleciano Pires Teixeira.
- Livro da Escola Particular de Primeiras Letras de João Antônio dos Santos Gumes (1853-1866).
- GUMES, João. *Pelo Sertão: narrativas de costumes rurais do sertão baiano*. 1927. Transcrição.
- GUMES, João. *Os analphabetos*. Bahia: Escola Typographica Salesiana, 1928
- GUMES, João. *O caso Gumes*. Caetité: Typographia d' *A Penna*, 1923. 30 p.
- GUMES, João. *O sampauleiro*. Caetité: Typografia d' *A Penna*, vol. I, 1922.
- GUMES, João. *O sampauleiro*. Caetité: Typografia d' *A Penna*, vol. II, 1932.
- GUMES, João. *Serafina*. s/d (manuscrito).
- GUMES, João. *Vida Campestre. narrativa dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia*, 1926.
- Jornal *A Penna*. Edições microfilmadas. Período de 1897-1912, 1927, 1930.
- Jornal Espírita *Lux* Edições microfilmadas de 01/07/1914, n.1; 28/05/1922, n.44; 03/10/1926, n.1; 25/01/1930, n.73.
- Manuscrito do livro *Le Brésil* de Ferdinand Denis, traduzido por João Gumes em 1878.

DOCUMENTO DA CATEDRAL EM CAETITÉ

- Livro de Batismo: *Freguesia de Senhora Sant'ana de Caetité*. Batizados, 1856-1868. Vigário: Policarpo de Brito Gondim.

DOCUMENTOS DO CENTRO ESPÍRITA ARISTIDES SPÍNOLA

- Livro de Atas do Centro Espírita Aristides de Souza Spínola (1905-1906).
- Livros do Centro Espírita Aristides Spínola.

DOCUMENTOS PARTICULARES

- Árvore genealógica da família Gumes.
- GUMES, João. *Uma insurreição de negros: um pequeno esboço da escravidão no Brazil* – 1874.
- GUMES, João. *Abolição*, 1889. Manuscrito
- SILVA, Pedro Celestino da. *Notícias Históricas e Geographicas do Município de Caetité. Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*. Salvador: Secção Graphica da Escola de A. Artífices da Bahia, n.58. 1932.

LIVROS QUE PERTENCERAM A JOÃO GUMES

- ALENCAR, José Martiniano de. *Propriedade*. Rio de Janeiro: Garnier, 1883.
- ARAÚJO, José Tito Nabuco de. *Manual pratico do advogado (acções cíveis)*. Rio de Janeiro: Livraria A. A. da Cruz Coutinho, 1873.
- MENDONÇA, Lúcio de. *Paginas juridicas: estudos, pareceres e decisões*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.
- TELLE, José Homem Corrêa. *Doutrina das accões*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de leitura do Brasil (ALB); Fapesp, 2003.

_____. Os leitores, 2002. www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 5.ed. Guanabara, RJ: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguet, 1969.

AGULHON, Maurice. As sociedades de pensamento. In: VOVELLE, Michel. *França Revolucionária (1789-1799)*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

ANDRADE, Hernâni Guimarães. William Crookes. *Revista de Espiritismo*, n.35, julh-agost-set/1997. Disponível em: www.espirito.org.br

ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó* vol.4, São Paulo: Egéria, 1979.

BACELAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*, 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Martim Claret, 2002.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Papéis velhos, manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura manuscrita. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

BATISTA. Antônio Augusto Gomes. Um trãnsfuga: memória familiar, escrita e autodidatismo. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* (Orgs.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (orgs.). Oralidade e escrita: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*, v.36, n.128, p.403-432, maio/ago. 2006.

BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

BIGHETO, Alessandro César. *Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na primeira República*. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2006.

BORDO, Antonio. *Dizionario Porthoguese-italiano*. Rio de Janeiro: Typoghafia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1854.

BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*, v. 2: sociedades e instituições (1889-1930), 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução: Sérgio Miceli *et al.* 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.73-79.

BOURDIEU, Pierre. *Algumas propriedades dos campos*. Questões de Sociologia. Marco Zero: Ro de Janeiro, 1983.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929- 1989*. 3.ed.Tradução: Nilo Odália, São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p.07-37.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CAVALO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo Ocidental*. Ática, São Paulo, 1998.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução: Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COLOMBO, Dora Alice (Dora INCONTRI). *Pedagogia Espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2001.

COUTINHO, Afrânio & COUTINHO, Eduardo de Faria. *A literatura no Brasil*, 7. ed., revista e atual, São Paulo: Global, 2004.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história novas perspectivas*. UNESP, 2.ed. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Tradução Luís Carlos Borges, São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

DEL PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

EL FAR, Alessandra. Livros para todos os bolsos e gostos. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

ESTRELA, Ely Souza. *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Educ, 2003.

FERNANDES, Pádua. Eu acuso! O processo do Capitão Dreyfus, de Émile Zola, Rui Barbosa e Ricardo Lísias (org. e tradução). *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 7, n. 1, 211-214, jan./jun. 2008.

FERREIRA, Tania Maria T. B. da Cruz. Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*, 2 reimpressão, Campinas: Mercado das Letras, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (revista e aumentada), 1986.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREIRE, Ana Maria. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo a ideologia nacionalista, ou de como deixam sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolonias e Gracias até os Severinos, 1534-1930*. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1993.

FURTADO, Júnia Ferreira. Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da cultura escrita: tendências e possibilidades. In: MARINHO, Marildes (org.). 2009. (No prelo).

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: 28a. REUNIÃO ANUAL DA ANPEd – 40 ANOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2005, Caxambu. *Anais da 28a. Reunião Anual da ANPEd*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2005. p.1-15.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *et al.* (orgs.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____; SILVA, Sandra Batista A. *Processos de participação na cultura escrita: Estudo de um percurso individual ao longo do século XX*. Texto digitado, 2008, p.1-16.

_____; OLIVEIRA, Poliana Janaína Prates. Objetos e práticas de leitura de um “novo letrado”: estudo de um percurso individual no século XX. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *et al.* (orgs.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Ler, escrever e aprender gramática para a vida prática: uma história do letramento escolar no século XIX. *Língua Escrita*, Belo Horizonte, n.1, p.03-15, jan./abr. 2007. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/ceale>. Acessado em: 23/05/2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. O ensino da leitura, escrita e gramática na instrução primária em Pernambuco (1827-1889). In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Natal, Brasil, 2002.

_____. Problematizando fontes em História da Educação. In: *Revista Educação & Realidade*, UFRGS, Porto Alegre – RS. Jul/Dez, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane M. Teixeira *et al.*, (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*, 3.Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOODWIN JÚNIOR, James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição*. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). 352 f. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas, Departamento de História, 2007.

GUIMARÃES, Maria Regina. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *Revista de História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.501-514, maio-ago. 2005.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua história*. 2.ed. revista e ampliada, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (orgs.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995. p.17-34.

HÉBRARD, Jean. Alfabetização e acesso às práticas da cultura escrita de uma família do Sul da França entre os séculos XVIII e XIX: um estudo de caso. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* (Orgs.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 15. ed., 1982.

INCONTRI, Dora. *A educação segundo o espiritismo*. São Paulo: Comenius, 2001.

IVO, Isnara Pereira. *Babilônia confusa: sertões em conflito e interligados ao mundo atlântico*. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE AMÉRICA COLONIAL. *Anais eletrônico*, Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. 1 CD-ROM

JINZENJI, Mônica Yumi; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História do Brasil para o "belo sexo": Apropriações do olhar estrangeiro para leitoras do século XIX*. 2010. (No prelo).

KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*. Tradução de Guillon Ribeiro. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 1997.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

KURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Intellectus* Revista Eletrônica ISSN 1676-7640 Ano II . n.1, www.intellectus.uerj.br/

LAHIRE, Bernad. *Homem plural: os determinantes da ação*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*, 3.ed. São Paulo: Ática, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3.ed., rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. *Memória e história*. Tradução: Bernardo Leitão *et al.* 5.ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Burke, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1992.

LIMEIRA, Aline de Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Ensino particular e controle estatal: Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte Imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.48-64, dez.2008.

LOBÃO GUMES, Marieta. *Caetité e o "Clã" dos Nevês*. Salvador: Editora mensageiro da Fé, 1975.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (O que você precisa saber sobre).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Personagens em busca de um autor. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *et al.* (orgs.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Marcos Antônio, MARTINS, Marcos Lobato. *A peste das almas: histórias de fanatismo*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado imperial. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MELO, Juliana Ferreira de. *Modos e condições de participação nas culturas do escrito: Pedro Nava e a formação na família (1903-1913)*. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (orgs). *História da Educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: E.P.U., 1974.

NASCIMENTO, Washington Santos. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). *Revista Afro-Ásia*, n.35, p.143-162. 2007.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; TIBALLI, Elianda Figueiredo (orgs). *A educação e seus sujeitos na História*. Belo Horizonte: AGVMENTVM, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDFBA/Feira de Santana; UEFS, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta... [et. al.] (orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

NEVES, Flávio. *Rescaldo de Saudades*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Medicina, 1986.

NOGUEIRA, Maria Alice. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. *Revista Brasileira de Educação*, n.26, p.133-144, mai./jun./jul./ago. 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP, n.10, 1993, p.07-28.

Nova Enciclopédia Barsa. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, volume 10, 1999.

OLIVEIRA, Jeremias Macário de. *A Imprensa e o Coronelismo no Sertão do Sudoeste*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. *Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe. 2008, 313 f.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Caderno de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n.104, p.144-161, Jul./out. 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *The Spectador*, o teatro das luzes, diálogo e imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995.

PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*, Dissertação Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

PEIXOTO, Afrânio. *Sinhazinha*. São Paulo: Nacional, 1929.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias. Escravos e ex-escravos nos sertões de cima. Rio de contas e Caetité-BA (1860-1920)*. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1838)*, São Paulo, Annablume, FAPESP, 2003.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

REIS, Maria da Conceição S. *O Sampauleiro: romance de João Gumes*. Tese (Doutorado em Linguística), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

RESENDE, Patrícia Cappucio de. *Modos de participação de empregadas domésticas nas culturas do escrito*. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)*. 157 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

RIBEIRO Jr., João. *O que é positivismo: Brasileense*, 2001.

ROCHA, João Cezar. Elites no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20*. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.

SÁ, Carolina Mafra de. *Teatro idealizado, teatro possível: uma estratégia educativa em Ouro Preto (1850-1860)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Organização: José C. Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Helena L. *Caetité – “Pequenina e Ilustre”*. 2.ed., Salvador: Gráfica N.S. de Lorêto, 1997.

SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

SÉGUIER, Jayme de. *Dicionário Prático Ilustrado: novo Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro*, 2. ed. Porto: Livraria Chardron, 1928.

SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República, 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, José Carlos de Araújo. *O recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras (1827-1852): um estudo do cotidiano escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação). Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 1999.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias Históricas e Geographicas do Município de Caetité. *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*. Salvador: Secção Graphica da Escola de A. Artífices da Bahia, n.58. 1932.

SILVA, Sandra Batista de Araújo; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas religiosas pentecostais e processos de inserção na cultura escrita (Pernambuco, 1950-1970). In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *et al.* (orgs.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.81-95. 1994.

SOUZA, Maria José Francisco. Uma aprendizagem sem folheto: quem ainda vai rezar e benzer em Barra do Bengoso? In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *et al.* (orgs.). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEPHANOU, Maria. *Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. III: século XX, Petrópolis: Vozes, 2005.

STEPHANOU, Maria. *Medicina e discurso científico para a educação*. 23º Reunião Anual da ANPED, 2000. Disponível em <http://www.anped.org.br>.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como processo de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, n.21, p.90-103, 2002.

VENÂNCIO, Gisele Martins. Da escrita impressa aos impressos da biblioteca: uma análise da trajetória de leitura de Francisco José de Oliveira Viana. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VILLELA, Heloísa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia (orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.95-134.

SITES CONSULTADOS

- <www.academia.org.br>
- <www.anped.org.br/rbe.htm>
- <www.autoresespiritasclassicos.com>
- <http://br.geocities.com/acadcaetiteenseletras/index_historia_helena.html>
- <<http://www.caetite.ba.gov.br/historia>>
- <<http://www.cnpq.br>>.
- <www.cfh.ufsc.br/~simposio/novo/2216y810>
- <www.dec.ufcg.edu.br>
- <www.epub.org.br/cm>
- <www.espirito.org.br>
- <www.folhaespirita.com.br>
- <www.histedbr.fae.unicamp.br/revist.html >
- <[http:// www.invivo.fiocruz.br](http://www.invivo.fiocruz.br)>
- <<http://www.www.ibge.org.br>>
- <www.intellectus.uerj.br>
- <[http://www. jornallivre.com.br](http://www.jornallivre.com.br)>
- <www.ufrgs.br>
- <www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>